

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**



0.293.652-3

UFSC-BU



— *Ivandi Silva Teixeira* —

**UM MODELO DE EVIDÊNCIAS SOBRE RISCOS AMBIENTAIS**  
**PARA A GESTÃO PÚBLICA EM BELÉM DO PARÁ**  
**FUNDAMENTADO NA AUDITORIA INTERNA E AMBIENTAL**


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da  
Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Doutor em  
Engenharia.

**FLORIANÓPOLIS**  
Agosto 1998

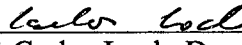
# **UM MODELO DE EVIDÊNCIAS SOBRE RISCOS AMBIENTAIS PARA A GESTÃO PÚBLICA EM BELÉM DO PARÁ FUNDAMENTADO NA AUDITORIA INTERNA E AMBIENTAL**

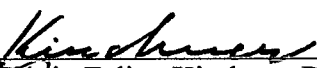
*Ivandi Silva Teixeira*

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de doutor em engenharia-especialidade em engenharia de produção, e aprovada na sua forma final pelo programa de pós graduação em engenharia de produção.

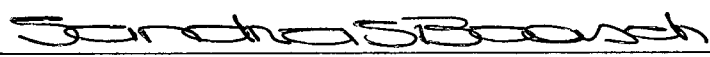
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ricardo Miranda Barcia, PhD.  
Coordenador do Curso de Pós-Graduação UFSC/EPs

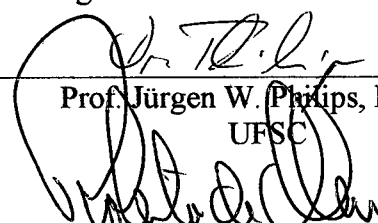
Banca Examinadora:

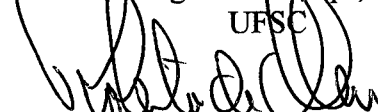
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Carlos Loch, Dr.  
Orientador – UFSC

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Flávio Felipe Kirchner, PhD.  
UFPR

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Carlos André Bulhões Mendes, PhD.  
UFRGS

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Sandra Sulamita Nahas Baasch, Dra.  
Deptº. Engenharia Sanitária e Ambiental – UFSC

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Jürgen W. Philips, Dr. Ing.  
UFSC

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Roberto Oliveira, PhD.  
Moderador - UFSC

TEIXEIRA, Ivandi Silva. *Um modelo de evidências sobre riscos ambientais para a gestão pública em Belém do Pará fundamentado na auditoria interna e ambiental*. Florianópolis, 1998. 212f. Tese ( Doutorado em Engenharia ) - Curso de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Carlos Loch, Dr.

Defesa: 14/08/1998

Desenvolvimento de [modelo de evidências] em multimeios, destacando a formação de banco de dados útil ao processo decisório da gestão pública no município de Belém do Pará, estruturado a partir dos pressupostos conceituais da [auditoria] na abrangência da organização com ênfase nos predicados da gestão ambiental. Apresenta resultados empíricos sobre a potencialidade de [riscos ambientais] na forma como se destacaram na abrangência do estudo.

Dedico este trabalho à  
*Regina Cleide Teixeira*  
Esposa, Companheira e Amiga



## **AGRADECIMENTOS**

**À Deus**  
Soberanamente Justo e Bom

Ao Professor Doutor Carlos Loch, orientador acadêmico sempre presente, que conduziu com competência profissional, zelo e probidade, a execução do trabalho, contribuindo de forma efetiva com os seus ensinamento oportunos, e sempre confiante no êxito do estudo.

Aos meus pais, Gerson Henrique e Almerinda Teixeira, a quem dedico mais este trabalho. Aos meus sogros, Manoel Avelino e Cleide Nazareth, às Irmãs Ivete Teixeira da Silva e Ivaneide Teixeira Pinto sempre presentes, e aos cunhados José Armindo Pinto, Paulo Júlio Neto, Fernando Avelino e Manoel Avelino Jr. pelo carinho, apoio e consideração. Às sobrinhas Diana Louise e Denise Beatriz, e em especial às nossas crianças: Renatinha, Alan, Laís, Fernandinho e Lucas.

Ao prof. Bruno Hartmut Kopittke, pela enorme consideração, elevado senso de profissionalismo e responsabilidade. Ao Prof. Paulo Maurício Sellig, pela seriedade, responsabilidade profissional e senso de companheirismo.

Aos amigos e colegas de Ensino Público: André Cruz, Armando Noé e Jorge Ichihara pela presença e companheirismo ao longo destes anos e pelas belas e salutares discussões sobre produção científica, vida acadêmica e responsabilidade profissional.

Ao amigo João Medeiros Tavares Jr. atuante em discussões relevantes sobre a produção do saber científico no âmbito das sociedades plurais.

Aos professores da UFSC, que com seus conhecimentos e dedicação contribuíram para o êxito de nosso trabalho.

À Neiva Gasparetto por sua competência profissional, sensibilidade funcional e dedicação exemplar ao trabalho.

Ao colegas do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Pará pelo apoio, compreensão e distinta colaboração ao longo destes quatro anos. À universidade Federal de Santa Catarina, à Universidade Federal do Pará e ao MEC pelo apoio institucional.

Aos amigos e colegas que ao nível da UFSC e da municipalidade de Belém tornaram este trabalho muito mais prazeroso. Tantos são em número e qualidades, que relaciono em função das limitações inerentes, especiais representações.

Afonso Chermont	Airton José dos Santos
Eurico Fernando Alves	Antonio Cezar Bornia
Everaldo Carmo da Silva	Armando Dettmer
Fancisco Damião	Evaldo Monteiro
João Baptista Ferreira Ramos	Francelene Gemaque
Francisca Bezerra	João Bosco Pereira Braga
José Benevenuto de Vieira	Mário Cardoso
Carlos Romano	Marli Jorge Brito
Luiz de Jesus	Paulo Geraldo de Melo e Silva
Maria da Glória Lopes Figueira	Rohane de Lima
Nestor Bastos	Rosângela Delavechia
Paulo Cerqueira	Socorro Almeida
Niels Bittencourt	Viviane Pereira

Em especial, a você, independente de vocativos, pela sua presença e força marcantes na forma como nos conduzem ao êxito.

# RESUMO

Este estudo apresenta como principal objetivo contribuir de forma efetiva para a otimização da gestão ambiental na abrangência do processo decisório ao nível do setor público municipal, no que diz respeito as suas particularidades e peculiaridades organizacionais, tais como a sazonalidade administrativa quanto a implantação e execução de planos estratégicos em função da alternância de comandos ocasionados pelas sucessões eletivas do staff administrativo, e discrepâncias quanto modalidades e estilos de gestão na forma como podem ser observados no âmbito da gestão quanto à performance de cada órgão de gerenciamento.

Em sua abrangência, apresenta-se fundamentado por uma base teórica pertinente, e o seu desenvolvimento se fez com a consistência empírica necessária para a configuração e ratificação dos resultados, junto aos órgãos de gerenciamento da administração direta ao nível da municipalidade e à comunidade acadêmica e científica.

Os seus objetivos operacionais fizeram-se alcançar mediante a elaboração, desenvolvimento e aplicação de um modelo em multimeios que referenda a coleta de evidências em suas diferentes modalidades, estruturado a partir dos pressupostos teóricos-operacionais da auditoria interna em sua estrutura operacional, em observância aos preceitos da auditoria ambiental inseridos em seus construtos normativos e legais na abrangência da gestão pública municipal.

Os resultados alcançados e reproduzidos pelo estudo, traduzem, mediante destaques à variáveis gerenciais inerentes aos processos decisórios dos órgãos de gerenciamento municipal na forma como compuseram o modelo, a performance da gestão pública no âmbito da municipalidade de Belém do Pará, na maneira como pode estar experimentando uma relação de afastamento entre a observância aos suportes documentais formais do decisório baseados nos pressupostos teóricos das bases científicas que norteiam a gestão ambiental.

# SUMMARY

This study presents as main objective to contribute in an effective way for the optimization of the environmental administration in the inclusion of the decision process at the level of the municipality public section, in what he/she tells respect its particularities and peculiarities management's, such as the administrative seasonally as the implantation and execution of strategic plans in function of the alternation of commands caused by the elective successions of the administrative staff, and discrepancies as modalities and administration styles in the form as they can be observed in the ambit of the administration with relationship to the performance of each management organ.

In its inclusion, he/she comes based by a pertinent theoretical base, and its development was made himself with the necessary empiric consistency for the configuration and ratification of the results, close to the management organs of the direct administration at the level of the municipality and the academic and scientific community.

Its operational objectives made her to reach by means of the elaboration, development and application of a model in multimedia that countersigns the collection of evidences in its different modalities, structured starting from the theoretical-operational presuppositions of the audit it interns in its operational structure, in observance to the precepts of the environmental audit inserted in its normative construtos and you delegate in the inclusion of the municipal public administration.

The reached results and reproduced by the study, they translate, by means of prominences to you varied it managerial inherent to the decision processes of the organs of municipal management in the form as they composed the model, the performance of the public administration in the ambit of the municipality of Belém of Pará, in the way as it can be trying a relationship of removal among the observance to the formal documents supports of the decision based on the theoretical presuppositions of the scientific bases that leading the environmental administration.

# ÍNDICE

<i>Capítulo 1</i> .....	1
<i>INTRODUÇÃO</i> .....	1
<i>Capítulo 2</i> .....	5
<i>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</i> .....	5
2.1- <i>INTRODUÇÃO</i> .....	5
2.2- <i>PROBLEMATIZAÇÃO</i> .....	6
2.3- <i>JUSTIFICATIVAS</i> .....	7
2.4- <i>OBJETIVOS</i> .....	9
2.4.1- <i>OBJETIVO GERAL</i> .....	9
2.4.2- <i>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</i> .....	10
2.5- <i>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO</i> .....	10
2.6- <i>LIMITAÇÕES DO ESTUDO</i> .....	12
2.7- <i>ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO</i> .....	13
<i>Capítulo 3</i> .....	14
<i>REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</i> .....	14
3.1- <i>INTRODUÇÃO</i> .....	14
3.2- <i>FUNDAMENTOS DE AUDITORIA INTERNA</i> .....	15
3.2.1- <i>FUNÇÕES DA AUDITORIA INTERNA</i> .....	16
3.2.2- <i>COMPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA</i> .....	18
3.2.3- <i>ESTRATIFICAÇÃO FUNCIONAL DA AUDITORIA INTERNA</i> .....	22
3.2.3.1- <i>Autoridade</i> .....	22
3.2.3.2- <i>Meta</i> .....	23
3.2.3.3- <i>Política</i> .....	23
3.2.3.4- <i>Condição</i> .....	23
3.2.3.5- <i>Efeito</i> .....	24
3.2.3.6- <i>Procedimentos ou Práticas</i> .....	24
3.2.3.7- <i>Causa</i> .....	24
3.2.3.8- <i>Conclusão</i> .....	25
3.2.3.9- <i>Recomendações</i> .....	25
3.3- <i>FUNDAMENTOS DA AUDITORIA AMBIENTAL</i> .....	26
3.3.1- <i>AS ATIVIDADES DA AUDITORIA AMBIENTAL</i> .....	31
3.3.2- <i>OBJETIVOS DA AUDITORIA AMBIENTAL</i> .....	32
3.3.3- <i>FUNÇÕES DA AUDITORIA AMBIENTAL</i> .....	33
3.3.4- <i>ESTRUTURA OPERACIONAL DA AUDITORIA AMBIENTAL</i> .....	34
<i>Capítulo 4</i> .....	36

<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELÉM.....</b>	<b>36</b>
<b>4.1- INTRODUÇÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>4.2- A CIDADE DE BELÉM DO PARÁ .....</b>	<b>37</b>
4.2.1- ABORDAGEM HISTÓRICA .....	38
4.2.2- LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ASPECTOS FÍSICOS E POLÍTICO- ADMINISTRATIVO .....	39
<b>4.3- A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO PARÁ.....</b>	<b>43</b>
4.3.1- O MODELO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	45
4.3.2- A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO .....	46
<b>Capítulo 5.....</b>	<b>49</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DO MODELO .....</b>	<b>49</b>
<b>5.1- INTRODUÇÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>5.2- FUNDAMENTAÇÃO DO MODELO.....</b>	<b>50</b>
5.2.1- O MODELO.....	54
<b>5.3- A ESTRUTURA DO MODELO .....</b>	<b>56</b>
5.3.1- O DIMENSIONAMENTO DAS VARIÁVEIS .....	57
❶ CADÁSTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO.....	59
❷ EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	59
❸ ESTILOS DE GESTÃO .....	59
❹ ESTRATÉGIAS REGULADORAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	60
❺ PERCEPÇÃO DOS PRESSUPOSTOS ECOLÓGICOS.....	60
❻ VALORAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS .....	61
5.3.2- SELEÇÃO E DISPOSIÇÃO DAS VARIÁVEIS .....	61
5.3.2.1 – Primeiro momento: Nível da percepção sinóptica: .....	61
5.3.2.2 – Segundo momento: Nível da percepção sistêmica: .....	63
5.3.3- AGRUPAMENTO E SIGNIFICADO DAS VARIÁVEIS.....	71
5.3.4- A COLETA DE EVIDÊNCIAS.....	103
5.3.5- AVALIAÇÃO DAS VARIÁVEIS .....	112
5.3.6- A MODELAGEM: OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO.....	116
<b>5.4- O DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE: AUDIT-SYS.....</b>	<b>125</b>
<b>Capítulo 6.....</b>	<b>129</b>
<b>OS RESULTADOS DO ESTUDO: O MODELO E O CONTEXTO GERENCIAL EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>129</b>
<b>6.1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>129</b>
<b>6.2- AS CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DO MODELO .....</b>	<b>130</b>
<b>6.3- OS RESULTADOS AMBIENTAIS DA GESTÃO MUNICIPAL.....</b>	<b>132</b>

<b>6.3.1- ABORDAGEM GERAL.....</b>	<b>133</b>
6.3.1.1- PERCEPÇÃO SINÓPTICA.....	134
6.3.1.2- PERCEPÇÃO SISTÊMICA.....	135
<b>6.3.2 – ABORDAGEM ESPECÍFICA.....</b>	<b>136</b>
6.3.2.1- CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO.....	137
6.3.2.2- EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	137
6.3.2.3- ESTILOS DE GESTÃO.....	138
6.3.2.4- ESTRATÉGIAS REGULADORAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	139
6.3.2.5- PERCEPÇÃO DOS PRESSUPOSTOS ECOLÓGICOS.....	140
6.3.2.6- VALORAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS .....	141
<i>Capítulo 7.....</i>	<i>143</i>
<b><i>CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....</i></b>	<b><i>143</i></b>
<b><i>7.1- INTRODUÇÃO.....</i></b>	<b><i>143</i></b>
<b><i>7.2- CONCLUSÕES.....</i></b>	<b><i>144</i></b>
<b><i>7.3- SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....</i></b>	<b><i>147</i></b>
<b><i>ANEXOS.....</i></b>	<b><i>148</i></b>
<b><i>BIBLIOGRAFIA.....</i></b>	<b><i>204</i></b>

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1: Estrutura Organizacional do ISO/TC 207</i> .....	29
<i>Figura 2: Brasão da Cidade de Belém do Pará</i> .....	37
<i>Figura 3: Posicionamento Geográfico de Belém</i> .....	39
<i>Tabela 1: Densidade Demográfica na Cidade de Belém do Pará</i> .....	40
<i>Tabela 2: A Evolução do Processo Decisório</i> .....	52
<i>Figura 4: Evolução da Qualidade. Adapt. Bureau Veritas[1996] p.13-A</i> .....	53
<i>Figura 5: O esquema do diagnóstico ecológico de BACKER [1995] p.31</i> .....	54
<i>Tabela 3: Fatores Ambientais referentes ao Ciclo de Vida dos Produtos /Diretriz CEE 880/92</i> .....	55
<i>Figura 6: Esquema relativo à coleta de evidências</i> .....	58
<i>Fluxograma 1: Variáveis Globais</i> .....	62
<i>Fluxograma 2: O desdobramento das Variáveis Globais</i> .....	64
<i>Fluxograma 3: Percepção Sistêmica - Parte 1</i> .....	65
<i>Fluxograma 4: Percepção Sistêmica - Parte 2</i> .....	66
<i>Fluxograma 5: Percepção Sistêmica - Parte 3</i> .....	67
<i>Fluxograma 6: Percepção Sistêmica - Parte 4</i> .....	68
<i>Fluxograma 7: Percepção Sistêmica - Parte 5</i> .....	69
<i>Fluxograma 8: Percepção Sistêmica - Parte 6</i> .....	70
<i>Tabela 4: Escala de Valores - atributos</i> .....	112
<i>Figura 1: Coleta de Evidências sobre Riscos Ambientais: Excel 7.0</i> .....	113
<i>Figura 2: Relatórios de Evidências sobre Riscos Ambientais: Excel 7.0</i> .....	115
<i>Quadro 1: Etapa 1- Coleta de Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem</i> .....	117
<i>Quadro 2: Etapa 2- Coleta de Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem</i> .....	118
<i>Quadro 3: Abordagem 1,2,3 - Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem</i> .....	119
<i>Quadro 4: Abordagem 4- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem</i> .....	120
<i>Quadro 5: Abordagem 5- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem</i> .....	121



*Quadro 6: Abordagem 6,7- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais -  
Modelagem..... 122*

*Quadro 7: Abordagem 8- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais -  
Modelagem..... 123*

*Figura 3: Coleta1 de Evidência sobre Riscos Ambientais: soft Audit-sys..... 126*

*Figura 4: Coleta2 de Evidência sobre Riscos Ambientais: soft Audit-sys..... 127*

*Figura 5: Relatórios sobre Evidências sobre Riscos soft Audit-sys ..... 128*

## Capítulo 1

# INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, a gestão pública municipal tem experimentado os inúmeros mecanismos de apoio à decisão que sempre estiveram presentes na história. Contudo, por dificuldades de entendimentos mais aprofundados e de aplicações práticas, estes mecanismos, embora verdadeiramente úteis à iniciativa privada, pouco contribuíram para a eficácia do gerenciamento das aziendas.

Deve-se este fato à enorme carência de trabalhos reducionistas que procuram direcionar os predicados da gestão empresarial, na maioria das vezes com fins lucrativos, para a fundamentação da prestação de serviços essenciais, cujo lucro pecuniário não seja o principal objetivo, mas sim o equilíbrio social e o bem estar das comunidades.

Com este entendimento, o presente estudo vai ao encontro destas carências no momento em que se propõe a levantar e identificar elementos da gestão com potencialidade de reproduzir impactos ambientais, que mediante o devido tratamento poderão otimizar o esforço dos gestores do erário público municipal.

Fundamentado nos pressupostos da auditoria interna, cuja eficácia já se encontra devidamente comprovada em empresas de direito privado com fins lucrativos, desenvolveu-se no âmbito do estudo, um modelo gerencial de apoio à decisão com auxílio de recursos computacionais; para propiciar através da coleta de evidências a identificação da potencialidade de riscos ambientais mediante o nível de contribuição dos esforços da gestão para a eficiência do processo decisório ao nível de impactos ambientais e suas repercussões ao ecossistema.

---

Em sua abrangência, o estudo procura resgatar a estrutura conceitual que fundamenta a auditoria interna em suas modalidades distintas, merecendo destaque a modalidade operacional em função da abordagem comportamental que permeia o escopo de sua atuação, introduzindo de maneira oportuna os reforços pertinentes da auditoria ambiental.

Esta estrutura, já amplamente discutida no campo da conceituação e, que aceita certamente de pronto, contribuições, que embora, despretensiosas de fazer redirecionamentos na sua estrutura teórica, possam se postular úteis ao processo decisório, na condição de um instrumento capaz de materializar substratos gerenciais caracterizados por suas condições operacionais e intangíveis.

Na condição destes substratos, destacam-se as múltiplas e diferentes gamas de elementos gerenciais que constituem a complexidade do processo decisório, na condição de variáveis do contexto ambiental, na forma como possam encontrar-se inseridas no arcabouço da gestão pública municipal.

Constituído pelo propósito de referendar um instrumento eficaz para a coleta de evidências relacionadas a estas variáveis, o estudo procura auferir sustentação ao processo decisório e contribuir para a evolução do saber científico; quanto ao entendimento da gestão pública municipal ao nível das comunidades acadêmicas, científicas e profissionais, mediante a elaboração, desenvolvimento e aplicação de um modelo computacional, para coleta de evidências sobre riscos ambientais.

O modelo foi concebido com base no método qualitativo inerente à pesquisa social, onde procurou-se analisar empiricamente a potencialidade de impactos ambientais produzidos pela gestão pública municipal na cidade de Belém do Pará, mediante o desenvolvimento, em plataforma Windows 95 – Borland Delphi 3.0, de um software que denominou-se audit-sys.

Este software, se constitui em um aplicativo executável a partir da plataforma Windows, desenvolvido para ser trabalhado independentemente de outros programas auxiliares pré-instalados. Se configura em importante instrumento para

---

auxiliar os trabalhos da auditoria na coleta e agregação de atributos referentes as variáveis ambientais ao nível da gestão municipal, instrumentalizando elementos materiais confiáveis para auferir sustentação e respaldo para os relatórios específicos da auditoria, em função da identificação da performance da gestão e de seus respectivos órgãos da administração direta.

O principal objetivo do estudo, consiste portanto, na elaboração, desenvolvimento e aplicação de um modelo em múltiplos meios, capaz de envolver os predicados conceituais e comportamentais da gestão municipal nos meandros da gestão ambiental de forma genérica, destacando-se os preceitos conceituais e normativos da auditoria ambiental de forma específica.

A tônica do modelo se faz no âmbito das externalidades operacionais da gestão, mediante o estabelecimento de parâmetros para referendar a coleta de evidências junto aos seus principais órgãos, em suas modalidades: física, analítica, documental, e de testemunho. Como ainda da identificação junto à gestão, de seus constitutivos organizacionais: autoridade, meta, política, condição, efeito, procedimentos, causa, conclusão e recomendação, na forma como se tornou possível a elaboração dos distintos grupos e subgrupos de variáveis que compuseram o modelo em seus dois momentos distintos.

Os órgãos da gestão, na forma como estiveram envolvidos no estudo participaram de forma efetiva, contribuindo com informações expressivas em qualidade e quantidade para a montagem do mix matricial que compôs o modelo, disponibilizando documentos do cotidiano operacional, e evidências para a consecução dos objetivos do estudo.

A aplicação do modelo, na forma como culmina o estudo, em seus propósitos, se fez de forma competente e responsável por parte dos funcionários dos distintos órgãos envolvidos, independente de posição hierárquica de cada um deles. As evidências coletadas em suas várias modalidades traduzem a contento, a ansiedade dos funcionários pela divulgação ou publicação dos resultados, que independente do órgão ou hierarquia, se mostravam motivados para somar esforços junto ao estudo no sentido

---

de poder contribuir de forma efetiva com o êxito da gestão ao nível de sua municipalidade.

Os resultados se fizeram em resposta às expectativas cujos significados e performances obtidas traduziram uma grande aproximação da realidade que a gestão experimenta em uma oportunidade até certo ponto restritiva em função de preferências partidárias na forma como se trabalham as questões ideológico-paritidárias em nosso país.

Portanto, o modelo o qual o estudo referenda na condição de contribuição dos fundamentos da auditoria interna à gestão pública municipal, cumpre com êxito os seus propósitos se mostrando útil, eficiente, ágil, confiável e oportuno, para a estrutura organizacional da municipalidade de Belém, em se tratando de um trabalho acadêmico desenvolvido por iniciativa própria de forma voluntária e espontânea, comprometido tão somente com as questões técnicas e acadêmicas que o nortearam desde a sua elaboração até a sua aplicação e posterior exposição dos resultados.

## **Capítulo 2**

# **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1- INTRODUÇÃO**

Ao longo dos tempos, a gestão organizacional tem estado cada vez mais preocupada com as questões ambientais, tanto no setor privado, como no setor público, independente dos objetivos sociais das organizações.

Ferramentas de apoio à gestão nestas questões constituem-se de fundamental importância para gestores comprometidos com a qualidade de vida em nosso planeta, em respeito as prioridades para o desenvolvimento sustentável que variam de acordo com as necessidades e oportunidades de cada região.

É importante ressaltar que estas ferramentas, na condição de instrumentos capazes de auferir a devida sustentação ao processo decisório, ainda se fazem bastante ausentes, e estas ausências certamente têm gerado carências no meio acadêmico e profissional.

Vislumbrando-se a possibilidade de aprofundar estudos sobre a possibilidade de desenvolverem-se ferramentas úteis à tomada de decisão nestas particularidades, optou-se pelo método de estudo de caso, pelo fato deste possibilitar maior detalhamento sobre os predicados da gestão pública municipal, em suas peculiaridades, permitindo desta forma um maior aprofundamento sobre o tema em relação à fundamentação teórica que norteia o estudo.

---

Com vistas ao estabelecimento de referenciais para a gestão pública municipal, em seu sentido mais amplo, o estudo se faz estruturado pela identificação e tratamento metodológico dos elementos gerenciais constitutivos do processo decisório, que se adjetivaram variáveis ambientais no âmbito da organização, em função da alternância e abrangência do significado destes elementos na configuração da relação causal: processo decisório x meio ambiente.

Esta relação foi estudada com a devida profundidade destacando-se a potencialidade da proliferação de impactos ambientais que as ações gerenciais pertinentes ao modelo, estiveram produzindo ao longo dos tempos, na forma como foram identificadas pela estrutura matricial que assumiu, no âmbito do estudo, a representação do conjunto de variáveis ambientais.

Este conjunto de variáveis ambientais compuseram uma estrutura matricial, que fundamentou toda a coleta de evidências do processo decisório ao nível da gestão municipal, constituído basicamente por dois níveis, seis grupos e trinta subgrupos de variáveis identificadas na condição de elementos gerenciais do processo decisório.

A estrutura deste conjunto encontra-se devidamente respaldado pela teoria da decisão, segundo Simon [1974], onde cada grupo se reporta a um segmento do processo decisório avaliando as suas particularidades desmembrando-se em subgrupos correlatos, e estes por sua vez, compostos pelas respectivas variáveis.

## **2.2- PROBLEMATIZAÇÃO**

Os principais instrumentos gerenciais de apoio à decisão junto aos organismos de gestão pública ao nível das municipalidades contemplam, apesar de algumas restrições ao nível do processo decisório, as necessidades operacionais dos

---

seus gestores no âmbito de suas necessidades funcionais e preferências ao nível pessoal, por informações de cunho gerencial e de natureza quantitativa.

Contudo, é necessário para uma gestão atuante e preocupada com os efeitos de suas decisões à longo prazo, que instrumentos de apoio à gestão sejam desenvolvidos mediante uma abordagem qualitativa, onde os impactos ao meio ambiente produzidos e/ou reproduzidos pelos efeitos de suas decisões possam ser avaliados de forma causal ao longo dos tempos.

Segundo Dias [1995] torna-se necessária a manutenção das interações entre os diferentes ecossistemas, em respeito às decisões no âmbito administrativo que deve considerar as necessidades do saber científico de modo a precaver a destruição irreversível dos processos naturais existentes há muito tempo.

Portanto, é imprescindível para a manutenção do ecossistema que se providencie o fornecimento de feedback sobre as potencialidades de riscos ambientais e, mediante este, alternativas e opções para o processo decisório, que ao nível da gestão municipal, sejam capazes de contribuir cada vez mais para uma degradação do meio ambiente cada vez menor.

### **2.3- JUSTIFICATIVAS**

Considerando as características da Gestão Pública Municipal, quanto à sazonalidade da aplicação de seus Planos gerenciais e execução de Projetos em função da descontinuidade que a Gestão possa experimentar a cada período de quatro anos pela renovação eletiva dos governantes, torna-se necessário que se desenvolvam instrumentos gerenciais no âmbito de seus processos decisórios, que inclusive sejam capazes de auferir sustentação à continuidade de projetos de longa duração, envolvendo questões ambientais, inclusive no âmbito de seus planejamentos estratégicos.

---



A partir de diversos estudos, do nível de percepção de gestores, sobre a importância da auditoria interna para o processo de tomada de decisão, em seus diversos níveis gerenciais, Kubr [1980], chegou-se ao entendimento de que os pressupostos técnicos e científicos da Auditoria Interna podem assumir um papel relevante no cenário público municipal.

Este entendimento se faz oportuno no momento em que, na condição de fundamentos auxiliares da Gestão, os trabalhos da auditoria interna podem contribuir de forma íntegra com o processo decisório, indicando possibilidades e tendências das práticas e políticas da gestão municipal, produzindo efeitos capazes de provocar impactos ambientais nocivos à qualidade de vida.

Os relatórios elaborados nestas atividades e associados às evidências contidas nos respectivos papéis de trabalho, conforme acumulados ao longo de diferentes períodos, deverão se constituir em um banco de dados útil ao processo decisório, contendo diretrizes e práticas organizacionais utilizadas na construção do crescimento e desenvolvimento sustentável histórico do Município, na condição de sujeito do estudo.

Desta forma, o estudo deverá se constituir de grande importância para o processo gerencial no âmbito da gestão pública municipal, uma vez que vai ao encontro das necessidades e carências de informações gerenciais que contemplem, em sua abrangência, as questões de natureza ambiental.

Constituído, em sua essência, pela construção criteriosa de um minucioso conjunto de variáveis ambientais, o estudo destaca os predicados ambientais da gestão municipal, mediante a observação metodológica do comportamento destas variáveis em seus respectivos grupos e subgrupos, no âmbito do processo decisório.

Esta observação se obteve trabalhando a formulação científica mediante a inter-relação crescente dos conhecimentos intuitivos e empíricos a respeito da gestão empresarial em órgãos públicos municipais, mediante a utilização dos processos indutivos e dedutivos que fundamentaram o estudo.

---

Mediante a sua organização metodológica com ênfase maior às particularidades da abordagem gerencial aplicada ao município de Belém do Pará, o estudo se revestiu em um instrumento de apoio à decisão em função de sua aplicabilidade, objetividade e utilidade ao processo decisório, das características inerentes a sua relevância, cientificidade, e ineditismo, na condição de fatores indispensáveis à validação de seus propósitos acadêmicos.

## **2.4- OBJETIVOS**

O presente estudo objetiva contribuir para a otimização da gestão ambiental ao nível do setor público municipal mediante a elaboração, desenvolvimento e aplicação de um modelo multimeios para a coleta, seleção, avaliação e destaque das diferentes modalidades de evidências da auditoria, em relação aos predicados da gestão pública municipal. A estruturação do modelo viabiliza esforços para que se possa a qualquer momento, confrontar as diretrizes ambientais da gestão municipal com os procedimentos gerenciais adotados normalmente nas prefeituras.

Dentro desta concepção, que fundamenta e norteia o estudo, podem-se enfatizar os seus objetivos operacionais na forma como possam estar categorizados em suas modalidades distintas, na abrangência da gestão pública municipal, tais como:

### **2.4.1- OBJETIVO GERAL**

Em sua abrangência, o estudo objetiva analisar de forma crítica, responsável e personalizada o significado da gestão pública municipal em relação aos conceitos conservacionistas do meio ambiente, sob a égide dos preceitos ecológicos, mediante a ótica dos pressupostos teóricos-operacionais da auditoria interna na forma como possam estar inseridos em seus constitutivos operacionais. Deve considerar

---

ainda, a relação estabelecida pelas prerrogativas de oportunidade e restrições de natureza legislativa, no âmbito da gestão.

#### **2.4.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Identificar os principais grupos de decisores que compõem a estrutura organizacional da gestão pública do município;
2. Identificar o conjunto de variáveis operacionais que compõem cada grupo de decisores;
3. Identificar o subconjunto de variáveis operacionais que compõem cada conjunto de variáveis operacionais;
4. Estabelecer níveis de atributos a cada variável dentro de seu respectivo grupo e subgrupo;
5. Desenvolver programa computacional para auxiliar na coleta de dados relativos as evidências quanto às características da gestão, processá-los e emitir relatórios parciais.
6. Oportunizar a simulação em multimeios para um conjunto de variáveis, quanto às possibilidades de alternativas estratégicas diversas de decisões, conforme poderiam ser tomadas em uma situação real.
7. Propiciar alterações no conjunto de variáveis de modo a validar o modelo para a realidade dos contextos organizacionais de municipalidades diversas.

#### **2.5- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO**

O estudo em função de seus propósitos, foi desenvolvido mediante a utilização da tipologia exploratória fundamentado na relação causal entre processo decisório x impactos ambientais; constituindo-se em efetivo método de apoio à decisão mediante a possibilidade da criação de cenários estratégicos através de simulação envolvendo os cenários diversos da municipalidade.

---



O desenvolvimento do estudo se fez respaldado pela metodologia inerente às técnicas de pesquisas qualitativas, utilizadas em ciências sociais, de natureza pesquisa-ação, na qual o pesquisador na condição de sujeito no âmbito do estudo, participa de forma ativa junto à municipalidade, na condição oportuna de objeto, sem no entanto interferir de qualquer maneira nos seus resultados.

Dentre estas técnicas, destacam-se todas aquelas pertinentes à pesquisa social, com ênfase particular à abordagem de natureza comportamental, na forma como puderam consubstanciar mais propriamente as finalidades do estudo, conforme apresentam-se:

#### **✧ Observante/Participante**

Esta modalidade contribui de forma efetiva para a consecução dos objetivos do estudo, através de um caráter fortemente participativo, principalmente no contexto das organizações plurais. Fato este, decorrente da característica ímpar de propiciar uma ampla e dinâmica interação entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos na situação que o estudo propõe.

#### **✧ Análise Documental - Análise de conteúdo**

A contribuição desta técnica para o estudo reside no fato de tratar-se de uma oportunidade para se realizarem análises e exames de documentos que estejam disponíveis e propiciem a realização de um estudo aprofundado e sistematizado sobre a realidade da organização.

Esta técnica é muito difundida e utilizada nas ciências sociais, embora, seja ainda uma técnica praticamente desconhecida da comunidade acadêmica e profissional, quando se trata de abordagens comportamentais dentro de organizações públicas municipais.

Com o propósito de fundamentar os objetivos do estudo, procurou-se enfatizar a análise documental, buscando-se a efetiva caracterização das estruturas organizacionais e do processo decisório, mediante à técnica de análise de conteúdo.

---

Destaca-se o fato da análise de conteúdo poder ser considerada uma forma particular de semântica quanti-qualitativa, devido propiciar o conhecer de maneira esquematizada, quanto às idéias que se encontram contidas no documento, mais do que seu estilo. Devendo portanto, constituir-se em um método de pesquisa qualitativa, capaz de viabilizar a realização de uma monitoração do comportamento gerencial e dos resultados alcançados. A este fato, deve-se a boa qualidade das informações que podem ser obtidas através da análise detalhada de documentos, em suas mais diversas formas e/ou versões.

Desta forma, mediante à utilização da metodologia proposta, pode ser amenizada a dificuldade de comunicação em uma base de linguagem comum entre a gestão municipal e grupos de pressão organizados junto às comunidades urbanas e rurais. Pode ser acrescentado, ainda, a este contexto a dificuldade de entendimento gerada mediante à supervalorização dos equívocos, inclusive ideológicos, que podem emergir entre os movimentos defensores de uma política ecológica do meio ambiente e os defensores de uma rejeição prévia a qualquer tipo de política.

## **2.6- LIMITAÇÕES DO ESTUDO**

Devido à natureza exploratória que permeia a abrangência do estudo, optou-se pela metodologia referendada pela literatura que trata as especificidades documentais sobre métodos científicos em pesquisa social, tornando desta forma evidente o fato de que o método conforme utilizado, deve limitar as conclusões do estudo às características organizacionais e estilos de gestão próprios à Prefeitura Municipal de Belém na abrangência de sua municipalidade, não devendo ser considerado além desta fronteira.

Outra limitação, esta de natureza técnica, diz respeito ao grau de confiabilidade das informações fornecidas in-loco pelos gestores municipais, acompanhado de forma consistente pela utilização de dados complementares, tais como mapas, gráficos, fotos, cartas temáticas e relatórios de acompanhamento de gestão para

---

valorar os resultados obtidos, pois não se pretendeu utilizar neste estudo, os predicados da auditoria interna como instrumento de investigação da gestão, nem se pretendeu fazer acompanhamento de alguma auditoria que possa estar sendo executada junto a Prefeitura Municipal de Belém.

Como ainda há uma restrição implícita sobre a utilização do modelo, que deve ser exclusiva e restrita a profissionais com conhecimentos técnicos e científicos sobre o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria interna. Esta restrição se faz tão somente em função das particularidades e características de natureza técnica e especificidades metodológicas que permeiam o modelo.

## **2.7- ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO**

Em conformidade às características do estudo, este se apresenta organizado de tal forma que a seqüência de aprofundamento possa ser observada na composição de títulos e sub-títulos à medida que se procura auferir maior destaque aos resultados do estudo em função de seus objetivos gerais e específicos. E, com o reforço oportuno da metodologia científica que sustenta o estudo, este se apresenta com a seguinte composição:

- 1. Introdução**
- 2. Procedimentos Metodológicos**
- 3. Revisão da Literatura e Fundamentação Teórica**
- 4. Contextualização do Município de Belém**
- 5. Desenvolvimento do Modelo**
- 6. Resultados do Estudo: O Contexto Gerencial em Relação Ao Meio Ambiente**
- 7. Sumário, Conclusões e Sugestões para Pesquisas Futuras**

**Anexos**

**Bibliografia**

---

## **Capítulo 3**

# **REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **3.1- INTRODUÇÃO**

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica que norteou o estudo, contextualizando os elementos constitutivos da auditoria interna, em sua modalidade operacional, propiciando fomento ao modelo de apoio à decisão que desenvolveu-se no âmbito do processo decisório da Gestão Pública Municipal, no que concerne os predicados ecológicos inseridos nos ecossistemas oportunizados pela conurbação, e ambientais, pela abrangência dos fatores organizacionais da municipalidade.

Inicialmente, fundamentou-se a abrangência da auditoria interna, destacando-se as suas funções principais e normas usuais, bem como a importância dos papéis de trabalho para a sustentação técnica e apreciações futuras. A seguir, apresenta-se a classificação da auditoria interna em conformidade com a sua conceituação, objetivos e procedimentos em particular. Enfatizam-se as principais características funcionais da auditoria interna contábil e da operacional, evitando-se o confronto ou comparações por não se constituírem em objetos do estudo.

Posteriormente, evidencia-se a metodologia dos trabalhos da auditoria interna, explicitando-se as características estruturais que compõem os trabalhos, como também as fases ou etapas desenvolvidas pelos auditores, na forma como poderão ser desenvolvidas, de modo a possibilitar um melhor entendimento sobre os predicados da

---

gestão municipal em relação aos impactos ambientais que o processo decisório poderia estar propiciando.

Nesta sequência se buscou enfatizar a abordagem relacional da auditoria ambiental fundamentada em orientações normativas, que em sua configuração específica apresenta-se identificada com os pressupostos da auditoria interna em sua conotação operacional ou de resultados gerenciais.

### **3.2- FUNDAMENTOS DE AUDITORIA INTERNA**

Saber sobre riscos, desvios e relação causal do processo decisório é preocupação atual de gestores comprometidos com os resultados. Por intermédio da pessoa do auditor interno, segundo TEIXEIRA[1989], a administração pode examinar e acompanhar todos os registros e operações da Organização como um todo, ou Departamento/Setor em particular, de forma continuada.

A auditoria interna portanto, se constitui em importante instrumento auxiliar da Gestão de empreendimentos públicos e privados, procurando mantê-la bem informada a respeito das suas múltiplas atividades, mediante a elaboração e manutenção de sistemas de informações gerenciais segmentados em seus processos constitutivos que na forma como são desenvolvidos, atribuem-lhe personalidade própria e característica. Segundo Nanaka[1991], as organizações podem ser entendidas em seus sentidos mais abrangentes mediante a utilização de mecanismos que propiciem o autoconhecimento:

A empresa não é uma máquina, mas um organismo vivo e, bem à semelhança de uma pessoa, pode ter um senso coletivo de identidade e propósito fundamental. É este o equivalente organizacional do autoconhecimento – um entendimento compartilhado do que a empresa representa, para onde ela está rumando, em que tipo de mundo ela quer viver, e, o que é mais importante, como ela tenciona tornar este mundo uma realidade.

---



Com este entendimento, a auditoria se postula um instrumento capaz de propiciar o autoconhecimento da organização, em suas particularidades operacionais que ao contrário do que possa ser esperado, a auditoria jamais deverá se confundir com atividades de fiscalização ou se constituir em instrumentos de controles.

A auditoria interna se reveste de extrema utilidade para o processo decisório de instituições públicas que, segundo Quirk [1997], experimentam transições turbulentas, acompanhando a ordem mundial, no contexto social, na base técnica de elaboração de produtos e prestação de serviços.

A auditoria interna deve portanto se fazer presente no âmbito da gestão municipal, municiando gerentes e tomadores de decisões com informações úteis sobre a gestão, processos de transformação e prestação de serviços.

Com este entendimento, torna-se pertinente a percepção de que o processo decisório de instituições públicas carece de mecanismos auxiliares de gestão, em cujos trabalhos a auditoria contempla, em conformidade às suas funções precípua.

### ***3.2.1- FUNÇÕES DA AUDITORIA INTERNA***

A Auditoria Interna possui como propósito operacional auxiliar todos os membros da Gestão no desempenho de suas funções e responsabilidades, de forma tal que os oriente para os seus êxitos gerencial, atuando nos distintos e diversos setores da organização propiando-lhes uma visão completa e abrangente sobre as diversas operações que possam estar submetidas a exames.

Sendo assim, a Auditoria Interna constitui-se em parte integrante das estruturas organizacionais, possuindo funções específicas e independentes em cada setor distinto, abrangendo, segundo Teixeira [1995]:

1. exame, comprovação, análise, avaliação, recomendações, assessoria e informações relativas à estrutura da organização;

2. análise dos fluxos operacionais, sistemas de processamento, registro e informações de dados contábeis, financeiros e operacionais;
3. apreciação dos planos, orçamentos, diretrizes, normas, metas, objetivos e regulamentos da empresa.

A auditoria interna deve, portanto, possuir autoridade necessária para revisar todos os registros e documentos da empresa bem como avaliar as suas políticas, planos, sistemas, procedimentos e técnicas.

Desta forma, as funções da auditoria interna devem estar voltadas para sugerir aos gestores, soluções para os problemas detectados, ao invés de somente informar sobre a existência destes.

No tocante às suas responsabilidades, deve a auditoria gozar de independência em relação às atividades que examina, de forma a possibilitar o desempenho das suas funções de maneira livre e objetivamente.

Deve tornar-se responsável pela exatidão das análises, apreciações, avaliações e informações que transmitir à gestão sobre as atividades então examinadas como também pelas declarações de opiniões que expressar sobre o controle interno e o grau de exatidão, adequação e eficiência do desempenho da Empresa, nas áreas especificamente por ela examinadas.

A responsabilidade da auditoria interna deve estar determinada pelas diretrizes administrativas da empresa e diretamente proporcional ao grau de independência com o qual atua.

Em favor de sua independência não deve, contudo, envolver-se com a instalação de procedimentos, preparação de registros e demais atividades operacionais inerentes à gestão, que posteriormente virão a se tornar objeto de seu trabalho em respeito às normas usuais de auditoria, que segundo Teixeira [1989], podem estar configuradas nos seguintes grupos:

- ✓ Independência
- ✓ Competência profissional
- ✓ Escopo do trabalho
- ✓ Execução do trabalho de Auditoria
- ✓ Administração da Auditoria Interna

Destaca-se, portanto, a necessidade de se fazer aprofundamentos conceituais sobre a observância às normas, por ocasião do desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.

### ***3.2.2- COMPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA***

Por intermédio da auditoria interna, a gestão pode examinar e acompanhar, em tempo integral, as operações da organização, relativas às atividades fins e atividades meio, de forma continuada, quanto aos preceitos conceituais da corporação projetada segundo Drucker [1995], que orienta para a sua forma de atuação, distinta e independente dos trabalhos “terceirizados” da auditoria externa.

Estes trabalhos, segundo Scantlebury [1986] devem estar fundamentados no desenvolvimento das quatro distintas fases, conforme se apresentam abaixo sem a necessidade de estabelecer limites rígidos entre estas. Contudo, cabe à auditoria definir, teoricamente, a área de correlação ou de separação, sempre que se fizer necessário.

**1. LEVANTAMENTO DE AUDITORIA:** Fase durante a qual se deverá identificar as áreas problemáticas, que possam exigir uma revisão adicional no início dos trabalhos, e obter informações que lhes serão úteis no planejamento e realização do trabalho posterior de revisão detalhada. Estas informações poderão estar classificadas segundo tipo, finalidade e abrangência em:

**a. Informações sobre aspectos gerais antecedentes:** Destacam aspectos relevantes da atividade/setor, submetidos à exame, com o propósito de auferir à auditoria, perspectivas sobre programas ou atividades importantes bem como de aspectos-chave de áreas problemáticas ou suscetíveis de riscos.

---

- b. informações sobre setores/atividades:** Relacionam-se aos organogramas, manuais de procedimentos e descrições das funções e atribuições em geral. Explicitam como o setor/atividade está estruturado(a) e provido(a) de recursos humanos para executar os programas e atividades.
  - c. informações sobre os planos da organização:** Se reportam às áreas específicas do setor a ser auditado. Fundamentam os recursos alocados, as disponibilidades e expectativas de resultados.
  - d. informações sobre métodos operacionais:** Destacam as políticas estabelecidas pela administração e observações in loco nos setores/departamentos. Estas informações podem ser obtidas mediante observação aos relatórios da administração, revisão dos relatórios antecedentes de auditoria e representação gráfica do fluxo de trabalho e da estrutura de controle administrativo - fluxograma.
  - e. informações sobre autoridade e responsabilidade:** Se reporta às informações sobre as pessoas que detêm a autoridade na organização, de modo a propiciar a identificação de quem autoriza uma determinada atividade que deverá estar submetida ao exame.
- 2. PLANEJAMENTO E PROGRAMACÃO DA AUDITORIA:** Torna-se indispensável a execução de um planejamento metódico e antecipado dos fatores necessários e de suas contribuições para a obtenção das evidências necessárias à elaboração de relatórios úteis à administração.
- Durante a fase de planejamento, deverá ser priorizado o conteúdo do relatório, à medida que se procura obter as evidências necessárias e indispensáveis à consecução dos objetivos de um exame eficiente sobre uma atividade, área e/ou setor.
- 3. REALIZAÇÃO DA AUDITORIA:** A auditoria deve realizar testes tão detalhados quanto mais complexas forem as naturezas dos registros formais e informais no âmbito da organização. Deve concentrar esforços no sentido de coletar evidências em categorias específicas, de tal forma que lhe permitam concluir sobre possíveis flutuações nos níveis de eficiência e eficácia na organização.
-

Em conformidade com o objetivo da auditoria, o método da coleta de evidências pode variar em função das características das atividades/setores auditados. Scantlebury [1986] ainda preceitua as quatro principais categorias de evidências utilizadas com frequência pela auditoria interna:

- a. **Evidência física** - obtida mediante a observação direta do que e como as pessoas executam as atividades, das condições físicas e ambientais dos setores, entre outras;
- b. **Evidências de testemunho** - obtida através da coleta de dados através de pessoas que presenciaram fatos ou situações que o auditor não pôde observar;
- c. **Evidência documental** - obtida mediante o exame dos documentos pertinentes à questão submetida a auditoria;
- d. **Evidência analítica** - é a evidência que a auditoria elabora através da coleta e tratamento de dados para fundamentar sugestões e referendar a apresentação dos resultados que fará à gestão.

É fundamental para o êxito da gestão que a auditoria obtenha *evidências úteis* para respaldar as suas conclusões, sempre que criar ou desenvolver um método próprio de aferição. Durante o processo de coleta de evidências, deve o auditor buscar manter um comportamento de isenção em relação aos fatos sobre os quais possa estar trabalhando.

Esta isenção deve se fazer mediante a adoção de uma postura “ética” no sentido de evitar emitir opiniões ou sugestões, nesta etapa do trabalho, mesmo que solicitado pelos órgãos nos quais esteja auditando.

Estas evidências, segundo Cameron [1997], devem se constituir em valores éticos para os técnicos e gestores no âmbito da gestão pública, de modo a destacar os resultados qualitativos obtidos, como ainda da possibilidade de uma explicação melhor para os seus resultados quantitativos.

Portanto, para o êxito do processo de coleta destas evidências, é imprescindível ainda, que os auditores realmente possuam conhecimentos técnicos com

---

o devido domínio e propriedade sobre os objetos gerenciais (atividades e predicados da gestão) na forma como possam auditar.

A competência profissional, probidade e zelo tornam-se por conseguinte atributos inquestionáveis e indispensáveis à pessoa do auditor.

4. **COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS**: Os resultados alcançados mediante a realização dos trabalhos da auditoria interna deverão ser expressos na forma de relatórios. A auditoria interna deve estar consciente da existência de riscos de comprometimento do seu trabalho durante o preenchimento dos detalhes que compõem os relatórios, tais como:

- a. **Ordem ilógica de apresentação** - a auditoria deve estar atenta para que os relatórios contenham os dados coerentes e ordenados cronologicamente, fazendo-se observar disposições legais ou exigências que servem de referencial para a avaliação dos resultados no setor/área submetido(a) aos trabalhos da auditoria.
- b. **Substituição de fatos por conclusões** - as conclusões se constituem em parte fundamental do relatório do auditor, mas não devem substituir os fatos, pois o relatório deverá propiciar ao seu usuário fatos relevantes que possibilitem avaliar a situação e comprovar a lógica das conclusões do auditor.
- c. **Abuso no emprego de terminologia técnica** - O auditor deve evitar ao máximo utilizar-se do jargão técnico da organização, pois é provável que se encontrem pessoas, na condição de usuários dos relatórios, não familiarizadas com a terminologia empregada, podendo vir a comprometer desta forma a utilidade do relatórios.

Além do que, na ausência de princípios que possam nortear o seu parecer (como os princípios contábeis para a auditoria contábil, segundo Teixeira [1994]), o auditor deve procurar ratificar em bases concretas a fundamentação metodológica que auferiu sustentação ao seu trabalho - sempre que estabelecer um método de avaliação extra contábil - de forma que este não venha a ser comparado meramente a uma expressão irrelevante de simples opinião de um profissional.

### **3.2.3- ESTRATIFICAÇÃO FUNCIONAL DA AUDITORIA INTERNA**

Os trabalhos da auditoria interna, em seus objetivos específicos, devem ser executados em observância às fases, conforme já apresentadas. Contudo é importante que durante o cumprimento destas fases se observe a necessidade de estratificar os trabalhos em tantos elementos quantos forem necessários para possibilitar o melhor entendimento das atividades operacionais inerentes ao processo decisório na forma como deverão ser auditadas.

Estratificar os trabalhos, nesta leitura, significa propiciar a criação de elementos operacionais inerentes à gestão da organização, na forma como possam estar disponíveis à percepção da auditoria interna para esta poder chegar às evidências capazes de produzir para o processo decisório da organização ora auditada, as informações necessárias e justificativas úteis para as suas recomendações.

Esta estratificação encontra-se relacionada na forma de características ou blocos estruturais, que segundo Teixeira [1995], se configuram em: Autoridade, Meta, Política, Condição, Efeito, Procedimentos ou Práticas, Causa, Conclusão e Recomendação.

#### **3.2.3.1- Autoridade**

Diz respeito à autoridade ampla e geral da organização submetida a exame como também da específica para a função, que se constitui em elemento de seu trabalho. É importante ressaltar a importância se perceber os diferentes níveis de autoridade existentes na organização, independente do suporte legal ou institucional que a referenda.

Mediante a percepção da autoridade delegada na empresa, para uma determinada função, a auditoria poderá chegar a conclusões fundamentadas em evidências sobre o desenvolvimento dos trabalhos neste setor, ou seja, a auditoria poderá identificar a(s) pessoa(s) autorizada(s) a realizar a atividade que poderá estar sendo examinada.

---

### **3.2.3.2- Meta**

Se relaciona ao direcionamento da atividade examinada. Através do conhecimento desta, a auditoria poderá determinar os objetivos da entidade em um determinado setor utilizando o mínimo de recursos possível, ou seja, avaliar o desempenho de uma atividade quanto à eficácia e eficiência. Em outras palavras, a auditoria deverá procurar conhecer o que a atividade examinada está ou deveria estar tentando atingir.

### **3.2.3.3- Política**

A política da organização deve ser entendida na condição de orientações técnicas emanadas de organismos superiores na hierarquia da organização, para a consecução das metas previamente estabelecidas por ocasião da elaboração de suas diretrizes.

Normalmente a política da organização é expressa em termos gerais, abrangendo a organização como um todo, cabendo aos procedimentos detalhados a aplicação desta. A política é apresentada como um elemento constitutivo das diretrizes e planos da organização. Identificar as políticas da gestão, portanto, deve ser uma preocupação precípua da auditoria interna.

### **3.2.3.4- Condição**

A condição deve estar diretamente relacionada com as metas estabelecidas ao nível da organização. Deve possuir como objetivo específico descrever de forma sucinta a atuação e operacionalidade de todas as atividades na forma como estas possam estar buscando a eficácia do departamento/setor no sentido de atingir as suas metas.

A condição deve deste modo, fundamentar os relatórios do auditor, construídos ao longo das fases componentes dos trabalhos de maneira a propiciar a geração de informações oportunas à administração sobre a consecução das metas estabelecidas, e até que ponto estão sendo alcançadas.

---



### **3.2.3.5- Efeito**

Corresponde aos resultados obtidos na consecução das metas. No caso destas não estarem sendo atingidas, cabe ao auditor explicitar a perda em valores monetários ou em eficácia, reforçando desta maneira, a condição, sempre que o efeito for relevante.

O efeito torna-se importante para a percepção do auditor nas situações em que deseje ratificar a necessidade da administração proceder alterações nos procedimentos estabelecidos, com o objetivo de atingir as suas metas, conforme planejado.

### **3.2.3.6- Procedimentos ou Práticas**

Correspondem às instruções emanadas da administração e dirigidas aos empregados, com o propósito de orientar os seus esforços para concretizar as metas da organização.

A auditoria interna deve examinar se os procedimentos ou práticas:

- ☒ são compatíveis com as metas estabelecidas;
- ☒ dizem respeito à abrangência da atividade;
- ☒ estão sendo observados, no cumprimento da atividade ou função.

### **3.2.3.7- Causa**

Expressa os motivos que tornaram os procedimentos ou práticas eficazes ou ineficazes à medida que as metas estabelecidas estão ou não sendo atingidas, com clareza e objetividade.

Constitui-se em uma característica marcante dos trabalhos de auditoria interna, pois explicita, conforme o caso, o motivo pelo qual as metas não foram alcançadas e sua oportuna correção poderá prevenir a rescindência dos efeitos adversos a respeito dos quais a auditoria evidenciará através de seus relatórios.

---

### 3.2.3.8- Conclusão

Expressa de forma concisa o conteúdo do exame, devendo apresentar de forma estruturada, todas as observações do auditor no que diz respeito às metas, se estas foram ou não alcançadas, alertando o gestor para a necessidade de tomar providências que precisam ser implementadas para sanar uma situação que possa se encontrar em desconforme.

É importante salientar que a conclusão não deve constituir-se em uma reapresentação das descobertas de auditoria (Terminologia utilizada pelos auditores operacionais com o propósito de referenciar os resultados de seus trabalhos), mas um argumento capaz de favorecer mudanças capazes de efetivar a consecução das metas estabelecidas pela alta administração. Por esta razão encontra-se reforçada a importância das evidências sobre os predicados da gestão no âmbito de seu processo decisório

Caso as metas conforme estabelecidas pelos planos estratégicos e seus desdobramentos operacionais, ao nível de um órgão em particular, ou da organização como um todo estejam sendo atingidas a contento, a conclusão deverá orientar para a manutenção das políticas, procedimentos ou práticas que resultem na consecução das metas desejadas.

### 3.2.3.9- Recomendações

A auditoria deve expressar para a gestão da organização, sugestões ou recomendar sobre as providências que deverão ou que poderão ser tomadas à nível do processo decisório, de modo a propiciar as mudanças necessárias à concretização das metas, conforme estabelecidas.

A auditoria deve portanto certificar-se de que as suas recomendações são viáveis e passíveis de aceitação pela administração, no nível apropriado, de modo a propiciar a validade e a plena aceitação de seus trabalhos, que deverão representar possibilidades para a otimização da gestão em função de seus objetivos operacionais e sociais junto ao contexto no qual se encontra inserida .

---

### 3.3- FUNDAMENTOS DA AUDITORIA AMBIENTAL

A gestão organizacional deve ser entendida em seu sentido holístico, de forma abrangente e sistêmica onde se façam presentes todos os predicados inerentes ao processo decisório das entidades, através do qual o gerenciamento ambiental possa ser percebido nas condições próprias de um componente imprescindível ao êxito de sua gestão, na abrangência de seu comprometimento com a qualidade de vida, ao nível dos seres humanos, que segundo Döbereiner [1997], possa ser auxiliado pelos “pontos focais do meio ambiente” específicos para cada unidade ou atividade específica, ao nível da gestão.

Em função da inexistência, até então, de parâmetros capazes de auferir sustentação à auditoria interna em uma abordagem que contemple com profundidade questões de natureza ecológica, no que diz respeito à metodologia segundo a qual esta venha a se firmar na condição de elemento auxiliar da gestão organizacional, em seu contexto global. Torna-se necessário o estabelecimento de diretrizes e metas específicas para o escopo dos trabalhos da auditoria ambiental.

A auditoria interna portanto, deverá experimentar o seu desdobramento, para mais esta importante atividade: a auditoria ambiental, que no escopo de seus trabalhos deve envolver toda a gama de particularidades inerentes aos aspectos ecológicos; econômicos, políticos e sociais, de forma integrada e dissociada dos predicados fiscais inerentes tão somente à questões tributárias e legalistas da gestão.

Se pressupõe que a metodologia segundo a qual a auditoria interna se desenvolve nas organizações plurais, em sua modalidade operacional (extra-contábil), sirva melhor para sustentar a implantação e o desenvolvimento da auditoria interna, em sua modalidade ambiental, na forma como preceitua o estudo, nos organismos públicos municipais. Convém observar e ratificar o fato de que a abordagem quantitativa inerente à auditoria interna em sua modalidade financeira-contábil - ou de observância - em função de seu pragmatismo em torno de questões fiscais, em pouco contribui para o desenvolvimento da abordagem qualitativa que fundamenta as características próprias

---

que devem consubstanciar a auditoria ambiental em suas particularidades comportamentais.

Deve ser observado, contudo, que os elementos constitutivos da auditoria ambiental deverão se moldar às devidas reduções sociológicas e tecnológicas conforme preconiza Ramos [1965], em função das características da avaliação quanto a potencialidade de riscos que a gerência possa estar sujeita, quando da sua atividade decisória. Estas reduções poderão se fazer necessárias sempre que os predicados operacionais da auditoria interna forem de encontro aos componentes qualitativos e comportamentais da gestão ambiental cuja subjetividade deve ser priorizada.

É importante ressaltar que a ênfase aos trabalhos da auditoria ambiental deve se fazer ao nível da gestão em prol à eficácia e eficiência do processo decisório independente de qualquer compromisso com a obtenção de certificação. A certificação ou selagem por sua vez, deve acontecer de forma conseqüente ao êxito da gestão, ao contrário do que se possa perceber sobre uma necessidade à vezes “concebida” pelas forças de mercado que orientam para a obtenção de selos ou certificados como objetivos operacionais da gestão.

Em seus planos e procedimentos a gestão deverá observar contudo, à nível de referenciais para orientar o processo decisório, os pressupostos da BS 7750 – “*Specification for Environmental Management Systems*”, que fundamentam a série ISO 14000 que em seus constitutivos operacionais reproduz as normas orientadoras para a gestão ambiental apoiada nos conceitos da gestão da qualidade conforme definidos na Norma BS 5750, que deu origem à série de normas internacionais – ISO 9000.

Os pressupostos da gestão ambiental amplamente discutido no âmbito institucional de academias, órgãos governamentais e ONG’s se apresentam para apreciação nas páginas seguintes.

Nesta apreciação se destaca a estrutura organizacional referente à norma ISO 14000 em uma abordagem generalista composta em três níveis distintos de explicitação que deve satisfazer, a nível de esclarecimento, as necessidades do estudo.

---

## **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ISO/TC 207 GERENCIAMENTO AMBIENTAL**

ISO-International Standardization Organization(23/ab/1947-Genebra)

TC-Technical Committee SC -Sub-Committees WG- Working Group

TC 176-ISO 9000 – Secretaria no Canadá (fundamenta TC 207)

TC 207-ISO 14000 – Secretaria no Canadá

### **I- PORTFÓLIO:**

- ☐ Sistemas de Gerenciamento Ambiental;
- ☐ Avaliação do Ciclo de Vida;
- ☐ Auditoria Ambiental;
- ☐ Termos e Definições;
- ☐ Avaliação de Desempenho Ambiental;
- ☐ Guia para a Inclusão de Aspectos Ambientais na Normalização de produtos;
- ☐ Rotulagem Ambiental.

### **II- INCLUSÕES POTENCIAIS À MÉDIO PRAZO:**

- ☐ Avaliação de Risco Ambiental;
- ☐ Planos de Emergência e Prontidão;
- ☐ Remediação Local;
- ☐ Avaliação de Impacto Ambiental;
- ☐ Relatórios de Desempenho Ambiental;
- ☐ Projetos Ambientais.

### **III- INCLUSÕES POTENCIAIS À LONGO PRAZO:**

- ☐ Padrões Ambientais para Produtos;
- ☐ Gerenciamento de Resíduos, de Recursos Naturais, e de Conservação Ambiental.

### **IV- O ESCOPO:**

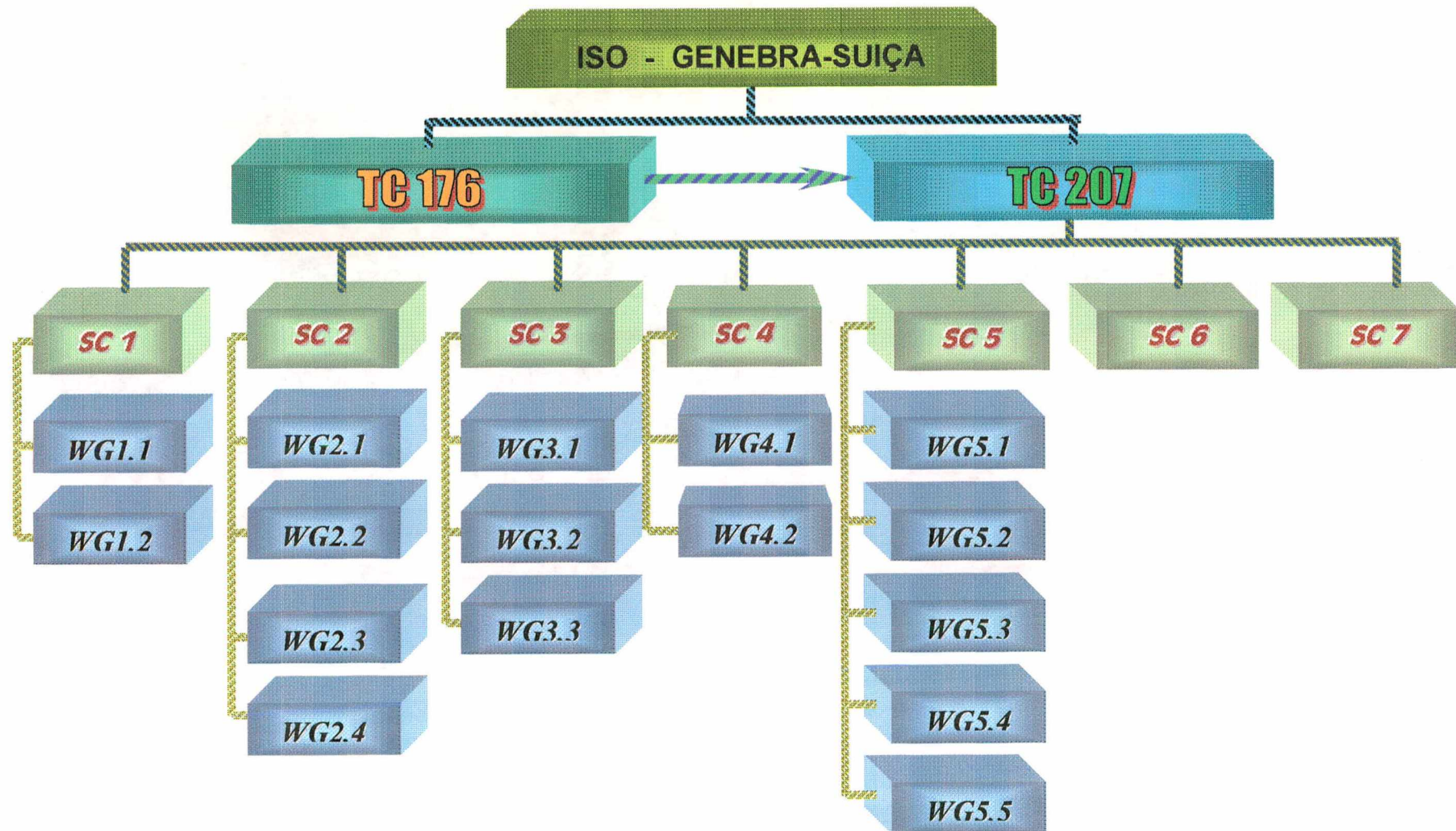
- ☐ A Normalização no campo das ferramentas e sistemas de gerenciamento ambiental.

### **V- EXCLUSÕES:**

- ☐ Os métodos para teste de poluentes (TC-146); Qualidade do Ar (TC-147); Qualidade da Água (TC-190); Qualidade do Solo (TC-43) Acústica;
  - ☐ O estabelecimento de limites para poluentes e efluentes;
  - ☐ O estabelecimento de níveis de desempenho ambiental;
  - ☐ A normalização de produtos.
-

## GERENCIAMENTO AMBIENTAL

Figura 1: Estrutura Organizacional do Iso/Tc 207



## **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ISO/TC 207 GERENCIAMENTO AMBIENTAL**

### **Disposição Analítica**

SC1-Sistema de Gerenciamento Ambiental – Secretaria: Inglaterra;  
SC2-Auditorias e Investigações Ambientais Relacionadas – Secretaria: Holanda;  
SC3-Selo Ambiental – Secretaria Austrália;  
SC4-Avaliação do Desempenho Ambiental – Secretaria: EUA;  
SC5-Avaliação do Ciclo de Vida – Secretaria: França;  
SC6-Termos e Definições – Secretaria: Noruega;  
SC7-Aspectos Ambientais em Padrões de Produtos – Secretaria: Alemanha.

WG1.1–Especificação – Coord. França e Inglaterra;  
WG1.2–Guias Gerais – Coord. Canadá e EUA.

WG2.1–Princípios da Auditoria – Coord. Canadá;  
WG2.2–Procedimentos de Auditoria – Coord. EUA;  
WG2.3–Qualificação do Auditor – Coord. Inglaterra;  
WG2.4–Outras Investigações – Coord. e Secretaria: Holanda.

WG3.1–Princípios Orientadores para Programas Práticos – Coord. França e Suécia;  
WG3.2–Auto Declaração – Coord. Canadá;  
WG3.3–Princípios orientadores para Programas de Selos Ambientais – Coord. EUA;

WG4.1–Avaliação de Desempenho Ambiental Genérica – Coord. EUA;  
WG4.2–Avaliação de Desempenho Ambiental no Setor Industrial – Coord. Noruega e Japão.

WG5.1–Princípios e Procedimentos Gerais – Coord. EUA;  
WG5.2–Análise de Inventário do Ciclo de Vida (Geral) – Coord. Alemanha;  
WG5.3–Análise de Inventário do Ciclo de Vida (Específico) – Coord. Japão;  
WG5.4–Avaliação do Impacto do Ciclo de Vida – Coord. Suécia;  
WG5.5–Avaliação do Desempenho do Ciclo de Vida – Coord. França.

Uma vez apresentada a explanação generalizada, conforme adaptado de Reis [1995], sobre a composição estrutural da norma ISO 14000 inserida em suas nuances operacionais, deve tornar-se mais clara ao nível do estudo, a importância da auditoria ambiental, na forma como preconiza a referida norma, considerando as particularidades individuais de cada órgão ou gestão e características do processo decisório, em observância aos preceitos da gestão ambiental.

---

Ao modo como pode se perceber, auditoria ambiental posiciona-se de forma complementar aos preceitos organizacionais em seus objetivos operacionais, devendo contudo, observar particularidades sensíveis que dizem respeito exclusivamente a atividade ambiental, conforme se destaca ao longo da leitura.

### ***3.3.1- AS ATIVIDADES DA AUDITORIA AMBIENTAL***

A gestão organizacional tem buscado ao longo dos tempos, o desenvolvimento e a implementação de políticas de planejamento de gestão, com ênfase a gestão de componentes ambientais, em função do acréscimo da entropia negativa nos sistemas organizacionais.

Segundo Araújo[1992], este fato compromete seriamente as condições ambientais em decorrência da reprodução sistemática de impactos ambientais nocivos à qualidade de vida, ao nível de países, estados e municípios.

Neste nível de inquietação, o processo decisório de empresas públicas e privadas busca junto aos sistemas de gestão organizacional, a título de empréstimo, ferramentas que possam ser úteis ao processo decisório, quanto a potencialidade de riscos de suas atividades. Porém, na maioria das vezes, contemplam tão somente os pressupostos quantitativos, inerentes às abordagens financeiras e econômicas da gestão, indo de encontro às preposições concebidas pela BS 8800 que orienta da seguinte forma:

**A avaliação sobre risco de uma situação ou atividade deve envolver aspectos legais, sócio-econômicos, de meio ambiente e de qualidade, dentre outros.**

É importante salientar ainda que as ferramentas de gestão usuais, quase sempre fundamentadas em referenciais ultrapassados, ainda se encontram muito distantes das particularidades qualitativas que revestem os elementos de gestão, com as características de variáveis ambientais, em suas configurações: ecológicas; econômicas e sociais.

---



Com esta percepção e sensibilidade, surge, então, a auditoria ambiental na condição de precursora de uma abordagem qualitativa da gestão organizacional, inserindo os pressupostos ecológicos nos diversos instrumentos gerenciais que fundamentam os mecanismos usuais de apoio ao processo decisório em sua abrangência gerencial.

É importante ressaltar que em suas características operacionais a auditoria ambiental sente ainda, enorme resistência de gestores e acadêmicos que valorizam mais a abordagem quantitativa – monetarista explícita da auditoria interna financeira, em detrimento a grande contribuição da abordagem de natureza qualitativa – comportamental que reveste as atividades inerentes à auditoria ambiental.

Torna-se oportuno trabalhar o redirecionamento da ótica gerencial para os componentes mais subjetivos da gestão, na forma como podem ser contemplado pelos trabalhos da auditoria interna em sua modalidade ambiental, em função de seus objetivos gerais.

### ***3.3.2- OBJETIVOS DA AUDITORIA AMBIENTAL***

Na condição de instrumento auxiliar da gestão organizacional, a auditoria interna, em sua modalidade ambiental, deve apresentar objetivos gerais que sejam capazes de vislumbrar a possibilidade de contribuir de forma efetiva para a consecução dos objetivos operacionais das entidades, fazendo garantir a eficácia da gestão. Este objetivos gerais, segundo Perrone [1996] devem ser descritos como:

- Verificação do atendimento a regulamentos ambientais;
  - Prevenção à processos e ações judiciais reparatórias;
  - Redução de riscos de impactos ambientais negativos;
  - Maximização do desempenho das equipes internas nas questões ambientais;
  - Otimização do controle operacional e de custos dos sistemas de gerenciamento.”
-



Neste contexto, a auditoria ambiental, na condição de elemento componente da auditoria interna, objetiva de forma específica estabelecer parâmetros confiáveis para a execução de exames e avaliação do desempenho ambiental dos sistemas de gestão e avaliar as potencialidades de riscos ambientais inerentes às políticas e procedimentos utilizados pela organização.

Devem, contudo, ser observados, os predicados da independência da auditoria, que deve ser trabalhada de forma voluntária no âmbito ambiental pelas organizações, sem a preocupação excessiva com a opinião pública, quanto à necessidade da divulgação sobre o desenvolvimento de auditorias ambientais.

De acordo com suas funções operacionais, a auditoria ambiental compromete-se ainda, com a consciência profissional da utilidade do retorno destes trabalhos para a obtenção de resultados verídicos, e com a garantia de menores riscos à comunidade, das consequências do processo decisório.

### **3.3.3- FUNÇÕES DA AUDITORIA AMBIENTAL**

Em respeito às características operacionais dos órgãos públicos municipais, cujos objetivos sociais nem sempre se encontram muito bem esclarecidos ao nível dos seus municípios, a auditoria interna, uma vez atuando em sua modalidade ambiental deverá ser entendida como um instrumento oportuno e atual de gestão capaz de propiciar o desenvolvimento de uma avaliação de forma objetiva, sistemática e periodica do sistema gerencial como um todo, devendo encerrar, em seu escopo, as seguintes funções básicas, segundo Bureau Veritas [1996]:

- ⊗ Identificar o potencial técnico e científico dos profissionais que atuarão na modalidade ambiental;
- ⊗ Relacionar os padrões de auditoria usuais para a modalidade ambiental, em função da legislação vigente;
- ⊗ Delimitar o escopo do trabalho de auditoria;

- ⊙ Verificar habilidades e trabalhar a qualificação dos membros da equipe de auditoria;
- ⊙ Estabelecer parâmetros capazes de fazer garantir a consistência dos trabalhos de auditoria;
- ⊙ Estabelecer critérios à nível da relação objetividade/subjetividade para definir as variáveis que se consubstanciarão em evidências para a auditoria;
- ⊙ Classificar as evidências em função da tipologia: Documental, analítica, física, e de testemunho.
- ⊙ Desenvolver mecanismos para avaliação do desempenho da equipe de auditoria.

Mediante a compreensão das suas funções, a auditoria ambiental estará pronta para trabalhar a sua operacionalidade junto aos órgão que audita, conforme se destaca ao longo da leitura.

#### **3.3.4- ESTRUTURA OPERACIONAL DA AUDITORIA AMBIENTAL**

Os trabalhos de auditoria ambiental devem ser desenvolvidos à maneira da auditoria interna operacional, em função de semelhança de seus propósitos enquanto instrumentos de apoio ao processo decisório.

Contudo, destacam-se as peculiaridades que podem ser evidenciadas para a consecução dos objetivos da auditoria interna em sua modalidade ambiental, principalmente no que diz respeito ao elevado nível de subjetividade que encerram as variáveis que fundamentam o escopo de seu trabalho.

Em observação aos estudos sobre a composição dos trabalhos de auditoria interna, anteriormente discutidos quanto a forma e conteúdo, torna-se necessário a percepção da necessidade de desenvolverem-se as seguintes atividades-chave, a título de trabalho de campo, conforme verificado in Teixeira e Teixeira [1997]:

- » Mapeamento dos sistemas de gerenciamento e controle do meio ambiente;
- » Consideração de potencialidade de riscos;
- » Coleta de evidências para a auditoria;
- » Avaliação dos resultados da auditoria;
- » Comunicação dos resultados da auditoria.

É evidente que estes tópicos inerentes a auditoria ambiental obedecem quase sempre a mesma seqüência estrutural da auditoria interna em sua modalidade operacional, ressaltando-se o destaque para a flexibilidade operacional que deve estar presente no escopo destes trabalhos.

Deve ser destacado contudo, o fato de que realmente as características e peculiaridades inerentes aos predicados ambientais reforçam , distinguem e personalizam os trabalhos tão específicos da auditoria ambiental em sua abrangência operacional de tão elevada subjetividade técnica e comprometimento com as comunidades, ao nível da municipalidade, no que tange a abrangência dos aspectos sócio-políticos e econômicos.

Sendo oportuno destacar que a subjetividade, na condição de característica marcante da auditoria ambiental, não deve ser confundida com aleatoriedade. Desta forma, os trabalhos de auditoria em sua modalidade ambiental deve se fazer mediante o desenvolvimento de instrumental próprio e específico às peculiaridades de forma coerente com suas características.

Deve ser reforçado portanto, a necessidade para o destaque que se aufere para a coleta de evidências ao nível da auditoria ambiental que geralmente se desenvolve em um clima de elevada subjetividade, onde se exige a maior sensibilidade técnica e habilidade política do profissional da auditoria cujo o propósito de seus trabalhos deve ser o de particularizar, criar referenciais, e melhor direcionar o conteúdo de seus relatórios e de comunicados particulares da auditoria ambiental à otimização do processo decisório das organizações.

---

## Capítulo 4

# CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELÉM

*É verdade... pelas tardes quase sempre chove, uma chuva alva e breve. Que ameniza o calor e é bonita de olhar, gostosa de sentir. Como se a paisagem passasse a ser vista, assim trêmula, através de algumas cortinas de cristal. Se alguém falar em encontros marcados após a chuva, acredite. E curta a possibilidade de se liberar dos ponteiros e guiar-se pelo relógio da natureza. O Relógio das chuvas, o calendário das marés.*

(João de Jesus Paes Loureiro)

### 4.1- INTRODUÇÃO

Este capítulo, em função dos objetivos do estudo, apresenta de forma concisa uma abordagem histórica-documental da cidade de Belém do Pará, na forma como se fez construído para aplicação do modelo para coletar evidências sobre riscos ambientais, na âmbito de sua municipalidade.

São considerados os aspectos relevantes sobre a sua gestão pública, buscando enfatizar fatos históricos relacionados ao descobrimento da cidade como forma de inserir o estudo na abrangência de suas particularidades, sem aprofundar questões de natureza político- partidária e econômica, por não se configurarem na condição de elementos do estudo.

De forma complementar aos predicados gerenciais, se chama atenção para o posicionamento geográfico da cidade, na forma como se insere no contexto amazônico brasileiro. Destacam-se os elementos mais diretamente relacionados com o

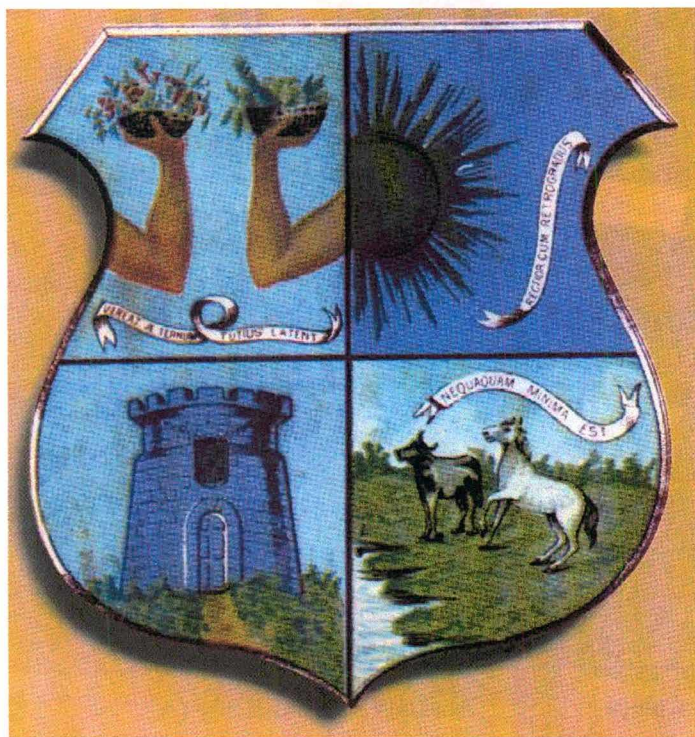
---

gerenciamento e processo decisório ao nível de sua abrangência territorial, buscando-se enfatizar as características organizacionais do município, destacando em particular, no âmbito da prefeitura municipal na condição de organismo formal com representatividade legal da gestão municipal, o modelo de gestão que se desenvolve na atualidade, bem como da estrutura organizacional do sistema municipal de planejamento e gestão.

## 4.2- A CIDADE DE BELÉM DO PARÁ

Belém do Pará apresenta em seu contexto histórico a sua representação simbólica, o seu Brasão, desenhado em 1626 pelos capitães Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira, Ayres Chichirro e Baião de Abreu. O brasão apresenta seu significado histórico segundo Montarroyos e outros [1996], conforme se lê em seu formato e quadros constitutivos, abaixo:

Figura 2: Brasão da Cidade de Belém do Pará.



O primeiro quadro traduz um quartel, designado por uma sólida torre ameada representando a recém fundada cidade. Alude ao forte original construído, onde um colar de gemas preciosas arqueadas em seu redor sustenta as cinco quinas em seu topo que representa Portugal, o país colonizador.

No segundo quadro, vê-se dois braços cujas mãos espalmadas sustentam dois cestos, um

contendo flores e outro com frutos, com as inscrições latinas *Vereat ou (ver est) Aeternum* (Eterna Primavera) e *Tutius latente* (Escondida é Mais Segura). Faz alusão ao





rio Amazonas com suas maravilhas, e também ao rio Tocantins, que esconde inúmeras belezas aos olhos dos exploradores. O terceiro quadro, um sol fulgurante cortado mostrando que a cidade fica perto do equador, com a inscrição latina, *Rectior cum Retrogradus* (é mais reta se olharmos o passado), lembra o momento em que Francisco Caldeira Castelo Branco chegou e se estabeleceu fundando a Cidade de Belém; o momento da fundação foi precedida por uma bela aurora.

O quarto quadro por sua vez, apresenta um boi e uma alimária às margens de um rio e a inscrição *nequaquam minima est* (de modo algum é a menor) tirada da profecia de Miquéias, relacionando Belém do Grão Pará com sua homônima Belém da Judéia. Significa que o nome dado por Castelo Branco seria consagrado eternamente entre todas as conquistas portuguesas assim como Belém da Judéia se eternizou entre os católicos de todo o mundo.

#### 4.2.1- ABORDAGEM HISTÓRICA

Quando a frota comandada pelo capitão-mor português Francisco Caldeira Castelo Branco ancorou na Baía do Paraná-Guaçú, nome que os índios Tupinambás davam à Baía do Guajará, em 12 de janeiro de 1616 era fundada a Capital do Estado do Pará inicialmente chamada de Santa Maria de Belém. Atualmente a cidade tem o nome de Belém.

A população possui características étnicas que misturam o índio-nativo, o negro e o branco europeu. De acordo com os dados obtidos através do BNDES[1997] a região metropolitana de Belém conta com 1.583.516 (um milhão, quinhentos e oitenta e três mil, quinhentos e dezesseis) habitantes.

Desta forma concebe-se Belém como uma das poucas cidades densamente povoada junto ao Círculo do Equador, onde 79% dessa população se concentra no pólo metropolitano, com área aproximada de 505,8231 Km<sup>2</sup>, composto em duas regiões: uma continental, com 173,7864 Km<sup>2</sup> de extensão, correspondendo a 34,36% do território, e outra insular, formada por 43 ilhas, compreendendo uma extensão aproximada de 332,0367Km<sup>2</sup>, correspondendo 65,64% do território.

---



#### 4.2.2- LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ASPECTOS FÍSICOS E POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

Figura 3:  
Posicionamento Geográfico de Belém  
Fonte: COHAB, 1997





Em função de sua posição geográfica, o estado do Pará é considerado geograficamente como uma posição estratégica, devido a estar localizado na Região Norte ou Amazônica, onde fica situada a cidade de Belém, a capital do estado.

A capital paraense fica localizada geograficamente a 1° 27' 21" de latitude Sul e 48° 30' 15" de longitude Oeste, a quatro metros acima do nível do mar, às margens da Baía do Guajará e do Rio Guamá, distante 120 quilômetros do mar no estuário do Rio Pará.

Com cerca de 1,4 milhões de habitantes, Belém abriga quase 30% da população do Estado do Pará, constitui-se no principal centro urbano da Amazônia, apresentado a seguinte carga populacional ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, segundo a tabela abaixo:

**Tabela 1: Densidade Demográfica na Cidade de Belém do Pará**

REGIÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA				
	1993	1994	1995	1996	1997
Continental	6.345,04	6.455,23	6.565,42	6.456,26	6.527,28
Insular	78,18	79,54	80,89	114,96	116,22
Total	2.231,30	2.270,05	2.308,79	2.293,65	2.318,88

Fonte: IBGE/SEGEPI

Nota: Densidade Demográfica = habitantes/Km<sup>2</sup>

Apesar de concentrar aproximadamente 64% de todo o emprego formal do Estado (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei n.4923/65), as taxas de desemprego são bastante elevadas e a renda per capita é muito baixa (IDESP/SINE, 1990).

Belém caracteriza-se pela sua localização na faixa de latitude tropical, em um dos maiores estuários na foz do Rio Amazonas. Os elementos mais significativos, segundo o IDESP - Instituto de Desenvolvimento Social do Estado do Pará, são o clima quente e úmido; a precipitação média anual entre 2.600 e 3.200 mm.

A umidade relativa do ar nunca é inferior a 80%, sem estações climáticas definidas apresenta contudo, duas estações básicas: uma estação seca (poucas chuvas) de junho a novembro, uma estação de chuva de dezembro a maio.

A temperatura média anual é de 26 graus centígrados. Na classificação climática de Köppen, a área está enquadrada na zona Afí que corresponde ao clima de Floresta Tropical, constantemente úmido, sem estação fria. Os ventos predominantes e freqüentes durante o ano são de sentido Nordeste.

É formada por terras planas, sendo que algumas áreas são denominadas de baixadas, e suscetíveis de enchentes em épocas das maiores chuvas.

Embora distante das margens do Rio Amazonas, Belém é a cidade que mais se beneficia desse rio, devido ao seu sistema hidroviário relativamente independente e suficiente para lhe garantir condições de fácil acesso ao Oceano Atlântico e ao Continente. De acordo com Anuário Estatístico do Município de Belém de 1996 – [IBGE, 1996], apresenta ao seguintes limites geográficos:

- ↗ Ao Norte: Baía do Marajó
- ↗ Ao Leste: Municípios de Benevides, Santo Antônio do Taúá, Ananindeua e Santa Bárbara
- ↘ Ao Sul: Município de Acará
- ↖ A Oeste: Baía do Guajará e Baía do Marajó.

Apesar do município de Belém ser considerado como o de maior potencial de desenvolvimento urbano da Região Norte (ver-o-pará, 1997), o seu núcleo urbano (área continental) encontra-se organizado oficialmente em 48 bairros e dezenas de áreas de invasão sem nenhuma infra-estrutura. Dada a predominância dos terrenos de cota abaixo de 4 metros (baixadas), a ocupação dos terrenos mais elevados é caracterizada pela população de renda mais alta e por órgãos públicos que constituíram em torno de Belém o chamado “cinturão institucional”, formado por instituições públicas, entre elas a Empresa Brasileira de Agropecuária – EMBRAPA, a Universidade Federal do Pará – UFPA, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP, Museu Emílio Goeldi, condomínios e sedes das Forças Armadas entre outros. A população de renda mais baixa foi se fixando primeiro em áreas permanentemente alagadas avançando pelas áreas periféricas após a implantação do cinturão institucional.

O município mantém em sua organização administrativa, 8 (oito) distritos administrativos em suas respectivas denominações e conseqüentes composições territoriais, envolvendo bairros, ilhas em seus constitutivos: áreas de expansão, áreas de transição, de preservação ambiental e de uso misto, segundo prerrogativas da lei municipal nº. 7.682 de 05 de janeiro de 1994 que dispõe sobre a regionalização administrativa do Município de Belém, delimitando os espaços territoriais destes distritos administrativos e dá outras providências.

#### **1º DISTRITO ADMINISTRATIVO: MOSQUEIRO - DAMOS**

↪ Abrange as seguintes Ilhas: Mosqueiro, Pombas, Maracujá, Papagaio, Maruim I, e Maruim II, Sem Nome, Sem Nome, Sem Nome, Cunuarí, Coroíinha, Sem nome, e São Pedro.

#### **2º DISTRITO ADMINISTRATIVO: OUTEIRO – DAOUT**

↪ Abrange as seguintes Ilhas: Caratateua (Outeiro), Santa Cruz, Tatuoca, Cotijuba, Sem Nome, Coroinha Nova, Jutuba, Urubuoca, Paquetá, Paquetá-Açu, sem Nome, Sem Nome, Papagaios/Urubuocas/Jararaca, Barra dos Patos/Jararaquinha, Sem Nome, Sem Nome, Redonda/Jararaca/Longa, Do Fortim da Barra, Do cruzador, Do Fortinho, Patos, Cintra/Maracujá, Marineira/Combu, Murutura/Murutucu, Paulo da Cunha Grande, Poticarvônia/Ilhinha, Patos/Nova/Mirim, e Negra.

#### **3º DISTRITO ADMINISTRATIVO: ICOARACI – DAICO**

↪ Abrange as seguintes áreas de Icoaraci: Paracuri, Parque Guajará, Tenoné, Águas Negras, Agulha, Ponta Grossa, Cruzeiro, Campina, Maguari, e Maracacuera.

#### **4º DISTRITO ADMINISTRATIVO: BENGUÍ – DABEN**

↪ Abrange as seguintes áreas: Pratinho, Tapanã, São Clemente, Benguí, Cabanagem, Una, coqueiro, e Parque Verde.

#### **5º DISTRITO ADMINISTRATIVO: ENTRONCAMENTO – DAENT**

↪ Abrange as seguintes áreas: Val-de-Cães, Marambaia, Marangueirão, Entroncamento, Curió-Utinga, Universitário, Aurá, Águas Lindas, Guanabara, e Souza.



#### 6º DISTRITO ADMINISTRATIVO: SACRAMENTA – DASAC

↻ Abrange as seguintes áreas de grande parte dos bairros: Telégrafo, Fátima, Pedreira, Sacramento, Barreiro, Maracangalha, e Miramar.

#### 7º DISTRITO ADMINISTRATIVO: BELÉM – DABEL

↻ Abrange as seguintes áreas de grande parte dos bairros da Cidade Velha, Batista Campos, Nazaré, Umarizal, Reduto, Campina, São Braz, Marco, e Comércio.

#### 8º DISTRITO ADMINISTRATIVO: GUAMÁ – DAGUA

↻ Abrange as seguintes áreas de grande parte dos bairros do Guamá, Jurunas, cremação, Canudos, Terra Firme, e Condor.

No que diz respeito a ocupação do espaço urbano de Belém, a principal característica é a extrema desigualdade nas condições habitacionais e na densidade demográfica entre os distritos administrativos.

### 4.3- A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO PARÁ

A prefeitura Municipal de Belém apresenta a sua estrutura organizacional composta dos seguintes órgãos em suas respectivas e distintas funções:

#### **1. *Chefia do Gabinete do Prefeito; e a Guarda Municipal***

#### **2. *Secretarias***

*2.1. Secretaria de Captação de Recursos e Cooperação Interinstitucional*

*2.2. Secretaria Municipal de Administração - SEMAD*

*2.3. Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - SEMAJ*

*2.4. Secretaria Municipal de Economia – SECON*

*2.5. Secretaria Municipal de Educação - SEMEC*

*2.6. Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN*



2.7. *Secretaria Municipal de Habitação*

2.8. *Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEGEP*

2.9. *Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN*

2.10. *Secretaria Municipal de Saúde - SESMA*

2.11. *Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB*

### **3. Fundações**

3.1. *Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA*

3.2. *Fundação Cultural do Município de Belém - FUNBEL*

3.3. *Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém - FUNVERDE*

3.4. *Fundação Municipal de Assistência ao Estudante - FMAE*

3.5. *Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental ESCOLA BOSQUE  
Prof. Eidorfe Moreira - FUNBOSQUE*

### **4. Administração Regional**

4.1. *Administração Regional do Outeiro - AROUT*

4.2. *Administração Regional do Guamá*

4.3. *Administração Regional do Entroncamento*

4.4. *Administração Regional do Benguí*

4.5. *Administração Regional da Sacramenta*

4.6. *Administração Regional de Belém*

### **5. Agências Distritais**

5.1. *Agência Distrital de Mosqueiro – ADMO*

5.2. *Agência Distrital de Icoaraci - ADIC*

### **6. Coordenadoria**

6.1. *Coordenadoria de comunicação*

### **7. Companhias**

7.1. *Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de  
Belém – CODEM*

7.2. *Companhia de Informática de Belém – CINBESA*

---



*7.3. Companhia de transportes de Belém – CTBEL*

*7.4. Companhia Belém de Turismo - BELEMTUR*

#### **8. Autarquias**

*8.1. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém*

*8.2. Instituto de Previdência do Município*

#### **4.3.1- O MODELO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

A atual gestão municipal que compreende o quadriênio legislativo 1997-2000, tem como diretrizes norteadoras do seu programa de governo a construção de uma gestão democrática-participativa. Esta relação causal de interatividade governo-sociedade é determinada pelas seguintes diretrizes, intituladas pela Gestão Municipal de Marcas de Governo:

- 1. *Dar um futuro às crianças e aos adolescentes;***
- 2. *Saneamento;***
- 3. *Saúde para todos;***
- 4. *Revitalização urbana, econômica e cultural da cidade;***
- 5. *Transporte humano; e***
- 6. *Participação popular***

Dentro deste entendimento, a gestão pública municipal enfatiza o exercício do processo gerencial de co-gestão entre a administração superior e a representatividade formalmente constituída pela comunidade.

Desta forma, busca fazer evidenciar a administração enfocando como elemento primordial da gestão, o orçamento participativo, na condição de instrumento efetivo de participação e poder de decisão da comunidade em relação as ações gerenciais, ao nível da municipalidade.

---

Com esta finalidade é que o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (SIPLAG) do município de Belém fundamenta o seu plano de trabalho através da implementação de uma metodologia de Planejamento Estratégico Situacional.

#### **4.3.2- A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão apresenta como objetivo operacional definir as políticas, diretrizes e os instrumentos e mecanismos capazes de fundamentar orientações técnicas no sentido de propiciar a obtenção do desenvolvimento econômico, social, territorial e ambiental. Este fato é decorrência de sua estrutura conceitual apresentar como finalidade profícua a geração de uma efetiva integração e sinergia entre o todo gerencial constitutivo do complexo da administração do poder público na forma como a estrutura organizacional do Município se encontra constituída.

Desta forma, observa-se que o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão na forma como encontra-se inserido em sua estrutura organizacional apresenta-se na seguinte ordenação:

##### **1. Composição**

###### **⊗ Órgãos de Planejamento**

- ↗ Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP.
- ↗ Núcleos setoriais de Planejamento - NSP's
- ↗ Núcleos Regionais de Planejamento - NRP's

###### **⊗ Órgãos de Gestão**

- ↗ Órgãos setoriais da Administração Direta.
  - ↗ Órgãos setoriais da Administração Indireta.
  - ↗ Administrações Regionais.
-

⊗ **Conselhos**

- ↗ Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - CONDUMA
- ↗ Conselhos Setoriais.
- ↗ Conselhos Regionais.

**2. Níveis de Atuação**

⊗ **Deliberativo**

- ↗ Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - CONDUMA
- ↗ Conselho Interno de Política Urbana - COIPU
- ↗ Conselhos Setoriais.
- ↗ Conselhos Regionais.

⊗ **Planejamento**

- ↗ Secretária Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP.
- ↗ Núcleos setoriais de Planejamento - NSP's
- ↗ Núcleos Regionais de Planejamento - NRP's

⊗ **Informação e Pesquisa**

- ↗ Secretária Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP
- ↗ Sistema Municipal de Informação para o Planejamento - SMIP
- ↗ Cia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM
- ↗ Cia de Informática de Belém - CINBESA
- ↗ Sistema de Informação
  - Controle pelo Cidadão da Ação Governamental - CONCIAGO
  - Sistema de Acompanhamento do Mercado do Solo Urbano - ACOSOL

⊗ **Gestão**

- ↗ Órgãos setoriais da Administração Direta.
  - ↗ Órgãos setoriais da Administração Indireta.
  - ↗ Administrações Regionais.
-





Neste sentido o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão busca obter condições de propiciar ao Poder Executivo mais efetividade, eficácia, eficiência e principalmente legitimidade do seu processo decisório, através da participação popular, concretizando assim, a sua forma de governo que enfatiza um planejamento participativo.

Este entendimento vem ressaltar portanto, a importância de um processo de gerenciamento das informações dentro de uma abordagem sistêmica, onde a participação popular é fundamental na retroalimentação do sistema administrativo.

Deve ser destacado no entanto que a gestão municipal encontra-se nesta oportunidade, inserida em um ambiente no qual vislumbram-se grandes transformações administrativas onde a sua estrutura organizacional experimenta ainda novos posicionamentos estratégicos, sendo amplamente discutido o significado e abrangência operacional de seus órgãos constitutivos.

## **Capítulo 5**

# **DESENVOLVIMENTO DO MODELO**

### **5.1- INTRODUÇÃO**

Os prepostos gerenciais componentes do processo decisório no âmbito da gestão pública municipal apresentam nuances de extrema subjetividade ao nível da relevância, significância, intangibilidade, imaterialidade e da fungibilidade que caracterizam as atividades gerenciais em seu cotidiano operacional. Se propondo a auxiliar nesta particular modalidade de gestão, o estudo procura contemplar a escassez de instrumentos qualitativos usuais em gestão pública, ao desenvolver e disponibilizar o modelo implementado em bases conceituais e empíricas, para trabalhar evidências qualitativas da gestão quanto as potencialidades de riscos ambientais.

O modelo de coleta de evidências encontra-se fundamentado nos pressupostos das teorias organizacionais, com base nos objetivos gerais e específicos no âmbito da municipalidade de Belém do Pará, que se reveste na abrangência do escopo do estudo . Encontra-se constituído por elementos capazes de potencializar a sua utilidade junto ao processo decisório, encerrando em sua percepção algumas funções gerenciais detalhadas e bem definidas, tais como:

1. Evidenciar o comportamento das variáveis que compõem o modelo, em relação ao estilo da gestão municipal;
  2. favorecer um diagnóstico sobre a potencialidade de riscos ambientais da gestão municipal;
-

3. propiciar oportunidade para simular, em meio digital, situações vivenciais e avaliar os resultados operacionais obtidos;
4. auferir sustentação sobre os predicados ambientais da gestão pública municipal, à relatórios da auditoria interna em sua modalidade ambiental.

O modelo apresenta estas funções fundamentado nos preceitos da abordagem comportamental da gestão organizacional, descendente da escola de Relações Humanas onde os aspectos estruturais das organizações se constituem em cenário próprio para auferir a ênfase necessária aos aspectos comportamentais inerentes à gestão pública.

## 5.2- FUNDAMENTAÇÃO DO MODELO

Em respeito às peculiaridades que revestem o serviço público municipal, o modelo foi desenvolvido segundo o entendimento de Simon [1974], precursor da teoria da decisão, que em sua abordagem comportamental concebe a organização como um complexo sistema de decisões que não se restringe, em sua abrangência, ao nível staff. Em seu entendimento, as organizações encontram-se permeadas de decisões, onde o processo decisorial envolve ações conscientes ou inconscientes inerentes à um sistema planejado de esforço cooperativo.

O processo decisório, segundo esta ótica, pode ser realizado de acordo com a percepção das situações, onde cada participante da estrutura organizacional tem um papel definido a desempenhar, deveres e atividades a executar.

A organização pode então ser entendida como um sistema de decisões, onde cada pessoa atua, escolhendo e decidindo entre alternativas mais ou menos racionais, de acordo com sua personalidade, estado de espírito e motivação. As decisões portanto se constituem em um processo de análise e escolha, entre várias

---

alternativas disponíveis, no curso de ação, que a pessoa deverá seguir. É importante ressaltar que o gestor, é o agente que decide sobre uma situação, onde normalmente possui opções e arbítrio para escolher a melhor entre estas.

O profissional que trabalha com o processo decisório geralmente define a situação através de um complexo de processos afetivos e cognitivos. É importante ressaltar o fato de que as organizações plurais têm buscado a evolução do processo decisório com base no melhor direcionamento do fluxo de informações gerenciais, onde a qualidade dos processos passa a ser prioritária, em relação a dos produtos.

O que pode ser percebido na atualidade, segundo Teixeira e Teixeira [1997], é que os resultados operacionais das organizações podem ser entendidos na condição de aglutinados de processos e atividades.

Com o devido entendimento a esta leitura, busca-se através de uma breve retrospectiva histórica, apresentar mediante a sistematização das principais características em diferentes fases ou etapas da evolução do processo decisório conforme discutido ao longo dos tempos, algumas marcas destacadas por escolas e ideologistas que buscaram o aprimoramento da gestão empresarial.

Estas marcas podem ser apresentadas segundo alguns entre os principais estudiosos que se destacaram na leitura pertinente a abordagens gerenciais, tais como: Friedrich Wislow Taylor, Earnest Archer, Peter Drucker, Herbert Simon, Joseph Newman, os quais o presente estudo destaca entre os precursores da abordagem sistêmica.

Em adaptação ao entendimento de Archer [1980], na página seguinte, se vislumbram oportunidades para melhores entendimentos sobre as contribuições de Herbert Simon para o desenvolvimento do modelo que referenda o estudo, onde a praticidade do envolvimento cognitivo do ser humano deve suplantar os desvios que podem estar ocultos em um número maior de etapas constitutivas da tomada de decisão, como ainda da reprodução de inúmeras complexidades ao nível da subjetividade humana às vezes desnecessárias ao êxito do processo decisório das municipalidades.

---



Tabela 2: A Evolução do Processo Decisório

Fases	Método Científico	Earnest Archer	Peter Drucker	Herbert Simon	Joseph Newman	Abordagem Sistêmica
1	Observação	Monitoração do ambiente de decisão		Inteligência (procura de condições que clamam por solução)		Seleção do problema
2	Formulação do problema	Definição de problemas ou situações	Definição de problema		Reconhecimento do sistema que exige ação de decisão	Definição do problema e quantificação quanto possível
3	Estabelecimento dos objetivos da pesquisa	Objetivos de decisão	Definição de expectativas			
4	Determinação das relações causais	Diagnóstico do problema ou situação				Determinação de relações causais entre fatos para soluções
5	Formulação de hipóteses	Desenvolvimento de Soluções alternativas	Desenvolvimento de soluções alternativas	Desenho (Invenção, desenvolvimento e análise de curso de ação)	Identificação e desenvolvimento de cursos alternativos de ação	Determinação de tentativas alternativas de solução
6	Metodologia	Estabelecimento de metodologia ou critério para avaliar alternativas				
7	Teste de hipóteses	Avaliação das soluções alternativas			Avaliação de alternativas	Teste das soluções potenciais
8	Formulação de conclusões	Escolha da melhor alternativa		Escolha (Seleção de um curso de ação)	Escolha de uma das alternativas	
9	Comunicação de Resultados	Implementação da melhor alternativa	Saber o que fazer com a decisão	Implementação do curso de ação selecionado	Implementação do curso de ação selecionado	Descrição de documentação dos procedimentos

Adapt de: Earnest R. Archer, How to Make a Business Decision: An Analysis of Theory and Practice, Management Review, AMACOM, vol. 69, n.º 2, fev. 1980, p.54-61.

Ao longo dos tempos, o processo decisório tem experimentado a sua mais expressiva evolução priorizando cada vez mais as causas na condição de *processos operacionais* aos efeitos na condição de *produtos*, na forma como pode ser condensado na representação gráfica adaptada de Bureau Veritas [1996] abaixo, no que diz respeito a evolução da percepção cognitiva dos pressupostos da qualidade ao nível das organizações.

Figura 4: Evolução da Qualidade. Adapt. Bureau Veritas [1996] p.13-A



Mediante o entendimento da comunicação gráfica expressa na figura, podem ser percebidos os elementos constitutivos das atividades de gerenciamento da qualidade e sistemas de qualidade, que fundamentam a configuração da série ISO 9000, e que serviram de sustentação para a conformação da série ISO 14000, na forma como estas normas sugerem diretrizes e norteiam o estudo.



### 5.2.1- O MODELO

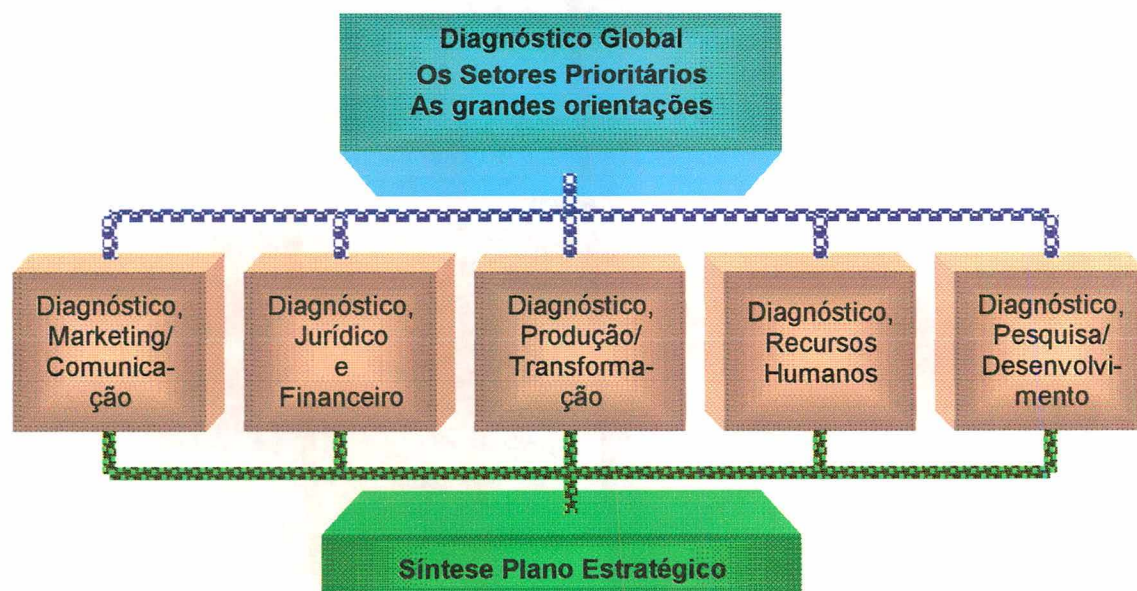
A abordagem ambiental que sustenta o estudo, se encontra centrada na percepção plural do processo decisório em suas características comportamentais, onde o gerir transcende as abordagens monetaristas do quantificar, do mensurar, e do avaliar.

Muito além da percepção quantitativista, procurou-se definir um modelo baseado em estudos que contemplam o comportamento organizacional, que BACKER [1995] apresenta na forma de esquemas de diagnósticos ecológicos, a percepção da empresa como algo vivo e dinâmico, enfatizando que:

A empresa não é um sistema que possa ser separado do resto do ecossistema. É um lugar de convergência e, muitas vezes, de conflagração das contradições e conflitos entre grupos e pessoas com interesses pelo menos parcialmente opostos.

Com esta percepção, o autor define o esquema de diagnósticos ecológicos, conforme apresentado na Figura 5 abaixo, enfatizando os grupos de variáveis que poderão nortear o processo decisório de empresas de transformação, em sua abordagem ecológica. O entendimento desta percepção serviu de orientação e “start” para o desenvolvimento do modelo que auferiu a sustentação científica ao estudo.

Figura 5: O esquema do diagnóstico ecológico de BACKER [1995] p.31.



Deve ser destacado que a estruturação do modelo desenvolveu-se mediante a elaboração das reduções sociológicas e tecnológicas (Ramos, 1965) de modo a contextualizar a gestão pública municipal em relação às variáveis ambientais, em sua dimensão organizacional própria e inquestionável, que auferi a devida sustentação de caráter original ao estudo.

Fundamentado nestas características, o estudo busca a delineação dos grupos de variáveis ambientais que compõem as particularidades do escopo e da abrangência da gestão municipal, conforme discutidos anteriormente, trabalhados conforme a metodologia desenvolvida para avaliação de impactos ambientais, no que diz respeito aos predicados da auditoria ambiental em relação ao processo da coleta de evidências.

O modelo encontra-se respaldado pela redução tecnológica e sociológica do método inerente à Matriz Indicativa de Avaliação Ambiental, segundo diretriz do Conselho das Comunidades Europeias - CEE 880/92 - que destaca os Fatores Ambientais em relação às diferentes etapas dos processos, relativo ao ciclo de vida dos produtos, conforme a tabela 3 abaixo.

**Tabela 3: Fatores Ambientais referentes ao Ciclo de Vida dos Produtos /Diretriz CEE 880/92**

Fatores Ambientais	Ciclo de vida dos produtos				
	Plan	Prod	Dist	Util	Elim
Importação dos Resíduos					
Degradação do solo					
Contaminação da água					
Contaminação do ar					
Ruído					
Consumo de energia					
Consumo de recursos naturais					
Repercussões no meio ambiente					

Em seu particular, o modelo encontra respaldo junto ao comitê técnico 207 (TC – *Technical Committee* – 207) ao qual se encontra vinculado o subcomitê temático 4 (SC – *Sub committee* – 4), que por sua vez se reporta ao grupo de trabalho 1 (WG – *Work Group* – 4.1), que preconizam em conjunto a avaliação do desempenho ambiental de forma genérica, a produtos e processos. E, que suas particularidades podem referendar a avaliação de riscos de impactos ambientais no âmbito das gestões.

---













O modelo portanto, se faz a partir do entendimento ampliado da Matriz supramencionada, direcionando a percepção para os prepostos da gestão municipal, onde os critérios foram estabelecidos visando a otimização da valoração da percepção da potencialidade de impactos ambientais, dos elementos componentes aos cenários da referida gestão.

Em função dos objetivos do estudo, o modelo se compôs de variáveis organizadas em grupos e subgrupos propiciando um melhor entendimento da gestão municipal mediante a utilização dos predicados da auditoria interna em sua modalidade ambiental.

### **5.3- A ESTRUTURA DO MODELO**

O modelo de coleta de evidência que se constitui em objeto do estudo, desenvolveu-se através do entendimento prévio da gestão pública municipal do município de Belém do Pará, quando à observação dos elementos que se constituem construtos da gestão municipal e que legitimam o processo decisório nesta esfera do poder público, quais sejam:

-  A lei orgânica do município de Belém;
  -  Consulta Local da Região Metropolitana de Belém – Relatório final sobre a gestão do Saneamento e do meio ambiente urbano . IBAM/94
  -  Plano diretor urbano da cidade de Belém;
  -  Diagnóstico do plano diretor urbano da cidade de Belém;
  -  Plano plurianual 1998/2001 da Prefeitura Municipal de Belém;
  -  zoneamento urbano e econômico da cidade de Belém;
  -  Entrevistas pessoais com Secretários, Diretores, Assessores e Consultores da Prefeitura Municipal de Belém; e, representantes de núcleos comunitários;
  -  Agenda Amazônia 21 - Bases para discussão;
  -  Agenda 21;
  -  Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal.
-

Este conjunto de elementos, mediante tratamento metodológico inerente a pesquisa social que norteia o estudo, consubstanciaram os fundamentos para a identificação das variáveis ambientais em seus respectivos grupos e subgrupos no âmbito da gestão municipal, específico e restrito ao município de Belém do Pará em sua abrangência territorial.

No âmbito da gestão municipal os referenciais para a avaliação que se propôs o modelo, se estabeleceram mediante escolha por critérios de participação, os cinco órgãos e sua correspondência funcional que em seus predicados tratam da maior relevância no contexto gerencial da cidade de Belém, quais sejam:

- **ADMINISTRAÇÃO ↔ SEMAD:** Secretaria Municipal de Administração;
- **ÁREA METROPOLITANA ↔ CODEM:** Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém.
- **ÁREAS VERDES ↔ FUNVERDE:** Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém;
- **COORDENAÇÃO GERAL ↔ SEGEP:** Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão;
- **URBANISMO ↔ SEURB:** Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente;

### ***5.3.1- O DIMENSIONAMENTO DAS VARIÁVEIS***

As variáveis que compuseram o modelo se encontram relacionadas por intermédio da identificação dos elementos da gestão conforme apresentados, enfatizando-se a relação existente entre as atividades que as fundamentam em seus respectivos grupos.

O maior entendimento da estruturação do modelo pode ser propiciado mediante atenta leitura à disposição dos respectivos grupos, que possuem idêntico nível de importância ao processo decisório, ao nível do estudo, conforme aborda a figura 6 na página seguinte.

Figura 6: Esquema relativo à coleta de evidências



Mediante o entendimento da representação gráfica contida na figura 6 pode ser percebido o fluxo de informações produzidas e coletada em cada um dos grupos específicos de variáveis, que correspondem às atividades operacionais em questão, conforme se observa em dois momentos distintos:

### 1 PERCEPÇÃO SINÓPTICA

Corresponde, à obtenção de evidências sobre a sensibilidade da gestão municipal para as questões ecológicas e ambientais, de forma abrangente e generalizada.

### 2 PERCEPÇÃO SISTÊMICA

Diz respeito à obtenção de evidências sobre a efetividade do nível de comprometimento da gestão para com as questões ecológicas e ambientais, ao nível do processo decisório.

Na sequência da leitura apresentam-se esclarecimentos técnicos sobre os elementos componentes do processo decisório da gestão pública municipal de Belém, com os seus respectivos significados conforme destacado na figura 3.

### **❶ CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO**

As evidências sobre gestão empresarial apontam para os sistemas de informações como a grande problemática do processo decisório. Em se tratando de gestão pública municipal, as informações espaciais e geoprocessamento das informações gráficas se constituem em fundamentais para o processo decisório.

O Cadastro, se constitui em um importante grupo de variáveis de natureza qualitativa e quantitativa, que contempla interesses múltiplos da gestão municipal sob a tônica da gestão ambiental.

### **❷ EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A qualidade de vida humana no ecossistema deve ser a tônica de gestões empresariais comprometidas com a conservação do meio ambiente. Na gestão municipal este fator foi muito destacado em função de seus objetivos organizacionais, onde os aspectos sócio – políticos e econômicos merecem um maior destaque em relação às empresas comerciais, com fins lucrativos.

Este grupo de variáveis propiciou a obtenção de evidências sobre o nível de comprometimento da gestão com a qualidade de vida no município e dos munícipes, em um intervalo de tempo presente – futuro.

A reprodução do conhecimento sobre ecologia e meio ambiente deve merecer destaque em uma comunidade que o mundo reputa como o coração do planeta.

### **❸ ESTILOS DE GESTÃO**

A percepção e o entendimento das questões ambientais em seu sentido lato têm conduzido a gestão empresarial à buscar mecanismos capazes de traduzir os aspectos subjetivos dos impactos ambientais causados pelo processo decisório,

---

no âmbito das organizações na forma como se encontram inseridas no contexto social.

Estilos de gestão compõem um grupo de variáveis de grande significado para as percepções ecológicas que norteiam o estudo. Principalmente no que tange a percepção dos gestores em seus diferentes postos, na forma como estão gerindo o município para o bem estar comum, em respeito às diversidades das questões ambientais.

#### **④ *ESTRATÉGIAS REGULADORAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS***

Aspectos legais e transitórios se constituem quase sempre em dificuldades para o processo decisório de empresas que dependem dos aparatos jurídicos para normatizarem a sua política administrativa.

Estratégias Reguladoras se constituem em um grupo de variáveis capaz de identificar a dimensão do impacto ambiental que o processo decisório poderá estar produzindo ao longo dos tempos ou reproduzindo na atualidade ao meio ambiente, bem como a consistência das decisões gerenciais à nível da legislação ambiental vigente.

#### **⑤ *PERCEPÇÃO DOS PRESSUPOSTOS ECOLÓGICOS***

Constitui-se em um grupo de variáveis que encerra em seu contexto os elementos de maior subjetividade presentes no processo decisório no âmbito da municipalidade, e que deve assumir ao nível do modelo, a responsabilidade pelo direcionamento da ótica gerencial, em seu aspecto decisorial, em relação aos impactos ambiental.

Este grupo apresenta portanto, em termos de evidências, o nível de sensibilidade dos gestores em relação as características dos elementos que constituem o ecossistema no âmbito do município, no que diz respeito à abrangência e penetração dos efeitos da gestão municipal no contexto ambiental, em seus diferentes significados.

---

## **6 VALORAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

Entre os elementos constitutivos dos fatores de produção, nenhum está mais suscetível de atenção que o ser humano, na condição de fator de produção. No serviço público municipal não deve ser diferente. Portanto este grupo de variáveis deve se fazer compor de elementos, com natureza qualitativa, que permeiam o entendimento da gestão municipal e o desenvolvimento de tarefas ou atividades.

A subjetividade do ser humano é trabalhada à nível da maturidade em questões ambientais dos funcionários em função de suas responsabilidades funcionais em relação às características técnicas da gestão municipal, na forma como possa estar comprometida com as questões de natureza ambiental.

### **5.3.2- SELEÇÃO E DISPOSIÇÃO DAS VARIÁVEIS**

As variáveis que compõem o modelo encontram-se disponíveis compondo dois grandes grupos que definem a estratégia da coleta de evidências. Estes grupos, por sua vez, se fazem explicitar os dois momentos marcantes da coleta que definem a abrangência do estudo, quais sejam:

#### **5.3.2.1 – Primeiro momento: Nível da percepção sinóptica:**

Corresponde a um grupo de fundamentação gerencial - a base do modelo - que se relacionam, cada um, à um conjunto de elementos, que na condição de variáveis ambientais da gestão sustentam a coleta de evidências ao nível de síntese.

Este grupo de sensibilidade apresenta-se constituído pelos seis grupos de elementos gerenciais que compõem a gestão, e que fundamentam à nível do estudo, a gestão pública municipal, encerrando em cada um deles um conjunto de dez variáveis associadas, totalizando sessenta variáveis que dizem respeito aos predicados da gestão, para a coleta de evidências relativas a estes, conforme se observa o fluxograma 1 na página seguinte.

---

A Percepção Sinóptica



Fluxograma 1: Variáveis Globais

Como resultados da coleta de evidências neste primeiro momento, pode ficar patente a necessidade do aprofundamento de informações sobre a gestão, quanto a sua potencialidade de impactar de forma negativa o meio ambiente. Nesta ocasião surge então o desdobramento deste primeiro momento, onde os mesmos grupos ou elementos de gestão experimentam a composição desdobrada em subgrupos compondo então, o segundo momento.

#### ***5.3.2.2 – Segundo momento: Nível da percepção sistêmica:***

Diz respeito ao momento em que cada grupo conforme apresentado no fluxogramas 1 assume de forma individual a responsabilidade de coletar evidências para aprofundar a percepção sobre a gestão, a partir do conjunto de elementos ao qual esteve relacionado no primeiro momento. Cada um destes grupos se faz compor por um conjunto de cinco subgrupos, que os caracteriza em função de sua abrangência quanto ao escopo das atividades aos quais se referem.

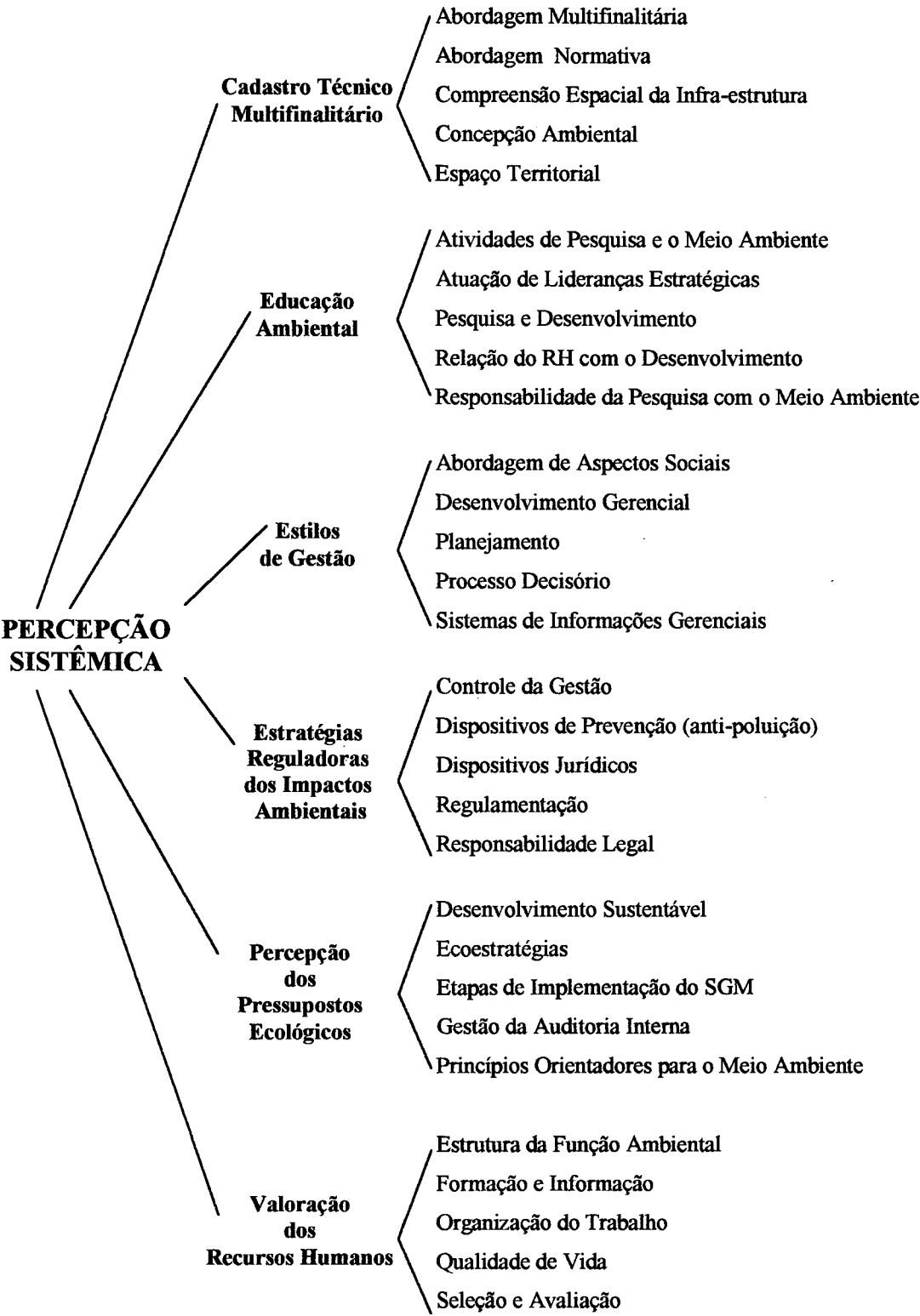
Cada um dos subgrupos por sua vez se encontram constituídos por um elenco de dez variáveis de natureza ambientais relacionadas aos predicados da gestão municipal e ao meio ambiente, que de forma análoga ao primeiro momento, assumem a condição de variáveis ambientais da gestão.

Estas variáveis foram identificadas, mapeadas e tratadas junto aos órgãos da gestão pública municipal de Belém do Pará junto aos quais se desenvolveu o modelo, mediante a utilização da metodologia usuais em pesquisas qualitativas que norteou o estudo.

Mediante a composição destes subgrupos com os conjuntos de variáveis ambientais, forma-se então, o complexo geral do modelo para a avaliação setorial dos pressupostos ambientais ao nível da municipalidade de Belém do Pará, constituída pelos seis grandes grupos; trinta subgrupos envolvendo 300 variáveis categorizadas a partir de minuciosa e criteriosa análise do acervo documental , conforme pode ser observado nos fluxogramas 2 a 8, apresentados nas páginas seguintes:

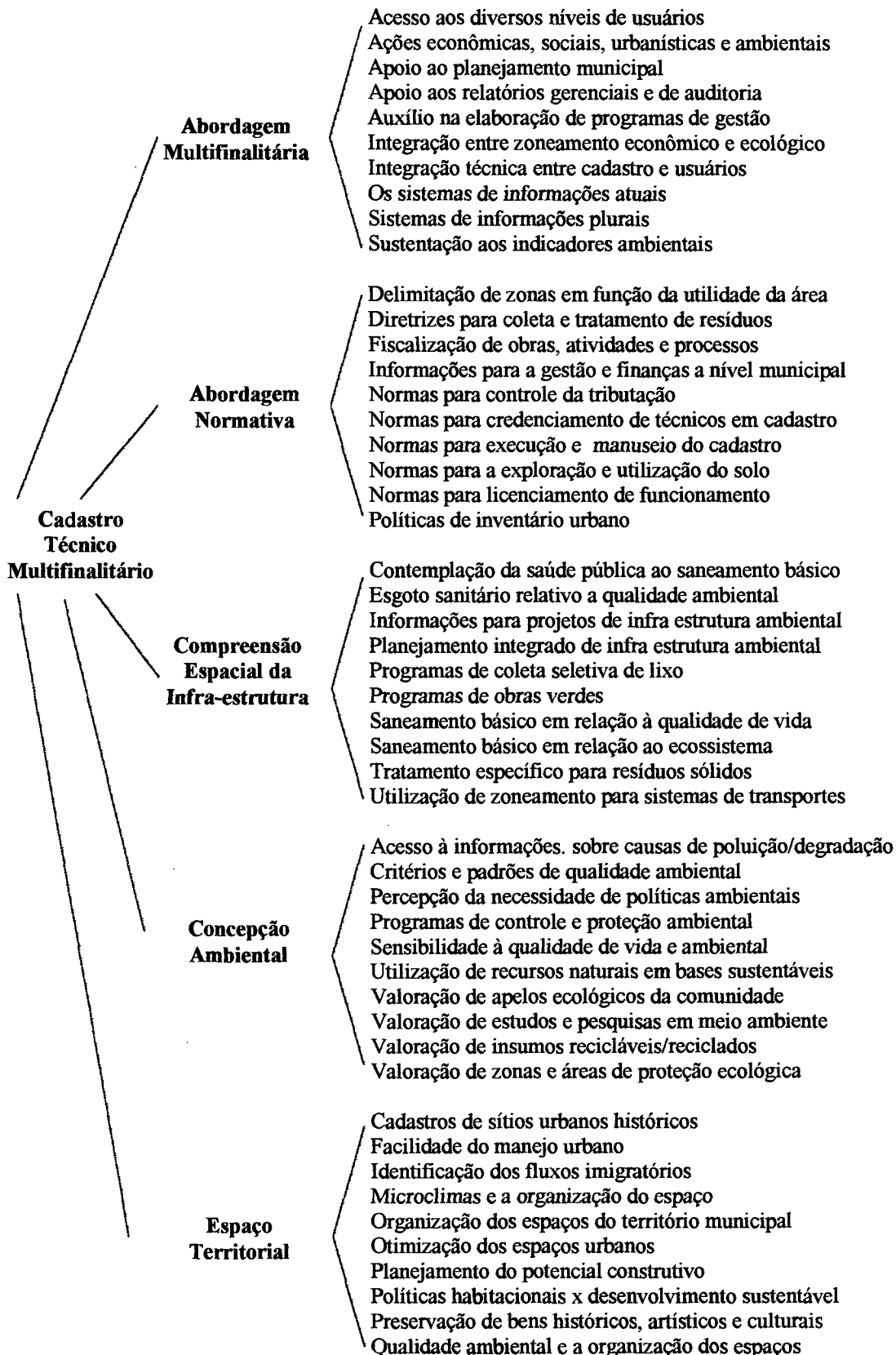


A Percepção Sinóptica- ( o desdobramento )



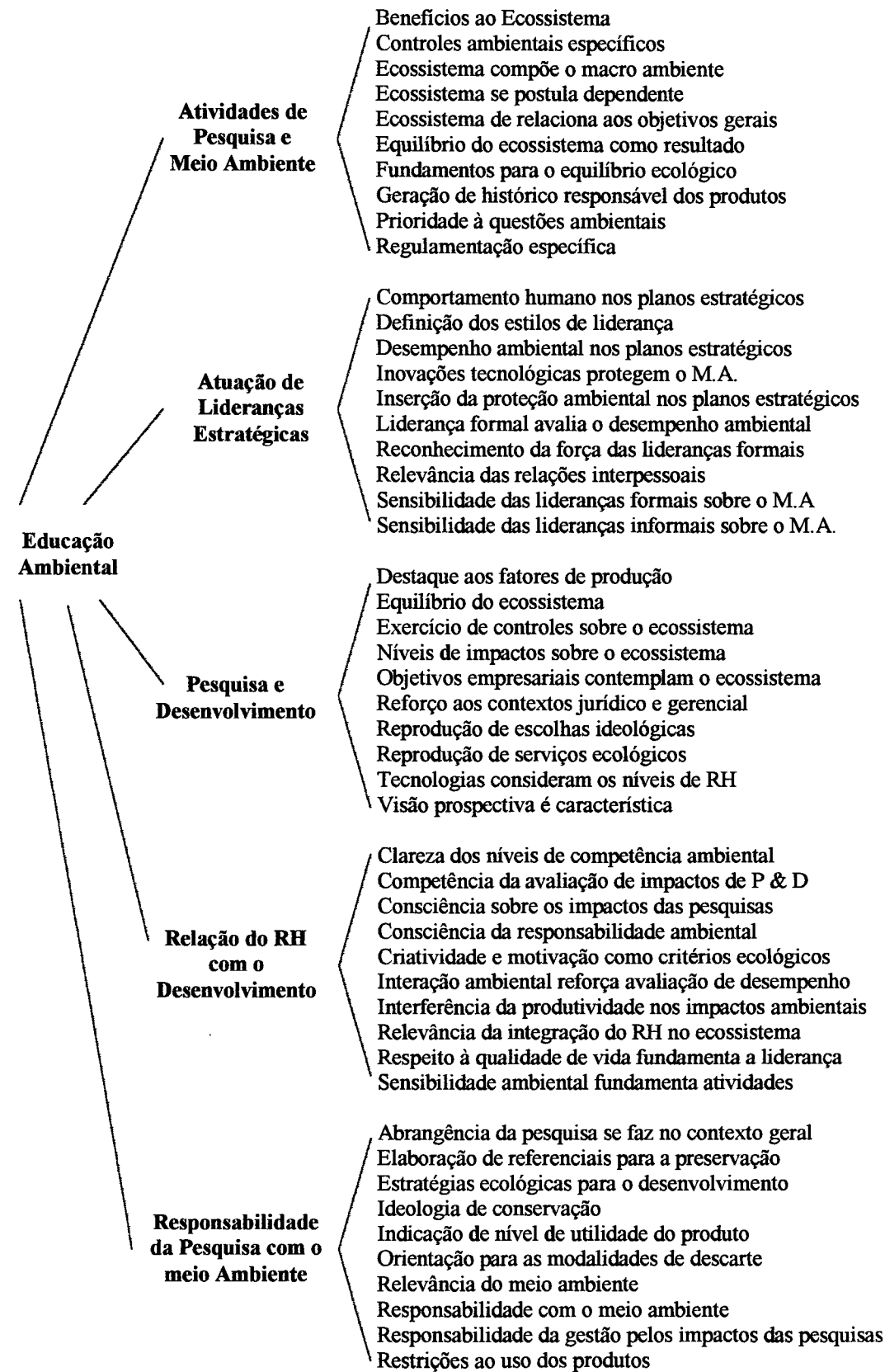
Fluxograma 2: O desdobramento das Variáveis Globais

## Cadastro Técnico Multifinalitário



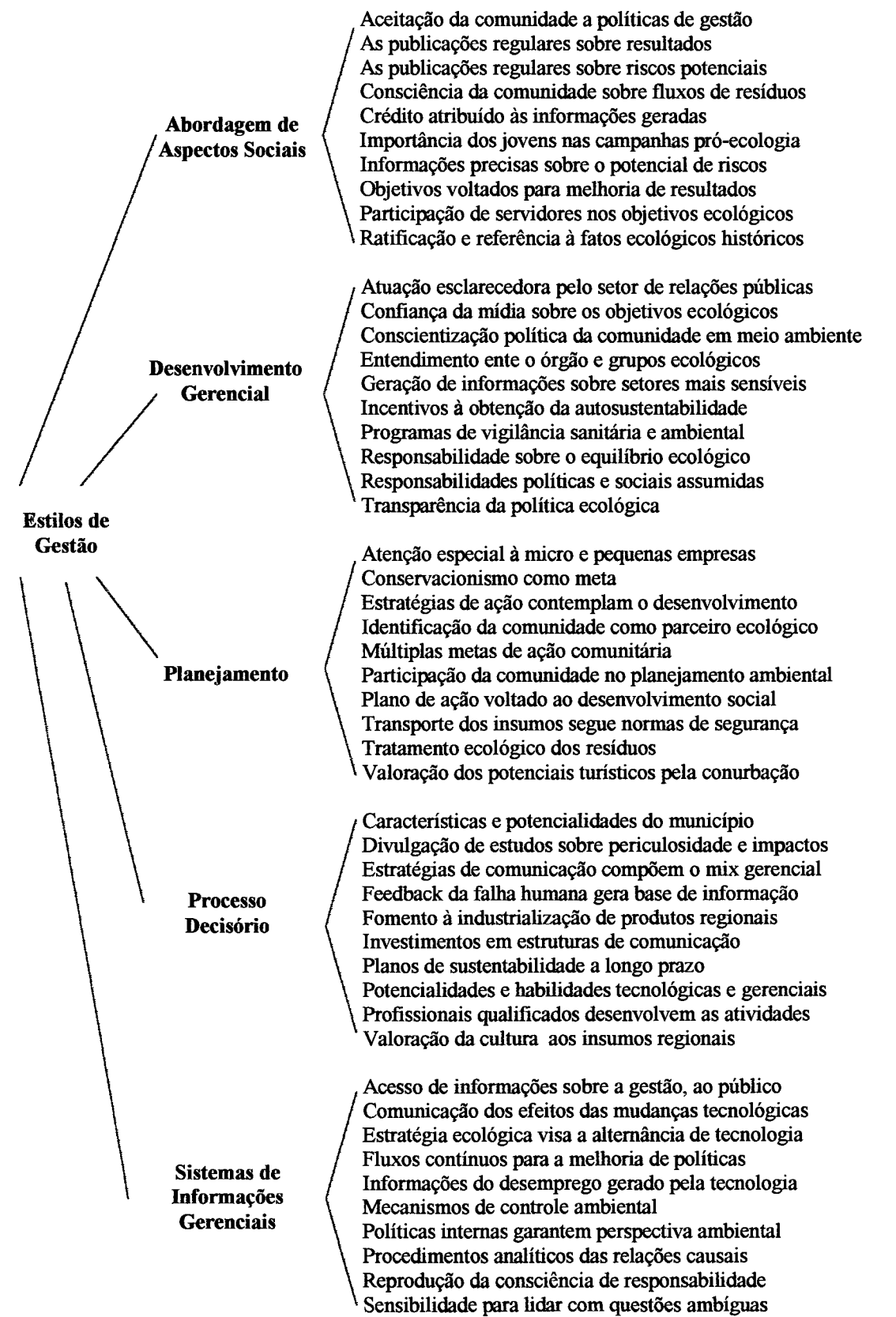
Fluxograma 3: Percepção Sistêmica - Parte 1

Educação Ambiental



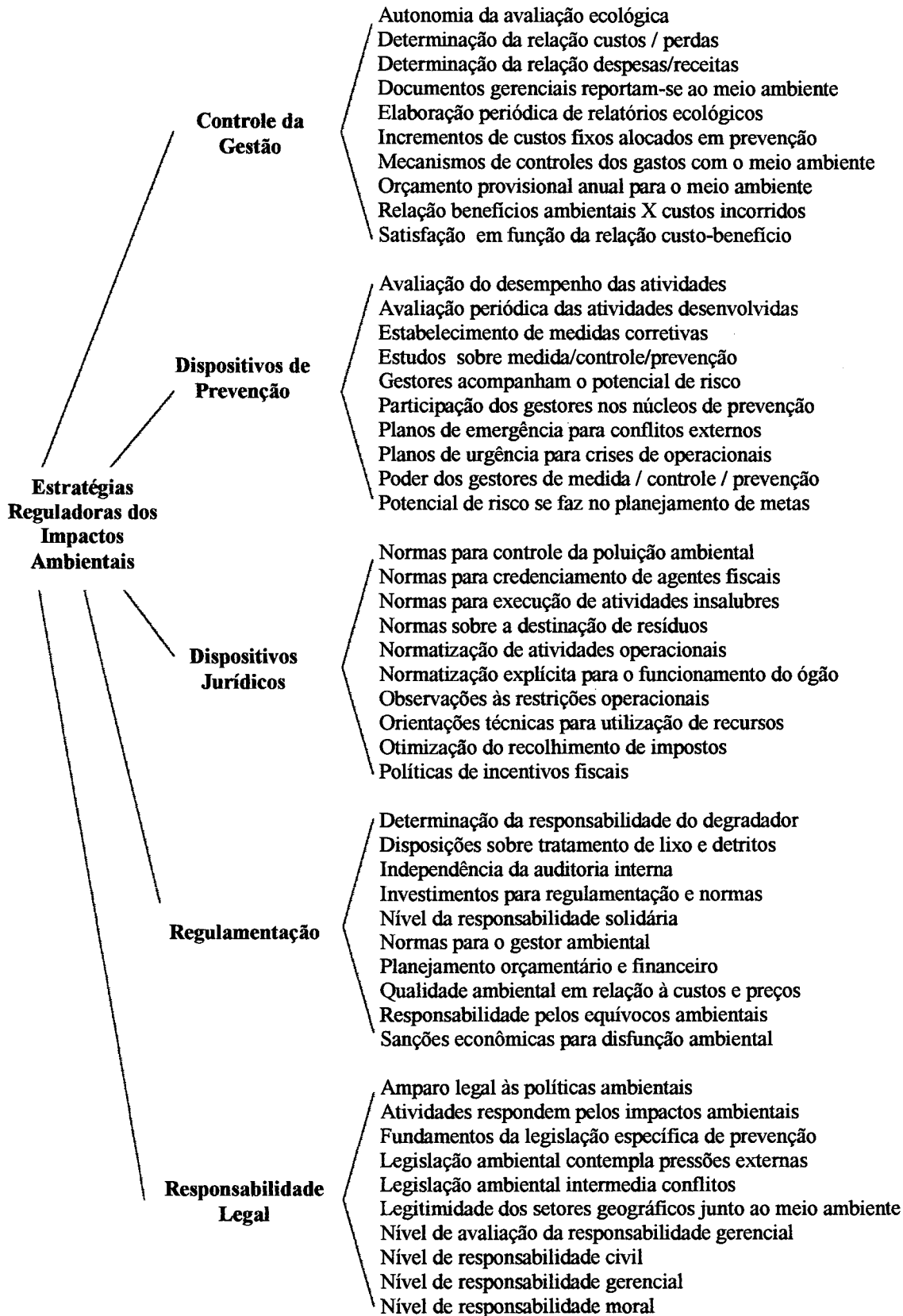
Fluxograma 4: Percepção Sistêmica - Parte 2

Estilos de Gestão

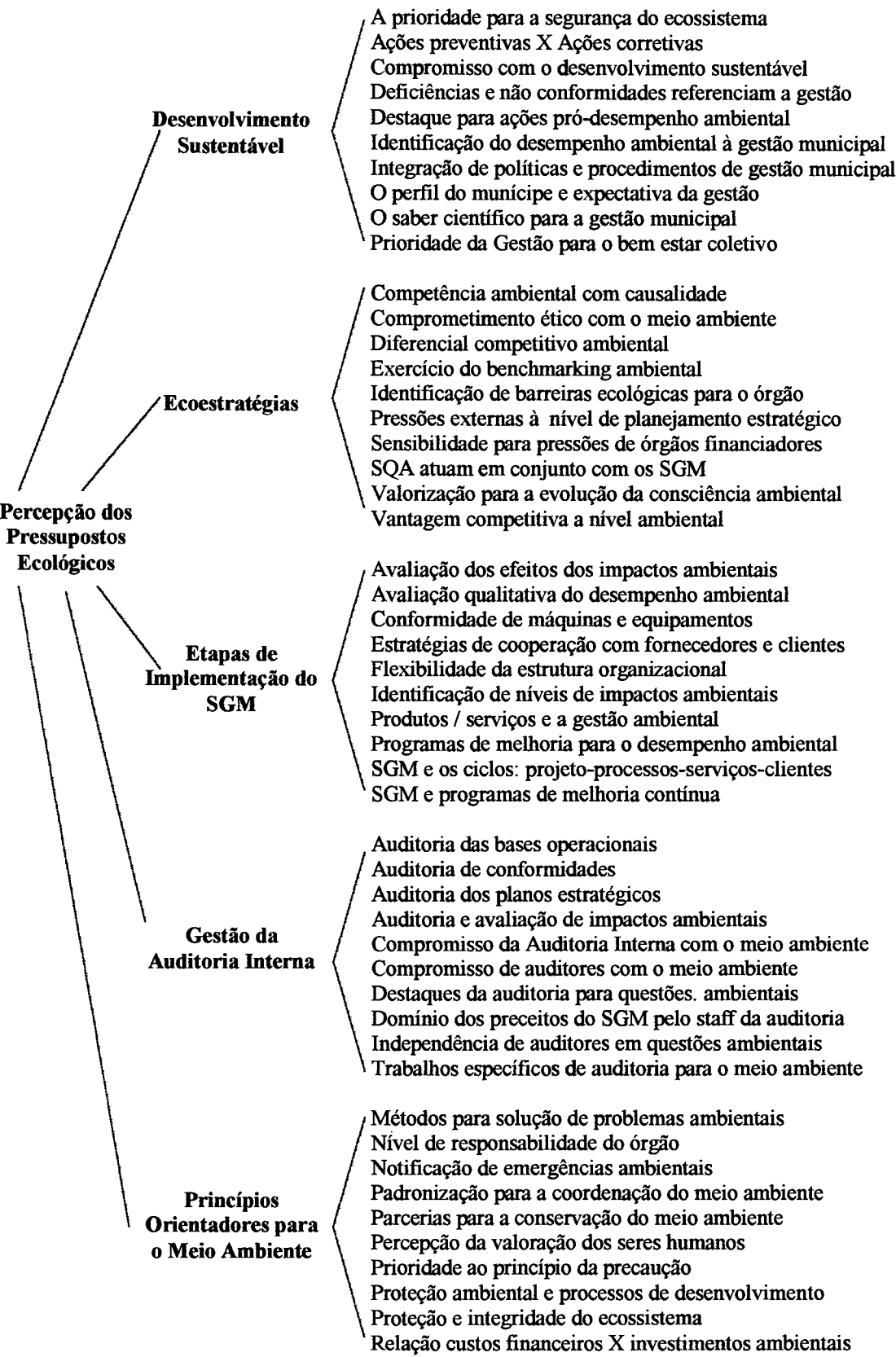


Fluxograma 5: Percepção Sistêmica - Parte 3

Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais

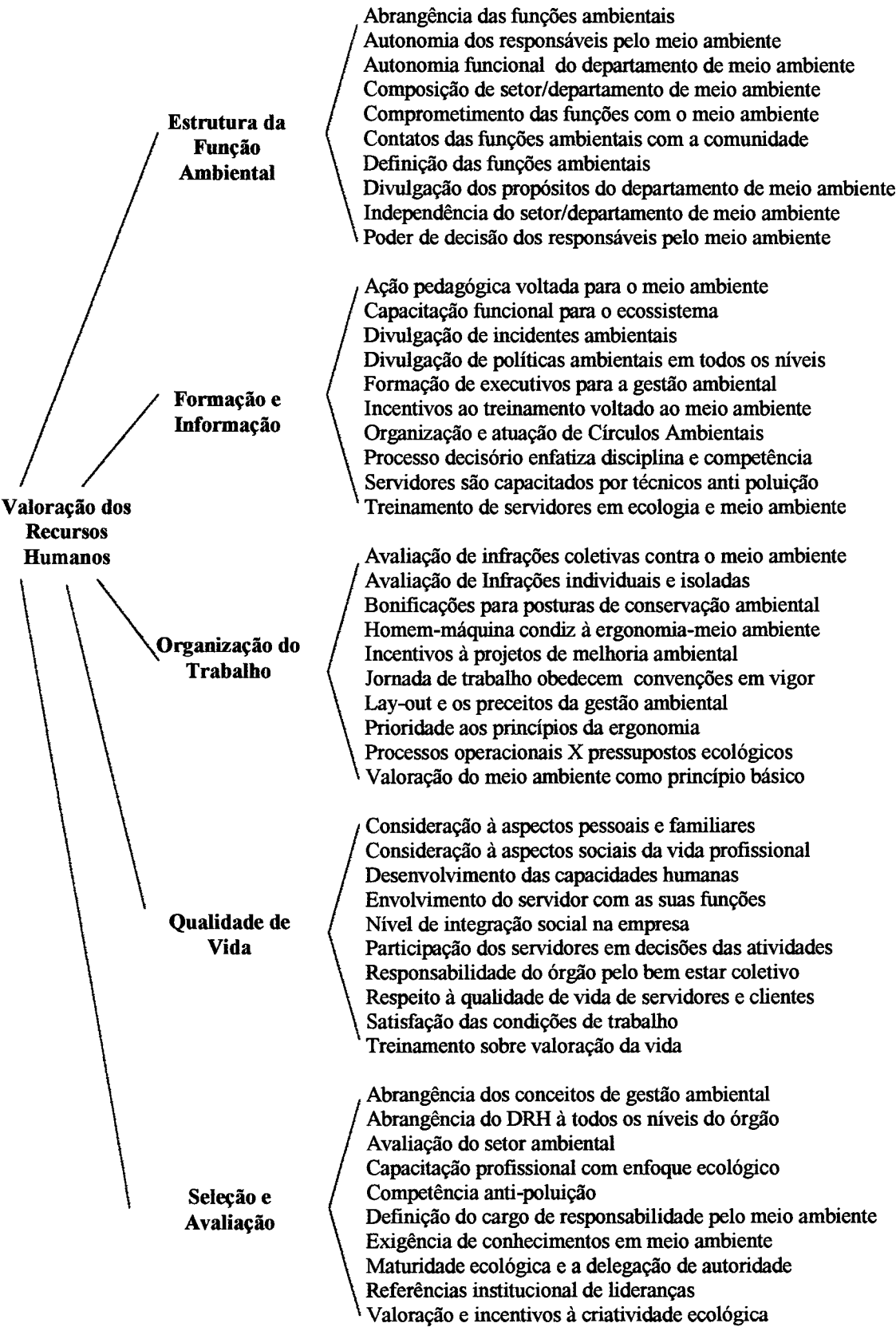


Percepção dos Pressupostos Ecológicos



Fluxograma 7: Percepção Sistêmica - Parte 5

Valoração dos Recursos Humanos



Fluxograma 8: Percepção Sistêmica - Parte 6

### **5.3.2.1– AGRUPAMENTO E SIGNIFICADO DAS VARIÁVEIS**

As variáveis que compõem o modelo, conforme apresentadas nos fluxogramas, dizem respeito à interação entre a fundamentação teórica do estudo, e as observações empíricas percebidas no âmbito da gestão municipal de Belém e deve ser o seu entendimento restrito ao âmbito desta municipalidade.

Para agilizar a contextualização das variáveis, atribuiu-se categorizações por dígitos romano-arábicos na forma como estas se encontram na composição de grupos e subgrupos, conforme se apresenta abaixo, de modo que se possa obter o melhor entendimento sobre o modelo.

#### **I- PERCEPÇÃO SINÓPTICA**

- I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário
- I.2- Educação Ambiental
- I.3- Estilos de Gestão
- I.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais
- I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos
- I.6- Valoração dos Recursos Humanos

#### **II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA**

- II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário
    - II.1.1- Abordagem Multifinalitária
    - II.1.2- Abordagem Normativa
    - II.1.3- Compreensão Espacial da Infraestrutura
    - II.1.4- Concepção Ambiental
    - II.1.5- Espaço Territorial
  - II.2- Educação Ambiental
    - II.2.1- Atividades de Pesquisa e Meio Ambiente
    - II.2.2- Atuações de Lideranças Estratégicas
    - II.2.3- Pesquisa e Desenvolvimento
    - II.2.4- Relação do RH com o Desenvolvimento
    - II.2.5- Responsabilidade da Pesquisa com o Meio Ambiente
-



**II.3- Estilos de Gestão**

II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais

II.3.2- Desenvolvimento Sustentável

II.3.3- Planejamento

II.3.4- Processo Decisório

II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais

**II.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais**

II.4.1- Controle da Gestão

II.4.2- Dispositivos de Prevenção (anti-poluição)

II.4.3- Dispositivos Jurídicos

II.4.4- Regulamentação

II.4.5- Responsabilidade Legal

**II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos**

II.5.1- Desenvolvimento Sustentável

II.5.2- Ecoestratégias

II.5.3- Etapas de Implantação do SGM

II.5.4- Gestão da Auditoria Interna

II.5.5- Princípios Orientadores para o M.A.

**II.6- Valoração dos Recursos Humanos**

II.6.1- Estrutura da Função Ambiental

II.6.2- Formação e a Informação

II.6.3- Organização do Trabalho

II.6.4- Qualidade de Vida

II.6.5- Seleção e Avaliação

Cabe ressaltar que os grupos se compõem de subgrupos e estes por variáveis do contexto gerencial, e estes constituem um modelo horizontal de coleta de evidências, no qual se destaca o entendimento de que todos os elementos se revestem uniformemente da maior importância para o estudo, e desta forma, se encontram classificados em ordem alfabética ao invés de atributos outros, que nesta oportunidade em função da subjetividade e possibilidade de intervenção dos gestores, poderiam vir a propiciar desvios nocivos ao entendimento das propostas do modelo.

---

Na sequência apresentam-se em sua extensão os níveis, os grupos, os subgrupos, e as respectivas variáveis na forma como se identificaram junto ao processo decisório da gestão municipal na abrangência dos órgãos que possuem ingerência sobre impactos ambientais, instrumentalizados através de seus respectivos significados técnicos-conceituais na forma como constituem o modelo:

## **I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA**

Diz respeito ao nível de entendimento ecológico segundo o qual os órgãos deliberam sobre opções gerenciais junto ao processo decisório. Indica a visão geral do comportamento ecológico da gestão.

### **I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário**

Ordenação sistêmica de informações gráficas plurais sobre o contexto espacial da infra-estrutura na qual a organização possa estar operando.

#### **I.1.1- Características técnicas multifinalitárias**

Atribuições que o cadastro deve possuir para satisfazer necessidades dos diversos usuários.

#### **I.1.2- Formação de banco de dados multifinalitários**

A disponibilidade das informações para o acesso direto dos diversos usuários.

#### **I.1.3- Geoprocessamento das informações gráficas**

Tratamento geográfico das informações coletadas.

#### **I.1.4- Geração de subsídios para a expansão auto-sustentável**

A capacidade do cadastro em reproduzir informações capazes de orientar o crescimento das comunidades com base nos prepostos da ecologia.

#### **I.1.5- Geração de estratégias sócio-econômicos institucional**

As contribuições do cadastro ao planejamento estratégico mediante a oferta de elementos do contexto social e viabilidade econômica da organização.

#### **I.1.6- Geração de estratégias físico territorial e ambiental**

As contribuições do cadastro ao planejamento estratégico mediante oferta de elementos cartográficos relacionados à ecologia.

#### **I.1.7- Geração de geo informações espaciais e numéricas**

Presença do cadastro multifinalitário na contextualização espacial das atividades gerenciais no âmbito do município.

#### **I.1.8- Interação entre as concessionárias públicas**

O cadastro multifinalitário propicia ao nível do processo decisório, troca de informações entre as concessionárias.

#### **I.1.9- Sustentação ao sistema de arrecadação tributária**

O cadastro multifinalitário agiliza o processo de arrecadação e captação de receitas na forma de impostos, contribuições, e taxas.

#### **I.1.10-Sustentação ao zoneamento ecológico**

Diz respeito à definição de atividades que podem ser implantadas em uma região, indicando a localização adequada para implantação de projetos e investimentos que possibilitem o desenvolvimento da região.

## **I.2- Educação Ambiental**

Relaciona-se à integração homem-ecossistema, sob a ótica da preservação, considerando a cognição do ser humano para atividades de criação e discernimento.

### **I.2.1-Capacitação institucional em questões ambientais**

Diz respeito ao histórico técnico-científico da organização em trabalhos ecológicos junto à comunidade.

### **I.2.2- Integração do meio ambiente ao desenvolvimento interdisciplinar**

Avalia a participação de profissionais de diversas áreas em atividades ecológicas afins.

### **I.2.3- Necessidades de aprendizagem da comunidade**

Reporta-se ao interesse da comunidade de participar em conjunto ao órgão, de atividades com comprometimento ecológico

### **I.2.4- Parcerias em prol ao desenvolvimento sustentável**

Condiz à aproximação do órgão com entidades representantes da comunidade, buscando participação ativa conjunta.

### **I.2.5- Parcerias entre a gestão e instituições de ensino**

Condiz à aproximação do órgão com entidades educacionais, buscando participação ativa conjunta em projetos específicos.

### **I.2.6- Percepção e entendimento da biodiversidade**

Diz respeito à existência de uma visão sistêmica do desenvolvimento sócio-econômico-político e ambiental através de um desenvolvimento sustentável

### **I.2.7- Programas de turismo ecológico**

Reporta-se à participação do órgão em programas de turismo ecológicos desenvolvidos em conjunto com entidades afins.

### **I.2.8- Programas para a consciência crítica ambiental**

Diz respeito ao desenvolvimento e implementação de programas comprometidos com questões ecológicas.

### **I.2.9- Readaptação da cultura para o meio ambiente**

Reporta-se à condução da cultura organizacional para os problemas ecológicos que o órgão pode estar experimentado.

### **I.2.10- Treinamentos vocacionados para percepção ecológica**

Diz respeito à políticas de capacitação profissional vocacionadas aos procedimentos ecológicos.

## **I.3 – Estilos de Gestão**

Diz respeito às características da gestão quanto aos reflexos do processo decisório no âmbito do macroambiente.

### **I.3.1- Ação dos níveis hierárquicos no processo decisório**

Relaciona-se à participação e comprometimento de todos os níveis da gestão, com as questões ecológicas.

### **I.3.2- Ação participativa do desenvolvimento sustentável**

Diz respeito à Interação entre o órgão e a sociedade civil na busca do autogerenciamento do ecossistema.

**I.3.3- Ações autosustentadas de desenvolvimento humano**

Traduz a responsabilidade da gestão em tratar as políticas de desenvolvimento humano relacionando-as as condições de emprego e remuneração.

**I.3.4- Estratégias atuais de planejamento municipal**

Condiz às estratégias de gestão municipal com base em planejamentos ampliados por questões ecológicas.

**I.3.5- Metas para o desenvolvimento sustentável**

Diz respeito à políticas de treinamento sistemático de servidores enfatizando a necessidade de equilíbrio do ecossistema e de sua biodiversidade.

**I.3.6- Procedimentos internos referentes ao meio ambiente**

Diz respeito aos procedimentos operacionais da gestão como um todo em respeito à manutenção do equilíbrio ecológico.

**I.3.7- Relação causal entre sociedade e meio ambiente**

Reporta-se a interatividade entre os objetivos da gestão e as características da comunidade em seu habitat.

**I.3.8- Relação custo-benefício do processo decisório**

Trabalha a questão do ônus operacional da gestão em função da manutenção das particularidades do ecossistema.

**I.3.9- Relação meio ambiente e atividades gerenciais**

Destaca o desenvolvimento de programas de gestão municipal, em respeito aos ecossistemas, ao nível do órgão.

**I.3.10- Sinergia entre atores sociais e seleção de prioridades**

Valoração dos anseios da comunidade quanto perspectivas da gestão durante a elaboração de seus planos estratégicos, táticos e operacionais.

**I.4- Estratégias reguladoras dos impactos ambientais**

Relativo às estratégias da gestão do órgão quanto as abordagens conservacionistas, considerando aspectos operacionais e financeiros.

**I.4.1- Distinção entre contabilidade e auditoria interna**

Diz respeito a distinção entre os propósitos operacionais da contabilidade e aqueles inerentes à auditoria.

**I.4.2- Gerenciamento e objetivos ecológicos**

Relaciona-se à forma e à essência da gestão quanto aos dispositivos jurídicos em vigor.

**I.4.3- Norma ISO 14000 e o processo decisório**

Ênfase que se atribui à serie ISO 14000 como subsídio ao processo decisório.

**I.4.4- Objetivos ecológicos em termos financeiros**

Diz respeito à existência de mecanismos capazes de avaliar monetariamente a consecução dos objetivos ecológicos, conforme se perceba.

**I.4.5- Orçamentos para perícias jurídicas regulares**

Enfatiza a existência de rubricas específicas para remunerar perícias jurídicas habituais.

**I.4.6- Os planos ecológicos de médio e longo prazos**

Reporta-se à existência de planos ecológicos, cujos desembolsos pró-execução se façam nestes períodos.

**I.4.7- Os sistemas de auditoria jurídica**

Destaque para programas de auditoria jurídica, quanto à observação dos efeitos ecológicos da gestão.

**I.4.8- Relatórios anuais específicos ao meio ambiente**

Destaque para os relatórios do staff do órgão com ênfase para as questões ambientais envolvidas no período.

**I.4.9- Responsabilidade jurídica para com o meio ambiente**

Reporta-se ao comprometimento da gestão com a observação aos dispositivos legais vigentes em relação ao ecossistema.

**I.4.10- Responsabilidades civil, penal e administrativa**

Explicitação da responsabilidade solidária no órgão ao nível das questões ecológicas.

**I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos**

Diz respeito ao entendimento das prioridades ecológicas no que concerne a manutenção do equilíbrio do ecossistema no âmbito dos setor quanto aos seus processos produtivos.

**I.5.1- Conotação histórica da Pesquisa e Desenvolvimento**

Tradução do comprometimento do órgão com programas de pesquisa visando o desenvolvimento gerencial.

**I.5.2- Conotação política da comunicação ecológica externa**

Explicita o comprometimento da comunicação do órgão com a comunidade quanto a pertinência da sua política ecológica.

**I.5.3- Conotação política da comunicação ecológica interna**

Explicita o comprometimento da comunicação do órgão aos servidores quanto a pertinência da sua política ecológica.

**I.5.4- Consciência das responsabilidades ecológicas externas**

Relativo ao compromisso dos servidores do órgão com a manutenção do equilíbrio ecológico nas comunidades.

**I.5.5- Consciência das responsabilidades ecológicas internas**

Relativo ao compromisso dos servidores do órgão com a criação de posturas ecológicas no âmbito organizacional.

**I.5.6- Estruturação do esforço ecológico**

Condiz com a existência de mecanismos operacionais capazes de estruturar à nível do órgão, metodologias para reproduzir o entendimento de medidas conservacionistas.

**I.5.7- Formação ecológica dos colaboradores**

Diz respeito à cultura ecológica organizacional de entidades que se postulam colaboradoras da gestão do órgão.

**I.5.8- Investimentos ecológicos em meios de produção**

Reporta-se aos subsídios financeiros e pecuniários utilizados nas atividades operacionais cujos resultados vislumbrem também a manutenção do equilíbrio ecológico.

**I.5.9- Nível de orçamento ecológico**

Condiz à existência de recursos alocados para ações ecológicas do órgão.

**I.5.10- Nível hierárquico de responsabilidade**

Explicita a autoridade e a responsabilidade delegada ao nível do órgão, para questões ecológicas.

**I.6- Valoração dos Recursos Humanos**

Reporta-se à valoração dos recursos humanos na condição de principais elementos do contexto organizacional ao nível do setor, e a necessidade do comprometimento de suas ações com o ecossistema.

**I.6.1- Estrutura hierárquica e o meio ambiente**

Diz respeito ao comprometimento do staff do órgão, em seus diferentes níveis hierárquicos, com o equilíbrio ecológico.

**I.6.2- Cargos e funções e a melhoria ecológica**

Reporta-se à necessidade de se relacionar cargos, funções e planos de ascensão funcional, à visão de melhoria ecológica do órgão.

**I.6.3- Fator ambiental e a escolha de funcionários**

Reporta-se à programas de recrutamento e seleção que possam estar valorizando a postura ecológica de funcionários.

**I.6.4- Ideologia de funcionários sobre meio ambiente**

Refere-se ao comportamento dos funcionários em relação à questões ecológicas.

**I.6.5- Meio ambiente e a política de recursos humanos**

Diz respeito à existência de mecanismos capazes de avaliar o desempenho de servidores em função de seu comportamento relativo ao meio ambiente.

**I.6.6- Planos de emergência para acidentes não técnicos**

Condiz à existência de planos para emergências ao nível do órgão, para acidentes ocasionais decorrentes de atividades extra operacionais.

**I.6.7- Planos de emergência para acidentes técnicos**

Condiz à existência de planos para emergências ao nível do órgão, para acidentes ocasionais ou sistemáticos decorrentes de atividades operacionais.

**I.6.8- Relação de trabalho com o meio ambiente**

Diz respeito ao comprometimento das atividades operacionais com questões ecológicas

**I.6.9- Responsabilidade por riscos ambientais**

Explicita a responsabilidade dos servidores envolvidos diretamente em atividades de risco ambiental.

**I.6.10- Treinamento de pessoal para questões ecológicas**

Diz respeito à existência de programas de treinamento específicos em questões ecológicas, no âmbito do órgão.

## **II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA**

Indica o nível de entendimento ecológico segundo o qual os órgãos deliberam sobre opções gerenciais junto ao processo decisório. Indica a visão específica do comportamento ecológico da gestão sobre cada grupo do contexto organizacional, quanto a sua composição e respectivas variáveis ecológicas.

### **I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário**

Ordenação sistêmica de informações gráficas plurais sobre o contexto espacial da infra-estrutura na qual a organização possa estar operando.

#### ***II.1.1- Abordagem Multifinalitária***

Diz respeito ao mix diversificado de informações que contém o cadastro

##### **II.1.1.1- Acesso aos diversos níveis de usuários**

Reporta-se ao suporte técnico que o cadastro aufere os usuários em suas diferentes necessidades de informações.

##### **II.1.1.2- Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais**

Alusões que se faz à importância do cadastro multifinalitário no contexto global das ações do órgão, envolvendo as ações mencionadas.

##### **II.1.1.3- Apoio ao planejamento municipal**

Diz respeito a sustentação técnica que o cadastro aufere aos planejamentos no nível do órgão.

##### **II.1.1.4- Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria**

Reporta-se a utilidade das informações contidas no cadastro, para orientar na elaboração dos relatórios gerenciais.

##### **II.1.1.5- Auxílio na elaboração de programas de gestão**

Relaciona-se à utilidade do cadastro multifinalitário para orientar sobre os predicados operacionais da gestão, por ocasião da elaboração dos programas.

##### **II.1.1.6- Integração entre zoneamento econômico e ecológico**

Condiz ao potencial técnico do cadastro em estabelecer restrições ambientais aos processos relacionados à organização do espaço territorial rural e urbano, visando a adequação das características sócio-econômicas às condições sócio-ambientais.

##### **II.1.1.7- Integração técnica entre cadastro e usuários**

Reporta-se ao nível de interatividade das informações que compõem o cadastro técnico multifinalitário com as necessidades de informações dos usuários.

##### **II.1.1.8- Sistemas de informações atuais**

Diz respeito a utilidade das informações componentes do cadastro, quanto praticidade e utilidade em observância à relação tempo-espaço.

##### **II.1.1.9- Sistemas de informações plurais**

Destaque que se dá ao escopo do cadastro quanto sistema de informações e apoio à decisão.

##### **II.1.1.10- Sustentação aos indicadores ambientais**

Ênfase que se percebe pela abrangência do cadastro no momento em que auxilia na configuração dos indicadores ambientais presentes no órgão ao nível da gestão.

---

### ***II.1.2-Abordagem Normativa***

Reporta-se à observação do cadastro técnico multifinalitários aos instrumentos normativos vigentes para dirimir questões ao nível ecológico.

#### **II.1.2.1- Delimitação de zonas em função da utilidade da área**

Condiz ao cumprimento dos limites geográficos estabelecidos mediante o auxílio do cadastro para o órgão, em função do desenvolvimento de atividades específicas

#### **II.1.2.2- Diretrizes para coleta e tratamento de resíduos**

Diz respeito à contemplação das orientações normativas do cadastro quanto as possíveis modalidades de tratamento de resíduos ao nível do órgão.

#### **II.1.2.3- Fiscalização de obras públicas, atividades e processos**

Reporta-se ao cumprimento de normas estabelecidas com o auxílio do cadastro para a fiscalização e acompanhamento de obras públicas e atividades operacionais no âmbito do órgão.

#### **II.1.2.4- Informações para gestão e finanças ao nível municipal**

Reporta-se ao suporte normativo baseado no cadastro sobre a averbação e utilização de recursos no âmbito do órgão.

#### **II.1.2.5- Normas para controle da tributação**

Diz respeito à utilização do suporte normativo gerado pelo cadastro sobre a metodologia utilizada pelo órgão, no sentido de auferir suporte à tributação.

#### **II.1.2.6- Normas para credenciamento de técnicos em cadastro**

Condiz à observação de contexto normativo para a capacitação de pessoal técnico para exercer atividades de gerenciamento de cadastro junto ao órgão.

#### **II.1.2.7- Normas para execução e manuseio do cadastro**

Relaciona-se à observação de suporte normativo para o desenvolvimento de atividades operacionais inerentes à elaboração e manuseio do cadastro.

#### **II.1.2.8- Normas para a exploração e utilização do solo**

Relaciona-se à funcionalidade do aparato normativo quanto as modalidades, frequência e uso do solo urbano e rural ao nível do órgão.

#### **II.1.2.9- Normas para licenciamento de funcionamento**

Diz respeito aos fundamentos normativos que o cadastro ao nível do órgão contribui para estabelecer critérios e limites para funcionamento de equipamentos e acessórios urbanos.

#### **II.1.2.10- Políticas de inventário urbano**

Relaciona-se à abrangência das normas com vistas ao estabelecimento de critérios para a efetivação e manutenção de registros de equipamentos e acessórios urbanos, com base no cadastro multifinalitário.

### ***II.1.3- Compreensão Espacial da Infra-estrutura***

Diz respeito à compreensão do escopo gerencial do órgão com base nas cartas temáticas constitutivas do cadastro multifinalitário.

#### **II.1.3.1- Contemplação da saúde pública ao saneamento básico**

Reporta-se à percepção do órgão quanto a relação saúde - saneamento, no âmbito dos mapas temáticos que constituem o cadastro.

---



**II.1.3.2- Esgoto sanitário relativo à qualidade ambiental**

Condiz ao entendimento do órgão sobre a importância da qualidade técnica do esgoto sanitário para a qualidade ambiental, no âmbito dos mapas temáticos que constituem o cadastro.

**II.1.3.3- Informações para projetos de infra-estrutura ambiental**

Reporta-se à transparência do cadastro para a elaboração e desenvolvimento de projeto de infra-estrutura ambiental, ao nível do órgão.

**II.1.3.4- Planejamento integrado de infra-estrutura ambiental**

Reporta-se à transparência do cadastro para a elaboração e desenvolvimento de projeto de infra-estrutura ambiental ao nível do órgão na abrangência da gestão.

**II.1.3.5- Programas de coleta seletiva de lixo**

Diz respeito às contribuições do cadastro para a elaboração, ao nível do órgão, de programas auxiliares de coleta seletiva de lixo.

**II.1.3.6- Programas de obras verdes**

Diz respeito às contribuições do cadastro para a elaboração, ao nível do órgão, de programas auxiliares de implementação de obras verdes.

**II.1.3.7- Saneamento básico em relação à qualidade de vida**

Condiz às contribuições do cadastro para o aprimoramento das condições sanitárias como indispensável para a melhoria da qualidade de vida em seu aspecto fisiológico, ao nível do órgão.

**II.1.3.8- Saneamento básico em relação ao ecossistema**

Condiz às contribuições do cadastro para o aprimoramento das condições sanitárias como indispensável para a qualidade de vida em seu aspecto sócio-político, ao nível do órgão.

**II.1.3.9- Tratamento específico para resíduos sólidos**

Relaciona-se à utilização do cadastro para o estabelecimento de logística apropriada ao tratamento de resíduos sólidos, ao nível do órgão.

**II.1.3.10- Utilização de zoneamento para sistemas de transportes**

Reporta-se à identificação e seleção de áreas prioritárias para a implantação de sistemas de transportes eficientes, pela utilização do cadastro, ao nível do órgão.

**II.1.4- Concepção Ambiental**

Reporta-se ao nível de entendimento do contexto ambiental mediante a utilização dos mapas temáticos constitutivos do cadastro multifinalitário.

**II.1.4.1- Acesso à informações sobre causas de poluição/degradação**

Condiz à disponibilidade das informações geradas pelo cadastro sobre possíveis causas de poluição/degradação ao nível do órgão.

**II.1.4.2- Critérios e padrões de qualidade ambiental**

Diz respeito ao estabelecimento de critérios e de padrões de qualidade ambiental baseados no cadastro multifinalitário, ao nível do órgão.

**II.1.4.3- Percepção da existência de políticas ambientais**

Diz respeito à identificação de políticas ambientais, ao nível do órgão, mediante a utilização do cadastro multifinalitário.

**II.1.4.4- Programas de controle e proteção ambiental**

Reporta-se ao suporte auferido pelo cadastro, para a elaboração e desenvolvimento de programas de controle e proteção ambiental ao nível do órgão.

**II.1.4.5- Sensibilidade à qualidade de vida e ambiental**

Reporta-se ao suporte auferido pelo cadastro, para o desenvolvimento de percepção e sensibilidade à qualidade de vida em seu aspecto fisiológico e qualidade ambiental em seu sentido conservacionista.

**II.1.4.6- Utilização de recursos naturais em bases sustentáveis**

Diz respeito ao apoio do cadastro para a utilização de recursos naturais com base na sustentabilidade do ecossistema.

**II.1.4.7- Valoração de apelos ecológicos da comunidade**

Condiz à utilidade do cadastro para identificar e fazer valer os apelos ecológicos da comunidade, ao nível do órgão.

**II.1.4.8- Valoração de estudos e pesquisas em meio ambiente**

Condiz à utilidade do cadastro para chamar atenção para a necessidade do desenvolvimento de programas de pesquisas institucionais em questões ecológicas.

**II.1.4.9- Valoração de insumos recicláveis/reciclados**

Reporta-se à utilidade de cadastro como instrumento capaz de despertar interesses do órgão em trabalhar a valoração de insumos reciclados/recicláveis ao nível do órgão.

**II.1.4.10- Valoração de zonas e áreas de proteção ecológica**

Diz respeito à identificação e valoração de zonas de proteção ecológica, pelo órgão, com base nas informações geo-cartográficas que compõem o cadastro.

***II.1.5- Espaço Territorial***

Diz respeito à organização territorial do município, em relação a área de atuação do órgão, com base no cadastro técnico multifinalitário.

**II.1.5.1- Cadastros de sítios urbanos históricos**

Diz respeito à identificação de sítios urbanos históricos pelo cadastro técnico multifinalitário e sua utilidade técnica-social ao órgão.

**II.1.5.2- Facilidade do manejo urbano**

Condiz à importância das informações do cadastro para o planejamento, à nível do órgão, da ordenação do manejo urbano.

**II.1.5.3- Identificação dos fluxos migratórios**

Condiz à importância das informações do cadastro para a identificação, à nível do órgão, dos fluxos migratórios e necessidades de infra-estrutura.

**II.1.5.4- Microclimas e a organização do espaço**

Diz respeito às contribuições do cadastro para a identificação de regiões de microclimas, e a organização do espaço territorial ao nível do órgão.

**II.1.5.5- Organização dos espaços do território municipal**

Relaciona-se às contribuições do cadastro ao órgão, nas particularidades pertinentes à organização dos espaços constitutivos do município.

**II.1.5.6- Otimização dos espaços urbanos**

Condiz à importância das informações do cadastro junto ao órgão, no que concerne em sua competência, à otimização dos espaços urbanos.

**II.1.5.7- Planejamento do potencial construtivo**

Diz respeito às contribuições do cadastro para a execução do planejamento do potencial construtivo do município, ao nível do órgão.

**II.1.5.8- Políticas habitacionais x desenvolvimento sustentável**

Reporta-se ao suporte técnico auferido pelo cadastro no que se refere, ao nível do órgão, às políticas habitacionais com vistas a manutenção do desenvolvimento sustentável.

**II.1.5.9- Preservação de bens históricos, artísticos e culturais**

Reporta-se ao suporte técnico auferido pelo cadastro, ao nível do órgão, para a efetividade da preservação em bases reais de bens históricos, artísticos e culturais.

**II.1.5.10- Qualidade ambiental e a organização dos espaços**

Diz respeito ao suporte técnico auferido pelo cadastro, ao nível do órgão, para o estabelecimento de parâmetros institucionais para a efetividade da qualidade ambiental considerando as características organizacionais dos espaços territoriais.

**II.2- Educação Ambiental**

Se relaciona à integração homem-ecossistema, sob a ótica da preservação, considerando a cognição do ser humano para atividades de criação e discernimento.

**II.2.1- Atividades de Pesquisa e o Meio Ambiente**

Condiz ao entendimento da educação ambiental aos níveis das pesquisas científicas aos níveis dos pressupostos ambientais.

**II.2.1.1- Benefícios aos ecossistema**

Reporta-se às contribuições que as atividades de pesquisa reproduzem para o ecossistema, ao nível do órgão.

**II.2.1.2- Controles ambientais específicos**

Reporta-se aos benefícios que as atividades de pesquisa auferem ao órgão, quanto a implantação e efetividade dos controles ambientais específicos.

**II.2.1.3- Ecossistema compõe o macro ambiente**

Diz respeito à sustentação que as atividades de pesquisa auferem à composição do macroambiente, ao nível do órgão, em observação ao ecossistema.

**II.2.1.4- Ecossistema se postula dependente**

Refere-se aos prepostos da pesquisa quanto à dependência do ecossistema aos subsídios operacionais do órgão.

**II.2.1.5- Ecossistema se relaciona aos objetivos gerais**

Refere-se aos prepostos da pesquisa quanto à relação do ecossistema aos objetivos gerais do órgão.

**II.2.1.6- Equilíbrio do ecossistema como resultado**

Diz respeito à percepção do equilíbrio ecológico como resultado das pesquisas, ao nível do órgão.

**II.2.1.7- Fundamentos para o equilíbrio ecológico**

Diz respeito à percepção do equilíbrio ecológico sob a dependência de fundamentos básicos obtidos nos resultado das pesquisas, ao nível do órgão.

**II.2.1.8- Geração de histórico responsável dos produtos**

Condiz à ratificação de produtos com qualidade ambiental ao longo dos tempos, segundo as pesquisas ao nível do órgão.

**II.2.1.9- Prioridade à questões ambientais**

Diz respeito à importância da pesquisa para o órgão priorizar as questões ambientais

**II.2.1.10- Regulamentação específica**

Diz respeito a elaboração de regulamentação específicas sobre questões ecológicas, segundo as pesquisas, ao nível do órgão.

***II.2.2- Atuação de Lideranças Estratégicas***

Diz respeito ao entendimento da abordagem comportamental, mediante a observação da atuação das lideranças e suas estratégias no âmbito do órgão.

**II.2.2.1- Comportamento humano nos planos estratégicos**

Refere-se à conscientização, comprometimento e participação dos servidores, ao nível do órgão.

**II.2.2.2- Definição dos estilos de liderança**

Diz respeito aos procedimentos de gestão adotados, ao nível do órgão.

**II.2.2.3- Desempenho ambiental nos planos estratégicos**

Refere-se ao estabelecimento de critérios para a avaliação do desempenho ambiental, por ocasião da elaboração dos planos estratégicos, ao nível do órgão.

**II.2.2.4- Inovações tecnológicas protegem o meio ambiente**

Reporta-se à utilização de tecnologias limpas, visando o equilíbrio do ecossistema, ao nível do órgão.

**II.2.2.5- Inserção da proteção ambiental nos planos estratégicos**

Se reporta à adequação dos planos estratégicos aos predicados da proteção ambiental, ao nível do órgão.

**II.2.2.6- Liderança formal avalia o desempenho ambiental**

Diz respeito à participação dos líderes funcionais no estabelecimento de critérios segundo os quais se possa avaliar o desempenho ambiental.

**II.2.2.7- Reconhecimento da força das lideranças formais**

Condiz ao estabelecimento de referenciais para avaliar o perfil dos gestores, ao nível do órgão.

**II.2.2.8- Relevância das relações interpessoais**

Reporta-se à ênfase atribuída para as relações de trabalho ao nível das externalidades das funções, ao nível do órgão.

**II.2.2.9- Sensibilidade das lideranças formais sobre o meio ambiente**

Refere-se ao envolvimento direto dos gestores com as questões ecológicas, ao nível do órgão.

**II.2.2.10- Sensibilidade das lideranças informais sobre o meio ambiente**

Refere-se ao envolvimento direto dos servidores, independente do cargo ou função, com as questões ecológicas, ao nível do órgão.

***II.2.3- Pesquisa e Desenvolvimento***

Diz respeito Integração entre conhecimento científico e sua aplicabilidade junto aos fatores de produção diretamente envolvidos no processo decisório do órgão.

**II.2.3.1- Destaque aos fatores de produção**

Reporta-se à segregação, identificação e valoração dos fatores de produção ao nível do órgão

**II.2.3.2- Equilíbrio do ecossistema**

Diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos capazes de garantir o equilíbrio do ecossistema.

**II.2.3.3- Exercício de controles sobre o ecossistema**

Condiz aos mecanismos de avaliação e controle sobre o ecossistema, ao nível do órgão.

**II.2.3.4- Níveis de impactos sobre o ecossistema**

Reporta-se à metodologias usuais para identificar, categorizar e avaliar os níveis de impactos sobre o ecossistema, ao nível do órgão.

**II.2.3.5- Objetivos operacionais contemplam o ecossistema**

Refere-se à abrangência dos objetivos operacionais do órgão em função das características do ecossistema.

**II.2.3.6- Reforço aos contextos jurídico e gerencial**

Diz respeito à devida valoração às leis e normas vigentes, em relação ao desempenho gerencial do órgão, ao nível do contexto ambiental.

**II.2.3.7- Reprodução de escolhas ideológicas**

Diz respeito à reprodução de ideologias que visam o bem estar comum da comunidade no âmbito do órgão.

**II.2.3.8- Reprodução de serviços ecológicos**

Diz respeito à reprodução de serviços comprometidos com o ecossistema que visam o bem estar comum da comunidade no âmbito do órgão.

**II.2.3.9- Tecnologias consideram os níveis de RH**

Condiz à utilização de tecnologias limpas ao nível da qualificação técnica dos servidores, no âmbito do órgão.

**II.2.3.10- Visão prospectiva é característica da gestão**

Reporta-se à visão sistêmica, abrangente, e comprometida com o todo organizacional, a partir do órgão.

***II.2.4- Relação do RH com o Desenvolvimento***

Reporta-se ao comprometimento dos recursos humanos com o desenvolvimento organizacional no âmbito do órgão.

**II.2.4.1- Clareza dos níveis de competência ambiental**

---

Reporta-se ao estabelecimento de atribuições funcionais e a respectiva responsabilidade em função da competência ambiental, ao nível do órgão.

**II.2.4.2- Competência da avaliação de impactos de P&D**

Diz respeito à participação responsável de servidores nas atividades de avaliação de pesquisa e desenvolvimento.

**II.2.4.3- Consciência sobre os impactos das pesquisas**

Condiz ao envolvimento crítico e pessoal dos servidores nos resultados das pesquisas que referendam impactos ambientais, ao nível do órgão.

**II.2.4.4- Consciência da responsabilidade ambiental**

Condiz ao envolvimento crítico e pessoal dos servidores quanto suas competências e responsabilidades profissional com questões ecológicas, ao nível do órgão.

**II.2.4.5- Criatividade e motivação como critérios ecológicos**

Diz respeito à participação criativa dos servidores, na forma como possam estar comprometidos com as questões ecológicas, ao nível do órgão.

**II.2.4.6- Interação ambiental reforça avaliação de desempenho**

Reporta-se ao envolvimento dos servidores nas questões ecológicas quanto a implementação de critérios para a avaliação de desempenho funcional.

**II.2.4.7- Interferência da produtividade nos impactos ambientais**

Refere-se à participação pró-ativa da produtividade na redução de impactos ambientais.

**II.2.4.8- Relevância da integração do RH no ecossistema**

Condiz aos benefícios obtidos pela integração do departamento de recursos humanos com as particularidades do ecossistema.

**II.2.4.9- Respeito à qualidade de vida fundamenta a liderança**

Diz respeito à efetividade da liderança em função da melhoria na qualidade de vida de servidores no âmbito do órgão.

**II.2.4.10- Sensibilidade ambiental fundamenta as atividades**

Diz respeito ao maior envolvimento dos servidores em suas atividades, no momento em que experimentam melhorar a sensibilidade ambiental.

***II.2.5- Responsabilidade da Pesquisa com o M.A.***

Refere-se ao desenvolvimento responsável do órgão, enfatizando-se a importância de pesquisas científicas estarem comprometidas com as questões ambientais.

**II.2.5.1- Abrangência da pesquisa se faz no contexto geral**

Reporta-se ao escopo e profundidade da pesquisa no âmbito das sociedades plurais.

**II.2.5.2- Elaboração de referenciais para a conservação**

Refere-se ao comprometimento da pesquisa com a construção de referenciais para o equilíbrio do ecossistema.

**II.2.5.3- Estratégias ecológicas para o desenvolvimento**

Condiz ao estabelecimento de estratégias ecológicas como resultados das pesquisas.

**II.2.5.4- Ideologia de conservação**

Diz respeito à preferência do conservacionismo ao preservacionismo.

**II.2.5.5- Indicação de nível de utilidade do produto**

Refere-se a avaliação de produtos quanto a potencialidade de impactar o meio ambiente, ao nível do órgão.

**II.2.5.6- Orientação para as modalidades de descarte**

Refere-se à observação das metodologias indicadas pela pesquisa para o descarte de insumos ao nível do órgão.

**II.2.5.7- Relevância do meio ambiente**

Se reporta à importância que a gestão do órgão atribui ao meio ambiente.

**II.2.5.8- Responsabilidade com o meio ambiente**

Reporta-se à responsabilidade que a gestão do órgão possui para o meio ambiente.

**II.2.5.9- Responsabilidade da gestão pelos impactos das pesquisas**

Diz respeito à responsabilidade da gestão com os resultados das pesquisas em relação aos conceitos da gestão ecológica.

**II.2.5.10- Restrições ao uso dos produtos**

Diz respeito aos esclarecimento sobre características nocivas que os resultados das pesquisas fazem sobre o(s) produto(s) ao nível do órgão.

**II.3- Estilos de Gestão**

Diz respeito às características da gestão quanto aos reflexos do processo decisório no âmbito do macroambiente.

***II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais***

Diz respeito ao desenvolvimento das características operacionais quanto os aspectos sociais envolvidos.

**II.3.1.1- Aceitação da comunidade a políticas da gestão**

Reporta-se à manifestação positiva da comunidade quanto o desenvolvimento de atividades e processos produtivos, ao nível do órgão.

**II.3.1.2- As Publicações regulares sobre resultados**

Diz respeito ao compromisso da gestão em divulgar periodicamente os resultados operacionais, objetos da gestão, ao nível do órgão.

**II.3.1.3- As Publicações regulares sobre riscos potenciais**

Diz respeito ao compromisso da gestão em divulgar periodicamente a potencialidade de riscos inerentes às atividades e processos.

**II.3.1.4- Consciência da comunidade sobre fluxos de resíduos**

Reporta-se à consciência crítica que a comunidade mantém sobre os fluxos dos resíduos, ao nível do órgão.

**II.3.1.5- Crédito atribuído às informações geradas**

Condiz à aceitação plena das informações geradas pela gestão ao nível do órgão.

**II.3.1.6- Importância dos jovens nas campanhas pró-ecologia**

Refere-se à importância que a gestão dispensa à população jovem integrante da comunidade.

- II.3.1.7- Informações precisas sobre o potencial de riscos  
Reporta-se ao desempenho do sistema de informações, quanto contemplação de riscos potenciais, ao nível do órgão.
- II.3.1.8- Objetivos voltados para melhoria de resultados  
Refere-se ao estabelecimento de objetivos operacionais comprometidos com a melhoria contínua de resultados operacionais ao nível do órgão.
- II.3.1.9- Participação de servidores nos objetivos ecológicos  
Refere-se à participação efetiva e consciente dos servidores para determinar objetivos ecológicos no âmbito do órgão.
- II.3.1.10- Ratificação e referência à fatos ecológicos históricos  
Diz respeito ao desenvolvimento de atitude corporativa sobre o passado histórico do órgão, quanto as questões ecológicas vivenciadas.

### ***II.3.2- Desenvolvimento Gerencial***

Diz respeito à capacidade de integrar as atividades da gestão municipal com a finalidade de atingir os seus objetivos operacionais, ao nível do órgão.

- II.3.2.1- Atuação esclarecedora pelo setor de relações públicas  
Diz respeito aos esclarecimentos sobre o processo decisório envolvendo questões ambientais, prestados pelos setor de relações públicas, ao nível do órgão
  - II.3.2.2- Confiança da mídia sobre os objetivos ecológicos  
Reporta-se à confiabilidade da mídia sobre a transparência dos objetivos ecológicos.
  - II.3.2.3- Conscientização política da comunidade sobre meio ambiente  
Diz respeito à politização da comunidade em questões ecológicas, ao nível de responsabilidade do órgão.
  - II.3.2.4- Entendimento entre o órgão e grupos ecológicos  
Refere-se ao entrosamento do órgão com grupos ecológicos inter e intra organizacional.
  - II.3.3.5- Geração de informações sobre setores mais sensíveis  
Refere-se à produção e reprodução de informações técnicas sobre os setores mais sensíveis à questões ambientais, no âmbito do órgão.
  - II.3.2.6- Incentivos à obtenção da autosustentabilidade  
Reporta-se à obtenção de incentivos de modo a propiciar a busca da autosustentabilidade ao nível do órgão, junto à entidades externas.
  - II.3.2.7- Programas de vigilância sanitária e ambiental  
Diz respeito à abrangência de programas de vigilância sanitária e ambiental, no âmbito do órgão.
  - II.3.2.8- Responsabilidade sobre o equilíbrio ecológico  
Diz respeito a abrangência da responsabilidade sobre a manutenção do equilíbrio ecológico, ao nível do órgão.
  - II.3.2.9- Responsabilidades políticas e sociais assumidas
-



Reporta-se a abrangência da responsabilidade sobre as políticas de gestão em abordagens sociais assumidas no âmbito do órgão.

#### **II.3.2.10- Transparência da política ecológica**

Refere-se ao acesso à política ecológica adotada pelo órgão.

### ***II.3.3- Planejamento***

Condiz ao estabelecimento de diretrizes gerenciais para consecução dos objetivos do órgão.

#### **II.3.3.1- Atenção especial à questões ecológicas**

Diz respeito à prioridades da gestão para questões ecológicas, ao nível do órgão.

#### **II.3.3.2- Conservacionismo como meta**

Reporta-se à prioridade para a estrutura do conservacionismo na forma da autosustentabilidade.

#### **II.3.3.3- Estratégias de ação contemplam o desenvolvimento**

Reporta-se à elaboração de estratégias voltadas ao desenvolvimento operacional do órgão.

#### **II.3.3.4- Identificação da comunidade como parceiro ecológico**

Refere-se à comunidade como co-gestor no processo decisório, ao nível do órgão.

#### **II.3.3.5- Múltiplas metas de ação comunitária**

Refere-se ao estabelecimento de metas diferenciadas pro-ação comunitária.

#### **II.3.3.6- Participação da comunidade no planejamento ambiental**

Reporta-se à participação da comunidade no planejamento ambiental em suas diversas etapas.

#### **II.3.3.7- Plano de ação voltado ao desenvolvimento social**

Diz respeito aos planos de ação na forma como possam estar comprometidos com o desenvolvimento social.

#### **II.3.3.8- Transporte dos insumos segue normas de segurança**

Diz respeito à observação de normas de segurança por ocasião do transporte de insumos, no âmbito do órgão.

#### **II.3.3.9- Tratamento ecológico de resíduos**

Refere-se a preocupação com a utilização de tecnologias atuais para o tratamento de resíduos.

#### **II.3.3.10- Valoração dos potenciais turísticos pela conurbação**

Se reporta à valoração dos potenciais turísticos do município no âmbito das sociedades plurais, em referência aos domínios do órgão.

### ***II.3.4- Processo Decisório***

Diz respeito à opção por um planejamento que irá refletir a seleção de um curso de ação, a fim de se alcançar uma solução para um dado problema.

#### **II.3.4.1- Características e potencialidades do município**

Reporta-se à importância que o processo decisório atribui às potencialidades econômicas do município.

---

- II.3.4.2- Divulgação de estudos sobre periculosidade e impactos  
Diz respeito à publicações transparentes sobre o desenvolvimento de estudos sobre periculosidade e impactos, ao nível do órgão.
- II.3.4.3- Estratégias de comunicação compõem o mix gerencial  
Reporta-se à contemplação de estratégias de comunicação no âmbito do processo decisório, ao nível do órgão.
- II.3.4.4- Feedback da falha humana gera base de informações  
Refere-se à geração de banco de dados a partir de falhas operacionais ao nível do órgão.
- II.3.4.5- Fomento à industrialização de produtos regionais  
Refere-se ao estímulo para a industrialização in-loco de produtos regionais, no âmbito do órgão.
- II.3.4.6- Investimentos em estruturas de comunicação  
Se reporta à aplicação de recursos em mecanismos estruturais de comunicação, no âmbito do órgão.
- II.3.4.7- Planos de sustentabilidade a longo prazo  
Diz respeito à elaboração de planos de sustentabilidade a longo prazo, ao nível do órgão.
- II.3.4.8- Potencialidades e habilidades tecnológicas e gerenciais  
Refere-se ao desenvolvimento de potencialidades e habilidades tecnológicas e gerenciais, ao nível do órgão.
- II.3.4.9- Profissionais qualificados desenvolvem as atividades  
Reporta-se à qualificação de servidores para desenvolverem atividades específicas, no âmbito do órgão.
- II.3.4.10- Valoração da cultura aos insumos regionais  
Refere-se à valoração da cultura que privilegia a utilização de produtos e insumos regionais, ao nível do setor.

### ***II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais***

Reporta-se à implantação e desenvolvimento de sistemas de informações para auferir a devida sustentação ao processo decisório.

- II.3.5.1- Acesso de informações sobre a gestão, ao público  
Refere-se à transparência e disponibilidade de informações sobre a gestão, ao público.
  - II.3.5.2- Comunicação dos efeitos das mudanças tecnológicas  
Reporta-se à divulgação em multimeios dos efeitos das mudanças tecnológicas processadas no âmbito do órgão.
  - II.3.5.3- Estratégia ecológica visa a alternância de tecnologia  
Reporta-se ao estabelecimento de estratégias ecológicas com suporte em tecnologias de ponta.
  - II.3.5.4- Fluxos contínuos para a melhoria de políticas  
Diz respeito à elaboração de fluxos contínuos de processos operacionais com vistas ao melhoramento de políticas gerenciais, na abrangência da gestão, ao nível do órgão.
-

- II.3.5.5- Informações do desemprego gerado pela tecnologia  
Diz respeito à publicações periódicas sobre ocorrência de desemprego provocado pela implementação de tecnologias, ao nível do órgão.
- II.3.5.6- Mecanismos de controle ambiental  
Refere-se à utilização de mecanismos e tecnologias de controle ambiental, no nível do órgão.
- II.3.5.7- Políticas internas garantem perspectiva ambiental  
Reporta-se ao estabelecimento de políticas internas de gestão capazes de garantir a manutenção do ecossistema.
- II.3.5.8- Procedimentos analíticos das relações causais  
Reporta-se ao estabelecimento de procedimentos analíticos capazes de explicitar as relações causais de resultados pouco desejáveis, ao nível do órgão.
- II.3.5.9- Reprodução da consciência de responsabilidade  
Refere-se à perspectiva de se reproduzir, ao nível o órgão, uma consciência de responsabilidade profissional quanto os predicados ecológicos.
- II.3.5.10- Sensibilidade para lidar com questões ambíguas  
Diz respeito ao estabelecimento de mecanismos capazes de fazer gerar sensibilidade nos servidores que lidam com questões de interpretação ambígua.

#### **II.4- Estratégias reguladoras dos impactos ambientais**

Relativo às estratégias da gestão do órgão quanto as abordagens conservacionistas, considerando aspectos operacionais e financeiros.

##### **II.4.1- Controle da Gestão**

Consiste no desenvolvimento de mecanismos capazes de auxiliar a gestão no que concerne a avaliação periódica de elementos financeiros e operacionais.

- II.4.1.1- Autonomia da avaliação ecológica  
Diz respeito ao nível de independência que o órgão possui em relação aos constitutivos gerenciais ao nível municipal.
- II.4.1.2- Determinação da relação custos/perdas  
Reporta-se à elaboração periódica de mapas extra-contábeis que contemplam a relação custos/perdas no âmbito do órgão.
- II.4.1.3- Determinação da relação despesas/receitas  
Diz respeito às disponibilidades financeiras ao dispor do órgão, para cobrir obrigações, encargos e desembolsos indispensáveis à manutenção de suas atividades operacionais.
- II.4.1.4- Documentos gerenciais reportam-se ao meio ambiente  
Reporta-se à elaboração de documentos gerenciais capazes de auxiliar o processo decisório em questões de natureza ecológica.
- II.4.1.5- Elaboração periódica de relatórios ecológicos  
Reporta-se à elaboração periódica de documentos que tratam em específico a questões de natureza ecológica.
- II.4.1.6- Incrementos de custos fixos alocados em prevenção  
Refere-se à otimização de custos fixos e indiretos no sentido de propiciar o desenvolvimento da política conservacionista do órgão.
-

**II.4.1.7- Mecanismos de controles dos gastos com o meio ambiente**

Diz respeito ao estabelecimento de mecanismos de controles extra-contábeis capazes de informar com pequena margem de erro, os gastos incorridos no âmbito do órgão.

**II.4.1.8- Orçamento provisional anual para o meio ambiente**

Reporta-se à dotação orçamentária proveniente de fundos diversos para a manutenção da política ecológica do órgão

**II.4.1.9- Relação benefícios ambientais X custos incorridos**

Reporta-se à elaboração periódica de mapas extra-contábeis que contemplam os benefícios ambientais alcançados em relação aos custos incorridos.

**II.4.1.10- Satisfação em função da relação custo-benefício**

Diz respeito à otimização da relação custo-benefício em função da satisfação dos objetivos operacionais comprometidos com o ecossistema.

***II.4.2- Dispositivos de Prevenção (anti-poluição)***

Diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos capazes de prever a possibilidade de uma ação produzir ou não poluição ou impactar negativamente com o meio ambiente.

**II.4.2.1- Avaliação do desempenho das atividades**

Refere-se ao estabelecimento de critérios capazes de avaliar o desempenho poluente de uma atividade, ao nível do órgão.

**II.4.2.2- Avaliação periódica das atividades desenvolvidas**

Refere-se ao estabelecimento de critérios capazes de avaliar periodicamente os processos inerentes a uma determinada atividade no âmbito do órgão.

**II.4.2.3- Estabelecimento de medidas corretivas**

Reporta-se ao estabelecimento de mecanismos capazes de corrigir em tempo hábil, desvios de padrões operacionais capazes de gerar conflitos com o meio ambiente.

**II.4.2.4- Estudos sobre medida/controle/prevenção**

Refere-se à elaboração de estudos sobre a relação do nível de impacto de uma atividade, com as modalidades de controles disponíveis na oportunidade e sugestões para prevenção.

**II.4.2.5- Gestores acompanham o potencial de risco**

Diz respeito ao envolvimento dos gestores com o potencial de risco no âmbito do órgão

**II.4.2.6- Participação dos gestores nos núcleos de prevenção**

Diz respeito à participação dos gestores em programas de prevenção ao nível do órgão.

**II.4.2.7- Planos de emergência para conflitos externos**

Refere-se à abrangência de planos emergenciais para conflitos com o ambiente externo ao órgão.

**II.4.2.8- Planos de urgência para crises operacionais**

Reporta-se à profundidade de planos de urgência para crises operacionais, no âmbito do órgão.

**II.4.2.9- Poder dos gestores de medida/controle/prevenção**

Se refere à formalidade do poder dos gestores no sentido da elaboração e execução de modalidades de controles disponíveis na oportunidade, e sugestões para prevenção.

**II.4.2.10- Potencial de risco se faz no planejamento de metas**

Diz respeito à abrangência do planejamento no sentido de identificar potencial de riscos na consecução das metas operacionais ao nível do órgão.

***II.4.3-Dispositivos Jurídicos***

Reporta-se à observação do órgão aos instrumentos normativos vigentes para orientar e dirimir questões operacionais ao nível ecológico.

**II.4.3.1- Normas para credenciamento de agentes fiscais**

Condiz à observação de contexto normativo para a oficialização de pessoal técnico para exercer atividades de fiscalização junto ao órgão.

**II.4.3.2- Normas para controle da poluição ambiental**

Diz respeito ao suporte normativo sobre métodos e/ou processos para controle do ecossistema.

**II.4.3.3- Normas para execução de atividades insalubres**

Relaciona-se à procedência de suporte normativo para o desenvolvimento de atividades operacionais que possuam algum risco à integridade física/psíquica dos servidores.

**II.4.3.4- Normas sobre a destinação de resíduos**

Relaciona-se à funcionalidade do aparato normativo quanto ao fluxo de descarte dos substratos produzidos na atividade operacional do órgão.

**II.4.3.5- Normatização de atividades operacionais**

Diz respeito a existência de dispositivos legais sobre procedimentos e execução das atividades operacionais do órgão.

**II.4.3.6- Normatização explícita para o funcionamento do órgão**

Condiz à observação aos aparatos normativos específicos ao órgão, que fundamentam a sua funcionalidade ao nível da consistência ecológica.

**II.4.3.7- Observação às restrições operacionais**

Reporta-se aos impedimentos ou restrições legais para a execução de determinadas atividades e operações.

**II.4.3.8- Orientações técnicas para utilização de recursos**

Reporta-se ao suporte normativo sobre as modalidades de utilização de recursos no âmbito do órgão.

**II.4.3.9- Otimização do recolhimento de impostos**

Diz respeito aos fundamentos normativos que ao nível do órgão contribuem para maximizar a margem de arrecadação tributária no município.

**II.4.3.10- Políticas de incentivos fiscais**

Relaciona-se aos predicados das normas que se relacionam ao estabelecimento de critérios para a concessão de incentivos fiscais, ao nível do órgão.

**II.4.4- Regulamentação**

Diz respeito ao aparato normativo com caráter regulador, na configuração dos dispositivos orientadores vigentes, ao nível do órgão.

**II.4.4.1- Determinação da responsabilidade do degradador**

Refere-se ao estabelecimento de critérios para identificar e responsabilizar o degradador, ao nível do órgão.

**II.4.4.2- Disposições sobre tratamento de lixo e detritos**

Diz respeito ao estabelecimento de dispositivos legais para orientar sobre o tratamento de lixo e detritos, ao nível do órgão.

**II.4.4.3- Independência da auditoria interna**

Refere-se ao estabelecimento de dispositivos legais que regulem sobre a independência da auditoria interna quanto a sua relação de trabalho, ao nível do órgão.

**II.4.4.4-Investimentos para regulamentação e normas**

Reporta-se à alocação de recursos para a elaboração de regulamentos e normas ao nível do órgão.

**II.4.4.5-Nível da responsabilidade solidária**

Diz respeito à responsabilidade dos servidores ao nível de suas incumbências funcionais.

**II.4.4.6- Normas para o gestor ambiental**

Refere-se aos dispositivos legais capazes de orientar sobre a atuação do gestor ambiental.

**II.4.4.7- Planejamento orçamentário e financeiro**

Se reporta ao estabelecimento de planos de captação e desembolso de numerário para fazer gerir o órgão em respeito à legislação vigente.

**II.4.4.8- Qualidade ambiental em relação à custos e preços**

Refere-se ao entendimento da qualidade ambiental ao nível do órgão, em relação à custos e preços ao nível do órgão.

**II.4.4.9- Responsabilidade pelos equívocos ambientais**

Refere-se aos dispositivos legais capazes de responsabilizar o servidor pelos equívocos ambientais nos quais este possa incorrer.

**II.4.4.10- Sanções econômicas para disfunção ambiental**

Diz respeito ao estabelecimento de quotas contra - partida para as disfunções ambientais nas quais servidores e órgão possam incorrer.

**II.4.5- Responsabilidade Legal**

Condiz ao entendimento da relação autoridade e responsabilidade dos servidores, no âmbito dos órgãos.

**II.4.5.1- Amparo legal às políticas ambientais**

Reporta-se aos dispositivos legais que auferem sustentação jurídica às políticas ambientais, ao nível do órgão.

**II.4.5.2- Atividades respondem pelos impactos ambientais**

Reporta-se à responsabilidade solidária das atividades, ao nível do órgão.

**II.4.5.3- Fundamentos da legislação específica de prevenção**

Refere-se aos dispositivos jurídicos que fundamentam os pressupostos da prevenção ecológica.

**II.4.5.4- Legislação ambiental contempla pressões externas**

Diz respeito aos dispositivos jurídicos que justificam e validam as pressões da comunidade em busca de melhores condições ambientais.

**II.4.5.5- Legislação ambiental intermedia conflitos**

Diz respeito aos dispositivos jurídicos capazes de dirimir dúvidas ou conflitos entre partes interessadas em questões ambientais.

**II.4.5.6- Legitimidade dos setores geográficos junto ao meio ambiente**

Se reporta ao aparato jurídico que legitima a participação dos setores geográficos para dirimirem dúvidas sobre questões ambientais.

**II.4.5.7- Nível de avaliação da responsabilidade gerencial**

Refere-se ao estabelecimento de critérios para a avaliação jurídica da responsabilidade gerencial, ao âmbito do órgão.

**II.4.5.8- Nível de responsabilidade civil**

Diz respeito ao estabelecimento de responsabilidade civil da comunidade sobre impactos gerados no âmbito de sua atuação.

**II.4.5.9- Nível de responsabilidade gerencial**

Diz respeito ao estabelecimento de responsabilidade gerencial aos gestores sobre impactos produzidos no âmbito de sua atuação

**II.4.5.10- Nível de responsabilidade moral**

Diz respeito ao estabelecimento de responsabilidade moral aos servidores, gerentes e comunidade pela atuação passiva, ou omissão por ocasião da prática de delitos ecológicos.

**II.5-Percepção dos Pressupostos Ecológicos**

Diz respeito ao entendimento das prioridades ecológicas no que concerne a manutenção do equilíbrio do ecossistema no âmbito dos setor quanto aos seus processos produtivos.

**II.5.1- Desenvolvimento Sustentável**

Diz respeito à perfeita integração entre o desenvolvimento econômico e a qualidade ambiental.

**II.5.1.1- A prioridade para a segurança do ecossistema**

Reporta-se ao desenvolvimento de programas de segurança sócio-econômica ambiental além dos simples projetos de segurança físico-militar.

**II.5.1.2- Ações preventivas X Ações corretivas**

Reporta-se ao desenvolvimento de políticas de acompanhamento de atividades e processos, identificando as potencialidades de riscos, ao nível do órgão.

**II.5.1.3- Compromisso com o desenvolvimento sustentável**

Refere-se ao desenvolvimento de programas de desenvolvimento econômico em respeito à qualidade e potencialidade de renovação de insumos indispensáveis ao bem estar comum.

**II.5.1.4- Deficiências e não conformidades referenciam a gestão**

Diz respeito ao acompanhamento de programas sociais onde os desvios dos objetivos dizem respeito à gestão no âmbito do órgão.

**II.5.1.5- Destaque para ações pró-desempenho ambiental**

Diz respeito ao acompanhamento de programas sociais onde os resultados operacionais obtidos fundamentam o desempenho ambiental da gestão ao nível do órgão.

**II.5.1.6- Identificação do desempenho ambiental à Gestão Municipal**

Diz respeito ao desenvolvimento de programas sociais comprometidos com o crescimento econômico associado à autosustentabilidade na abrangência territorial do município, ao nível do órgão.

**II.5.1.7- Integração de políticas e procedimentos de Gestão Municipal**

Reporta-se ao desenvolvimento de políticas ecológicas em harmonia com os procedimentos operacionais da gestão municipal, ao nível do órgão.

**II.5.1.8- O perfil do munícipe e expectativa da gestão**

Refere-se ao desenvolvimento de estudos sobre o perfil do munícipe para fundamentar planos gerenciais à médio e longo prazos.

**II.5.1.9- O saber científico para a Gestão Municipal**

Reporta-se à utilização de conhecimentos científicos sobre ecologia e a gestão municipal, ao nível do órgão.

**II.5.1.10- Prioridade da Gestão para o bem estar coletivo**

Reporta-se ao desenvolvimento de programas de ação social que visam a o crescimento econômico em bases autosustentáveis, ao nível do órgão.

***II.5.2- Ecoestratégias***

Diz respeito ao desenvolvimento de planos estratégicos para a gestão municipal, ao nível do órgão, fundamentado nas bases conceituais do desenvolvimento sustentável.

**II.5.2.1- Competência ambiental com causalidade**

Diz respeito ao desenvolvimento de referenciais para a execução dos planos com base na relação causal da competência ambiental dos gestores, ao nível do órgão.

**II.5.2.2- Comprometimento ético com o meio ambiente**

Reporta-se ao desenvolvimento de planos, cujas ações se façam comprometida com os pressupostos éticos da gestão ambiental, ao nível do órgão.

**II.5.2.3- Diferencial competitivo ambiental**

Refere-se ao desenvolvimento de planos cujo enfoque destaque como “marca” ações contemplativas aos preceitos do desenvolvimento auto-sustentável.

**II.5.2.4- Exercício do benchmarking ambiental**

Refere-se ao estabelecimento de políticas institucional de “trocar” e absorver informações sobre a gestão ambiental, ao nível do órgão.

**II.5.2.5- Identificação de barreiras ecológicas para o órgão**

Reporta-se ao desenvolvimento de mecanismos capazes de detectar no âmbito da gestão municipal, impedimentos para o desenvolvimento de programas ecológicos, ao nível do órgão.



- II.5.2.6- Pressões externas à nível de planeamento estratégico**  
Reporta-se ao desenvolvimento de mecanismos capazes de avaliar a existência de pressões externas para a execução de planos com base no desenvolvimento ecológico, ao nível do órgão.
- II.5.2.7- Sensibilidade para pressões de órgãos financiadores**  
Refere-se ao desenvolvimento de mecanismos capazes de detectar níveis de pressões de órgão financiadores de projetos ambientais, ao nível do órgão.
- II.5.2.8- SQA atuam em conjunto com os SGM**  
Diz respeito à integração da atuação conjunta dos sistemas de qualidade ambiental com os sistemas de gestão municipal, ao nível do órgão.
- II.5.2.9- Valorização para a evolução da consciência ambiental**  
Refere-se à valorização que os planos dispensam à evolução da consciência ambiental junto ao contexto da gestão municipal, ao nível do órgão.
- II.5.2.10- Vantagem competitiva à nível ambiental**  
Reporta-se ao reconhecimento de destaque da gestão ambiental, em função de sua “marca” ecológica, ao nível do órgão.
- II.5.3- Etapas de Implementação do SGM***  
Diz respeito ao estabelecimento de etapas componentes da implantação do sistema de gestão municipal, em observação ao desenvolvimento sustentável.
- II.5.3.1- Avaliação dos efeitos dos impactos ambientais**  
Reporta-se ao estabelecimento de mecanismos capazes de avaliar os efeitos causados pelos impactos ambientais provocados pelos sistemas gerenciais, ao nível do órgão.
- II.5.3.2- Avaliação qualitativa do desempenho ambiental**  
Refere-se ao estabelecimento de referenciais qualitativos para avaliar o desempenho ambiental da gestão municipal ao nível do órgão.
- II.5.3.3- Conformidade de máquinas e equipamentos**  
Reporta-se à adequação de máquinas e equipamentos às necessidades organizacionais em respeito à manutenção do ecossistema ao nível do órgão.
- II.5.3.4- Estratégias de cooperação com fornecedores e clientes**  
Refere-se ao estabelecimento de planos que orientam para a cooperação mútua entre fornecedores e clientes em potencial, em observação aos preceitos ecológicos ao nível do órgão.
- II.5.3.5- Flexibilidade da estrutura organizacional**  
Reporta-se à postura flexível da gestão municipal em relação aos anseios da comunidade, ao nível do órgão.
- II.5.3.6- Identificação de níveis de impactos ambientais**  
Diz respeito ao estabelecimento de mecanismos capazes de identificar e classificar a potencialidade de impactos ambientais produzidos pela gestão municipal, ao nível do órgão.
- II.5.3.7- Produtos/serviços e a gestão ambiental**  
Diz respeito à observação dos preceitos ecológicos por ocasião do desenvolvimentos de planos e projetos e respectivos processos para a consecução dos objetivos da gestão municipal ao nível do órgão.
-

**II.5.3.8- Programas de melhoria para o desempenho ambiental**

Reporta-se ao desenvolvimento de programas para a melhoria do desempenho ambiental em função do desenvolvimento da gestão municipal, ao nível do órgão.

**II.5.3.9- SGM e os ciclos: projeto-processo-serviços-clientes**

Refere-se ao comprometimento do sistema de gestão municipal com a atividade produtiva em seus constitutivos, ao nível do órgão.

**II.5.3.10- SGM e programas de melhoria contínua**

Reporta-se à elaboração de programas de melhoria contínua para a atividade produtiva em seus constitutivos, ao nível do órgão.

***II.5.4- Gestão da Auditoria Interna***

Reporta-se à estrutura organizacional do departamento de auditoria interna.

**II.5.4.1- Auditoria das bases operacionais**

Refere-se ao desenvolvimento de trabalhos específicos nas bases operacionais da gestão municipal ao nível do órgão

**II.5.4.2- Auditoria de conformidades**

Reporta-se ao desenvolvimento de trabalhos específicos nos processos produtivos ao nível do órgão.

**II.5.4.3- Auditoria dos planos estratégicos**

Reporta-se ao desenvolvimento de trabalhos específicos nos planos estratégicos ao nível do órgão.

**II.5.4.4- Auditoria e avaliação de impactos ambientais**

Diz respeito ao desenvolvimento de trabalhos gerais no âmbito do órgão, enfatizando a possibilidade e a ocorrência de impactos ambientais produzidos pelas atividades ao nível dos processos.

**II.5.4.5- Compromisso da Auditoria interna com o M.A.**

Reporta-se ao comprometimento dos trabalhos da auditoria interna com questões ecológicas ao nível do órgão.

**II.5.4.6- Compromisso de auditores com o M.A.**

Reporta-se ao comprometimento dos profissionais da auditoria interna com questões ecológicas ao nível do órgão.

**II.5.4.7- Destaques da auditoria para questões ambientais**

Refere-se ao destaque para questões ecológicas em nível específico ou genérico, nos relatórios ocasionais e periódicos da auditoria interna, ao nível do órgão.

**II.5.4.8- Domínio dos preceitos do SGM pelo staff da auditoria**

Reporta-se ao amplo conhecimento dos preceitos do sistema de gestão municipal pelo corpo da auditoria interna ao nível do órgão.

**II.5.4.9- Independência de auditores em questões ambientais**

Diz respeito à relação de trabalho dos auditores com as questões ecológicas, sobre as quais não deve manter nenhuma ingerência.

**II.5.4.10- Trabalhos específicos de auditoria para o meio ambiente**

Reporta-se ao desenvolvimento de trabalhos específico para avaliação de questões ambientais.

#### ***II.5.5- Princípios Orientadores para o Meio Ambiente***

Diz respeito à elaboração de princípios de gestão municipal voltado para as questões ecológicas.

##### **II.5.5.1- Métodos para solução de problemas ambientais**

Reporta-se ao desenvolvimento de métodos que se proponham a encontrar soluções para problemas ecológicos.

##### **II.5.5.2- Nível de responsabilidade do órgão**

Refere-se ao estabelecimento de níveis de responsabilidade da gestão municipal, ao nível do órgão.

##### **II.5.5.3- Notificação de emergências ambientais**

Se reporta à elaboração de relatórios periódicos sobre emergências ambientais, ao nível do órgão.

##### **II.5.5.4- Padronização para a coordenação do meio ambiente**

Refere-se ao estabelecimento de padrões para o estabelecimento de coordenação do meio ambiente, ao nível do órgão.

##### **II.5.5.5- Parcerias para a conservação do meio ambiente**

Reporta-se ao estabelecimento de parcerias com entidades públicas ou privadas para a conservação do meio ambiente, ao nível do órgão.

##### **II.5.5.6- Percepção da valoração dos seres humanos**

Refere-se à prioridade ao ser humano na condição de ator principal do ecossistema.

##### **II.5.5.7- Prioridade ao princípio da precaução**

Reporta-se à prioridade que a gestão municipal aufere ao princípio da precaução, ao nível do órgão.

##### **II.5.5.8- Proteção ambiental e processos de desenvolvimento**

Refere-se aos instrumentos de proteção ambiental associados aos processos de desenvolvimento econômico, social e ambiental

##### **II.5.5.9- Proteção e integridade do ecossistema**

Refere-se aos instrumentos de proteção ambiental associados aos mecanismos formais que buscam a manutenção da integridade do ecossistema, ao nível do órgão.

##### **II.5.5.10- Relação custos financeiros X investimentos ambientais**

Diz respeito ao estabelecimento de relatórios ambientais contendo informações sobre os custos financeiros alocados ao órgão e os investimentos ambientais executados.

#### **II.6-Valoração dos Recursos Humanos**

Reporta-se à valoração dos recursos humanos na condição de principais elementos do contexto organizacional ao nível do setor, e a necessidade do comprometimento de suas ações com o ecossistema.

**II.6.1- Estrutura da Função Ambiental**

Reporta-se à valoração dos recursos humanos ao nível da estrutura funcional da gestão ambiental.

**II.6.1.1- Abrangência das funções ambientais**

Diz respeito à determinação do escopo e abrangência da atuação dos servidores ao nível de suas funções ambientais

**II.6.1.2- Autonomia dos responsáveis pelo meio ambiente**

Reporta-se ao estabelecimento de parâmetros para a autonomia dos servidores responsáveis por atividades agressivas ao meio ambiente

**II.6.1.3- Autonomia funcional do departamento de meio ambiente**

Reporta-se ao estabelecimento de parâmetros para a autonomia do departamento responsáveis por atividades agressivas ao meio ambiente, ao nível do órgão.

**II.6.1.4- Composição de setor/departamento de meio ambiente**

Reporta-se à orientações técnicas sobre as características funcionais e organizacionais do departamento de meio ambiente, no âmbito do órgão.

**II.6.1.5- Comprometimento das funções com o meio ambiente**

Refere-se à orientações técnicas sobre o envolvimento responsável das funções operacionais com meio ambiente ao nível do órgão.

**II.6.1.6- Contatos das funções ambientais com a comunidade**

Diz respeito à efetivação de contato das funções ambientais do órgão com a comunidade, ao nível de sua responsabilidade.

**II.6.1.7- Definição das funções ambientais**

Refere-se ao estabelecimento de padrões comportamentais que definem e estabelecem procedimentos para a execução das funções ambientais, ao nível do órgão.

**II.6.1.8- Divulgação dos propósitos do departamento de meio ambiente**

Reporta-se à elaboração periódica de relatórios para a divulgação à nível de publicação dos propósitos operacionais e sociais do departamento de meio ambiente.

**II.6.1.9- Independência do setor/departamento de meio ambiente**

Diz respeito ao estabelecimento de organograma específico em cujos níveis hierárquicos, o departamento de meio ambiente se faça à nível de assessoria à gestão.

**II.6.1.10- Poder de decisão dos responsáveis pelo meio ambiente**

Diz respeito à independência do departamento de meio ambiente, em sintonia com a gestão municipal ao nível do órgão.

**II.6.2- Formação e Informação**

Diz respeito às características organizacionais da gestão municipal quanto a valoração da capacitação técnica e profissional dos recursos humanos, ao nível do órgão.

**II.6.2.1- Ação pedagógica voltada para o meio ambiente**

Reporta-se à instrumentalização da cultura organizacional com ênfase para as questões ecológicas, ao nível do órgão.

---

**II.6.2.2- Capacitação funcional para o ecossistema**

Refere-se ao desenvolvimento de programas para capacitar as funções operacionais para o ecossistema ao nível do órgão.

**II.6.2.3- Divulgação de incidentes ambientais**

Reporta-se à elaboração periódica de relatórios para a divulgação à nível de publicação dos incidentes ambientais produzidos ao nível do órgão.

**II.6.2.4- Divulgação de políticas ambientais em todos os níveis**

Reporta-se à elaboração periódica de relatórios para a publicação do desenvolvimento de políticas ambientais em todos os níveis do órgão.

**II.6.2.5- Formação de executivos para a G.A.**

Reporta-se ao estabelecimento de programas para formar executivos habilitados a atuarem em gestão ambiental, ao nível do órgão.

**II.6.2.6- Incentivos ao treinamento voltado ao meio ambiente**

Reporta-se à política de incentivos aos treinamento que privilegiam questões ecológicas.

**II.6.2.7- Organização e atuação de Círculos Ambientais**

Diz respeito à organização, atuação e desenvolvimento de grupos de servidores com propósitos de difundir a cultura da gerência ambiental.

**II.6.2.8- Processo decisório enfatiza disciplina e competência**

Refere-se ao desenvolvimento de mecanismos gerenciais com ênfase em disciplina e competência profissional ao nível do órgão.

**II.6.2.9- Servidores são capacitados por técnicos anti poluição**

Reporta-se à programas de capacitação profissional desenvolvidos por pessoal técnico habilitado em métodos anti-poluição.

**II.6.2.10- Treinamento de servidores em ecologia e meio ambiente**

Refere-se à programas de treinamento periódico em ecologia e meio ambiente direcionados aos servidores, ao nível do órgão.

***II.6.3- Organização do Trabalho***

Diz respeito à organização do trabalho com vistas à valoração dos recursos humanos, ao nível do órgão.

**II.6.3.1- Avaliação de infrações coletivas contra o meio ambiente**

Reporta-se ao desenvolvimento de mecanismos para avaliar infrações coletivas contra o meio ambiente, ao nível do órgão.

**II.6.3.2- Avaliação de Infrações individuais e isoladas**

Reporta-se ao desenvolvimento de mecanismos para avaliar infrações individuais e isoladas contra o meio ambiente, ao nível do órgão.

**II.6.3.3- Bonificações para posturas de conservação ambiental**

Refere-se ao estabelecimento de critérios para bonificar ao nível do órgão posturas éticas e profissionais de conservação ambiental.

**II.6.3.4- Homem-máquina condiz à ergonomia - meio ambiente**

Refere-se ao estabelecimento de avaliações sistemática sobre a relação homem-máquina, no que concerne as disposições ergonômicas no ambiente de trabalho, ao nível do órgão.

---

**II.6.3.5- Incentivos à projetos de melhoria ambiental**

Diz respeito ao desenvolvimento de programas de incentivos institucional à projetos de melhoria ambiental, ao nível do órgão.

**II.6.3.6- Jornada de trabalho obedecem convenções em vigor**

Diz respeito ao período que compreende a jornada de trabalho, no âmbito do órgão.

**II.6.3.7- Lay-out e os preceitos da gestão ambiental**

Reporta-se ao estabelecimento de padrões comportamentais nos quais os lay-out dos ambientes operacionais estejam conforme os predicados da gestão ambiental.

**II.6.3.8- Prioridade aos princípios da ergonomia**

Refere-se ao estabelecimento de prioridade aos princípios básico da ergonomia no âmbito operacional do órgão.

**II.6.3.9- Processos operacionais X pressupostos ecológicos**

Refere-se ao estabelecimento de padrões comportamentais segundo os quais se observe harmonia entre os processos operacionais e os pressupostos ecológicos ao nível do órgão.

**II.6.3.10- Valoração do meio ambiente como princípio básico**

Diz respeito ao destaque que se atribui à valoração do meio ambiente como princípio básico para o funcionamento do órgão.

***II.6.4- Qualidade de Vida***

Condiz ao bem estar comum em função das características físicas e psicossociais do contexto profissional na gestão pública municipal, ao nível do órgão.

**II.6.4.1- Consideração à aspectos pessoais e familiares**

Reporta-se à valoração do servidor inserido no contexto familiar, no âmbito de sua atuação profissional junto ao órgão.

**II.6.4.2- Consideração à aspectos sociais da vida profissional**

Refere-se ao destaque que se atribui aos aspectos sociais contidos nas atividades profissionais do servidor, ao nível do órgão.

**II.6.4.3- Desenvolvimento das capacidades humanas**

Diz respeito à programas de desenvolvimento das capacidades humanas voltados para o bem estar psicossocial, ao nível do órgão.

**II.6.4.4- Envolvimento do servidor com as suas funções**

Diz respeito ao envolvimento do servidor com suas funções ao nível das externalidades, buscando interação com os usuários de suas atividades, ao nível do órgão.

**II.6.4.5- Nível de integração social na empresa**

Refere-se à integração social dos servidores com os demais setores operacionais, ao nível do órgão.

**II.6.4.6- Participação dos servidores em decisões das atividades**

Se reporta à participação dos servidores em decisões que envolvem sua atuação profissional, no âmbito do órgão.

**II.6.4.7- Respeito à qualidade de vida de servidores e clientes**

Reporta-se ao estabelecimento de diretrizes operacionais que se façam comprometidas prioritariamente com o bem estar dos servidores e clientes na relação de trabalho.

**II.6.4.8- Responsabilidade do órgão pelo bem estar coletivo**

Diz respeito ao acato voluntário do órgão pelo bem estar coletivo, no âmbito da gestão municipal.

**II.6.4.9- Satisfação das condições de trabalho**

Reporta-se ao desenvolvimento de mecanismos capazes de avaliar periodicamente o nível de satisfação dos servidores em suas condições de trabalho, ao nível do órgão.

**II.6.4.10- Treinamento sobre valoração da vida**

Refere-se ao desenvolvimento de programas de treinamentos específicos sobre a valoração da vida no âmbito da sociedade civil como um todo, e do órgão em particular.

***II.6.5- Seleção e Avaliação***

Diz respeito aos mecanismos utilizados para a seleção e avaliação de servidores da gestão municipal, ao nível do órgão.

**II.6.5.1- Abrangência do DRH à todos os níveis do órgão**

Reporta-se ao envolvimento do DRH com todas as atividades e serviços desenvolvidos no âmbito do órgão.

**II.6.5.2- Abrangência do conceito de gestão ambiental**

Refere-se ao estabelecimento de critérios segundo os quais o entendimento da abrangência dos conceitos ambientais possam ser avaliados, ao nível do órgão.

**II.6.5.3- Avaliação do setor ambiental**

Refere-se ao estabelecimento de critérios para avaliar a atuação dos servidores segundo os envolvimento profissionais com o setor ambiental, ao nível do órgão.

**II.6.5.4- Capacitação profissional com enfoque ecológico**

Reporta-se ao desenvolvimento de programas para avaliar a capacitação profissional de servidores ao nível do esforço ecológico.

**II.6.5.5- Competência anti-poluição**

Reporta-se ao desenvolvimento de programas para avaliar a capacitação profissional e competência funcional anti-poluição, no âmbito do órgão.

**II.6.5.6- Definição do cargo de responsáveis pelo meio ambiente**

Refere-se ao estabelecimento de critérios segundo os quais seja possível a definição de cargos e responsabilidade pelo meio ambiente, ao nível do órgão.

**II.6.5.7- Exigência de conhecimentos em meio ambiente**

Diz respeito ao estabelecimento de critérios segundo os quais seja possível designar o nível ótimo de exigência de conhecimento em meio ambiente dos servidores, ao nível do órgão.

**II.6.5.8- Maturidade ecológica e a delegação de autoridade**

Refere-se ao estabelecimento de critérios segundo os quais seja possível designar o nível ótimo de maturidade ecológica do servidor ao qual será delegada a autoridade funcional, ao nível do órgão.

---

- II.6.5.9- Referências institucional de lideranças  
Reporta-se ao estabelecimento de critérios para referendar lideranças institucionais, ao nível do órgão.
- II.6.5.10- Valoração e incentivos à criatividade ecológica  
Refere-se ao estabelecimento de mecanismos para valorar e incentivar a criatividade ecológica, ao nível da gestão municipal, no âmbito do órgão.

5.3.3- A COLETA DE EVIDÊNCIAS

Após o reconhecimento dos significados conceituais-operacionais dos elementos constitutivos do modelo, se apresenta para efeito de um melhor entendimento sobre as etapas constitutivas da coleta de evidências de riscos ambientais, ao nível da gestão municipal, a seqüência sobre a qual se ordena e sistematiza esta coleta em seus respectivos atributos aos nível das variáveis.

I- PERCEPÇÃO SINÓPTICA

I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário		
item	Percepção Histórica - Contextualização Ecológica	Atributo
I.1.1	Características técnicas multifinalitárias	
I.1.2	Formação de banco de dados multifinalitários	
I.1.3	Geoprocessamento das informações gráficas	
I.1.4	Geração de subsídios para a expansão autosustentável	
I.1.5	Geração de estratégias sócio-econômicas institucional	
I.1.6	Geração de estratégias físico territorial e ambiental	
I.1.7	Geração de geo informações espaciais e numéricas	
I.1.8	Interação entre as concessionárias públicas	
I.1.9	Sustentação ao sistema de arrecadação tributária	
I.1.10	Sustentação ao zoneamento ecológico	
I.2- Educação Ambiental		
item	Percepção Histórica - Contextualização Ecológica	Atributo
I.2.1	Capacitação institucional em questões ambientais	
I.2.2	Integração do meio ambiente ao desenvolvimento interdisciplinar	
I.2.3	Necessidades de aprendizagem da comunidade	
I.2.4	Parcerias em prol ao desenvolvimento sustentável	
I.2.5	Parcerias entre a gestão e instituições de ensino	
I.2.6	Percepção e entendimento da biodiversidade	
I.2.7	Programas de turismo ecológico	
I.2.8	Programas para a consciência crítica ambiental	
I.2.9	Readaptação da cultura para o meio ambiente	
I.2.10	Treinamentos vocacionados para percepção ecológica	
I.3 – Estilos de Gestão		
item	Percepção Histórica - Contextualização Ecológica	Atributo
I.3.1	Ação dos níveis hierárquicos no processo decisório	
I.3.2	Ação participativa do desenvolvimento sustentável	
I.3.3	Ações autosustentadas de desenvolvimento humano	
I.3.4	Estratégias atuais de planejamento municipal	
I.3.5	Metas para o desenvolvimento sustentável	
I.3.6	Procedimentos internos referentes ao meio ambiente	



I.3.7	Relação causal entre sociedade e meio ambiente	
I.3.8	Relação custo-benefício do processo decisório	
I.3.9	Relação meio ambiente e atividades produtivas	
I.3.10	Sinergia entre atores sociais e sei. de prioridades	

**I.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais**

item	Percepção Histórica - Contextualização Ecológica	Atributo
I.4.1	Distinção entre contabilidade e auditoria interna	
I.4.2	Gerenciamento e objetivos ecológicos	
I.4.3	Norma ISO 14000 e o processo decisório	
I.4.4	Objetivos ecológicos em termos financeiros	
I.4.5	Orçamentos para perícias jurídicas regulares	
I.4.6	Os planos ecológicos de médio e longo prazos	
I.4.7	Os sistemas de auditoria jurídica	
I.4.8	Relatórios anuais específicos ao meio ambiente	
I.4.9	Responsabilidade jurídica para com o meio ambiente	
I.4.10	Responsabilidades civil, penal e administrativa	

**I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos**

item	Percepção Histórica - Contextualização Ecológica	Atributo
I.5.1	Conotação histórica da Pesquisa e Desenvolvimento	
I.5.2	Conotação política da comunicação ecológica externa	
I.5.3	Conotação política da comunicação ecológica interna	
I.5.4	Consciência das responsabilidades ecológicas externas	
I.5.5	Consciência das responsabilidades ecológicas internas	
I.5.6	Estruturação do esforço ecológico	
I.5.7	Formação ecológica dos colaboradores	
I.5.8	Investimentos ecológicos em meios de produção	
I.5.9	Nível de orçamento ecológico	
I.5.10	Nível hierárquico de responsabilidade	

**I.6- Valoração dos Recursos Humanos**

item	Percepção Histórica - Contextualização Ecológica	Atributo
I.6.1	Estrutura hierárquica e o meio ambiente	
I.6.2	Cargos e funções e a melhoria ecológica	
I.6.3	Fator ambiental e a escolha de funcionários	
I.6.4	Ideologia de funcionários sobre meio ambiente	
I.6.5	Meio ambiente e a política de recursos humanos	
I.6.6	Planos de emergência para acidentes não técnicos	
I.6.7	Planos de emergência para acidentes técnicos	
I.6.8	Relação de trabalho com o meio ambiente	
I.6.9	Responsabilidade por riscos ambientais	
I.6.10	Treinamento de pessoal para questões ecológicas	

**II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA**

**II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário**

**II.1.1- Abordagem Multifinalitária**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.1.1.1	Acesso aos diversos níveis de usuários	
II.1.1.2	Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais	
II.1.1.3	Apoio ao planejamento municipal	
II.1.1.4	Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria	
II.1.1.5	Auxílio na elaboração de programas de gestão	

II.1.1.6	Integração entre zoneamento econômico e ecológico	
II.1.1.7	Integração técnica entre cadastro e usuários	
II.1.1.8	Sistemas de informações atuais	
II.1.1.9	Sistemas de informações plurais	
II.1.1.10	Sustentação aos indicadores ambientais	

**II.1.2- Abordagem Normativa**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.1.2.1	Delimitação de zonas em função da utilidade da área	
II.1.2.2	Diretrizes para coleta e tratamento de resíduos	
II.1.2.3	Fiscalização de obras públicas, atividades e processos	
II.1.2.4	Inf. para gestão e finanças à nível municipal	
II.1.2.5	Normas para controle da tributação	
II.1.2.6	Normas para credenciamento de técnicos em cadastro	
II.1.2.7	Normas para execução e manuseio do cadastro	
II.1.2.8	Normas para a exploração e utilização do solo	
II.1.2.9	Normas para licenciamento de funcionamento	
II.1.2.10	Políticas de inventário urbano	

**II.1.3- Compreensão Espacial da Infra-estrutura**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.1.3.1	Contemplação da saúde pública ao saneamento básico	
II.1.3.2	Esgoto sanitário relativo à qualidade ambiental	
II.1.3.3	Informações para projetos de infra-estrutura ambiental	
II.1.3.4	Planejamento integrado de infra-estrutura ambiental	
II.1.3.5	Programas de coleta seletiva de lixo	
II.1.3.6	Programas de obras verdes	
II.1.3.7	Saneamento básico em relação à qualidade de vida	
II.1.3.8	Saneamento básico em relação ao ecossistema	
II.1.3.9	Tratamento específico para resíduos sólidos	
II.1.3.10	Utilização de zoneamento para sistemas de transportes	

**II.1.4- Conceção Ambiental**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.1.4.1	Acesso à informações sobre causas de poluição/degradação	
II.1.4.2	Critérios e padrões de qualidade ambiental	
II.1.4.3	Percepção da necessidade de políticas ambientais	
II.1.4.4	Programas de controle e proteção ambiental	
II.1.4.5	Sensibilidade à qualidade de vida e ambiental	
II.1.4.6	Utilização de recursos naturais em bases sustentáveis	
II.1.4.7	Valoração de apelos ecológicos da comunidade	
II.1.4.8	Valoração de estudos e pesquisas em meio ambiente	
II.1.4.9	Valoração de insumos recicláveis/reciclados	
II.1.4.10	Valoração de zonas e áreas de proteção ecológica	

**II.1.5- Espaço Territorial**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.1.5.1	Cadastros de sítios urbanos históricos	
II.1.5.2	Facilidade do manejo urbano	
II.1.5.3	Identificação dos fluxos migratórios	
II.1.5.4	Microclimas e a organização do espaço	
II.1.5.5	Organização dos espaços do território municipal	
II.1.5.6	Otimização dos espaços urbanos	
II.1.5.7	Planejamento do potencial construtivo	

II.1.5.8	Políticas habitacionais x desenvolvimento sustentável	
II.1.5.9	Preservação de bens históricos, artísticos e culturais	
II.1.5.10	Qualidade ambiental e a organização dos espaços	

**II.2- Educação Ambiental**

**II.2.1- Atividades de Pesquisa e o Meio Ambiente**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.2.1.1	Benefícios aos ecossistema	
II.2.1.2	Controles ambientais específicos	
II.2.1.3	Ecossistema compõe o macro ambiente	
II.2.1.4	Ecossistema se postula dependente	
II.2.1.5	Ecossistema se relaciona aos objetivos gerais	
II.2.1.6	Equilíbrio do ecossistema como resultado	
II.2.1.7	Fundamentos para o equilíbrio ecológico	
II.2.1.8	Geração de histórico responsável dos produtos	
II.2.1.9	Prioridade à questões ambientais	
II.2.1.10	Regulamentação específica	

**II.2.2- Atuação de Lideranças Estratégicas**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.2.2.1	Comportamento humano nos planos estratégicos	
II.2.2.2	Definição dos estilos de liderança	
II.2.2.3	Desempenho ambiental nos planos estratégicos	
II.2.2.4	Inovações tecnológicas protegem o meio ambiente	
II.2.2.5	Inserção da proteção ambiental nos planos estratégicos	
II.2.2.6	Liderança formal avalia o desempenho ambiental	
II.2.2.7	Reconhecimento da força das lideranças formais	
II.2.2.8	Relevância das relações interpessoais	
II.2.2.9	Sensibilidade das lideranças formais sobre o meio ambiente	
II.2.2.10	Sensibilidade das lideranças informais sobre o meio ambiente	

**II.2.3- Pesquisa e Desenvolvimento**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.2.3.1	Destaque aos fatores de produção	
II.2.3.2	Equilíbrio do ecossistema	
II.2.3.3	Exercício de controles sobre o ecossistema	
II.2.3.4	Níveis de impactos sobre o ecossistema	
II.2.3.5	Objetivos empresariais contemplam o ecossistema	
II.2.3.6	Reforço aos contextos jurídico e gerencial	
II.2.3.7	Reprodução de escolhas ideológicas	
II.2.3.8	Reprodução de serviços ecológicos	
II.2.3.9	Tecnologias consideram os níveis de RH	
II.2.3.10	Visão prospectiva é característica da gestão	

**II.2.4- Relação do RH com o Desenvolvimento**

Item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.2.4.1	Clareza dos níveis de competência ambiental	
II.2.4.2	Competência da avaliação de impactos de P&D	
II.2.4.3	Consciência sobre os impactos das pesquisas	
II.2.4.4	Consciência da responsabilidade ambiental	
II.2.4.5	Criatividade e motivação como critérios ecológicos	
II.2.4.6	Interação ambiental reforça avaliação de desempenho	
II.2.4.7	Interferência da produtividade nos impactos ambientais	
II.2.4.8	Relevância da integração do RH no ecossistema	

II.2.4.9	Respeito à qualidade de vida fundamenta a liderança	
II.2.4.10	Sensibilidade ambiental fundamenta as atividades	

**II.2.5- Responsabilidade da Pesquisa com o M.A .**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.2.5.1	Abrangência da pesquisa se faz no contexto geral	
II.2.5.2	Elaboração de referenciais para a preservação	
II.2.5.3	Estratégias ecológicas para o desenvolvimento	
II.2.5.4	Ideologia de conservação	
II.2.5.5	Indicação de nível de utilidade do produto	
II.2.5.6	Orientação para as modalidades de descarte	
II.2.5.7	Relevância do meio ambiente	
II.2.5.8	Responsabilidade com o meio ambiente	
II.2.5.9	Responsabilidade da gestão pelos impactos das pesquisas	
II.2.5.10	Restrições ao uso dos produtos	

**II.3- Estilos de Gestão****II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.3.1.1	Aceitação da comunidade à atividades e processos	
II.3.1.2	As publicações regulares sobre resultados	
II.3.1.3	As publicações regulares sobre riscos potenciais	
II.3.1.4	Consciência da comunidade sobre fluxos de resíduos	
II.3.1.5	Crédito atribuído às informações geradas	
II.3.1.6	Importância dos jovens nas campanhas pró-ecologia	
II.3.1.7	Informações precisas sobre o potencial de riscos	
II.3.1.8	Objetivos voltados para melhoria de resultados	
II.3.1.9	Participação de servidores nos objetivos ecológicos	
II.3.1.10	Ratificação e referência a fatos ecológicos históricos	

**II.3.2- Desenvolvimento Gerencial**

Item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.3.2.1	Atuação esclarecedora pelo setor de relações públicas	
II.3.2.2	Confiança da mídia sobre os objetivos ecológicos	
II.3.2.3	Conscientização política da comunidade em meio ambiente	
II.3.2.4	Entendimento entre o órgão e grupos ecológicos	
II.3.2.5	Geração de informações sobre setores mais sensíveis	
II.3.2.6	Incentivos à obtenção da autosustentabilidade	
II.3.2.7	Programas de vigilância sanitária e ambiental	
II.3.2.8	Responsabilidade sobre o equilíbrio ecológico	
II.3.2.9	Responsabilidades políticas e sociais assumidas	
II.3.2.10	Transparência da política ecológica	

**II.3.3- Planejamento**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.3.3.1	Atenção especial à micro e pequenas empresas	
II.3.3.2	Conservacionismo como meta	
II.3.3.3	Estratégias de ação contemplam o desenvolvimento	
II.3.3.4	Identificação da comunidade como parceiro ecológico	
II.3.3.5	Múltiplas metas de ação comunitária	
II.3.3.6	Participação da comunidade no planejamento ambiental	
II.3.3.7	Plano de ação voltado ao desenvolvimento social	
II.3.3.8	Transporte dos insumos segue normas de segurança	
II.3.3.9	Tratamento ecológico dos resíduos	

II.3.3.10	Valoração dos potenciais turísticos pela conurbação	
-----------	---	--

#### II.3.4- Processo Decisório

Item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.3.4.1	Características e potencialidades do município	
II.3.4.2	Divulgação de estudos sobre periculosidade e impactos	
II.3.4.3	Estratégias de comunicação compõem o mix gerencial	
II.3.4.4	Feedback da falha humana gera base de informação	
II.3.4.5	Fomento à industrialização de produtos regionais	
II.3.4.6	Investimentos em estruturas de comunicação	
II.3.4.7	Planos de sustentabilidade a longo prazo	
II.3.4.8	Potencialidades e habilidades tecnológicas e gerenciais	
II.3.4.9	Profissionais qualificados desenvolvem as atividades	
II.3.4.10	Valoração da cultura aos insumos regionais	

#### II.3.5- Sistemas de Gerenciamento da Informação

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.3.5.1	Acesso de informação sobre gestão, ao público	
II.3.5.2	Comunicação dos efeitos das mudanças tecnológicas	
II.3.5.3	Estratégia ecológica visa a alternância de tecnologia	
II.3.5.4	Fluxos contínuos para a melhoria de políticas	
II.3.5.5	Informações do desemprego gerado pela tecnologia	
II.3.5.6	Mecanismos de controle ambiental	
II.3.5.7	Políticas internas garantem perspectiva ambiental	
II.3.5.8	Procedimentos analíticos das relações causais	
II.3.5.9	Reprodução da consciência de responsabilidade	
II.3.5.10	Sensibilidade para lidar com questões ambíguas	

#### II.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais

##### II.4.1- Controle da Gestão

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.4.1.1	Autonomia da avaliação ecológica	
II.4.1.2	Determinação da relação custos / perdas	
II.4.1.3	Determinação da relação despesas/receitas	
II.4.1.4	Documentos gerenciais reportam-se ao meio ambiente	
II.4.1.5	Elaboração periódica de relatórios ecológicos	
II.4.1.6	Incrementos de custos fixos alocados em prevenção	
II.4.1.7	Mecanismos de controles dos gastos com o meio ambiente	
II.4.1.8	Orçamento provisional anual para o meio ambiente	
II.4.1.9	Relação benefícios ambientais X custos incorridos	
II.4.1.10	Satisfação em função da relação custo-benefício	

##### II.4.2- Dispositivos de Prevenção (anti-poluição)

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.4.2.1	Avaliação do desempenho das atividades	
II.4.2.2	Avaliação periódica das atividades desenvolvidas	
II.4.2.3	Estabelecimento de medidas corretivas	
II.4.2.4	Estudos sobre medida/controle/prevenção	
II.4.2.5	Gestores acompanham o potencial de risco	
II.4.2.6	Participação dos gestores nos núcleos de prevenção	
II.4.2.7	Planos de emergência para conflitos externos	
II.4.2.8	Planos de urgência para crises de operacionais	
II.4.2.9	Poder dos gestores de medida / controle / prevenção	
II.4.2.10	Potencial de risco se faz no planejamento de metas	

II.4.3- Dispositivos Jurídicos

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.4.3.1	Normas para credenciamento de agentes fiscais	
II.4.3.2	Normas para controle da poluição ambiental	
II.4.3.3	Normas para execução de atividades insalubres	
II.4.3.4	Normas sobre a destinação de resíduos	
II.4.3.5	Normatização de atividades operacionais	
II.4.3.6	Normatização explícita para o funcionamento do órgão	
II.4.3.7	Observações às restrições operacionais	
II.4.3.8	Orientações técnicas para utilização de recursos	
II.4.3.9	Otimização do recolhimento de impostos	
II.4.3.10	Políticas de incentivos fiscais	

II.4.4- Regulamentação

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.4.4.1	Determinação da responsabilidade do degradador	
II.4.4.2	Disposições sobre tratamento de lixo e detritos	
II.4.4.3	Independência da auditoria interna	
II.4.4.4	Investimentos para regulamentação e normas	
II.4.4.5	Nível da responsabilidade solidária	
II.4.4.6	Normas para o gestor ambiental	
II.4.4.7	Planejamento orçamentário e financeiro	
II.4.4.8	Qualidade ambiental em relação à custos e preços	
II.4.4.9	Responsabilidade pelos equívocos ambientais	
II.4.4.10	Sanções econômicas para disfunção ambiental	

II.4.5- Responsabilidade Legal

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.4.5.1	Amparo legal às políticas ambientais	
II.4.5.2	Atividades respondem pelos impactos ambientais	
II.4.5.3	Fundamentos da legislação específica de prevenção	
II.4.5.4	Legislação ambiental contempla pressões externas	
II.4.5.5	Legislação ambiental intermedia conflitos	
II.4.5.6	Legitimidade dos setores geográficos junto ao meio ambiente	
II.4.5.7	Nível de avaliação da responsabilidade gerencial	
II.4.5.8	Nível de responsabilidade civil	
II.4.5.9	Nível de responsabilidade gerencial	
II.4.5.10	Nível de responsabilidade moral	

II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos

II.5.1- Desenvolvimento Sustentável

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.5.1.1	A prioridade para a segurança do ecossistema	
II.5.1.2	Ações preventivas X Ações corretivas	
II.5.1.3	Compromisso com o desenvolvimento sustentável	
II.5.1.4	Deficiências e não conformidades referenciam a gestão	
II.5.1.5	Destaque para ações pró-desempenho ambiental	
II.5.1.6	Identificação do desempenho ambiental à gestão municipal	
II.5.1.7	Integração de políticas e procedimentos de gestão municipal	
II.5.1.8	O perfil do munícipe e expectativa da gestão	
II.5.1.9	O saber científico para a gestão municipal	
II.5.1.10	Prioridade da Gestão para o bem estar coletivo	

**II.5.2- Ecoestratégias**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.5.2.1	Competência ambiental com causalidade	
II.5.2.2	Comprometimento ético com o meio ambiente	
II.5.2.3	Diferencial competitivo ambiental	
II.5.2.4	Exercício do benchmarking ambiental	
II.5.2.5	Identificação de barreiras ecológicas para o órgão	
II.5.2.6	Pressões externas à nível de planejamento estratégico	
II.5.2.7	Sensibilidade para pressões de órgãos financiadores	
II.5.2.8	SQA atuam em conjunto com os SGM	
II.5.2.9	Valorização para a evolução da consciência ambiental	
II.5.2.10	Vantagem competitiva à nível ambiental	

**II.5.3- Etapas de Implementação do SGM**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.5.3.1	Avaliação dos efeitos dos impactos ambientais	
II.5.3.2	Avaliação qualitativa do desempenho ambiental	
II.5.3.3	Conformidade de máquinas e equipamentos	
II.5.3.4	Estratégias de cooperação com fornecedores e clientes	
II.5.3.5	Flexibilidade da estrutura organizacional	
II.5.3.6	Identificação de níveis de impactos ambientais	
II.5.3.7	Produtos / serviços e a gestão ambiental	
II.5.3.8	Programas de melhoria para o desempenho ambiental	
II.5.3.9	SGM e os ciclos: projeto-processos-serviços-clientes	
II.5.3.10	SGM e programas de melhoria contínua	

**II.5.4- Gestão da Auditoria Interna**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.5.4.1	Auditoria das bases operacionais	
II.5.4.2	Auditoria de conformidades	
II.5.4.3	Auditoria dos planos estratégicos	
II.5.4.4	Auditoria e avaliação de impactos ambientais	
II.5.4.5	Compromisso da Auditoria interna com o meio ambiente	
II.5.4.6	Compromisso de auditores com o meio ambiente	
II.5.4.7	Destaques da auditoria para quest. ambientais	
II.5.4.8	Domínio dos preceitos do SGM pelo staff da auditoria	
II.5.4.9	Independência de auditores em questões ambientais	
II.5.4.10	Trabalhos específicos de auditoria para o meio ambiente	

**II.5.5- Princípios Orientadores para o Meio Ambiente**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.5.5.1	Métodos para solução de problemas ambientais	
II.5.5.2	Nível de responsabilidade do órgão	
II.5.5.3	Notificação de emergências ambientais	
II.5.5.4	Padronização para a coordenação do meio ambiente	
II.5.5.5	Parcerias para a conservação do meio ambiente	
II.5.5.6	Percepção da valoração dos seres humanos	
II.5.5.7	Prioridade ao princípio da precaução	
II.5.5.8	Proteção ambiental e processos de desenvolvimento	
II.5.5.9	Proteção e integridade do ecossistema	
II.5.5.10	Relação custos financeiros X investimentos ambientais	

**II.6- Valoração dos Recursos Humanos****II.6.1- Estrutura da Função Ambiental**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.6.1.1	Abrangência das funções ambientais	
II.6.1.2	Autonomia dos responsáveis pelo meio ambiente	
II.6.1.3	Autonomia financeira do departamento de meio ambiente	
II.6.1.4	Composição de setor/departamento de meio ambiente	
II.6.1.5	Comprometimento das funções com o meio ambiente	
II.6.1.6	Contatos das funções ambientais com a comunidade	
II.6.1.7	Definição das funções ambientais	
II.6.1.8	Divulgação dos propósitos do departamento de meio ambiente	
II.6.1.9	Independência do setor/departamento de meio ambiente	
II.6.1.10	Poder de decisão dos responsáveis pelo meio ambiente	

**II.6.2- Formação e Informação**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.6.2.1	Ação pedagógica voltada para o meio ambiente	
II.6.2.2	Capacitação funcional para o ecossistema	
II.6.2.3	Divulgação de incidentes ambientais	
II.6.2.4	Divulgação de políticas ambientais em todos os níveis	
II.6.2.5	Formação de executivos para a gestão ambiental	
II.6.2.6	Incentivos ao treinamento voltado ao meio ambiente	
II.6.2.7	Organização e atuação de Círculos Ambientais	
II.6.2.8	Processo decisório enfatiza disciplina e competência	
II.6.2.9	Servidores são capacitados por técnicos anti-poluição	
II.6.2.10	Treinamento de servidores em ecologia e meio ambiente	

**II.6.3- Organização do Trabalho**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.6.3.1	Avaliação de infrações coletivas contra o meio ambiente	
II.6.3.2	Avaliação de Infrações individuais e isoladas	
II.6.3.3	Bonificações para posturas de conservação ambiental	
II.6.3.4	Homem-máquina condiz à ergonomia-meio ambiente	
II.6.3.5	incentivos à projetos de melhoria ambiental	
II.6.3.6	Jornada de trabalho obedecem convenções em vigor	
II.6.3.7	Lay-out e os preceitos da gestão ambiental	
II.6.3.8	Prioridade aos princípios da ergonomia	
II.6.3.9	Processos operacionais X pressupostos ecológicos	
II.6.3.10	Valoração do meio ambiente como princípio básico	

**II.6.4- Qualidade de Vida**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.6.4.1	Consideração a aspectos pessoais e familiares	
II.6.4.2	Consideração a aspectos sociais da vida profissional	
II.6.4.3	Desenvolvimento das capacidades humanas	
II.6.4.4	Envolvimento do servidor com as suas funções	
II.6.4.5	Nível de integração social na empresa	
II.6.4.6	Participação dos servidores em decisões das atividades	
II.6.4.7	Respeito à qualidade de vida de servidores e clientes	
II.6.4.8	Responsabilidade do órgão pelo bem estar coletivo	
II.6.4.9	Satisfação das condições de trabalho	
II.6.4.10	Treinamento sobre valoração da vida	



**II.6.5- Seleção e Avaliação**

item	Pressupostos Ecológicos	Atributo
II.6.5.1	Abrangência do DRH a todos os níveis do órgão	
II.6.5.2	Abrangência dos conceitos de gestão ambiental	
II.6.5.3	Avaliação do setor ambiental	
II.6.5.4	Capacitação profissional com enfoque ecológico	
II.6.5.5	Competência anti-poluição	
II.6.5.6	Definição do cargo de responsável pelo meio ambiente	
II.6.5.7	Exigência de conhecimentos em meio ambiente	
II.6.5.8	Maturidade ecológica e a delegação de autoridade	
II.6.5.9	Referências institucional de lideranças	
II.6.5.10	Valoração e incentivos à criatividade ecológica	

**5.3.4- AVALIAÇÃO DAS VARIÁVEIS**

A avaliação das variáveis se faz de forma estruturada mediante a utilização da metodologia usual em pesquisa social em sua abordagem qualitativa, sendo avaliada no âmbito do estudo, a potencialidade de impactos ambientais reproduzida por intermédio da identificação das características operacionais que representa cada variável na forma como possa estar inserida em seu respectivo grupo e/ou subgrupo em função da sua contribuição à efetividade ao processo decisório

Os Valores são atribuídos para o intervalo [0 a 5] relativos aos atributos e significados conforme a Tabela 4 abaixo, de modo a se poder referendar a seguinte interpretação das variáveis de acordo com os predicados observados da gestão, junto aos órgãos que compuserem o modelo:

**Tabela 4: Escala de Valores - atributos**

0	"não informado"
1	"em total desacordo"
2	"com severas restrições"
3	"com restrições leves"
4	"em acordo"
5	"em pleno acordo"



Organizado inicialmente em planilhas eletrônicas Microsoft Excel 7.0, o modelo de coleta se fez mediante a estruturação das variáveis recorrente para cada órgão que compõe o estudo, conforme se apresenta nesta “captura”:

Figura 7: Coleta de Evidências sobre Riscos Ambientais: Excel 7.0

**ÁREAS VERDES**

**1- PERCEPÇÃO ECOLÓGICA**

**1.1- Cadastro Técnico Multifinalitário**

item	Percepção Histórica - Contextualização Ecológica	Atributos
1.1.1	Características técnicas multifinalitárias	1
1.1.2	Formação de banco de dados multifinalitários	2
1.1.3	Geoprocessamento das informações gráficas	2
1.1.4	Geração de subsídios para a expansão autosustentável	3
1.1.5	Geração de estrat. sócio-econômicas institucional	
1.1.6	Geração de estratégias físico territorial e ambiental	
1.1.7	Geração de geo informações espaciais e numéricas	
1.1.8	Interação entre as concessionárias públicas	
1.1.9	Sustentação ao sistema de arrecadação tributária	1
1.1.10	Sustentação ao zoneamento ecológico	4

As contribuições do cadastro ao planejamento estratégico mediante oferta de elementos cartográficos relacionados à ecologia

**1.2- Educação Ambiental**

item	Percepção Histórica - Contextualização Ecológica	Atributos
1.2.1	Capacitação institucional em questões ambientais	4
1.2.2	Integração do do meio ambiente ao desenvolvimento interdisciplinar	3
1.2.3	Necessidades de aprendizagem da comunidade	2
1.2.4	Parcerias em prol ao desenvolvimento sustentável	4
1.2.5	Parcerias entre a gestão e instituições de ensino	3
1.2.6	Conotação histórica da Pesq. e Desenvolvimento	4
1.2.7	Programas de turismo ecológico	3
1.2.8	Programas para a consciência crítica ambiental	3
1.2.9	Readaptação da cultura para o meio ambiente	4

**Valores e significados**

- 1 em total desacordo
- 2 com severas restrições
- 3 com restrições leves
- 4 em acordo
- 5 em pleno acordo

Para referenciar a modelagem foram utilizados as ferramentas estocásticas apropriadas às nuances e particularidades do estudo, em sua abordagem qualitativa, onde os atributos são trabalhados em função da expressividade dos desvios superiores e inferiores. Entendendo-se nesta abordagem o atributo 3 “com restrições leves” na condição de mediana e os seus sucessores e antecessores, na condição de desvios positivos e negativos, respectivamente.

Considerando as características do estudo, no sentido de referendar um modelo para coletar evidências de risco junto aos órgãos que compõem o processo decisório na âmbito da gestão municipal, apresenta-se na sequência da leitura de forma concisa e simplificada, alguns argumentos estatísticos que fundamentam o modelo, quais sejam:

- ✚ Reconhecendo-se as restrições inerentes a informações quantitativas reproduzidas através de “médias estatísticas”, optou-se pelo detalhamento propiciado pela abordagem estocástica inerente aos predicados ofertados pela variância e suas correlações;
- ✚ Buscando-se reduzir a tendência ao erro, ao nível de insignificante para os propósitos do estudo, buscou-se fundamentar a lógica do modelo mediante o entendimento das variações observadas ao nível de cada subgrupo de variáveis relacionadas às variações observadas entre os distintos subgrupos que compõem o modelo, na forma como preceitua kume [1993], ao modo como trabalha as questões pertinentes à análise de processos gerenciais mediante a utilização dos Gráficos de Controle .
- ✚ Considerando ainda que a coleta de evidência se faz ao âmbito de cinco entidades distintas ao nível da gestão da municipalidade, as variáveis inseridas em seus grupos e subgrupos são avaliadas de forma estratificada no âmbito de cada entidade ou órgão.
- ✚ A pertinência dos atributos devem ser consideradas em função de sua frequência dentro de uma mesma faixa auxiliando a interpretação mediante a redução da tendenciosidade reproduzida pelas médias dos limites superiores e inferiores dos desvios.

Considerando-se a pertinência destes argumentos, o modelo experimental ainda em sua estruturação primária uma abordagem experimental propiciada pela utilização das planilhas eletrônicas, que servem de sustentação empírica para o desenvolvimento e aprimoramento de modelos que carecem de uma apresentação melhor estilizada para satisfazer mais à contento as necessidades de usuários pouco familiarizados com o uso de planilhas.

Nesta abordagem se evidencia a tradução/conversão da expressão numérica dos atributos, pelos seus respectivos significados, que fundamentam o modelo no que tange a coleta de evidências no âmbito dos órgãos envolvidos, para apresentações dos resultados à nível empresarial, em uma linguagem executiva, na

---



forma como traduz posteriormente o modelo sedimentado em linguagem Borland Delphi 3.0.

Nesta seqüência observa-se a sistematização dos resultados das coletas, na forma de relatórios indicativos dos atributos inerentes, nesta “captura” de Telas, representadas pelas respectivas figuras, à áreas verdes:

Figura 8: Relatórios de Evidências sobre Riscos Ambientais: Excel 7.0

EVIDÊNCIAS DE RISCOS AMBIENTAIS - ÁREAS VERDES		
RELATÓRIOS NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS		
<b>NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA</b>		
I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	com restrições leves	Diz respeito ao nível de entendimento ecológico segundo o qual os órgãos deliberam sobre opções gerenciais junto ao processo decisório. Indica a visão geral do comportamento ecológico da gestão.
I.2- Educação Ambiental	com restrições leves	
I.3- Estilos de Gestão	de acordo	
I.4- Estratégias Regul. dos impactos ambientais	com restrições leves	
I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos	com restrições leves	
I.6- Valoração dos Recursos Humanos	com restrições leves	
<b>II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA</b>		
II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	com restrições leves	Indica o nível de entendimento ecológico segundo o qual os órgãos deliberam sobre opções gerenciais junto ao processo decisório. Indica a visão específica do comportamento ecológico da gestão sobre cada grupo do contexto organizacional, quanto a sua composição e respectivas variáveis ecológicas.
II.2- Educação Ambiental	com severas restrições	
II.3- Estilos de Gestão	com severas restrições	
II.4- Estratégias Regul. dos impactos ambientais	em total desacordo	
II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos	com severas restrições	
II.6- Valoração dos Recursos Humanos	em total desacordo	
<b>III - PERCEPÇÃO SISTÊMICA</b>		
III.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	com restrições leves	com severas restrições
III.1.1- Abordagem Multifinalitária	com restrições leves	
III.1.2- Abordagem Normativa	com restrições leves	
III.1.3- Compreensão espacial da infraestrutura	com restrições leves	
III.1.4- Concepção Ambiental	de acordo	

Na forma como se apresentam os resultados contidos nesta Figura 8, deve ficar claro o entendimento de que os níveis, grupos e subgrupos de variáveis podem se apresentar com as suas performances no cômputo geral, ou em relação à determinado órgão que compôs o estudo, propiciando informações detalhada sobre potencialidades de impactos ambientais produzidos no âmbito da gestão pública municipal.

É importante destacar a possibilidade de se obter em qualquer momento os significados específicos para cada nível, grupo ou subgrupo, disponível na forma de

“caixa de diálogo”, facilitando efetivamente o trabalho do decisor, à nível de orientação e esclarecimentos a todo aquele profissional que se utilizar do modelo na condição de instrumento gerencial de apoio ao processo decisório.

É importante se destacar a grande flexibilidade do modelo que é capaz de propiciar alternância de variáveis e significados sempre que o contexto organizacional oferecer modificações significantes à nível dos referenciais técnicos-políticos que orientam o processo decisório.

### **5.3.6- A MODELAGEM: OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO**

Em seu desenvolvimento operacional, o estudo culmina com a aplicação de um modelo computacional que serviu de sustentação para a coleta de evidências no âmbito do processo decisório junto aos órgãos da administração direta da Prefeitura Municipal de Belém, que auferiram sustentação empírica ao modelo.

De uma forma bastante prática, e desenvolvido mediante a lógica formal inerentes aos sistemas de informações gerenciais na condição de facilitadora para o gerenciamento destes sistemas de informações, o modelo se apresenta configurado em linguagem computacional Borland Delphi 3.0 em função da praticidade de aplicação.

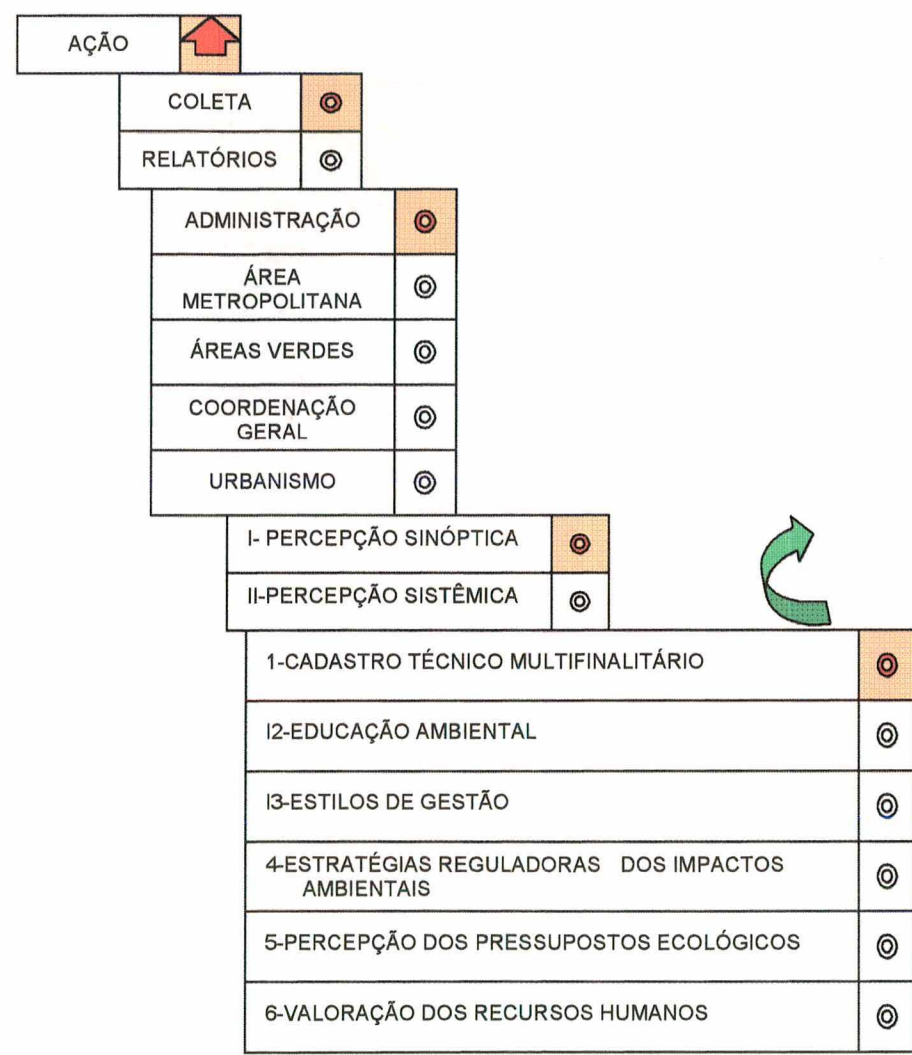
E uma etapa antecessora, com o propósito de referenciar e direcionar o modelo para a elaboração do aplicativo específico e definitivo, desenvolveu-se inicialmente um protótipo experimental utilizando-se dos recursos computacionais inerentes a planilhas eletrônicas Excel mediante a estruturação da coleta, na forma como se fez a ordenação das variáveis em seus respectivos níveis, grupos e subgrupos.

O modelo foi estruturado então em definitivo, mediante o desenvolvimento e implementação de esquemas referenciais para a configuração do aplicativo, constituindo-se em dois momentos distintos: *Coleta e Relatórios*. A coleta de evidências se faz desenvolvido em 2 (duas) etapas e a conseqüente apresentação dos relatórios em suas 8 (oito) abordagens definidas nos quadros seguintes:

---



Quadro 1: Etapa 1- Coleta de Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem



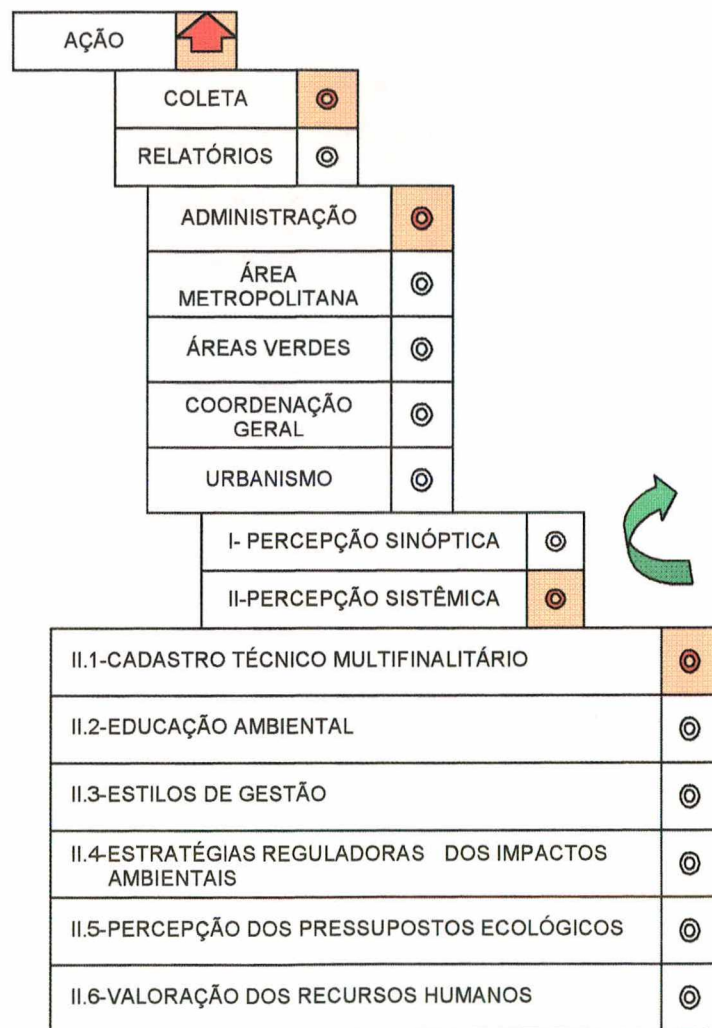
## I- PERCEPÇÃO SINÓPTICA

### I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário

I.1.1-Características técnicas multifinalitárias		1
I.1.2-Formação de banco de dados multifinalitários		2
I.1.3-Geoprocessamento das informações gráficas		3
I.1.4-Gera subsídios para a expansão autosustentável		4
I.1.5-Gera estratégias sócio-econômicas institucional		5
I.1.6-Gera estratégias físico territorial		
I.1.7-Gera geoinformações espaciais e numéricas		
I.1.8-Interação entre as concessionárias públicas		
I.1.9-Sustentação ao sistema de arrecadação tributária		
I.1.10-Sustentação ao zoneamento ecológico		

PRÓXIMO	
ANTERIOR	
IMPRIMIR	
ENCERRAR	

Quadro 2: Etapa 2- Coleta de Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem



## II-PERCEPÇÃO SISTÊMICA

### II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário

II.1.1-Abordagem Multifinalitária	
II.1.2-Abordagem Normativa	
II.1.3-Compreensão Espacial da Infraestrutura	
II.1.4-Concepção Ambiental	
II.1.5-Espaço Territorial	

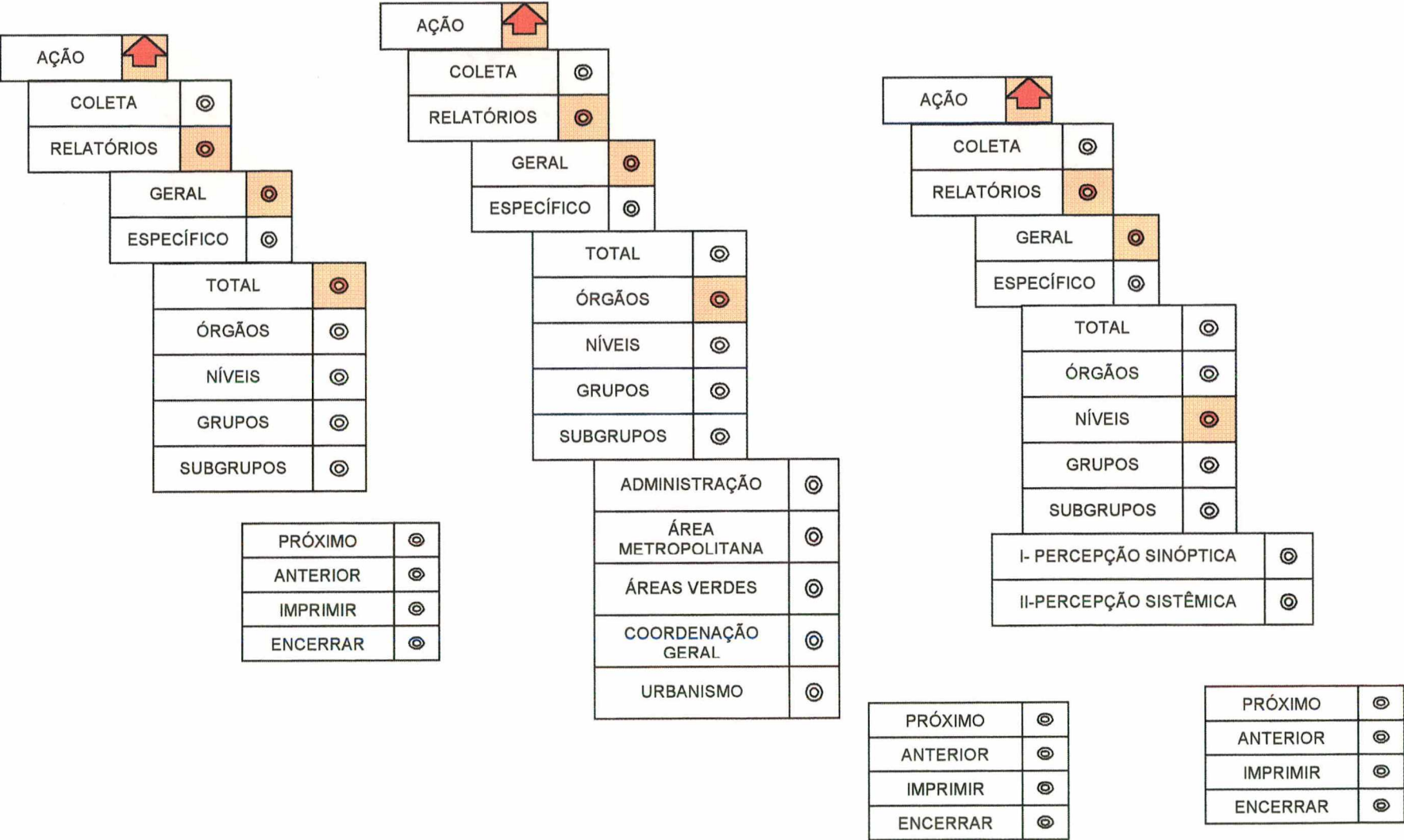
### II.1-Cadastro Técnico Multifinalitário

#### II.1.1-Abordagem Multifinalitária

II.1.1.1-Acesso aos diversos níveis de usuários		1
II.1.1.2-Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambient.		2
II.1.1.3-Apoio ao planejamento municipal		3
II.1.1.4-Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria		4
II.1.1.5-Auxílio da elaboração de programas de gestão		5
II.1.1.6-Integração entre zoneamento econômico e ecológico		
II.1.1.7-Integração técnica entre cadastro e usuários		
II.1.1.8-Sistemas de informações atuais		
II.1.1.9-Sistemas de informações plurais		
II.1.1.10-Sustentação aos indicadores ambientais		

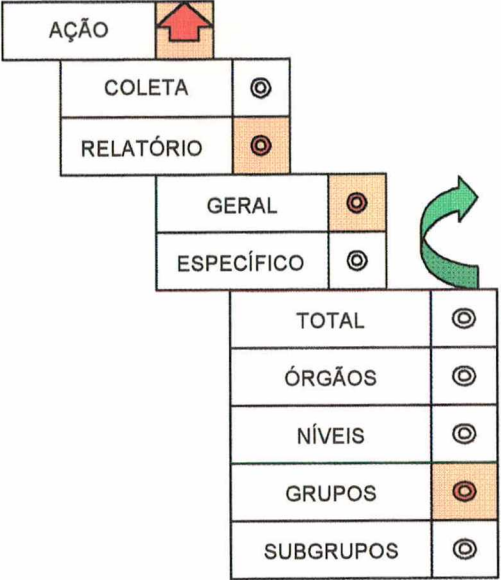
PRÓXIMO	
ANTERIOR	
IMPRIMIR	
ENCERRAR	

Quadro 3: Abordagem 1,2,3 - Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem





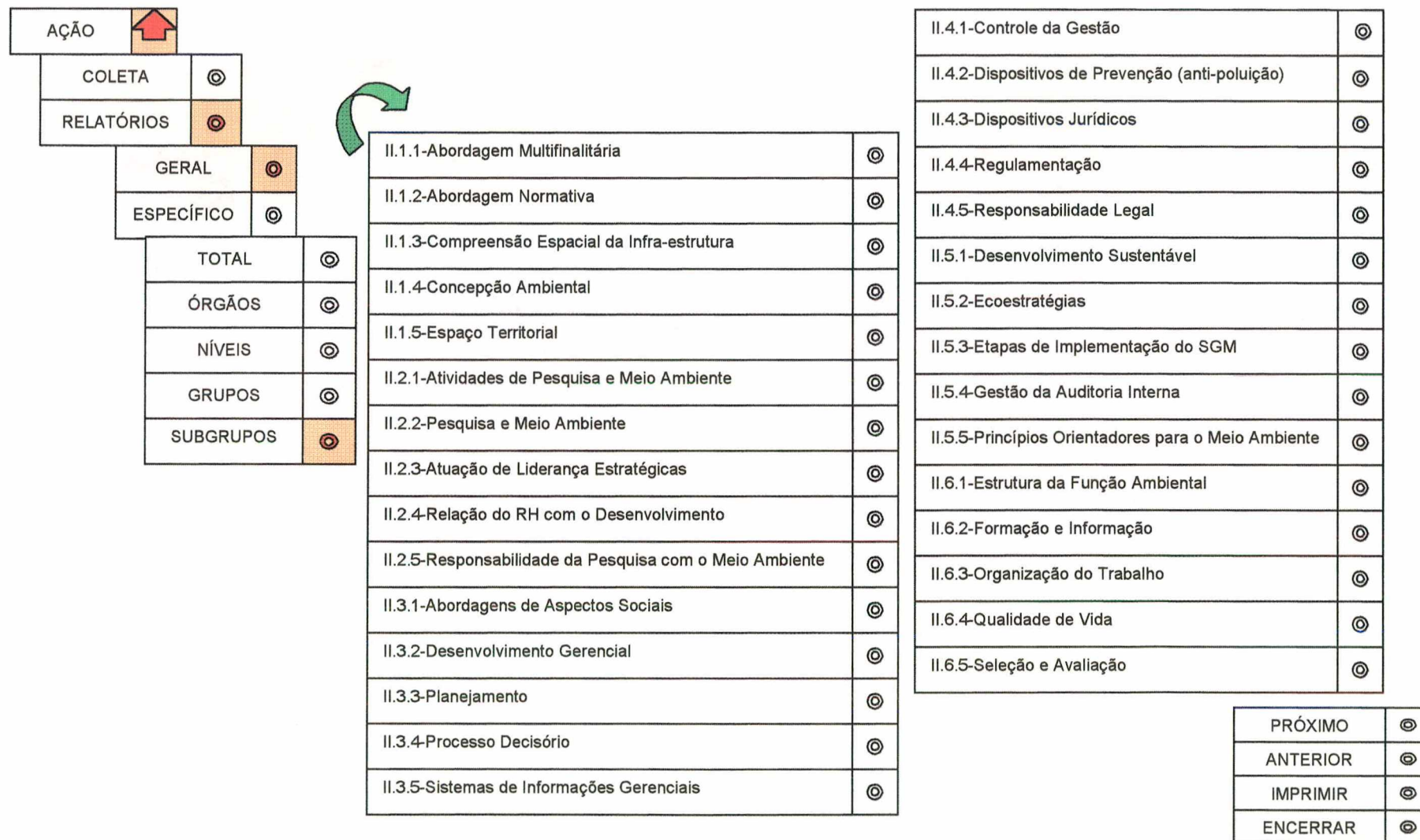
Quadro 4: Abordagem 4- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem



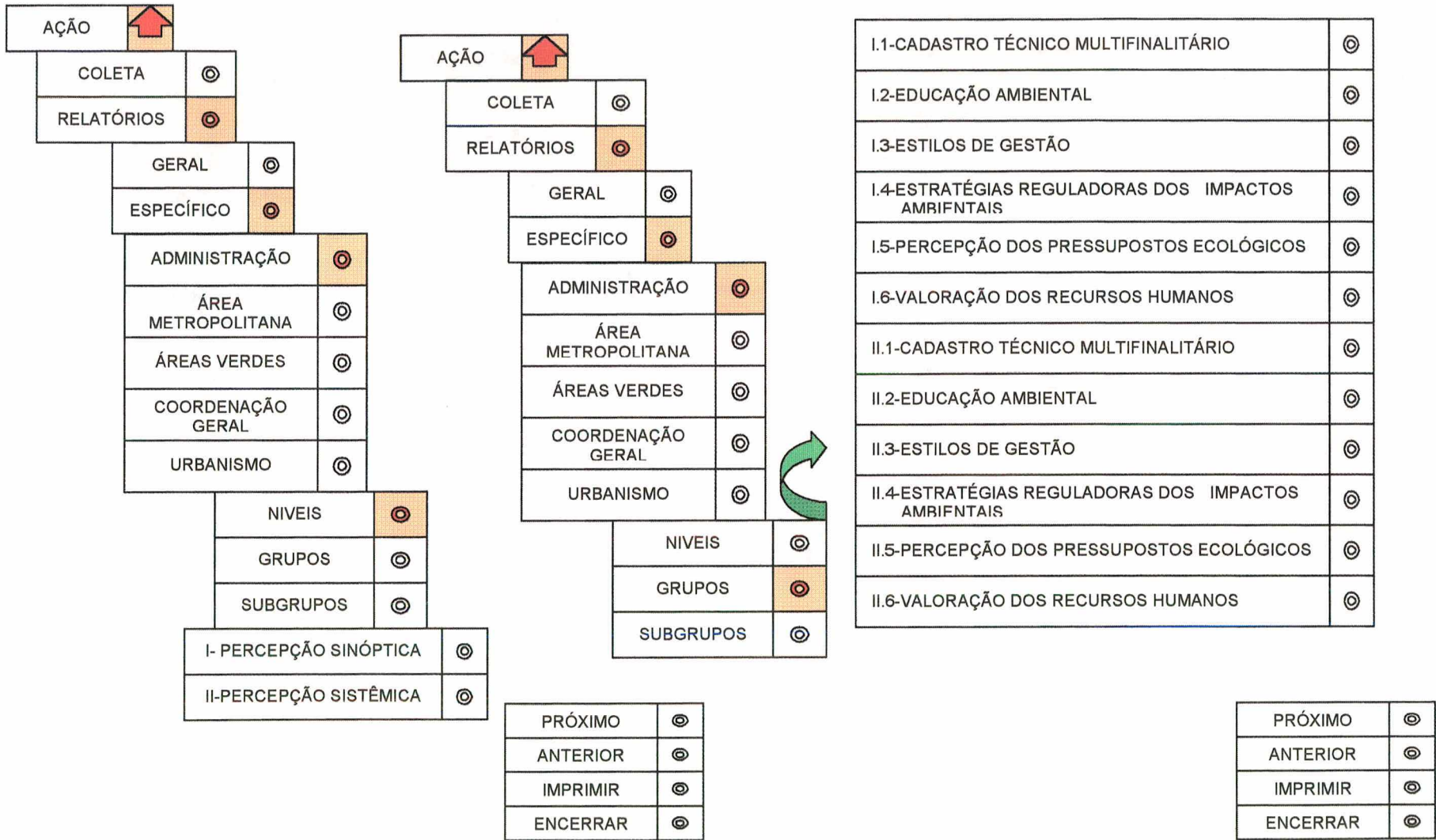
I.1-CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO	⊙
I.2-EDUCAÇÃO AMBIENTAL	⊙
I.3-ESTILOS DE GESTÃO	⊙
I.4-ESTRATÉGIAS REGULADORAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	⊙
I.5-PERCEPÇÃO DOS PRESSUPOSTOS ECOLÓGICOS	⊙
I.6-VALORAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	⊙
II.1-CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO	⊙
II.2-EDUCAÇÃO AMBIENTAL	⊙
II.3-ESTILOS DE GESTÃO	⊙
II.4-ESTRATÉGIAS REGULADORAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	⊙
II.5-PERCEPÇÃO DOS PRESSUPOSTOS ECOLÓGICOS	⊙
II.6-VALORAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	⊙

PRÓXIMO	⊙
ANTERIOR	⊙
IMPRIMIR	⊙
ENCERRAR	⊙

Quadro 5: Abordagem 5- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem

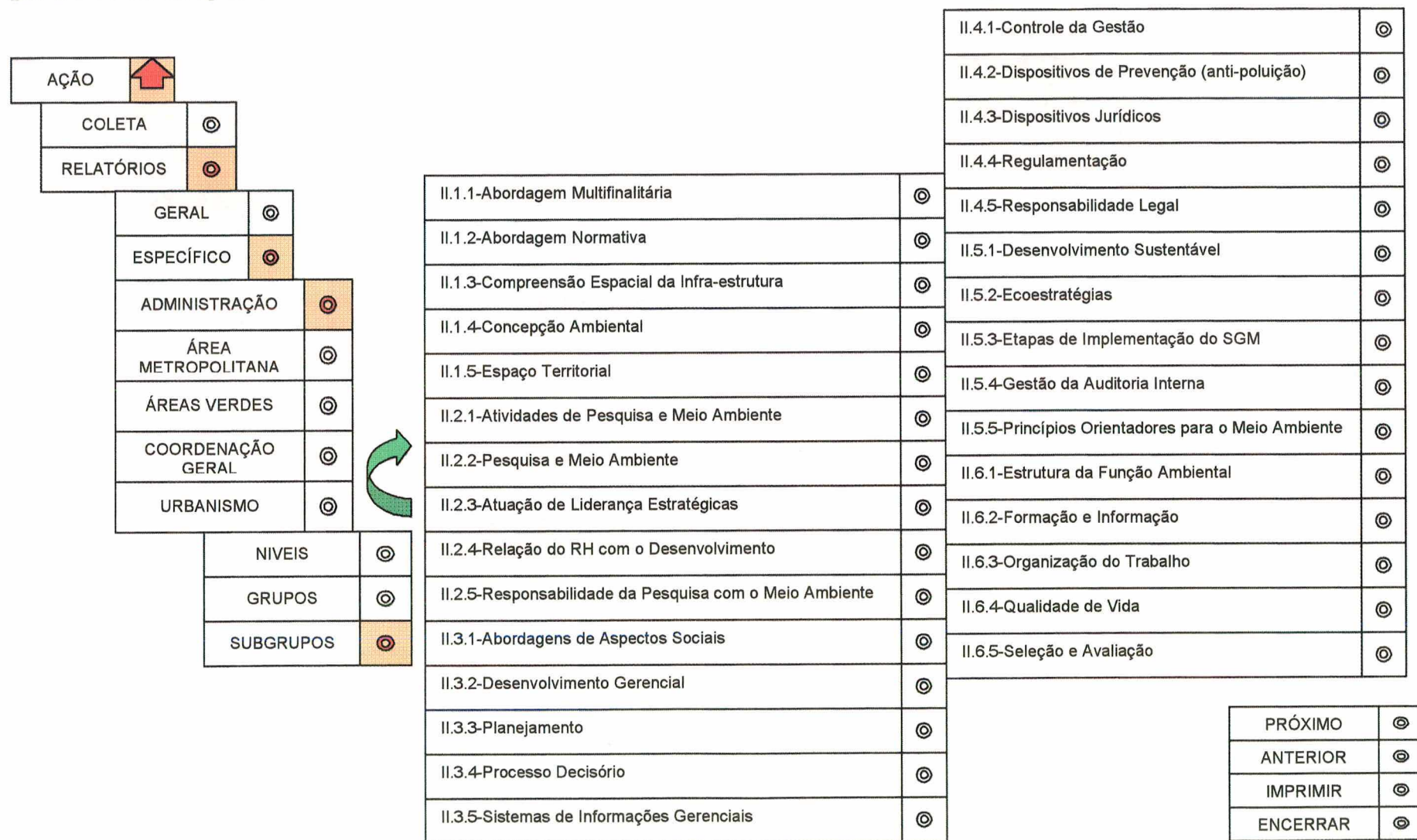


Quadro 6: Abordagem 6,7- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem





Quadro 7: Abordagem 8- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais - Modelagem



Conforme apresentado nos quadros 1 – 7 nas páginas anteriores, o modelo se faz constituído através de predicados distintos, cuja estrutura referente a cada quadro se apresenta com o seguinte silogismo.

**Quadro 1 – Etapa 1- Coleta de Evidências de Riscos Ambientais**

Diz respeito à coleta de evidências junto à cada órgão, reportando-se de forma concomitante a um dos dois níveis, conforme selecionado. Evidencia, o quadro, a coleta junto à administração, sobre o nível I: percepção sinóptica.

**Quadro 2 – Etapa 2- Coleta de Evidências de Riscos Ambientais**

Diz respeito à coleta de evidências junto à cada órgão, reportando-se a um dos dois níveis, conforme selecionado. Evidencia, o quadro, a coleta junto à administração, sobre o nível II: percepção sistêmica.

**Quadro 3 – Abordagem 1,2,3 - Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais**

Diz respeito à produção de relatórios referentes às etapas da coleta, reportando aos Relatórios Gerais. Na abordagem 1 se observa a emissão de relatório geral; na abordagem 2, relatório geral relativo aos órgãos; na abordagem 3 se observa a emissão de relatório relativo aos níveis.

**Quadro 4 – Abordagem 4- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais**

Diz respeito à produção de relatórios referentes às etapas da coleta, reportando aos Relatórios Gerais. Nesta abordagem 4 se observa a emissão de relatório geral referente aos respectivos grupos de variáveis.

**Quadro 5 – Abordagem 5- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais**

Diz respeito à produção de relatórios referentes às etapas da coleta, reportando aos Relatórios Gerais. Nesta abordagem 4 se observa a emissão de relatório geral referente aos respectivos sub grupos de variáveis.

**Quadro 6 – Abordagem 6,7- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais**

Diz respeito à produção de relatórios referentes às etapas da coleta, reportando-se desta feita aos Relatórios Específicos à cada órgão quanto o comportamento em um dos dois níveis, no que concerne a abordagem 6, e a cada grupo em conformidade com a abordagem 7.

---

**Quadro 7 – Abordagem 8- Relatório sobre Evidências de Riscos Ambientais**

Diz respeito à produção de relatórios referentes às etapas da coleta, reportando-se nesta feita, aos Relatórios Específicos à cada órgão quanto o comportamento em um dos dois níveis na abrangência de cada um dos subgrupos de variáveis que compõem o modelo.

Cabe ressaltar um fato muito importante para a viabilidade do modelo, que por se tratar de um instrumento para a coleta de evidências, torna-se imprescindível que o auditor (profissional que audita) na condição de profissional que manuseia o modelo, seja possuidor de capacidade funcional com base nos predicados técnicos, científicos, e intelectuais, indispensáveis para entender e compreender o significado dos atributos, conforme suporta o modelo, além da habilidade política necessária para a consecução de seus objetivos.

**5.3- O DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE: AUDIT-SYS**

A partir da operacionalização da modelagem desenvolvida previamente em planilhas Microsoft Excel 7.0, conforme apresentado, desenvolveu-se o software que denominou-se Audit-Sys, em sua versão V.1.00, baseado em programação Delphi 3.0, que encerra toda a coleta de evidências em suas diferentes categorizações junto a cada órgão da gestão municipal e reproduz relatórios qualitativo em tempo real sobre as evidências coletadas.

O software Audit-Sys, ocupa espaço físico em disco na ordem de 0,64 Megabytes e necessita tão somente do sistema operacional Windows-95 para o qual foi desenvolvido. E, em função de sua característica de coletar evidências de forma qualitativa possui recursos de bloco de notas que auxilia em todas as etapas da coleta de forma que possibilita a qualquer momento efetuar registros de observações sobre dados não estruturados no modelo. Apresenta como mecanismos de segurança para o auditor, senha e contra-senha com o propósito de autorizar a coleta ou simples visualização de

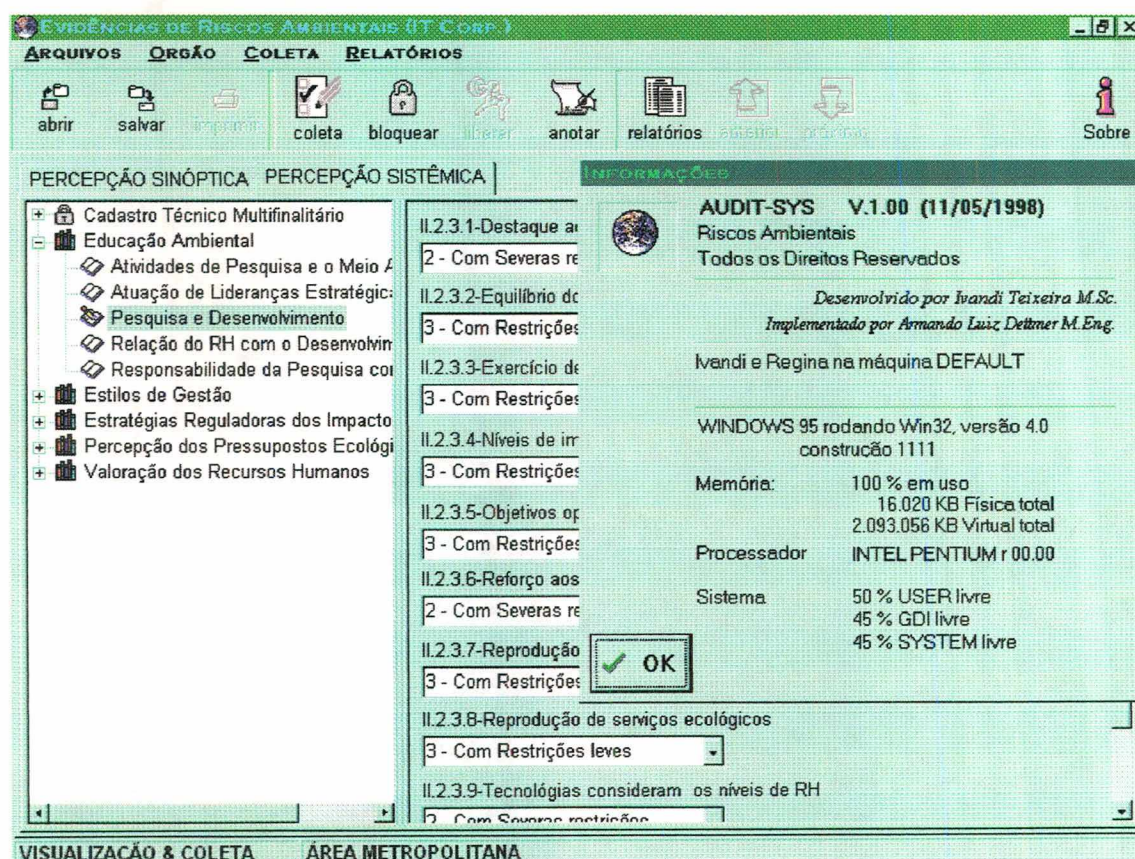
---



coletas já efetuadas, em sua totalidade ou aspectos específicos, além de bloqueio automático para qualquer etapa da coleta. Enfim, sedimentado em plataforma Windows 95, reveste-se e “beneficia-se” de todas as “facilidades” que o aplicativo propicia.

Na sequência do estudo apresentam-se algumas telas, identificadas pela figuras, e “capturadas” do software audit-sys desenvolvido especialmente para auferir a devida sustentação ao modelo:

Figura 3: Coleta de Evidência sobre Riscos Ambientais: soft Audit-sys



Observa-se na Figura 3 a interface do soft Audit-sys, destacando-se em primeiro plano os créditos, podendo ser destacado em segundo plano na barra de ferramentas os dispositivos que acionam os diferentes predicados da coleta, como também dos relatórios.

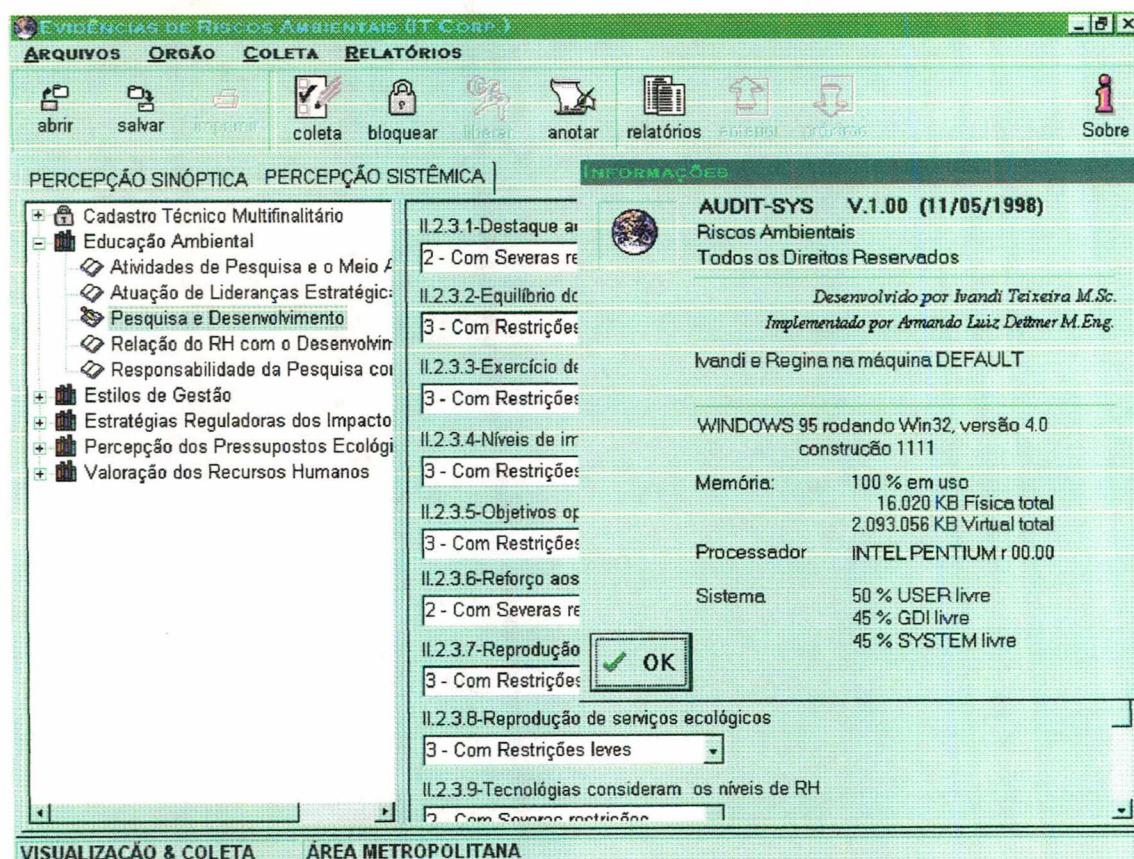
Nesta Figura se destaca parte da coleta junto à área metropolitana, enfatizando-se os grupos, subgrupos e respectivas variáveis em suas categorias, bem como dos atributos selecionados.



coletas já efetuadas, em sua totalidade ou aspectos específicos, além de bloqueio automático para qualquer etapa da coleta. Enfim, sedimentado em plataforma Windows 95, reveste-se e “beneficia-se” de todas as “facilidades” que o aplicativo propicia.

Na sequência do estudo apresentam-se algumas telas, identificadas pela figuras, e “capturadas” do software audit-sys desenvolvido especialmente para auferir a devida sustentação ao modelo:

Figura 9: Coleta de Evidência sobre Riscos Ambientais: soft Audit-sys



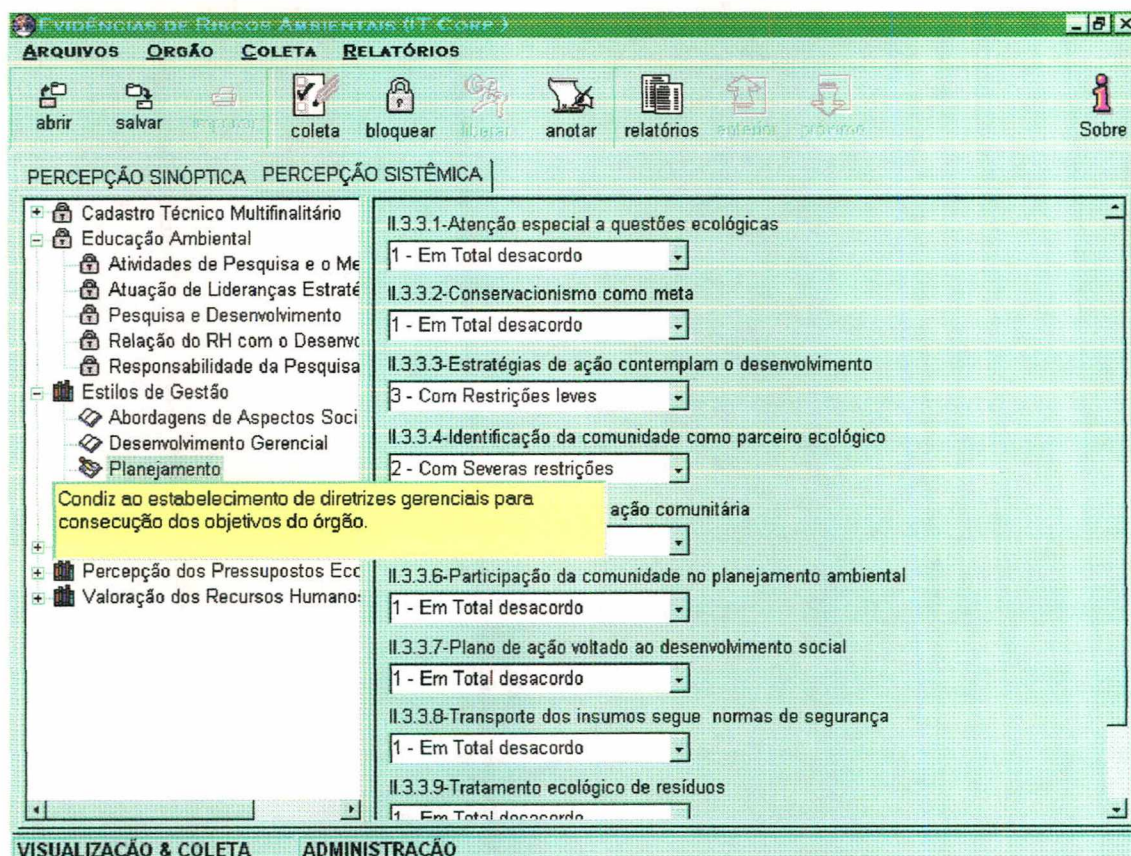
Observa-se nesta Figura 9 a interface do soft Audit-sys, destacando-se em primeiro plano os créditos, podendo ser destacado em segundo plano na barra de ferramentas os dispositivos que acionam os diferentes predicados da coleta, como também dos relatórios.

Nesta Figura se destaca parte da coleta junto à área metropolitana, enfatizando-se os grupos, subgrupos e respectivas variáveis em suas categorias, bem como dos atributos selecionados.



Na Tela abaixo representada pela figura 10, se destaca etapa da coleta de evidências junto à administração, percebendo-se os destaques para os ícones que traduzem as suas funções pertinentes ao modelo. Se realçam os significados que são disponibilizados por ocasião da coleta mediante duplo clique do mouse sobre os grupos, subgrupos e variáveis.

Figura 10: Coleta2 de Evidência sobre Riscos Ambientais:soft Audit-sys

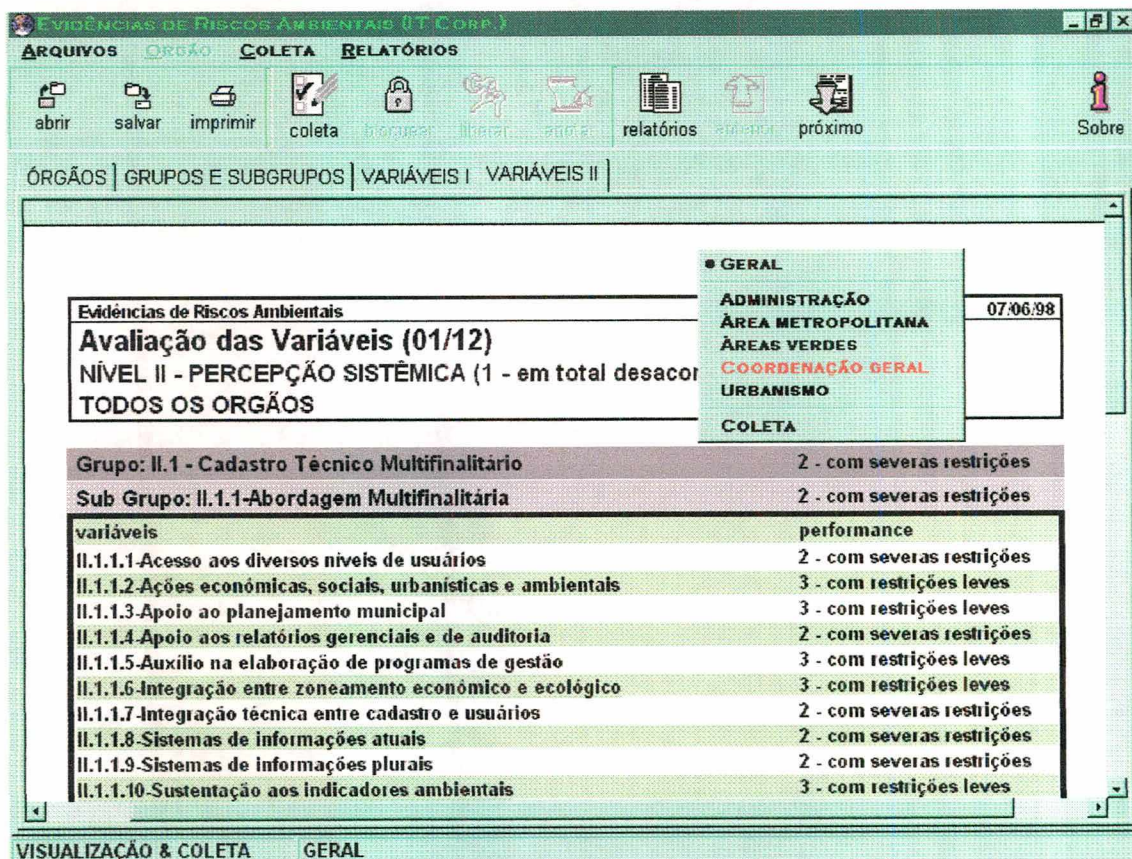


Destaca-se nesta oportunidade a comodidade de se poder “navegar” sobre as telas em busca de informações diversas mediante cliques com o mouse sobre os diversos ícones, ou através das setas de rolagens à disposição dos mais diversos usuários, que podem alternar a qualquer momento as suas observações de forma prática e rápida entre os dados coletados, resultados obtidos, grupos de variáveis, abrir programa para novas coletas, salvar em arquivos externos, editar, imprimir, etc.

Na próxima página se disporá mediante a “captura” da Tela do soft , na figura 11 da página seguinte, a observação à relatórios que são emitidos em tempo real pelo soft Audit-sys, de forma concomitante à coleta junto aos diversos órgãos.



Figura 11: Relatórios sobre Evidências sobre Riscos soft Audit-sys



**Evidências de Riscos Ambientais**

**Avaliação das Variáveis (01/12)**

**NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (1 - em total desacordo)**

**TODOS OS ORGÃOS**

Grupo: II.1 - Cadastro Técnico Multifinalitário	2 - com severas restrições
Sub Grupo: II.1.1-Abordagem Multifinalitária	2 - com severas restrições
variáveis	performance
II.1.1.1-Acesso aos diversos níveis de usuários	2 - com severas restrições
II.1.1.2-Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais	3 - com restrições leves
II.1.1.3-Apoio ao planejamento municipal	3 - com restrições leves
II.1.1.4-Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria	2 - com severas restrições
II.1.1.5-Auxílio na elaboração de programas de gestão	3 - com restrições leves
II.1.1.6-Integração entre zoneamento econômico e ecológico	3 - com restrições leves
II.1.1.7-Integração técnica entre cadastro e usuários	2 - com severas restrições
II.1.1.8-Sistemas de informações atuais	2 - com severas restrições
II.1.1.9-Sistemas de informações plurais	2 - com severas restrições
II.1.1.10-Sustentação aos indicadores ambientais	3 - com restrições leves

**GERAL**

**ADMINISTRAÇÃO** 07.06.98

**ÁREA METROPOLITANA**

**ÁREAS VERDES**

**COORDENAÇÃO GERAL**

**URBANISMO**

**COLETA**

**VISUALIZAÇÃO & COLETA** **GERAL**

Desta forma se compôs o modelo para coleta de Evidências sobre Riscos Ambientais aplicado em conformidade à abrangência que o estudo propôs, junto à municipalidade de Belém do Pará.

Em sua composição, o modelo se fez abrangente o suficiente para contemplar compreender a percepção ecológica da gestão pública municipal como um todo e de seus órgãos constitutivos em particular, ao nível das externalidades administrativas e internalidades operacionais, na forma como se vislumbra os dois momentos distintos: um sinóptico e outro sistêmico.

O modelo, ao longo do estudo, apresentou comportamento operacional ao nível de satisfatório junto aos diferentes órgãos que auferiram sustentação metodológica ao estudo no âmbito da municipalidade, conforme se apresenta no capítulo seguinte, merecendo particular destaque, a praticidade e a agilidade que o modelo apresentou ao longo da coleta de evidências, e emissão imediata dos relatórios.

## **Capítulo 6**

# **OS RESULTADOS DO ESTUDO: O MODELO E O CONTEXTO GERENCIAL EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

### **6.1– INTRODUÇÃO**

Apresenta-se neste capítulo, as características operacionais (técnicas, potencialidades e restrições) do modelo desenvolvido pelo estudo, destacando-se os aspectos gerenciais conforme constatadas em sua aplicação junto à prefeitura municipal de Belém no período compreendido entre setembro de 1997 a junho de 1998.

Nesta apresentação se fazem presentes, em destaque, os resultados operacionais obtidos sobre a potencialidade de impactos ambientais da gestão, segmentados nos grupos de variáveis que auferiram sustentação metodológica ao estudo. Estes resultados conforme apresentados em sua íntegra nos anexos que compõem o estudo, se restringem ao escopo do modelo e aos predicados da gestão municipal, no âmbito da percepção ambiental ao nível dos órgãos relacionados à administração direta, junto aos quais foram aplicadas as diferentes técnicas, que consubstanciaram a coleta de evidências sobre riscos de impactos ambientais no contexto organizacional da municipalidade, junto ao qual se desenvolveu o estudo.

Ressalta-se, ao longo do capítulo, a validade do modelo que potencializa a sua atuação ao nível do processo decisório, na condição de elemento auxiliar da gestão, enfatizando-se a satisfação de se poder contar, ainda, com mecanismos

---

gerenciais com este perfil, na forma como são capazes de compor um banco de dados úteis ao processo decisório; independente de alterações estratégicas reproduzidas ao longo de diferentes períodos administrativos provocados pela sucessão eletiva, as quais a cada quadriênio, os gestores municipais poderão estar submissos.

## **6.2- AS CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DO MODELO**

O modelo, na forma como concebe o software audit-sys, desenvolvido exclusivamente para auferir-lhe a devida sustentação, vai ao encontro de necessidades gerenciais na abrangência da Gestão Pública Municipal; no momento em que se configura em fundamental instrumento de apoio ao processo decisório, chamando para si a responsabilidade de compor e organizar um abrangente banco de dados sobre os predicados da gestão ambiental, na forma como possam estar inseridos no arcabouço da gestão municipal, comprometida cada vez mais com a qualidade de vida dos munícipes.

Em seu contexto operacional, na forma como foi aplicado em sua íntegra, o modelo se apresentou consistente, flexível e ágil. Tornou-se destaque junto aos órgãos, nos quais estava sendo aplicado, despertando curiosidade e interesse por parte dos seus representantes, tornando o clima que envolveu a coleta de evidência bastante leve e, apesar da grande seriedade com a qual foi desenvolvido o trabalho, descontraído.

Deve ser destacado o fato de que, na maioria dos órgãos que compuseram o estudo, registrou-se alguma demora para se desenvolver a coleta de evidências em toda a sua abrangência, em função do enorme interesse de profissionais da gestão em conhecer melhor o software audit-sys, cuja demonstração se passou a ser “parte da coleta”.

Colocado à disposição de servidores para “trabalharem” a coleta de evidências ao nível de seus próprios órgãos, após breve explanação sobre as suas características e formas de operar, o modelo se comportou de forma satisfatória.

---

Registraram-se opiniões de apoio e incentivo para a sua disponibilização a determinados setores dos órgãos, junto aos quais, segundo relatos, se tornaria bastante útil ao gerenciamento; destinando ao absletismo, aqueles relatórios de desempenho ambiental, que cada gestor, ao assumir o órgão, os aplica ao nível de sua gestão durante um longo período de tempo e depois nunca se sabe exatamente o que foi feito deles, ou de seus resultados.

Destaca-se, a plena aceitação do modelo no sentido de se poder criar através dele, um banco de dados permanente sobre a gestão ambiental ao nível do município; referendando elementos para o desenvolvimento de auditorias ambientais ao nível dos órgãos municipais, nos quais até a presente data nenhum trabalho com esta envergadura havia sido desenvolvido.

Tornou-se evidente, a agilidade do modelo em experimentar, dentro de um órgão, a coleta de informações relevantes e pertinentes ao processo decisório sobre um determinado subgrupo de variáveis, de forma concomitante e recorrente à diferentes órgãos.

Constatou-se a possibilidade técnica e viabilidade econômica de redirecionar-se o modelo, para auxiliar os demais órgãos desta ou de outra gestão municipal, ao nível de execução de serviços ao público, ou processo decisório, sempre que for conveniente à Gestão. Esta flexibilidade operacional encontra respaldo perante a lógica do modelo que se fundamenta nos instrumentos formais de ordenação gerencial à disposição dos órgãos.

O modelo se faz coerente com a gestão; apresentando resultados que se apresentam bastante distantes daqueles previstos pelas metas gerenciais estabelecidas pela gestão municipal, e das “marcas de governo”, que se constituem na tônica da gestão municipal belenense. Contudo, não surpreendeu profissionais da gestão dos órgãos nos quais aplicou-se o modelo. Inclusive, um bom número destes profissionais sugere a publicação dos resultados como forma de contribuir com a gestão, mostrando os desvios que o processo decisório vem obtendo, em função das expectativas da municipalidade em relação a uma gestão participativa.

---

E ainda, o modelo se apresentou de forma satisfatória junto aos pressupostos da gestão municipal em seus órgãos constitutivos, tendo aceitação dos funcionários e a confiabilidade dos gestores como principais elementos capazes de referendar suas características operacionais que vislumbram por uma gestão pública municipal comprometida, na forma como possa encontrar-se, com a qualidade de vida dos munícipes em seu sentido mais abrangente.

### 6.3- OS RESULTADOS AMBIENTAIS DA GESTÃO MUNICIPAL

A gestão Pública Municipal de Belém do Pará, em seus diferentes níveis hierárquicos constitutivos, na condição de elemento ativo do estudo, acatou com simpatia a iniciativa dos trabalhos de coleta de evidências de riscos ambientais da maneira como se desenvolveu, na condição de sujeito do estudo; colocando-se sempre à disposição para colaborar de forma voluntária com a documentação e participação de seus funcionários ao modo como se fizesse necessária para êxito do estudo.

Os gestores se fizeram presentes, participando de forma decisiva para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Importantes documentos da gestão ( *planos, registros, relatórios, manuais, procedimentos, etc.* ) foram disponibilizados para que a coleta de evidências em suas formas documental e analítica pudesse ser desenvolvida.

Os resultados obtidos, mediante a coleta de evidências em suas diferentes modalidades, podem ser classificados ao nível de satisfatório, uma vez que em sua abrangência, representam com propriedade os atributos coletados e processados com os rigores metodológicos que nortearam o estudo, em relação causal pela forma séria, responsável e independente através da qual se aplicou o modelo junto aos diferentes níveis da gestão.

Apesar de observarem-se desvios significativos em relação aos elementos gerenciais que referenciam o estudo, os resultados obtiveram aprovação por parte dos

---

funcionários, que indicaram a sua utilidade em função de ratificar equívocos da gestão que se pressupunham ao longo dos tempos, e que por intermédio destes resultados, poderão ser minimizados caso procurem-se sugestões e soluções pertinentes para estes equívocos gerenciais que se confirmam por intermédio do estudo, ao nível da gestão ambiental.

Com o propósito de tratar de forma mais detalhada os resultados do estudo, de modo a propiciar um melhor entendimento sobre a segmentação e interatividade das etapas que compuseram o estudo, apresentam-se na sequência da leitura as distintas partes que compuseram os relatórios em sua forma integral como se pode ter livre acesso através do software audit-sys (arquivo: *coletamaio.aud*) do qual se faz acompanhar o estudo.

### **6.3.1- ABORDAGEM GERAL**

A partir dos dados coletados e, adequadamente processados pelo modelo, obteve-se a performance geral da gestão municipal em seu componente ambiental. Destaca-se a necessidade da compreensão de que, nesta abordagem geral, observa-se o cômputo geral, considerando o fato de que todos os órgãos da gestão, todos os níveis, todos os grupos, e todos os subgrupos possuem rigorosamente o mesmo nível de importância na forma como contempla o modelo.

Nesta abordagem geral observou-se que a gestão em seu todo organizacional se apresenta, quanto ao seu componente ambiental, com a performance "com severas restrições" em relação aos predicados gerenciais estabelecidos nos aparatos documentais que deveriam estar norteando as diretrizes operacionais da gestão

Quanto ao aprofundamento dos relatórios contendo os respectivos resultados de forma pormenorizada que poderão inclusive, constituir-se em referenciais para o melhor desempenho da gestão, apresentam-se na sequência da leitura estes seus constitutivos básicos em dois momentos distintos, conforme enumeram-se.

---

### 6.3.1.1- PERCEPÇÃO SINÓPTICA

Conforme o significado apresentado, este nível de percepção deve se fazer no sentido da verificação sobre o entendimento ecológico segundo o qual os órgãos constitutivos da gestão municipal possam estar deliberado sobre as diferentes opções gerenciais junto ao processo decisório. Indica ao nível geral, a visão gerencial através da qual o comportamento ecológico da gestão se situa, em seu enfoque macro.

Nesta particularidade, a gestão municipal se apresentou comprometida com os preceitos básicos da gestão conforme instrumentalizados pelos suportes administrativos.

Considerando a necessidade do trabalho conjunto e afinado em seus propósitos entre a gerência dos diversos órgãos da administração direta, observou-se que a performance desta percepção pode ser otimizada no momento em que se dispensar maiores atenções administrativas aos órgãos referentes à Administração, e à Coordenação Geral que apresentaram performance "em total desacordo", enquanto aos demais órgão for verificado performance "com restrições leves", demonstrando por este intermédio a existência de algumas desvios quanto aos objetivos operacionais e métodos de trabalho entre os órgãos da gestão municipal que compuseram o modelo.

Mediante esta percepção, deve ficar claro para o processo decisório, a necessidade de efetuar-se um aprofundamento maior nas evidências, buscar à nível de particularidades, os elementos da gestão junto aos quais poderão somar-se esforços gerenciais nos sentido de otimizar os resultados, propiciando um melhor foco ecológico-gerencial aos objetivos operacionais dos diversos órgãos da gestão pública municipal.

Com perspectiva de contribuir com o êxito da gestão, o modelo propicia então este aprofundamento, mediante a utilização do enfoque sistêmico através do qual se aprofunda a coleta de evidências ao nível das particularidades que compuseram o estudo.

---



### 6.3.1.2- PERCEPÇÃO SISTÊMICA

Observando-se o significado desta particular abordagem, pode ser ratificado o entendimento no qual esta condiz à explicitação do nível de percepção ecológica, segundo o qual os órgãos deliberam sobre opções gerenciais junto ao processo decisório. Indica a visão específica do comportamento ecológico da gestão sobre as particularidades de cada grupo de variáveis que compõem o modelo em seus constitutivos subgrupos e as suas respectivas, particulares e características variáveis ecológicas.

Sob esta ótica, na forma como propicia o modelo, constata-se o comprometimento dos preceitos da gestão municipal sob o entendimento plural da gestão ambiental. Ratifica-se a necessidade de se desenvolverem planos mais específicos de gestão voltados para as questões ecológicas ao nível da municipalidade.

Ao nível de detalhamento nesta abordagem geral onde se aprofundaram as evidências sobre as potencialidades de impactos ambientais, obteve-se a permanência da performance "em total desacordo", para os órgãos referentes à Administração e à Coordenação Geral, enquanto os demais órgãos obtiveram performance "em total desacordo", descendo um nível em relação àquela alcançada ao nível da percepção sinóptica apresentada anteriormente. Este fato foi decorrente de um maior detalhamento ao nível de variáveis, onde o aspecto de natureza comportamental – humano, foi um dos fatores que contribuíram para a retificação da performance.

Surge então, mediante o aprofundamento das percepções gerenciais, a necessidade de se trabalhar a partir de um maior detalhamento das variáveis pertinentes aos dispositivos básicos da gestão em seu componente ambiental, onde possa tornar-se possível inclusive, a percepção de um nível de maior comprometimento dos atributos da gestão quanto aos predicados da ecologia, em relação a um determinado subgrupo específico de variáveis, e este por sua vez, capaz de propiciar a identificação desta(s) variável(eis) segundo a(s) qual(is) a gestão possa estar experimentando dificuldades em atingir seus objetivos operacionais à contento.

---

Para tanto, torna-se imprescindível trabalhar os atributos em uma abordagem mais específica, segundo a qual se torne possível ou facilitada a identificação amiúde, dos elementos da gestão que se encontram em desacordo com o arcabouço formal da gestão.

A especificidade desta abordagem pode ser contemplada mediante à definição precisa dos grupos de variáveis junto a cada órgão da gestão municipal, em seus distintos significados.

Estes grupos por sua vez, se fazem contextualizados mediante a atribuição de ênfase aos enfoques multifuncionais de cada atribuição gerencial, na forma como possam estar inseridas nos documentos institucionais conforme apresenta-se na continuidade do estudo.

### **6.3.2 – ABORDAGEM ESPECÍFICA**

Trata das questões ecológicas pertinentes à gestão como um todo, destacando-se o entendimento de que as responsabilidades operacionais digam respeito quase sempre ao nível da execução das atividades, e por conseguinte bastante distantes dos órgão de gestão (planejamento, avaliação, controle...).

Daí, a importância de se trabalhar esta abordagem de forma competente e responsável, ao nível de detalhamento das atividades operacionais; até porque, na atualidade, os produtos são reconhecidos à nível da gestão competente como a razão conseqüente de planejamentos; projetos e atividades de execução, preferencialmente nesta ordem.

Com o propósito de referendar este entendimento, o estudo apresenta, nesta oportunidade, os resultados obtidos junto à gestão municipal, ao nível de detalhamentos propiciados pela abordagem específica mediante à explicitação dos grupos de variáveis que compõem o modelo, e as respectivas performances dos órgãos inerentes à coleta de evidências, ao nível da gestão.

---

### 6.3.2.1- CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO

Corresponde ao nível de entendimento que a gestão municipal dispensa à necessidade da disposição de bancos de dados capazes de propiciar uma ordenação sistêmica de informações gráficas, a respeito do contexto espacial da infra-estrutura, na qual a organização possa estar operando.

Nesta particularidade, foi possível constatar-se que a gestão municipal carece de apoio técnico especializado para elaborar sistemas de informações, inclusive gráficas, para auxiliar no processo decisório. Pode ser verificado a existência de significado número de dados, inclusive gráficos, mas que necessitam ser trabalhados para comporem informações úteis ao processo decisório.

A gestão municipal obteve neste significativo grupo de variáveis a performance “com severas restrições”. Os órgãos: Administração e Coordenação Geral obtiveram “em total desacordo”; Áreas Verdes, Áreas Metropolitanas e Urbanismo obtiveram a performance “com restrições leves”. Dentro deste grupo de variável observaram-se, ainda, as seguintes performances inerentes aos subgrupos: *Abordagem multifinalitária*, *Compreensão espacial da infra-estrutura* e *Espaço territorial* obtiveram “com severas restrições”, enquanto *Abordagem normativa e Concepção ambiental* obtiveram “com restrições leves”.

Desta maneira, pode ser percebido de forma incontestável a necessidade de trabalhar-se com dedicação as questões ambientais que se encontram inseridas nas particularidades inerentes ao Cadastro Técnico Multifinalitário.

### 6.3.2.2- EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este grupo de variáveis traz à luz gerencial as especificidades da Educação Ambiental na condição de elemento de grande importância para a gestão municipal em seu componente ambiental, no momento em que se vislumbra a integração homem-ecossistema, considerando a cognição e capacidade conservacionista

---

do ser humano, capaz de potencializar as suas atividades de criação e discernimento, para a implementação da lógica que fundamenta o desenvolvimento autosustentado.

Neste particular, observou-se o comprometimento da gestão com estas questões de tanta expressividade para a expansão urbana e desenvolvimento econômico e cidadania ao nível do município. Torna-se evidente o fato de que a municipalidade, além de programas de alfabetização para todas as idades, carece ainda de orientações sobre a pedagogia do desenvolvimento responsável ao nível da gestão municipal como um todo.

A gestão municipal obteve nesta específica abordagem a performance “com severas restrições”. Os órgãos Administração e Coordenação Geral obtiveram a performance “em total desacordo”, enquanto Áreas Metropolitanas, Áreas Verdes e Urbanismo, “com severas restrições”. Na composição deste grupo, os subgrupos se apresentaram com as seguintes performance: *Atividades de pesquisa e Meio Ambiente, Atuações de lideranças estratégicas, e Pesquisa e desenvolvimento*, “com severas restrições”, enquanto *Relações de RH com o desenvolvimento e Responsabilidade da pesquisa com o Meio Ambiente*, “em total desacordo”.

Desta forma pode ficar evidente a necessidade de desenvolverem-se programas competentes e responsáveis na área de educação ambiental junto à gestão municipal, de tal modo que seja possível auxiliá-la e envolvê-la de forma mais consistente com problemas desta natureza, de maneira que, possa experimentar expressivas repercussões junto à opinião pública, principalmente no que diz respeito às particularidades da pesquisa e ao desenvolvimento e capacitação de pessoal.

### 6.3.2.3- ESTILOS DE GESTÃO

Este grupo de variáveis traz em seu entendimento um conjunto de elementos capaz de tornar o processo decisório mais acessível a todos os profissionais envolvidos com os objetivos operacionais do órgão. Por traduzir as características da

---

gestão, no que diz respeito aos reflexos do processo decisório, na forma como impactua com o macroambiente, faz-se um referencial para a gestão municipal que pretende atuar de forma pró-ativa junto à municipalidade.

A gestão municipal, nestas particularidades, apresenta-se com uma performance “em total desacordo”, bastante comprometida com a relação do processo decisório ao nível de seus estilos de gestão. Ao nível de atuação de seus órgãos, observou-se que a Administração, Áreas Metropolitanas e Coordenação Geral se posicionaram “em total desacordo”, enquanto Áreas Verdes e Urbanismo se posicionaram “com severas restrições”. Na composição deste grupo, os subgrupos se apresentaram com as seguintes performance: *Abordagens de aspectos sociais e Planejamento* , “com severas restrições”; Desenvolvimento sustentável, Processo decisório e Sistemas de gerenciamento de informações, “em total desacordo”.

Com esta performance pode ser possível a percepção de que a gestão municipal carece de auxílio técnico nesta particularidade. Até porque, deve ser destacado o entendimento de que ao nível da gestão ambiental, os estilos de gestão adotados podem contribuir efetivamente para o êxito da gestão na forma como possa estar comprometida com as questões ambientais ao nível da municipalidade.

#### 6.3.2.4- ESTRATÉGIAS REGULADORAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Este grupo de variáveis se traduz em relevante significado técnico para os predicados da gestão ambiental na forma como possa vir a contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável do município, considerando os dispositivos reguladores e as estratégias da gestão de cada órgão componente da gestão quanto as abordagens conservacionistas, considerando aspectos operacionais e financeiros envolvidos.

A gestão municipal na abrangência deste grupo apresentou uma performance “em total desacordo”, que orienta para o entendimento de um

---

processo decisório marcado pela inobservância aos aparatos institucionais formais que devem sustentar e orientar os rumos da gestão para o desenvolvimento em bases sustentáveis. Ao nível de atuação de seus órgãos constitutivos ao nível do estudo: Administração, Educação Ambiental, Estilos de Gestão, Coordenação Geral e Urbanismo, observou-se a unânime performance: “em total desacordo”.

Na composição deste grupo, os subgrupos se apresentaram com as seguintes performance: *Controle da Gestão, Dispositivos de Prevenção (anti-poluição), Regulamentação e Responsabilidade Legal*: “em total desacordo”, enquanto *Dispositivos Jurídicos* “com severas restrições”.

Desta forma, pode ficar clara a percepção que há uma carência, ao nível da gestão municipal, se fazer elaborar programas capazes de oportunizar, ao nível do órgão, um maior entrosamento técnico entre gestores, servidores e legislação ambiental quanto aos preceitos da gestão ambiental no âmbito da municipalidade.

#### **6.3.2.5- PERCEPÇÃO DOS PRESSUPOSTOS ECOLÓGICOS**

Na condição de grupo de variáveis de maior subjetividade, no âmbito da gestão municipal, converte-se em importante elemento da gestão por se referir ao entendimento das prioridades ecológicas inerentes ao processo decisório, quanto à manutenção do equilíbrio do ecossistema no âmbito dos órgãos concernentes aos seus processos produtivos.

A gestão municipal, ao nível do significado deste grupo, apresentou uma performance “em total desacordo”, que deixa clara a compreensão de seu comprometimento com as questões ecológicas que permeiam o processo decisório.

Os órgãos constitutivos da administração direta que compuseram o estudo, apresentaram a seguinte performance: Administração, Áreas Metropolitanas, Coordenação Geral, e Urbanismo obtiveram a performance “em total desacordo”, enquanto Áreas Verdes se apresentou “com severas restrições”.

---

Na composição deste grupo, os subgrupos: *Desenvolvimento Sustentável, Ecoestratégias, Etapas de Implantação do SGM, Gestão da Auditoria Interna, e Princípios Orientadores para o Meio Ambiente*, obtiveram por unanimidade a performance “em total desacordo”.

Desta forma, pode tornar-se evidente a necessidade de se fazer desenvolver ao nível da gestão, programas de treinamentos e capacitação profissional específicos em gestão ambiental que busquem principalmente aprimorar o entendimento empírico do desenvolvimento sustentável em observância à questões ecológicas, no âmbito da gestão municipal, em todos os seus órgãos em suas abrangências hierárquicas constitutivas.

#### 6.3.2.6- VALORAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Grupo de variáveis de grande expressividade para a gestão municipal, no momento em que trabalha a valoração dos recursos humanos, na condição de principais elementos componentes do contexto organizacional, ao nível dos órgãos, assumindo ao nível da gestão, o comprometimento de suas ações relativas ao desenvolvimento das atividades operacionais, com as peculiaridades do ecossistema.

A gestão municipal, nas particularidades que encerram as questões relacionada às pessoas em suas diferentes funções, na abrangência da gestão ambiental, apresenta-se com uma performance “em total desacordo”, bastante comprometida, portanto, com a relação do processo decisório, ao nível de atuação dos funcionários. Ao nível de atuação de seus órgãos observou-se que a Administração, Áreas Metropolitanas, Áreas Verdes, Coordenação Geral e Urbanismo se posicionaram “em total desacordo”. Na composição deste grupo, os subgrupos se apresentaram com as seguintes performance: *Estrutura da Função Ambiental, Organização do Trabalho, Qualidade de Vida e Seleção e Avaliação*, “em total desacordo”; Formação e Informação: “com severas restrições”.

De acordo com esta performance, pode ficar clara a necessidade de desenvolverem-se trabalhos sérios na área de desenvolvimento gerencial,

---

principalmente quanto a abordagem de capacitação de pessoal e desenvolvimento de lideranças ao nível da municipalidade, na abrangência da gestão e na especificidade dos órgãos.

Mediante esta breve e objetiva análise dos resultados, na maneira como foi desenvolvido junto à municipalidade, destacam-se claramente oportunidades explícitas para a otimização da gestão quanto à problemática ambiental, que não é exclusiva de nenhum município de nosso país.

O modelo o qual o estudo referenda, mostrou-se eficiente, ágil, confiável e oportuno, em se tratando de um trabalho acadêmico desenvolvido por iniciativa própria de forma voluntária e espontânea, comprometido tão somente com as questões técnicas e acadêmicas que o nortearam desde o seu desenvolvimento até a sua aplicação e posterior exposição dos resultados.



## **Capítulo 7**

# **CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS**

### **7.1- INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, destacam-se na forma de conclusão, a configuração, caracterização e comportamento dos diversos elementos estruturados na condição de construtos do estudo, que tanto de forma explícita na abrangência da documentação disponível quanto implicitamente no âmbito dos órgãos componentes do estudo contribuíram para o seu desenvolvimento em busca da consecução de seus objetivos gerais e específicos.

Elementos estes que merecem destaque em função de suas contribuições ao estudo, seja referendando a base teórica do modelo, seja compondo os distintos níveis, grupos e respectivos subgrupos em seus constitutivos mix de variáveis. Como ainda destacam-se os resultados do estudo em suas diferentes fases, que referendam a contento, as contribuições gerenciais, inovação tecnológica, eficiência e eficácia operacional do modelo.

E, por necessidade de fazer-se continuar o desenvolvimento de estudos sobre gerenciamento ambiental no âmbito da municipalidade, apresentam-se ainda, na forma de sugestões, orientações pertinentes a questionamentos diversos que deverão ser trabalhados ao nível de instituições de ensino superior, para que através de parcerias com organismos da gestão pública municipal, sejam capazes de orientar novas

---

discussões técnicas e acadêmicas em direção ao desenvolvimento e aprimoramento de pesquisas futuras nesta área tão abrangente do conhecimento humano, que faz-se, por suas peculiaridades, a gestão pública municipal.

## **7.2- CONCLUSÕES**

Na condição de apoio à gestão, o estudo se reveste de verdades administrativas coletadas junto aos vários gestores, mediante o desenvolvimento e aplicação de um modelo de coleta de evidência que faz-se de forma isenta, ética e com elevado senso de profissionalismo, para buscar a melhor compreensão sobre o comportamento decisorial da gestão municipal trabalhada em seu cotidiano, no que tange os meandros da gestão ambiental.

Despretensioso de qualquer garbo, o estudo fez-se atual e dinâmico, mediante a elaboração, desenvolvimento e aplicação de um modelo computacional configurado em duas etapas distintas. Enfatizou, o modelo, sobre óticas e percepções distintas, a performance operacional da gestão municipal quanto às suas potencialidades de reproduzir ao nível do município, impactos ambientais nocivos à qualidade de vida dos munícipes.

Apresentaram-se os resultados em observância aos riscos de comprometimentos de sua utilidade, fundamentados de forma consistente pela coleta estruturada de evidências em sua abrangência. Emitiram-se sugestões com base na estratificação da auditoria interna, no mérito da sensatez conforme preconiza o estudo, fundamentado em uma base teórica consistente que norteou a elaboração do modelo, auferindo-lhe a devida sustentação sobre a delimitação quanto abrangência e profundidade dos trabalhos destacando-se a configuração das evidências, estrutura organizacional e pressupostos da auditoria ambiental.

No âmbito da municipalidade, pode-se chegar a conclusão geral quanto ao escopo do estudo em relação aos resultados obtidos pelo modelo, destacando-se os

---

fundamentos de evidências analíticas que consubstanciaram a materialização dos resultados, que apontaram para o entendimento de que no cômputo geral, a gestão municipal encontra-se seriamente comprometida com as questões ecológicas, ao nível do município. Cabendo ressaltar, que de forma mais acurada e pormenorizada, estes resultados apontam para um comprometimento generalizado dos órgãos da administração direta, ao nível da Autoridade, da Política e dos Procedimentos.

Em suas particularidades, o modelo destaca os seis grandes grupos, junto aos quais, se constituíram pelos subgrupos que nortearam o estudo em suas distintas fases, da coleta aos relatórios, na abrangência de seu alcance, em função da performance de suas variáveis constitutivas.

Neste momento observou-se que estes grandes grupos conforme destacados abaixo, constituíram-se de fundamental importância para o modelo, validando-o em definitivo para a consecução dos propósitos do estudo, auferindo oportunidade crítica, abrangência conceitual e coerência comportamental à coleta de evidência sobre riscos ambientais no alcance da municipalidade, ao moldes da auditoria interna, em sua abrangência e estratificação operacionais. Cada um destes, por sua vez, mereceram os devidos destaques conforme se enumeram abaixo:



**Cadastro técnico multifinalitário:** Fez-se imprescindível, por evidenciar o nível de entendimento segundo o qual a gestão municipal vislumbra a necessidade de criar e manter banco de dados sobre o contexto espacial da infra-estrutura na âmbito da municipalidade, de modo a auferir-lhe sustentação ao estabelecimento de Metas, Políticas e Procedimentos gerenciais.



**Educação Ambiental:** Constituiu-se da maior importância, por destacar a integração homem-ecossistema, no momento em que explicita e valoriza a potencialidade criativa e cognitiva do homem no sentido de poder fazer gestão uma gestão imbuída da consciência crítica de propiciar e garantir o equilíbrio do ecossistema, em função das Metas propostas, seus Efeitos e respectivas Causas.



**Estilos de Gestão:** Referendou-se como o grande destaque do estudo, demonstrando a importância da definição de características gerenciais em busca

---

da gestão autosustentável. Constituiu-se em importante referencial para a gestão municipal no sentido de gerar coordenadas para o redirecionamento de Metas em busca de orientar os Procedimentos para a consecução dos seus objetivos sociais.



Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais: Chamou para si a responsabilidade de orientar sobre os predicados legais e normativos da gestão ambiental, através dos quais a gestão municipal poderia estar tentando alcançar o desenvolvimento sustentável do município, destacando as características da Autoridade quanto ao estabelecimento da Condição e respectiva Causa.



Percepção dos Pressupostos Ecológicos: Destacou-se por suas contribuições ao nível da maior subjetividade contemplada pelo modelo, referindo-se às prioridades ecológicas inerentes ao processo decisório na abrangência da municipalidade, em relação a Autoridade na forma como encontra-se estabelecido a Política e Procedimentos para a consecução das Metas conforme estabelecidas.



Valoração dos Recursos Humanos: Revestiu-se da maior relevância para o modelo, no momento em que reporta-se à valoração dos recursos humanos, inseridos em seus complexos individuais, na condição própria de ativos intangíveis no âmbito da municipalidade, destacando as particulares do Efeito na forma como se encontra relacionado à Causa e respectivas Conclusão e Recomendação.

Mediante a compreensão da abrangência destes grupos, sobre os quais repousaram os predicados do processo decisório no âmbito da municipalidade de Belém do Pará. Destaca-se o grande desempenho do modelo, que apresentou-se eficiente e eficaz, por traduzir com segurança e confiabilidade, em tempo real, a performance da gestão quanto aos predicados da gestão ambiental, e nível de coerência do processo decisório com os fatores ecológicos na forma como permeiam a gestão pública municipal.

De forma incontestável, o modelo fez-se abrangente, atual e conclusivo. Em função de sua estrutura e desempenho, pode ser compreendido em sua totalidade pela sua estrutura e sua condição de efetiva contribuição material ao processo decisório na

---

configuração ímpar da gestão municipal, e ainda, em função de sua performance inovadora e inédita, pode constituir-se de grande valor científico para a comunidade acadêmica e profissional que atua na área de gestão ambiental.

### **7.3- SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS**

Por ocasião do desenvolvimento do estudo em suas diferentes etapas, em função de algumas limitações emergentes de suas particularidades constatarem-se alguns aspectos relevantes que foram surgindo ao longo do trabalho. Estes aspectos apesar de não comprometerem os objetivos, a execução e os resultados do estudo, merecem ser aproveitados mediante a elaboração metodológica de critérios que lhes possam garantir a devida sustentação para o desenvolvimento de futuros trabalhos no alcance de municipalidades.

Torna-se oportuno sugerir que este estudo possa ser continuado, em respeito às diferentes correntes filosóficas, ideológicas e doutrinárias, que abordam a municipalidade como um elemento de maior importância e significância para o desenvolvimento sócio-político e econômico de um povo, em respeito aos efeitos da conurbação.

Sugere-se ainda que, por ocasião do desenvolvimento de novos estudos com esta compreensão, outros grupos de variáveis sejam abordados além daqueles aos quais refere-se o estudo ao nível da segurança, da habitação e da saúde pública, fundamentado em metodologias que contemplem análise de sensibilidade e julgamentos de valor.

E ainda, sobre a possibilidade de realizar-se este método de trabalho em forma simultânea no âmbito de municipalidades afins, onde os grupos de variáveis possam ser diferentes em função das características das gestões na forma como possam estar inseridas em ambientes de decisão com objetivos semelhantes, planos e procedimentos distintos em função das características organizacionais.

---

---

# ANEXOS

EVIDÊNCIAS DE RISCOS AMBIENTAIS - GERAL

ÓRGÃOS DA GESTÃO

NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA

ADMINISTRAÇÃO	<u>em total desacordo</u>
ÁREAS METROPOLITANAS	<u>com restrições leves</u>
ÁREAS VERDES	<u>com restrições leves</u>
COORDENAÇÃO GERAL	<u>em total desacordo</u>
URBANISMO	<u>com restrições leves</u>
NÍVEL II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA	
ADMINISTRAÇÃO	<u>em total desacordo</u>
ÁREAS METROPOLITANAS	<u>com severas restrições</u>
ÁREAS VERDES	<u>com severas restrições</u>
COORDENAÇÃO GERAL	<u>em total desacordo</u>
URBANISMO	<u>com severas restrições</u>

com severas restrições  
com severas restrições

em total desacordo

EVIDÊNCIAS DE RISCOS AMBIENTAIS - GERAL

ÓRGÃOS DA GESTÃO:GRUPOS - NÍVEL I	<u>com severas restrições</u>
CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO	<u>com severas restrições</u>
ADMINISTRAÇÃO	<u>em total desacordo</u>
ÁREAS METROPOLITANAS	<u>com restrições leves</u>
ÁREAS VERDES	<u>com severas restrições</u>
COORDENAÇÃO GERAL	<u>em total desacordo</u>
URBANISMO	<u>com restrições leves</u>
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	<u>com severas restrições</u>
ADMINISTRAÇÃO	<u>em total desacordo</u>
ÁREAS METROPOLITANAS	<u>com severas restrições</u>
ÁREAS VERDES	<u>com restrições leves</u>
COORDENAÇÃO GERAL	<u>em total desacordo</u>
URBANISMO	<u>com severas restrições</u>
ESTILOS DE GESTÃO	<u>com restrições leves</u>
ADMINISTRAÇÃO	<u>em total desacordo</u>
ÁREAS METROPOLITANAS	<u>de acordo</u>
ÁREAS VERDES	<u>de acordo</u>
COORDENAÇÃO GERAL	<u>em total desacordo</u>
URBANISMO	<u>com restrições leves</u>
ESTRATÉGIAS REGULADORAS DOS IMPACTOS AMIENTAIS	<u>com severas restrições</u>
ADMINISTRAÇÃO	<u>com severas restrições</u>
ÁREAS METROPOLITANAS	<u>com restrições leves</u>
ÁREAS VERDES	<u>com restrições leves</u>
COORDENAÇÃO GERAL	<u>em total desacordo</u>
URBANISMO	<u>com severas restrições</u>
PERCEPÇÃO DOS PRESSUPOSTOS ECOLÓGICOS	<u>com severas restrições</u>
ADMINISTRAÇÃO	<u>em total desacordo</u>
ÁREAS METROPOLITANAS	<u>com severas restrições</u>
ÁREAS VERDES	<u>com restrições leves</u>
COORDENAÇÃO GERAL	<u>em total desacordo</u>
URBANISMO	<u>com restrições leves</u>
VALORAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	<u>com severas restrições</u>
ADMINISTRAÇÃO	<u>em total desacordo</u>
ÁREAS METROPOLITANAS	<u>com restrições leves</u>
ÁREAS VERDES	<u>com restrições leves</u>



COORDENAÇÃO GERAL	em total desacordo
URBANISMO	com restrições leves

ÓRGÃOS DA GESTÃO: GRUPOS - NÍVEL II	em total desacordo
CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO	com severas restrições
ADMINISTRAÇÃO	em total desacordo
ÁREAS METROPOLITANAS	com restrições leves
ÁREAS VERDES	com restrições leves
COORDENAÇÃO GERAL	em total desacordo
URBANISMO	com restrições leves
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	com severas restrições
ADMINISTRAÇÃO	em total desacordo
ÁREAS METROPOLITANAS	com severas restrições
ÁREAS VERDES	com severas restrições
COORDENAÇÃO GERAL	em total desacordo
URBANISMO	com severas restrições
ESTILOS DE GESTÃO	em total desacordo
ADMINISTRAÇÃO	em total desacordo
ÁREAS METROPOLITANAS	em total desacordo
ÁREAS VERDES	com severas restrições
COORDENAÇÃO GERAL	em total desacordo
URBANISMO	com severas restrições
ESTRAT. REG. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	em total desacordo
ADMINISTRAÇÃO	em total desacordo
ÁREAS METROPOLITANAS	em total desacordo
ÁREAS VERDES	em total desacordo
COORDENAÇÃO GERAL	em total desacordo
URBANISMO	em total desacordo
PERCEPÇÃO DOS PRESSUP. ECOLÓGICOS	em total desacordo
ADMINISTRAÇÃO	em total desacordo
ÁREAS METROPOLITANAS	em total desacordo
ÁREAS VERDES	com severas restrições
COORDENAÇÃO GERAL	em total desacordo
URBANISMO	em total desacordo
VALORAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	em total desacordo
ADMINISTRAÇÃO	em total desacordo
ÁREAS METROPOLITANAS	em total desacordo
ÁREAS VERDES	em total desacordo
COORDENAÇÃO GERAL	em total desacordo
URBANISMO	em total desacordo

NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS

NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA	com severas restrições
I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	com severas restrições
I.2- Educação Ambiental	com severas restrições
I.3- Estilos de Gestão	com restrições leves
I.4- Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	com severas restrições
I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos	com severas restrições
I.6- Valoração dos Recursos Humanos	com severas restrições
NÍVEL II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Grupos)	em total desacordo
II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	com severas restrições
II.2- Educação Ambiental	com severas restrições



II.3-	Estilos de Gestão	<u>em total desacordo</u>
II.4-	Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	<u>em total desacordo</u>
II.5-	Percepção dos Pressupostos Ecológicos	<u>em total desacordo</u>
II.6-	Valoração dos Recursos Humanos	<u>em total desacordo</u>
<b>NÍVEL II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Subgrupos)</b>		
II.1-	Cadastro Técnico Multifinalitário	com severas restrições
II.1.1-	Abordagem Multifinalitária	com severas restrições
II.1.2-	Abordagem Normativa	com restrições leves
II.1.3-	Compreensão espacial da infra-estrutura	com severas restrições
II.1.4-	Concepção Ambiental	com restrições leves
II.1.5-	Espaço Territorial	com severas restrições
II.2-	Educação Ambiental	com severas restrições
II.2.1-	Atividades de pesquisa e Meio Ambiente	com severas restrições
II.2.2-	Atuações de lideranças estratégicas	com severas restrições
II.2.3-	Pesquisa e desenvolvimento	com severas restrições
II.2.4-	Relação do RH com o desenvolvimento	em total desacordo
II.2.5-	Responsabilidade da Pesquisa com o M.A	em total desacordo
II.3-	Estilos de Gestão	em total desacordo
II.3.1-	Abordagens de Aspectos Sociais	com severas restrições
II.3.2-	Desenvolvimento Sustentável	em total desacordo
II.3.3-	Planejamento	com severas restrições
II.3.4-	Processo Decisório	em total desacordo
II.3.5-	Sistemas de Informações Gerenciais	em total desacordo
II.4-	Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	em total desacordo
II.4.1-	Controle da gestão	em total desacordo
II.4.2-	Dispositivos de prevenção (anti-poluição)	em total desacordo
II.4.3-	Dispositivos jurídicos	com severas restrições
II.4.4-	Regulamentação	em total desacordo
II.4.5-	Responsabilidade legal	em total desacordo
II.5-	Percepção dos pressupostos ecológicos	em total desacordo
II.5.1-	Desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.5.2-	Ecoestratégias	em total desacordo
II.5.3-	Etapas de implantação do SGM	em total desacordo
II.5.4-	Gestão da Auditoria Interna	em total desacordo
II.5.5-	Princípios orientadores para o M.A	em total desacordo
II.6-	Valoração dos Recursos Humanos	em total desacordo
II.6.1-	Estrutura da função ambiental	em total desacordo
II.6.2-	Formação e a informação	com severas restrições
II.6.3-	Organização do trabalho	em total desacordo
II.6.4-	Qualidade de vida	em total desacordo
II.6.5-	Seleção e avaliação	em total desacordo

**NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS - VARIÁVEIS**

<b>NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA (Variáveis)</b>		<u><b>com severas restrições</b></u>
I.1-	Cadastro Técnico Multifinalitário	com severas restrições
I.1.1	Características técnicas multifinalitárias	em total desacordo
I.1.2	Formação de banco de dados multifinalitários	com severas restrições
I.1.3	Geoprocessamento das informações gráficas	com severas restrições
I.1.4	Geração de subsídios p/ expansão autosustentável	com severas restrições
I.1.5	Geração de estratégias sócio-econômicas institucional	com severas restrições
I.1.6	Geração de estratégias físico territorial e ambiental	com severas restrições
I.1.7	Geração de geo informações espaciais e numéricas	com severas restrições

I.1.8	Interação entre as concessionárias públicas	com severas restrições
I.1.9	Sustentação ao sistema de arrecadação tributária	em total desacordo
I.1.10	Sustentação ao zoneamento ecológico	com restrições leves
<b>I.2-</b>	<b>Educação Ambiental</b>	<b>com severas restrições</b>
I.2.1	Capacitação institucional em questões ambientais	com severas restrições
I.2.2	Integração do meio ambiente ao desenvolv.interdisciplinar	com severas restrições
I.2.3	Necessidades de aprendizagem da comunidade	com severas restrições
I.2.4	Parcerias em prol ao desenvolvimento sustentável	com restrições leves
I.2.5	Parcerias entre a gestão e instituições de ensino	com restrições leves
I.2.6	Percepção e entendimento da biodiversidade	com severas restrições
I.2.7	Programas de turismo ecológico	com severas restrições
I.2.8	Programas para a consciência crítica ambiental	com severas restrições
I.2.9	Readaptação da cultura para o M.A	com severas restrições
I.2.10	Treinamentos vocacionados para percepção ecológica	com severas restrições
<b>I.3 –</b>	<b>Estilos de Gestão</b>	<b>com restrições leves</b>
I.3.1	Ação dos níveis hierárquicos no processo decisório	com restrições leves
I.3.2	Ação participativa do desenvolvimento sustentável	com restrições leves
I.3.3	Ações autosustentadas de desenvolvimento humano	com severas restrições
I.3.4	Estratégias atuais de planejamento municipal	com severas restrições
I.3.5	Metas para o desenvolvimento sustentável	com restrições leves
I.3.6	Procedimentos internos referentes ao M.A	com severas restrições
I.3.7	Relação causal entre sociedade e meio ambiente	com restrições leves
I.3.8	Relação custo-benefício do processo decisório	com severas restrições
I.3.9	Relação meio ambiente e atividades produtivas	com restrições leves
I.3.10	Sinergia entre atores sociais e seleção de prioridades	com restrições leves
<b>I.4-</b>	<b>Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>	<b>com severas restrições</b>
I.4.1	Distinção entre contabilidade e auditoria interna	com severas restrições
I.4.2	Gerenciamento e objetivos ecológicos	com restrições leves
I.4.3	Norma ISO 14000 e o processo decisório	em total desacordo
I.4.4	Objetivos ecológicos em termos financeiros	com restrições leves
I.4.5	Orçamentos para perícias jurídicas regulares	com severas restrições
I.4.6	Os planos ecológicos de médio e longo prazos	com severas restrições
I.4.7	Os sistemas de auditoria jurídica	em total desacordo
I.4.8	Relatórios anuais específicos ao meio ambiente	com severas restrições
I.4.9	Responsabilidade jurídica para com o meio ambiente	com severas restrições
I.4.10	Responsabilidades civil, penal e administrativa	com severas restrições
<b>I.5-</b>	<b>Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>	<b>com severas restrições</b>
I.5.1	Conotação histórica da Pesquisa e Desenvolvimento	com severas restrições
I.5.2	Conotação política da comunicação ecológica externa	com severas restrições
I.5.3	Conotação política da comunicação ecológica interna	com severas restrições
I.5.4	Consciência das responsabilidades ecológicas externas	com severas restrições
I.5.5	Consciência das responsabilidades ecológicas internas	com severas restrições
I.5.6	Estruturação do esforço ecológico	com severas restrições
I.5.7	Formação ecológica dos colaboradores	com severas restrições
I.5.8	Investimentos ecológicos em meios de produção	com severas restrições
I.5.9	Nível de orçamento ecológico	em total desacordo
I.5.10	Nível hierárquico de responsabilidade	com restrições leves
<b>I.6-</b>	<b>Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>com severas restrições</b>
I.6.1	Estrutura hierárquica e o meio ambiente	com severas restrições
I.6.2	Cargos e funções e a melhoria ecológica	com severas restrições
I.6.3	Fator ambiental e a escolha de funcionários	com severas restrições
I.6.4	Ideologia de funcionários sobre meio ambiente	com severas restrições
I.6.5	Meio ambiente e a política de recursos humanos	com severas restrições

I.6.6	Planos de emergência para acidentes não técnicos	com severas restrições
I.6.7	Planos de emergência para acidentes técnicos	com severas restrições
I.6.8	Relação de trabalho com o meio ambiente	com severas restrições
I.6.9	Responsabilidade por riscos ambientais	com restrições leves
I.6.10	Treinamento de pessoal para questões ecológicas	com restrições leves
<b>NÍVEL II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Variáveis)</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.1-</b>	<b>Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>II.1.1-</b>	<b>Abordagem Multifinalitária</b>	<b>com severas restrições</b>
II.1.1.1	Acesso aos diversos níveis de usuários	com severas restrições
II.1.1.2	Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais	com restrições leves
II.1.1.3	Apoio ao planejamento municipal	com restrições leves
II.1.1.4	Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria	com severas restrições
II.1.1.5	Auxílio na elaboração de programas de gestão	com restrições leves
II.1.1.6	Integração entre zoneamento econômico e ecológico	com restrições leves
II.1.1.7	Integração técnica entre cadastro e usuários	com severas restrições
II.1.1.8	Sistemas de informações atuais	com severas restrições
II.1.1.9	Sistemas de informações plurais	com severas restrições
II.1.1.10	Sustentação aos indicadores ambientais	com restrições leves
<b>II.1.2-</b>	<b>Abordagem Normativa</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.2.1	Delimitação de zonas em função da utilidade da área	com restrições leves
II.1.2.2	Diretrizes para coleta e tratamento de resíduos	com severas restrições
II.1.2.3	Fiscalização de obras, atividades e processos	com severas restrições
II.1.2.4	Inf. para gestão e finanças à nível municipal	com restrições leves
II.1.2.5	Normas para controle da tributação	com restrições leves
II.1.2.6	Normas para credenciamento de técnicos em cadastro	com severas restrições
II.1.2.7	Normas para execução e manuseio do cadastro	com severas restrições
II.1.2.8	Normas para a exploração e utilização do solo	com restrições leves
II.1.2.9	Normas para licenciamento de funcionamento	com restrições leves
II.1.2.10	Políticas de inventário urbano	com restrições leves
<b>II.1.3-</b>	<b>Compreensão Espacial da Infra-estrutura</b>	<b>com severas restrições</b>
II.1.3.1	Contemplação da saúde pública ao saneamento básico	com restrições leves
II.1.3.2	Esgoto sanitário relativo à qualidade ambiental	com restrições leves
II.1.3.3	Inf. para projetos de infra-estrutura ambiental	com restrições leves
II.1.3.4	Planejamento integrado de infra-estrutura ambiental	com restrições leves
II.1.3.5	Programas de coleta seletiva de lixo	em total desacordo
II.1.3.6	Programas de obras verdes	com severas restrições
II.1.3.7	Saneamento básico em relação à qualidade de vida	com severas restrições
II.1.3.8	Saneamento básico em relação ao ecossistema	com severas restrições
II.1.3.9	Tratamento específico para resíduos sólidos	com severas restrições
II.1.3.10	Utilização de zoneamento para sistemas de transportes	com severas restrições
<b>II.1.4-</b>	<b>Concepção Ambiental</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.4.1	Acesso à informações sobre causas de poluição/degradação	com restrições leves
II.1.4.2	Critérios e padrões de qualidade ambiental	com restrições leves
II.1.4.3	Percepção da necessidade de políticas ambientais	com restrições leves
II.1.4.4	Programas de controle e proteção ambiental	com severas restrições
II.1.4.5	Sensibilidade à qualidade de vida e ambiental	com restrições leves
II.1.4.6	Utilização de recursos naturais em bases sustentáveis	com restrições leves
II.1.4.7	Valoração de apelos ecológicos da comunidade	de acordo
II.1.4.8	Valoração de estudos e pesquisas em M.A	de acordo
II.1.4.9	Valoração de insumos recicláveis/reciclados	de acordo
II.1.4.10	Valoração de zonas e áreas de proteção ecológica	de acordo
<b>II.1.5-</b>	<b>Espaço Territorial</b>	<b>com severas restrições</b>
II.1.5.1	Cadastros de sítios urbanos históricos	com severas restrições

II.1.5.2	Facilidade do manejo urbano	com severas restrições
II.1.5.3	Identificação dos fluxos migratórios	com severas restrições
II.1.5.4	Microclimas e a organização do espaço	com severas restrições
II.1.5.5	Organização dos espaços do território municipal	com restrições leves
II.1.5.6	Otimização dos espaços urbanos	com restrições leves
II.1.5.7	Planejamento do potencial construtivo	com severas restrições
II.1.5.8	Políticas habitacionais x desenvolvimento sustentável	com severas restrições
II.1.5.9	Preservação de bens históricos, artísticos e culturais	com severas restrições
II.1.5.10	Qualidade ambiental e a organização dos espaços	com severas restrições
<b>II.2- Educação Ambiental</b>		<b>com severas restrições</b>
<b>II.2.1- Atividades de Pesquisa e o Meio Ambiente</b>		<b>com severas restrições</b>
II.2.1.1	Benefícios aos ecossistema	com severas restrições
II.2.1.2	Controles ambientais específicos	com severas restrições
II.2.1.3	Ecossistema compõe o macro ambiente	com restrições leves
II.2.1.4	Ecossistema se postula dependente	com restrições leves
II.2.1.5	Ecossistema se relaciona aos objetivos gerais	com severas restrições
II.2.1.6	Equilíbrio do ecossistema como resultado	com severas restrições
II.2.1.7	Fundamentos para o equilíbrio ecológico	com severas restrições
II.2.1.8	Geração de histórico responsável dos produtos	com severas restrições
II.2.1.9	Prioridade à questões ambientais	com restrições leves
II.2.1.10	Regulamentação específica	com severas restrições
<b>II.2.2- Atuação de Lideranças Estratégicas</b>		<b>com severas restrições</b>
II.2.2.1	Comportamento humano nos planos estratégicos	com severas restrições
II.2.2.2	Definição dos estilos de liderança	com severas restrições
II.2.2.3	Desempenho ambiental nos planos estratégicos	com severas restrições
II.2.2.4	Inovações tecnológicas protegem o meio ambiente	com severas restrições
II.2.2.5	Inserção da proteção ambientais nos planos estratégicos	com restrições leves
II.2.2.6	Liderança formal avalia o desempenho ambiental	com severas restrições
II.2.2.7	Reconhecimento da força das lideranças formais	com severas restrições
II.2.2.8	Relevância das relações interpessoais	com severas restrições
II.2.2.9	Sensibilidade das lideranças formais sobre o M.A	com restrições leves
II.2.2.10	Sensibilidade das lideranças informais sobre o M.A	com restrições leves
<b>II.2.3- Pesquisa e Desenvolvimento</b>		<b>com severas restrições</b>
II.2.3.1	Destaque aos fatores de produção	em total desacordo
II.2.3.2	Equilíbrio do ecossistema	com severas restrições
II.2.3.3	Exercício de controles sobre o ecossistema	com severas restrições
II.2.3.4	Níveis de impactos sobre o ecossistema	com severas restrições
II.2.3.5	Objetivos empresariais contemplam o ecossistema	com severas restrições
II.2.3.6	Reforço aos contextos jurídico e gerencial	com severas restrições
II.2.3.7	Reprodução de escolhas ideológicas	com restrições leves
II.2.3.8	Reprodução de serviços ecológicos	com restrições leves
II.2.3.9	Tecnologias consideram os níveis de RH	com severas restrições
II.2.3.10	Visão prospectiva é característica da gestão	com severas restrições
<b>II.2.4- Relação do RH com o Desenvolvimento</b>		<b>em total desacordo</b>
II.2.4.1	Clareza dos níveis de competência ambiental	em total desacordo
II.2.4.2	Competência da avaliação de impactos de P&D	em total desacordo
II.2.4.3	Consciência sobre os impactos das pesquisas	em total desacordo
II.2.4.4	Consciência da responsabilidade ambiental	em total desacordo
II.2.4.5	Criatividade e motivação como critérios ecológicos	em total desacordo
II.2.4.6	Interação ambiental reforça avaliação de desempenho	em total desacordo
II.2.4.7	Interferência da produtividade nos impactos ambientais	em total desacordo
II.2.4.8	Relevância da integração do RH no ecossistema	em total desacordo
II.2.4.9	Respeito à qualidade de vida fundamenta a liderança	em total desacordo



II.2.4.10	Sensibilidade ambiental fundamenta as atividades	em total desacordo
<b>II.2.5-</b>	<b>Responsabilidade da Pesquisa com o M.A .</b>	<b>em total desacordo</b>
II.2.5.1	Abrangência da pesquisa se faz no contexto geral	em total desacordo
II.2.5.2	Elaboração de referenciais para a preservação	em total desacordo
II.2.5.3	Estratégias ecológicas para o desenvolvimento	em total desacordo
II.2.5.4	Ideologia de conservação	com restrições leves
II.2.5.5	Indicação de nível de utilidade do produto	em total desacordo
II.2.5.6	Orientação para as modalidades de descarte	em total desacordo
II.2.5.7	Relevância do meio ambiente	com restrições leves
II.2.5.8	Responsabilidade com o meio ambiente	com severas restrições
II.2.5.9	Responsabilidade da gestão pelos impactos das pesquisas	em total desacordo
II.2.5.10	Restrições ao uso dos produtos	com severas restrições
<b>II.3-</b>	<b>Estilos de Gestão</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.3.1-</b>	<b>Abordagens de Aspectos Sociais</b>	<b>com severas restrições</b>
II.3.1.1	Aceitação da comunidade à atividades e processos	com severas restrições
II.3.1.2	As publicações regulares sobre resultados	com severas restrições
II.3.1.3	As publicações regulares sobre riscos potenciais	com severas restrições
II.3.1.4	Consciência da comunidade sobre fluxos de resíduos	com severas restrições
II.3.1.5	Crédito atribuído às informações geradas	com severas restrições
II.3.1.6	Importância dos jovens nas campanhas pró-ecologia	em total desacordo
II.3.1.7	Informações precisas sobre o potencial de riscos	com severas restrições
II.3.1.8	Objetivos voltados para melhoria de resultados	com severas restrições
II.3.1.9	Participação de servidores nos objetivos ecológicos	com severas restrições
II.3.1.10	Ratificação e ref. à fatos ecológicos históricos	em total desacordo
<b>II.3.2-</b>	<b>Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>em total desacordo</b>
II.3.2.1	Atuação esclarecedora pelo setor de rei.públicas	com severas restrições
II.3.2.2	Confiança da mídia sobre os objetivos ecológicos	com restrições leves
II.3.2.3	Conscientização política da comunidade em M.A	em total desacordo
II.3.2.4	Entendimento entre o órgão e grupos ecológicos	em total desacordo
II.3.2.5	Geração de informações sobre setores mais sensíveis	em total desacordo
II.3.2.6	Incentivos à obtenção da autosustentabilidade.	com severas restrições
II.3.2.7	Programas de vigilância sanitária e ambiental	em total desacordo
II.3.2.8	Responsabilidade sobre o equilíbrio ecológico	em total desacordo
II.3.2.9	Responsabilidades políticas e sociais assumidas	em total desacordo
II.3.2.10	Transparência da política ecológica	em total desacordo
<b>II.3.3-</b>	<b>Planejamento</b>	<b>com severas restrições</b>
II.3.3.1	Atenção especial à micro e pequenas empresas	com severas restrições
II.3.3.2	Conservacionismo como meta	com severas restrições
II.3.3.3	Estratégias de ação contemplam o desenvolvimento	com restrições leves
II.3.3.4	Identificação da comunidade como parceiro ecológico	com severas restrições
II.3.3.5	Múltiplas metas de ação comunitária	com severas restrições
II.3.3.6	Participação da comunidade no planejamento ambiental	em total desacordo
II.3.3.7	Plano de ação voltado ao desenvolvimento social	com severas restrições
II.3.3.8	Transparência dos insumos segue normas de segurança	em total desacordo
II.3.3.9	Tratamento ecológico dos resíduos	com severas restrições
II.3.3.10	Valoração dos potenciais turísticos pela conurbação	com severas restrições
<b>II.3.4-</b>	<b>Processo Decisório</b>	<b>em total desacordo</b>
II.3.4.1	Características e potencialidades do município	com severas restrições
II.3.4.2	Divulgação de estudos sobre periculosidade e impactos	em total desacordo
II.3.4.3	Estratégias de comunicação compõem o mix gerencial	em total desacordo
II.3.4.4	Feedback da falha humana gera base de informações	em total desacordo
II.3.4.5	Fomento à industrialização de produtos regionais	em total desacordo
II.3.4.6	Investimentos em estruturas de comunicação	em total desacordo

II.3.4.7	Planos de sustentabilidade a longo prazo	em total desacordo
II.3.4.8	Potencialidades e habilidades tecnológicas e gerenciais	com severas restrições
II.3.4.9	Profissionais qualificados desenvolvem as atividades	com severas restrições
II.3.4.10	Valoração da cultura aos insumos regionais	em total desacordo
<b>II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.5.1	Acesso de informação sobre gestão, ao público	com severas restrições
II.3.5.2	Comunicação dos efeitos das mudanças tecnológicas	em total desacordo
II.3.5.3	Estratégia ecológica visa a alternância de tecnologia	em total desacordo
II.3.5.4	Fluxos contínuos para a melhoria de políticas	em total desacordo
II.3.5.5	Inf. do desemprego gerado pela tecnologia	em total desacordo
II.3.5.6	Mecanismos de controle ambiental	em total desacordo
II.3.5.7	Políticas internas garantem perspectiva ambiental	em total desacordo
II.3.5.8	Procedimentos analíticos das relações causais	em total desacordo
II.3.5.9	Reprodução da consciência de responsabilidade	com severas restrições
II.3.5.10	Sensibilidade para lidar com questões ambíguas	em total desacordo
<b>II.4- Estratégias Reg. dos Impactos Ambientais</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.1- Controle da Gestão</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.1.1	Autonomia da avaliação ecológica	com severas restrições
II.4.1.2	Determinação da relação custos/perdas	com severas restrições
II.4.1.3	Determinação da relação despesas/receitas	em total desacordo
II.4.1.4	Documentos gerenciais reportam-se ao meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.5	Elaboração periódica de relatórios ecológicos	em total desacordo
II.4.1.6	Incrementos de custos fixos alocados em prevenção	em total desacordo
II.4.1.7	Mecanismos de controles dos gastos com o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.8	Orçamento provisional anual para o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.9	Relação benefícios ambientais X custos incorridos	com severas restrições
II.4.1.10	Satisfação em função da relação custo-benefício	com severas restrições
<b>II.4.2- Dispositivos de Prevenção (anti-poluição)</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.2.1	Avaliação do desempenho das atividades	em total desacordo
II.4.2.2	Avaliação periódica das atividades desenvolvidas	em total desacordo
II.4.2.3	Estabelecimento de medidas corretivas	em total desacordo
II.4.2.4	Estudos sobre medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.5	Gestores acompanham o potencial de risco	com severas restrições
II.4.2.6	Participação dos gestores nos núcleos de prevenção	em total desacordo
II.4.2.7	Planos de emergência para conflitos externos	em total desacordo
II.4.2.8	Planos de urgência para crises de poluição	em total desacordo
II.4.2.9	Poder dos gestores de medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.10	Potencial de risco se faz no planejamento de metas	em total desacordo
<b>II.4.3- Dispositivos Jurídicos</b>		<b>com severas restrições</b>
II.4.3.1	Normas para credenciamento de agentes fiscais	com severas restrições
II.4.3.2	Normas para controle da poluição ambiental	com severas restrições
II.4.3.3	Normas para execução de atividades insalubres	em total desacordo
II.4.3.4	Normas sobre a destinação de resíduos	em total desacordo
II.4.3.5	Normatização de atividades operacionais	com restrições leves
II.4.3.6	Normatização explícita para o funcionamento do órgão	com severas restrições
II.4.3.7	Observações às restrições operacionais	em total desacordo
II.4.3.8	Orientações técnicas para utilização de recursos	com severas restrições
II.4.3.9	Otimização do recolhimento de impostos	com severas restrições
II.4.3.10	Políticas de incentivos fiscais	em total desacordo
<b>II.4.4- Regulamentação</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.4.1	Determinação da responsabilidade do degradador	em total desacordo
II.4.4.2	Disposições sobre tratamento de lixo e detritos	com severas restrições
II.4.4.3	Independência da auditoria interna	em total desacordo

II.4.4.4	Investimentos para regulamentação e normas	com severas restrições
II.4.4.5	Nível da responsabilidade solidária	em total desacordo
II.4.4.6	Normas para o gestor ambiental	em total desacordo
II.4.4.7	Planejamento orçamentário e financeiro	em total desacordo
II.4.4.8	Qualidade ambiental em relação à custos e preços	em total desacordo
II.4.4.9	Responsabilidade pelos equívocos ambientais	em total desacordo
II.4.4.10	Sanções econômicas para disfunção ambiental	em total desacordo
<b>II.4.5- Responsabilidade Legal</b>		em total desacordo
II.4.5.1	Amparo legal às políticas ambientais	em total desacordo
II.4.5.2	Atividades respondem pelos impactos ambientais	com severas restrições
II.4.5.3	Fundamentos da legislação específica de prevenção	com severas restrições
II.4.5.4	Legislação ambiental contempla pressões externas	em total desacordo
II.4.5.5	Legislação ambiental intermedia conflitos	em total desacordo
II.4.5.6	Legitimidade dos setores geográficos junto ao M.A	em total desacordo
II.4.5.7	Nível de avaliação da responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.8	Nível de responsabilidade civil	em total desacordo
II.4.5.9	Nível de responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.10	Nível de responsabilidade moral	com severas restrições
<b>II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>		em total desacordo
<b>II.5.1- Desenvolvimento Sustentável</b>		em total desacordo
II.5.1.1	A prioridade para a segurança do ecossistema	em total desacordo
II.5.1.2	Ações preventivas X Ações corretivas	em total desacordo
II.5.1.3	Compromisso com o desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.5.1.4	Deficiências e não conformidades referenciam a gestão	em total desacordo
II.5.1.5	Destaque para ações pró-desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.1.6	Identificação do desempenho ambiental à G.M.	com severas restrições
II.5.1.7	Integração de políticas e procedimentos de G.M.	com severas restrições
II.5.1.8	O perfil do município e expectativa da gestão	em total desacordo
II.5.1.9	O saber científico para a G.M.	em total desacordo
II.5.1.10	Prioridade da Gestão para o bem estar coletivo	em total desacordo
<b>II.5.2- Ecoestratégias</b>		em total desacordo
II.5.2.1	Competência ambiental com causalidade	em total desacordo
II.5.2.2	Comprometimento ético com o meio ambiente	em total desacordo
II.5.2.3	Diferencial competitivo ambiental	em total desacordo
II.5.2.4	Exercício do benchmarking ambiental	em total desacordo
II.5.2.5	Identificação de barreiras ecológicas para o órgão	em total desacordo
II.5.2.6	Pressões externas à nível de planejamento estratégico	em total desacordo
II.5.2.7	Sensibilidade para pressões de órgãos financiadores	em total desacordo
II.5.2.8	SQA atuam em conjunto com os SGM	em total desacordo
II.5.2.9	Valorização para a evolução da consciência ambiental	com severas restrições
II.5.2.10	Vantagem competitiva à nível ambiental	com severas restrições
<b>II.5.3- Etapas de Implementação do SGM</b>		em total desacordo
II.5.3.1	Avaliação dos efeitos dos impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.2	Avaliação qualitativa do desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.3	Conformidade de máquinas e equipamentos	com severas restrições
II.5.3.4	Estratégias de cooperação com fornecedores e clientes	em total desacordo
II.5.3.5	Flexibilidade da estrutura organizacional	em total desacordo
II.5.3.6	Identificação de níveis de impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.7	Produtos/serviços e a gestão ambiental	em total desacordo
II.5.3.8	Programas de melhoria para o desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.9	SGM e os ciclos: projeto-processo-serviço-clientes	com severas restrições
II.5.3.10	SGM e programas de melhoria contínua	em total desacordo
<b>II.5.4- Gestão da Auditoria Interna</b>		em total desacordo

II.5.4.1	Auditoria das bases operacionais	com severas restrições
II.5.4.2	Auditoria de conformidades	com severas restrições
II.5.4.3	Auditoria dos planos estratégicos	com severas restrições
II.5.4.4	Auditoria e avaliação de impactos ambientais	com severas restrições
II.5.4.5	Compromisso da Auditoria interna com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.6	Compromisso de auditores com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.7	Destaques da auditoria para quest. ambientais	em total desacordo
II.5.4.8	Domínio dos preceitos do SGM pelo staff da auditoria	em total desacordo
II.5.4.9	Independência de auditores em questões ambientais	em total desacordo
II.5.4.10	Trabalhos específicos de auditoria para o M.A	em total desacordo
<b>II.5.5- Princípios Orientadores para o Meio Ambiente</b>		<b>em total desacordo</b>
II.5.5.1	Métodos para solução de problemas ambientais	em total desacordo
II.5.5.2	Nível de responsabilidade do órgão	em total desacordo
II.5.5.3	Notificação de emergências ambientais	em total desacordo
II.5.5.4	Padronização para a coordenação do M.A	em total desacordo
II.5.5.5	Parcerias para a conservação do meio ambiente	em total desacordo
II.5.5.6	Percepção da valoração dos seres humanos	com severas restrições
II.5.5.7	Prioridade ao princípio da precaução	com severas restrições
II.5.5.8	Proteção ambiental e processos de desenvolvimento	com severas restrições
II.5.5.9	Proteção e integridade do ecossistema	com severas restrições
II.5.5.10	Relação custos ambientais X investimentos	em total desacordo
<b>II.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.1- Estrutura da Função Ambiental</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.1.1	Abrangência das funções ambientais	com severas restrições
II.6.1.2	Autonomia dos responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.1.3	Autonomia financeira do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.4	Composição de setor/departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.5	Comprometimento das funções com o meio ambiente	em total desacordo
II.6.1.6	Contatos das funções ambientais com a comunidade	com severas restrições
II.6.1.7	Definição das funções ambientais	em total desacordo
II.6.1.8	Divulgação dos propósitos do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.9	Independência do setor/departamento de M.A	com severas restrições
II.6.1.10	Poder de decisão dos responsáveis pelo M.A	com severas restrições
<b>II.6.2- Formação e Informação</b>		<b>com severas restrições</b>
II.6.2.1	Ação pedagógica voltada para o M.A	com severas restrições
II.6.2.2	Capacitação funcional para o ecossistema	em total desacordo
II.6.2.3	Divulgação de políticas ambientais em todos os níveis	em total desacordo
II.6.2.4	Divulgação de incidentes ambientais	em total desacordo
II.6.2.5	Formação de executivos para a Gestão Ambiental	em total desacordo
II.6.2.6	Incentivos ao treinamento voltado ao meio ambiente	em total desacordo
II.6.2.7	Organização e atuação de Círculos Ambientais	com restrições leves
II.6.2.8	Processo decisório enfatiza disciplina e competência	com severas restrições
II.6.2.9	Servidores são capacitados por técnicos em anti poluição	com severas restrições
II.6.2.10	Treinamento de servidores em ecologia e M.A	com severas restrições
<b>II.6.3- Organização do Trabalho</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.3.1	Avaliação de infrações coletivas contra o M.A	em total desacordo
II.6.3.2	Avaliação de Infrações individuais e isoladas	em total desacordo
II.6.3.3	Bonificações para posturas de conserv. ambiental	em total desacordo
II.6.3.4	Homem-máquina condiz à ergonomia-M.A	em total desacordo
II.6.3.5	Incentivos à projetos de melhoria ambiental	em total desacordo
II.6.3.6	Jornada de trabalho obedecem convenção em vigor	de acordo
II.6.3.7	Lay-out e os preceitos da gestão ambiental	em total desacordo
II.6.3.8	Prioridade aos princípios da ergonomia	em total desacordo





II.6.3.9	Processos operacionais X pressupostos ecológicos	em total desacordo
II.6.3.10	Valoração do M.A como princípio básico	com severas restrições
II.6.4-	Qualidade de Vida	em total desacordo
II.6.4.1	Consideração à aspectos pessoais e familiares	com severas restrições
II.6.4.2	Consideração aos aspectos sociais da vida profissional	com severas restrições
II.6.4.3	Desenvolvimento das capacidades humanas	com severas restrições
II.6.4.4	Envolvimento do servidor com as suas funções	com severas restrições
II.6.4.5	Nível de integração social na empresa	em total desacordo
II.6.4.6	Participação dos servidores em decisões das atividades	em total desacordo
II.6.4.7	Respeito à qualidade de vida de servidores e clientes	em total desacordo
II.6.4.8	Responsabilidade do órgão por todas as atividades	em total desacordo
II.6.4.9	Satisfação das condições de trabalho	em total desacordo
II.6.4.10	Treinamento sobre valoração da vida	em total desacordo
II.6.5-	Seleção e Avaliação	em total desacordo
II.6.5.1	Abrangência do DRH à todos os níveis da empresa	em total desacordo
II.6.5.2	Abrangência dos conceitos de gestão ambiental	com severas restrições
II.6.5.3	Avaliação do setor ambiental	em total desacordo
II.6.5.4	Capacitação profissional com enfoque ecológico	em total desacordo
II.6.5.5	Competência anti-poluição	em total desacordo
II.6.5.6	Definição do cargo de responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.7	Exigência de conhecimentos em meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.8	Maturidade ecológica e a delegação de autoridade	em total desacordo
II.6.5.9	Referências institucional de lideranças	em total desacordo
II.6.5.10	Valoração e incentivos à criatividade ecológica	em total desacordo

## EVIDÊNCIAS DE RISCOS AMBIENTAIS - POR ÓRGÃOS

ADMINISTRAÇÃO	
NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS	
NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA (Grupos)	em total desacordo
I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	em total desacordo
I.2- Educação Ambiental	em total desacordo
I.3- Estilos de Gestão	em total desacordo
I.4- Estratégias Regul. dos impactos ambientais	com severas restrições
I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos	em total desacordo
I.6- Valoração dos Recursos Humanos	em total desacordo
NÍVEL II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Grupos)	em total desacordo
II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	em total desacordo
II.2- Educação Ambiental	em total desacordo
II.3- Estilos de Gestão	em total desacordo
II.4- Estratégias Reguladora dos impactos ambientais	em total desacordo
II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos	em total desacordo
II.6- Valoração dos Recursos Humanos	em total desacordo
NÍVEL II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Subgrupos)	em total desacordo
II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	em total desacordo
II.1.1- Abordagem Multifinalitária	em total desacordo
II.1.2- Abordagem Normativa	em total desacordo
II.1.3- Compreensão espacial da infra-estrutura	em total desacordo
II.1.4- Concepção Ambiental	com severas restrições
II.1.5- Espaço Territorial	em total desacordo
II.2- Educação Ambiental	em total desacordo
II.2.1- Atividades de pesquisa e Meio Ambiente	em total desacordo
II.2.2- Atuações de lideranças estratégicas	em total desacordo

II.2.3- Pesquisa e desenvolvimento	em total desacordo
II.2.4- Relação do RH com o desenvolvimento	em total desacordo
II.2.5- Responsabilidade da Pesquisa com o M.A	em total desacordo
II.3- Estilos de Gestão	em total desacordo
II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais	em total desacordo
II.3.2- Desenvolvimento Sustentável	em total desacordo
II.3.3- Planejamento	em total desacordo
II.3.4- Processo Decisório	em total desacordo
II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais	em total desacordo
II.4- Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	em total desacordo
II.4.1- Controle da gestão	em total desacordo
II.4.2- Dispositivos de prevenção (anti-poluição)	em total desacordo
II.4.3- Dispositivos jurídicos	em total desacordo
II.4.4- Regulamentação	em total desacordo
II.4.5- Responsabilidade legal	em total desacordo
II.5- Percepção dos pressupostos ecológicos	em total desacordo
II.5.1- Desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.5.2- Ecoestratégias	em total desacordo
II.5.3- Etapas de implantação do SGM	em total desacordo
II.5.4- Gestão da Auditoria Interna	em total desacordo
II.5.5- Princípios orientadores para o M.A	em total desacordo
II.6- Valoração dos Recursos Humanos	em total desacordo
II.6.1- Estrutura da função ambiental	em total desacordo
II.6.2- Formação e a informação	em total desacordo
II.6.3- Organização do trabalho	em total desacordo
II.6.4- Qualidade de vida	em total desacordo
II.6.5- Seleção e avaliação	em total desacordo

## NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS - VARIÁVEIS

NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA (Variáveis)		em total desacordo
I.1-	Cadastro Técnico Multifinalitário	em total desacordo
I.1.1	Características técnicas multifinalitárias	em total desacordo
I.1.2	Formação de banco de dados multifinalitários	em total desacordo
I.1.3	Geoprocessamento das informações gráficas	em total desacordo
I.1.4	Geração de subsídios p/ expansão autosustentável	em total desacordo
I.1.5	Geração de estratégias sócio-econômicas institucional	com severas restrições
I.1.6	Geração de estratégias físico territorial e ambiental	em total desacordo
I.1.7	Geração de geo informações espaciais e numéricas	com severas restrições
I.1.8	Interação entre as concessionárias públicas	com severas restrições
I.1.9	Sustentação ao sistema de arrecadação tributária	em total desacordo
I.1.10	Sustentação ao zoneamento ecológico	com severas restrições
I.2-	Educação Ambiental	em total desacordo
I.2.1	Capacitação institucional em questões ambientais	com severas restrições
I.2.2	Integração do meio ambiente ao desenvolv.interdisciplinar	em total desacordo
I.2.3	Necessidades de aprendizagem da comunidade	com severas restrições
I.2.4	Parcerias em prol ao desenvolvimento sustentável	com restrições leves
I.2.5	Parcerias entre a gestão e instituições de ensino	de acordo
I.2.6	Percepção e entendimento da biodiversidade	em total desacordo
I.2.7	Programas de turismo ecológico	em total desacordo
I.2.8	Programas para a consciência crítica ambiental	com severas restrições
I.2.9	Readaptação da cultura para o M.A	em total desacordo
I.2.10	Treinamentos vocacionados para percepção ecológica	em total desacordo

<b>I.3 – Estilos de Gestão</b>	<b>em total desacordo</b>
I.3.1 Ação dos níveis hierárquicos no processo decisório	com restrições leves
I.3.2 Ação participativa do desenvolvimento sustentável	em total desacordo
I.3.3 Ações autosustentadas de desenvolvimento humano	em total desacordo
I.3.4 Estratégias atuais de planejamento municipal	em total desacordo
I.3.5 Metas para o desenvolvimento sustentável	com severas restrições
I.3.6 Procedimentos internos referentes ao M.A	com severas restrições
I.3.7 Relação causal entre sociedade e meio ambiente	com restrições leves
I.3.8 Relação custo-benefício do processo decisório	em total desacordo
I.3.9 Relação meio ambiente e atividades produtivas	com severas restrições
I.3.10 Sinergia entre atores sociais e seleção de prioridades	em total desacordo
<b>I.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>	<b>com severas restrições</b>
I.4.1 Distinção entre contabilidade e auditoria interna	em total desacordo
I.4.2 Gerenciamento e objetivos ecológicos	com restrições leves
I.4.3 Norma ISO 14000 e o processo decisório	com severas restrições
I.4.4 Objetivos ecológicos em termos financeiros	com restrições leves
I.4.5 Orçamentos para perícias jurídicas regulares	com severas restrições
I.4.6 Os planos ecológicos de médio e longo prazos	com restrições leves
I.4.7 Os sistemas de auditoria jurídica	com severas restrições
I.4.8 Relatórios anuais específicos ao meio ambiente	com severas restrições
I.4.9 Responsabilidade jurídica para com o meio ambiente	com severas restrições
I.4.10 Responsabilidades civil, penal e administrativa	com severas restrições
<b>I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>	<b>em total desacordo</b>
I.5.1 Conotação histórica da Pesquisa e Desenvolvimento	em total desacordo
I.5.2 Conotação política da comunicação ecológica externa	com severas restrições
I.5.3 Conotação política da comunicação ecológica interna	em total desacordo
I.5.4 Consciência das responsabilidades ecológicas externas	em total desacordo
I.5.5 Consciência das responsabilidades ecológicas internas	em total desacordo
I.5.6 Estruturação do esforço ecológico	com restrições leves
I.5.7 Formação ecológica dos colaboradores	com severas restrições
I.5.8 Investimentos ecológicos em meios de produção	com severas restrições
I.5.9 Nível de orçamento ecológico	em total desacordo
I.5.10 Nível hierárquico de responsabilidade	com severas restrições
<b>I.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>em total desacordo</b>
I.6.1 Estrutura hierárquica e o meio ambiente	em total desacordo
I.6.2 Cargos e funções e a melhoria ecológica	em total desacordo
I.6.3 Fator ambiental e a escolha de funcionários	com severas restrições
I.6.4 Ideologia de funcionários sobre meio ambiente	com restrições leves
I.6.5 Meio ambiente e a política de recursos humanos	com severas restrições
I.6.6 Planos de emergência para acidentes não técnicos	em total desacordo
I.6.7 Planos de emergência para acidentes técnicos	em total desacordo
I.6.8 Relação de trabalho com o meio ambiente	com severas restrições
I.6.9 Responsabilidade por riscos ambientais	em total desacordo
I.6.10 Treinamento de pessoal para questões ecológicas	com restrições leves
<b>II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.1.1- Abordagem Multifinalitária</b>	<b>em total desacordo</b>
II.1.1.1 Acesso aos diversos níveis de usuários	em total desacordo
II.1.1.2 Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais	com severas restrições
II.1.1.3 Apoio ao planejamento municipal	com restrições leves
II.1.1.4 Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria	em total desacordo
II.1.1.5 Auxílio na elaboração de programas de gestão	com restrições leves
II.1.1.6 Integração entre zoneamento econômico e ecológico	com severas restrições

II.1.1.7	Integração técnica entre cadastro e usuários	em total desacordo
II.1.1.8	Sistemas de informações atuais	em total desacordo
II.1.1.9	Sistemas de informações plurais	em total desacordo
II.1.1.10	Sustentação aos indicadores ambientais	em total desacordo
<b>II.1.2-</b>	<b>Abordagem Normativa</b>	<b>em total desacordo</b>
II.1.2.1	Delimitação de zonas em função da utilidade da área	em total desacordo
II.1.2.2	Diretrizes para coleta e tratamento de resíduos	em total desacordo
II.1.2.3	Fiscalização de obras, atividades e processos	em total desacordo
II.1.2.4	Informações para gestão e finanças à nível municipal	com severas restrições
II.1.2.5	Normas para controle da tributação	em total desacordo
II.1.2.6	Normas para credenciamento de técnicos em cadastro	com severas restrições
II.1.2.7	Normas para execução e manuseio do cadastro	em total desacordo
II.1.2.8	Normas para a exploração e utilização do solo	com severas restrições
II.1.2.9	Normas para licenciamento de funcionamento	com severas restrições
II.1.2.10	Políticas de inventário urbano	com restrições leves
<b>II.1.3-</b>	<b>Compreensão Espacial da Infra-estrutura</b>	<b>em total desacordo</b>
II.1.3.1	Contemplanção da saúde pública ao saneamento básico	com restrições leves
II.1.3.2	Esgoto sanitário relativo à qualidade ambiental	com restrições leves
II.1.3.3	Informações para projetos de infra-estrutura ambiental	com severas restrições
II.1.3.4	Planejamento integrado de infra-estrutura ambiental	com severas restrições
II.1.3.5	Programas de coleta seletiva de lixo	em total desacordo
II.1.3.6	Programas de obras verdes	em total desacordo
II.1.3.7	Saneamento básico em relação à qualidade de vida	em total desacordo
II.1.3.8	Saneamento básico em relação ao ecossistema	em total desacordo
II.1.3.9	Tratamento específico para resíduos sólidos	com severas restrições
II.1.3.10	Utilização de zoneamento para sistemas de transportes	com restrições leves
<b>II.1.4-</b>	<b>Concepção Ambiental</b>	<b>com severas restrições</b>
II.1.4.1	Acesso à inf. sobre causas de poluição/degradação	em total desacordo
II.1.4.2	Critérios e padrões de qualidade ambiental	com severas restrições
II.1.4.3	Percepção da necessidade de políticas ambientais	em total desacordo
II.1.4.4	Programas de controle e proteção ambiental	em total desacordo
II.1.4.5	Sensibilidade à qualidade de vida e ambiental	com severas restrições
II.1.4.6	Utilização de recursos naturais em bases sustentáveis	com severas restrições
II.1.4.7	Valoração de apelos ecológicos da comunidade	de acordo
II.1.4.8	Valoração de estudos e pesquisas em M.A	de acordo
II.1.4.9	Valoração de insumos recicláveis/reciclados	de acordo
II.1.4.10	Valoração de zonas e áreas de proteção ecológica	em pleno acordo
<b>II.1.5-</b>	<b>Espaço Territorial</b>	<b>insuficiência de dados</b>
II.1.5.1	Cadastrros de sítios urbanos históricos	com severas restrições
II.1.5.2	Facilidade do manejo urbano	com severas restrições
II.1.5.3	Identificação dos fluxos migratórios	em total desacordo
II.1.5.4	Microclimas e a organização do espaço	em total desacordo
II.1.5.5	Organização dos espaços do território municipal	com severas restrições
II.1.5.6	Otimização dos espaços urbanos	com severas restrições
II.1.5.7	Planejamento do potencial construtivo	com severas restrições
II.1.5.8	Políticas habitacionais x desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.1.5.9	Preservação de bens históricos, artísticos e culturais	com restrições leves
II.1.5.10	Qualidade ambiental e a organização dos espaços	com severas restrições
<b>II.2-</b>	<b>Educação Ambiental</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.2.1-</b>	<b>Atividades de Pesquisa e o Meio Ambiente</b>	<b>em total desacordo</b>
II.2.1.1	Benefícios aos ecossistema	com severas restrições
II.2.1.2	Controles ambientais específicos	com severas restrições
II.2.1.3	Ecossistema compõe o macro ambiente	em total desacordo

II.2.1.4	Ecosistema se postula dependente	com severas restrições
II.2.1.5	Ecosistema se relaciona aos objetivos gerais	com severas restrições
II.2.1.6	Equilíbrio do ecossistema como resultado	em total desacordo
II.2.1.7	Fundamentos para o equilíbrio ecológico	com severas restrições
II.2.1.8	Geração de histórico responsável dos produtos	em total desacordo
II.2.1.9	Prioridade à questões ambientais	com restrições leves
II.2.1.10	Regulamentação específica	com severas restrições
<b>II.2.2- Atuação de Lideranças Estratégicas</b>		<b>em total desacordo</b>
II.2.2.1	Comportamento humano nos planos estratégicos	com severas restrições
II.2.2.2	Definição dos estilos de liderança	com severas restrições
II.2.2.3	Desempenho ambiental nos planos estratégicos	com severas restrições
II.2.2.4	Inovações tecnológicas protegem o meio ambiente	em total desacordo
II.2.2.5	Inserção da proteção ambientais nos planos estratégicos	com restrições leves
II.2.2.6	Liderança formal avalia o desempenho ambiental	com severas restrições
II.2.2.7	Reconhecimento da força das lideranças formais	em total desacordo
II.2.2.8	Relevância das relações interpessoais	com severas restrições
II.2.2.9	Sensibilidade das lideranças formais sobre o M.A	com severas restrições
II.2.2.10	Sensibilidade das lideranças informais sobre o M.A	com severas restrições
<b>II.2.3- Pesquisa e Desenvolvimento</b>		<b>em total desacordo</b>
II.2.3.1	Destaque aos fatores de produção	com severas restrições
II.2.3.2	Equilíbrio do ecossistema	em total desacordo
II.2.3.3	Exercício de controles sobre o ecossistema	em total desacordo
II.2.3.4	Níveis de impactos sobre o ecossistema	em total desacordo
II.2.3.5	Objetivos empresariais contemplam o ecossistema	em total desacordo
II.2.3.6	Reforço aos contextos jurídico e gerencial	com severas restrições
II.2.3.7	Reprodução de escolhas ideológicas	com restrições leves
II.2.3.8	Reprodução de serviços ecológicos	com restrições leves
II.2.3.9	Tecnologias consideram os níveis de RH	com severas restrições
II.2.3.10	Visão prospectiva é característica da gestão	em total desacordo
<b>II.2.4- Relação do RH com o Desenvolvimento</b>		<b>em total desacordo</b>
II.2.4.1	Clareza dos níveis de competência ambiental	em total desacordo
II.2.4.2	Competência da avaliação de impactos de P&D	em total desacordo
II.2.4.3	Consciência sobre os impactos das pesquisas	em total desacordo
II.2.4.4	Consciência da responsabilidade ambiental	com severas restrições
II.2.4.5	Criatividade e motivação como critérios ecológicos	em total desacordo
II.2.4.6	Interação ambiental reforça avaliação de desempenho	em total desacordo
II.2.4.7	Interferência da produtividade nos impactos ambientais	em total desacordo
II.2.4.8	Relevância da integração do RH no ecossistema	com severas restrições
II.2.4.9	Respeito à qualidade de vida fundamenta a liderança	com severas restrições
II.2.4.10	Sensibilidade ambiental fundamenta as atividades	em total desacordo
<b>II.2.5- Responsabilidade da Pesquisa com o M.A .</b>		<b>em total desacordo</b>
II.2.5.1	Abrangência da pesquisa se faz no contexto geral	em total desacordo
II.2.5.2	Elaboração de referenciais para a preservação	em total desacordo
II.2.5.3	Estratégias ecológicas para o desenvolvimento	em total desacordo
II.2.5.4	Ideologia de conservação	com restrições leves
II.2.5.5	Indicação de nível de utilidade do produto	em total desacordo
II.2.5.6	Orientação para as modalidades de descarte	em total desacordo
II.2.5.7	Relevância do meio ambiente	com restrições leves
II.2.5.8	Responsabilidade com o meio ambiente	em total desacordo
II.2.5.9	Responsabilidade da gestão pelos impactos das pesquisas	em total desacordo
II.2.5.10	Restrições ao uso dos produtos	com severas restrições
<b>II.3- Estilos de Gestão</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais</b>		<b>em total desacordo</b>

II.3.1.1	Aceitação da comunidade à atividades e processos	com severas restrições
II.3.1.2	As publicações regulares sobre resultados	em total desacordo
II.3.1.3	As publicações regulares sobre riscos potenciais	em total desacordo
II.3.1.4	Consciência da comunidade sobre fluxos de resíduos	com severas restrições
II.3.1.5	Crédito atribuído às informações geradas	em total desacordo
II.3.1.6	Importância dos jovens nas campanhas pró-ecologia	em total desacordo
II.3.1.7	Informações precisas sobre o potencial de riscos	em total desacordo
II.3.1.8	Objetivos voltados para melhoria de resultados	com severas restrições
II.3.1.9	Participação de servidores nos objetivos ecológicos	com severas restrições
II.3.1.10	Ratificação e ref. à fatos ecológicos históricos	em total desacordo
<b>II.3.2- Desenvolvimento Sustentável</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.2.1	Atuação esclarecedora pelo setor de relações públicas	em total desacordo
II.3.2.2	Confiança da mídia sobre os objetivos ecológicos	com restrições leves
II.3.2.3	Conscientização política da comunidade em M.A	em total desacordo
II.3.2.4	Entendimento entre o órgão e grupos ecológicos	em total desacordo
II.3.2.5	Geração de informações sobre setores mais sensíveis	em total desacordo
II.3.2.6	Incentivos à obtenção da autosustentabilidade	em total desacordo
II.3.2.7	Programas de vigilância sanitária e ambiental	em total desacordo
II.3.2.8	Responsabilidade sobre o equilíbrio ecológico	em total desacordo
II.3.2.9	Responsabilidades políticas e sociais assumidas	em total desacordo
II.3.2.10	Transparência da política ecológica	em total desacordo
<b>II.3.3- Planejamento</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.3.1	Atenção especial à micro e pequenas empresas	em total desacordo
II.3.3.2	Conservacionismo como meta	insuficiência de dados
II.3.3.3	Estratégias de ação contemplam o desenvolvimento	com restrições leves
II.3.3.4	Identificação da comunidade como parceiro ecológico	com severas restrições
II.3.3.5	Múltiplas metas de ação comunitária	com restrições leves
II.3.3.6	Participação da comunidade no planejamento ambiental	em total desacordo
II.3.3.7	Plano de ação voltado ao desenvolvimento social	em total desacordo
II.3.3.8	Transparência dos insumos segue normas de segurança	em total desacordo
II.3.3.9	Tratamento ecológico dos resíduos	em total desacordo
II.3.3.10	Valoração dos potenciais turísticos pela conurbação	em total desacordo
<b>II.3.4- Processo Decisório</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.4.1	Características e potencialidades do município	com severas restrições
II.3.4.2	Divulgação de estudos sobre periculosidade e impactos	em total desacordo
II.3.4.3	Estratégias de comunicação compõem o mix gerencial	em total desacordo
II.3.4.4	Feedback da falha humana gera base de informações	em total desacordo
II.3.4.5	Fomento à industrialização de produtos regionais	em total desacordo
II.3.4.6	Investimentos em estruturas de comunicação	em total desacordo
II.3.4.7	Planos de sustentabilidade a longo prazo	em total desacordo
II.3.4.8	Potencialidades e habilidades tecnológicas e gerenciais	com severas restrições
II.3.4.9	Profissionais qualificados desenvolvem as atividades	em total desacordo
II.3.4.10	Valoração da cultura aos insumos regionais	em total desacordo
<b>II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.5.1	Acesso de informação sobre gestão, ao público	em total desacordo
II.3.5.2	Comunicação dos efeitos das mudanças tecnológicas	em total desacordo
II.3.5.3	Estratégia ecológica visa a alternância de tecnologia	em total desacordo
II.3.5.4	Fluxos contínuos para a melhoria de políticas	em total desacordo
II.3.5.5	Informações do desemprego gerado pela tecnologia	em total desacordo
II.3.5.6	Mecanismos de controle ambiental	em total desacordo
II.3.5.7	Políticas internas garantem perspectiva ambiental	em total desacordo
II.3.5.8	Procedimentos analíticos das relações causais	em total desacordo
II.3.5.9	Reprodução da consciência de responsabilidade	com severas restrições

II.3.5.10	Sensibilidade para lidar com questões ambíguas	em total desacordo
II.4-	<b>Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>	em total desacordo
II.4.1-	<b>Controle da Gestão</b>	em total desacordo
II.4.1.1	Autonomia da avaliação ecológica	em total desacordo
II.4.1.2	Determinação da relação custos/perdas	com severas restrições
II.4.1.3	Determinação da relação despesas/receitas	em total desacordo
II.4.1.4	Documentos gerenciais reportam-se ao meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.5	Elaboração periódica de relatórios ecológicos	em total desacordo
II.4.1.6	Incrementos de custos fixos alocados em prevenção	em total desacordo
II.4.1.7	Mecanismos de controles dos gastos com o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.8	Orçamento provisional anual para o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.9	Relação benefícios ambientais X custos incorridos	em total desacordo
II.4.1.10	Satisfação em função da relação custo-benefício	em total desacordo
II.4.2-	<b>Dispositivos de Prevenção (anti-poluição)</b>	em total desacordo
II.4.2.1	Avaliação do desempenho das atividades	em total desacordo
II.4.2.2	Avaliação periódica das atividades desenvolvidas	em total desacordo
II.4.2.3	Estabelecimento de medidas corretivas	em total desacordo
II.4.2.4	Estudos sobre medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.5	Gestores acompanham o potencial de risco	com severas restrições
II.4.2.6	Participação dos gestores nos núcleos de prevenção	em total desacordo
II.4.2.7	Planos de emergência para conflitos externos	em total desacordo
II.4.2.8	Planos de urgência para crises de poluição	em total desacordo
II.4.2.9	Poder dos gestores de medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.10	Potencial de risco se faz no planejamento de metas	em total desacordo
II.4.3-	<b>Dispositivos Jurídicos</b>	em total desacordo
II.4.3.1	Normas para credenciamento de agentes fiscais	com severas restrições
II.4.3.2	Normas para controle da poluição ambiental	com restrições leves
II.4.3.3	Normas para execução de atividades insalubres	em total desacordo
II.4.3.4	Normas sobre a destinação de resíduos	em total desacordo
II.4.3.5	Normatização de atividades operacionais	com restrições leves
II.4.3.6	Normatização explícita para o funcionamento do órgão	com severas restrições
II.4.3.7	Observações às restrições operacionais	em total desacordo
II.4.3.8	Orientações técnicas para utilização de recursos	com severas restrições
II.4.3.9	Otimização do recolhimento de impostos	com severas restrições
II.4.3.10	Políticas de incentivos fiscais	em total desacordo
II.4.4-	<b>Regulamentação</b>	em total desacordo
II.4.4.1	Determinação da responsabilidade do degradador	em total desacordo
II.4.4.2	Disposições sobre tratamento de lixo e detritos	com severas restrições
II.4.4.3	Independência da auditoria interna	em total desacordo
II.4.4.4	Investimentos para regulamentação e normas	com severas restrições
II.4.4.5	Nível da responsabilidade solidária	em total desacordo
II.4.4.6	Normas para o gestor ambiental	em total desacordo
II.4.4.7	Planejamento orçamentário e financeiro	em total desacordo
II.4.4.8	Qualidade ambiental em relação à custos e preços	em total desacordo
II.4.4.9	Responsabilidade pelos equívocos ambientais	em total desacordo
II.4.4.10	Sanções econômicas para disfunção ambiental	em total desacordo
II.4.5-	<b>Responsabilidade Legal</b>	em total desacordo
II.4.5.1	Amparo legal às políticas ambientais	em total desacordo
II.4.5.2	Atividades respondem pelos impactos ambientais	com severas restrições
II.4.5.3	Fundamentos da legislação específica de prevenção	com severas restrições
II.4.5.4	Legislação ambiental contempla pressões externas	em total desacordo
II.4.5.5	Legislação ambiental intermedia conflitos	em total desacordo
II.4.5.6	Legitimidade dos setores geográficos junto ao M.A	em total desacordo

II.4.5.7	Nível de avaliação da responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.8	Nível de responsabilidade civil	em total desacordo
II.4.5.9	Nível de responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.10	Nível de responsabilidade moral	com severas restrições
<b>II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>		em total desacordo
<b>II.5.1- Desenvolvimento Sustentável</b>		em total desacordo
II.5.1.1	A prioridade para a segurança do ecossistema	em total desacordo
II.5.1.2	Ações preventivas X Ações corretivas	em total desacordo
II.5.1.3	Compromisso com o desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.5.1.4	Deficiências e não conformidades referenciam a gestão	com severas restrições
II.5.1.5	Destaque para ações pró-desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.1.6	Identificação do desempenho ambiental à G.M.	em total desacordo
II.5.1.7	Integração de políticas e procedimentos de G.M.	com severas restrições
II.5.1.8	O perfil do munícipe e expectativa da gestão	em total desacordo
II.5.1.9	O saber científico para a G.M.	em total desacordo
II.5.1.10	Prioridade da Gestão para o bem estar coletivo	em total desacordo
<b>II.5.2- Ecoestratégias</b>		em total desacordo
II.5.2.1	Competência ambiental com causalidade	em total desacordo
II.5.2.2	Comprometimento ético com o meio ambiente	em total desacordo
II.5.2.3	Diferencial competitivo ambiental	em total desacordo
II.5.2.4	Exercício do benchmarking ambiental	em total desacordo
II.5.2.5	Identificação de barreiras ecológicas para o órgão	em total desacordo
II.5.2.6	Pressões externas à nível de planejamento estratégico	em total desacordo
II.5.2.7	Sensibilidade para pressões de órgãos financiadores	em total desacordo
II.5.2.8	SQA atuam em conjunto com os SGM	em total desacordo
II.5.2.9	Valorização para a evolução da consciência ambiental	com severas restrições
II.5.2.10	Vantagem competitiva à nível ambiental	com severas restrições
<b>II.5.3- Etapas de Implementação do SGM</b>		em total desacordo
II.5.3.1	Avaliação dos efeitos dos impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.2	Avaliação qualitativa do desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.3	Conformidade de máquinas e equipamentos	em total desacordo
II.5.3.4	Estratégias de cooperação com fornecedores e clientes	em total desacordo
II.5.3.5	Flexibilidade da estrutura organizacional	em total desacordo
II.5.3.6	Identificação de níveis de impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.7	Produtos/serviços e a gestão ambiental	em total desacordo
II.5.3.8	Programas de melhoria para o desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.9	SGM e os ciclos: projeto-processo-serviço-clientes	com severas restrições
II.5.3.10	SGM e programas de melhoria contínua	em total desacordo
<b>II.5.4- Gestão da Auditoria Interna</b>		em total desacordo
II.5.4.1	Auditoria das bases operacionais	com severas restrições
II.5.4.2	Auditoria de conformidades	com severas restrições
II.5.4.3	Auditoria dos planos estratégicos	com severas restrições
II.5.4.4	Auditoria e avaliação de impactos ambientais	com severas restrições
II.5.4.5	Compromisso da Auditoria interna com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.6	Compromisso de auditores com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.7	Destaques da auditoria para quest. ambientais	em total desacordo
II.5.4.8	Domínio dos preceitos do SGM pelo staff da auditoria	em total desacordo
II.5.4.9	Independência de auditores em questões ambientais	em total desacordo
II.5.4.10	Trabalhos específicos de auditoria para o M.A	em total desacordo
<b>II.5.5- Princípios Orientadores para o Meio Ambiente</b>		em total desacordo
II.5.5.1	Métodos para solução de problemas ambientais	em total desacordo
II.5.5.2	Nível de responsabilidade do órgão	em total desacordo
II.5.5.3	Notificação de emergências ambientais	em total desacordo



II.5.5.4	Padronização para a coordenação do M.A	em total desacordo
II.5.5.5	Parcerias para a conservação do meio ambiente	em total desacordo
II.5.5.6	Percepção da valoração dos seres humanos	com severas restrições
II.5.5.7	Prioridade ao princípio da precaução	com severas restrições
II.5.5.8	Proteção ambiental e processos de desenvolvimento	com severas restrições
II.5.5.9	Proteção e integridade do ecossistema	com severas restrições
II.5.5.10	Relação custos ambientais X investimentos	em total desacordo
<b>II.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.1- Estrutura da Função Ambiental</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.1.1	Abrangência das funções ambientais	com severas restrições
II.6.1.2	Autonomia dos responsáveis pelo meio ambiente	com severas restrições
II.6.1.3	Autonomia financeira do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.4	Composição de setor/departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.5	Comprometimento das funções com o meio ambiente	em total desacordo
II.6.1.6	Contatos das funções ambientais com a comunidade	com severas restrições
II.6.1.7	Definição das funções ambientais	em total desacordo
II.6.1.8	Divulgação dos propósitos do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.9	Independência do setor/departamento de M.A	com severas restrições
II.6.1.10	Poder de decisão dos responsáveis pelo M.A	em total desacordo
<b>II.6.2- Formação e Informação</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.2.1	Ação pedagógica voltada para o M.A	com severas restrições
II.6.2.2	Capacitação funcional para o ecossistema	em total desacordo
II.6.2.3	Divulgação de políticas ambientais em todos os níveis	em total desacordo
II.6.2.4	Divulgação de incidentes ambientais	em total desacordo
II.6.2.5	Formação de executivos para a Gestão Ambiental	em total desacordo
II.6.2.6	Incentivos ao treinamento voltado ao meio ambiente	em total desacordo
II.6.2.7	Organização e atuação de Círculos Ambientais	com restrições leves
II.6.2.8	Processo decisório enfatiza disciplina e competência	em total desacordo
II.6.2.9	Servidores são capacitados por técnicos em anti poluição	em total desacordo
II.6.2.10	Treinamento de servidores em ecologia e M.A	com severas restrições
<b>II.6.3- Organização do Trabalho</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.3.1	Avaliação de infrações coletivas contra o M.A	em total desacordo
II.6.3.2	Avaliação de Infrações individuais e isoladas	em total desacordo
II.6.3.3	Bonificações para posturas de conserv. ambiental	em total desacordo
II.6.3.4	Homem-máquina condiz à ergonomia-M.A	em total desacordo
II.6.3.5	Incentivos à projetos de melhoria ambiental	em total desacordo
II.6.3.6	Jornada de trabalho obedecem convenção em vigor	de acordo
II.6.3.7	Lay-out e os preceitos da gestão ambiental	em total desacordo
II.6.3.8	Prioridade aos princípios da ergonomia	em total desacordo
II.6.3.9	Proc. operacionais X pressupostos ecológicos	em total desacordo
II.6.3.10	Valoração do M.A como princípio básico	com severas restrições
<b>II.6.4- Qualidade de Vida</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.4.1	Consideração à aspectos pessoais e familiares	com severas restrições
II.6.4.2	Consideração aos aspectos sociais da vida profissional	com severas restrições
II.6.4.3	Desenvolvimento das capacidades humanas	com severas restrições
II.6.4.4	Envolvimento do servidor com as suas funções	com severas restrições
II.6.4.5	Nível de integração social na empresa	em total desacordo
II.6.4.6	Participação dos servidores em decisões das atividades	em total desacordo
II.6.4.7	Respeito à qualidade de vida de servidores e clientes	em total desacordo
II.6.4.8	Responsabilidade do órgão por todas as atividades	em total desacordo
II.6.4.9	Satisfação das condições de trabalho	em total desacordo
II.6.4.10	Treinamento sobre valoração da vida	em total desacordo
<b>II.6.5- Seleção e Avaliação</b>		<b>em total desacordo</b>

II.6.5.1	Abrangência do DRH a todos os níveis da empresa	em total desacordo
II.6.5.2	Abrangência dos conceitos de gestão ambiental	com severas restrições
II.6.5.3	Avaliação do setor ambiental	em total desacordo
II.6.5.4	Capacitação profissional com enfoque ecológico	em total desacordo
II.6.5.5	Competência anti-poluição	em total desacordo
II.6.5.6	Definição do cargo de responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.7	Exigência de conhecimentos em meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.8	Maturidade ecológica e a delegação de autoridade	em total desacordo
II.6.5.9	Referências institucional de lideranças	em total desacordo
II.6.5.10	Valoração e incentivos à criatividade ecológica	em total desacordo

ÁREA METROPOLITANA		
NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS		
<b>NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA (Grupos)</b>		<b><u>com restrições leves</u></b>
I.1-	Cadastro Técnico Multifinalitário	<u>com restrições leves</u>
I.2-	Educação Ambiental	<u>com severas restrições</u>
I.3-	Estilos de Gestão	<u>de acordo</u>
I.4-	Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	<u>com restrições leves</u>
I.5-	Percepção dos Pressupostos Ecológicos	<u>com severas restrições</u>
I.6-	Valoração dos Recursos Humanos	<u>com restrições leves</u>
<b>NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Grupos)</b>		<b><u>com severas restrições</u></b>
II.1-	Cadastro Técnico Multifinalitário	<u>com restrições leves</u>
II.2-	Educação Ambiental	<u>com severas restrições</u>
II.3-	Estilos de Gestão	<u>em total desacordo</u>
II.4-	Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	<u>em total desacordo</u>
II.5-	Percepção dos Pressupostos Ecológicos	<u>em total desacordo</u>
II.6-	Valoração dos Recursos Humanos	<u>em total desacordo</u>
<b>NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Subgrupos)</b>		<b><u>com severas restrições</u></b>
II.1-	Cadastro Técnico Multifinalitário	<u>com restrições leves</u>
II.1.1-	Abordagem Multifinalitária	<u>com restrições leves</u>
II.1.2-	Abordagem Normativa	<u>de acordo</u>
II.1.3-	Compreensão espacial da infra-estrutura	<u>com restrições leves</u>
II.1.4-	Concepção Ambiental	<u>de acordo</u>
II.1.5-	Espaço Territorial	<u>de acordo</u>
II.2-	Educação Ambiental	<u>com severas restrições</u>
II.2.1	Atividades de pesquisa e Meio Ambiente	<u>com restrições leves</u>
II.2.2-	Atuações de lideranças estratégicas	<u>com severas restrições</u>
II.2.3-	Pesquisa e desenvolvimento	<u>com severas restrições</u>
II.2.4-	Relação do RH com o desenvolvimento	<u>em total desacordo</u>
II.2.5-	Responsabilidade da Pesquisa com o M.A	<u>em total desacordo</u>
II.3-	Estilos de Gestão	<u>em total desacordo</u>
II.3.1-	Abordagens de Aspectos Sociais	<u>com severas restrições</u>
II.3.2-	Desenvolvimento Sustentável	<u>em total desacordo</u>
II.3.3-	Planejamento	<u>com severas restrições</u>
II.3.4-	Processo Decisório	<u>em total desacordo</u>
II.3.5-	Sistemas de Informações Gerenciais	<u>em total desacordo</u>
II.4-	Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	<u>em total desacordo</u>
II.4.1-	Controle da gestão	<u>em total desacordo</u>
II.4.2-	Dispositivos de prevenção (anti-poluição)	<u>em total desacordo</u>
II.4.3-	Dispositivos jurídicos	<u>com severas restrições</u>
II.4.4-	Regulamentação	<u>em total desacordo</u>

<b>II.4.5- Responsabilidade legal</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5- Percepção dos pressupostos ecológicos</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.1- Desenvolvimento sustentável</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.2- Ecoestratégias</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.3- Etapas de implantação do SGM</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.4- Gestão da Auditoria Interna</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.5- Princípios orientadores para o M.A</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.1- Estrutura da função ambiental</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.2- Formação e a informação</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>II.6.3- Organização do trabalho</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.4- Qualidade de vida</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.5- Seleção e avaliação</b>	<b>em total desacordo</b>

## NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS - VARIÁVEIS

### NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA (Variáveis)

**com restrições leves**

<b>I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>com restrições leves</b>
I.1.1 Características técnicas multifinalitárias	<b>com restrições leves</b>
I.1.2 Formação de banco de dados multifinalitários	<b>de acordo</b>
I.1.3 Geoprocessamento das informações gráficas	<b>com restrições leves</b>
I.1.4 Geração de subsídios p/ expansão autosustentável	<b>com severas restrições</b>
I.1.5 Geração de estratégias sócio-econômicas institucional	<b>com restrições leves</b>
I.1.6 Geração de estratégias físico territorial e ambiental	<b>com restrições leves</b>
I.1.7 Geração de geo informações espaciais e numéricas	<b>de acordo</b>
I.1.8 Interação entre as concessionárias públicas	<b>com severas restrições</b>
I.1.9 Sustentação ao sistema de arrecadação tributária	<b>com severas restrições</b>
I.1.10 Sustentação ao zoneamento ecológico	<b>de acordo</b>
<b>I.2- Educação Ambiental</b>	<b>com severas restrições</b>
I.2.1 Capacitação institucional em questões ambientais	<b>com restrições leves</b>
I.2.2 Integração do meio ambiente ao desenvolv.interdisciplinar	<b>com restrições leves</b>
I.2.3 Necessidades de aprendizagem da comunidade	<b>de acordo</b>
I.2.4 Parcerias em prol ao desenvolvimento sustentável	<b>com restrições leves</b>
I.2.5 Parcerias entre a gestão e instituições de ensino	<b>com severas restrições</b>
I.2.6 Percepção e entendimento da biodiversidade	<b>de acordo</b>
I.2.7 Programas de turismo ecológico	<b>com restrições leves</b>
I.2.8 Programas para a consciência crítica ambiental	<b>com restrições leves</b>
I.2.9 Readaptação da cultura para o M.A	<b>com severas restrições</b>
I.2.10 Treinamentos vocacionados para percepção ecológica	<b>com severas restrições</b>
<b>I.3 – Estilos de Gestão</b>	<b>de acordo</b>
I.3.1 Ação dos níveis hierárquicos no processo decisório	<b>de acordo</b>
I.3.2 Ação participativa do desenvolvimento sustentável	<b>de acordo</b>
I.3.3 Ações autosustentadas de desenvolvimento humano	<b>de acordo</b>
I.3.4 Estratégias atuais de planejamento municipal	<b>em pleno acordo</b>
I.3.5 Metas para o desenvolvimento sustentável	<b>de acordo</b>
I.3.6 Procedimentos internos referentes ao M.A	<b>com severas restrições</b>
I.3.7 Relação causal entre sociedade e meio ambiente	<b>de acordo</b>
I.3.8 Relação custo-benefício do processo decisório	<b>de acordo</b>
I.3.9 Relação meio ambiente e atividades produtivas	<b>de acordo</b>
I.3.10 Sinergia entre atores sociais e seleção de prioridades	<b>em pleno acordo</b>
<b>I.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>	<b>com restrições leves</b>
I.4.1 Distinção entre contabilidade e auditoria interna	<b>com restrições leves</b>
I.4.2 Gerenciamento e objetivos ecológicos	<b>com restrições leves</b>
I.4.3 Norma ISO 14000 e o processo decisório	<b>com severas restrições</b>

1.4.4	Objetivos ecológicos em termos financeiros	de acordo
1.4.5	Orçamentos para perícias jurídicas regulares	de acordo
1.4.6	Os planos ecológicos de médio e longo prazos	com restrições leves
1.4.7	Os sistemas de auditoria jurídica	com severas restrições
1.4.8	Relatórios anuais específicos ao meio ambiente	com restrições leves
1.4.9	Responsabilidade jurídica para com o meio ambiente	de acordo
1.4.10	Responsabilidades civil, penal e administrativa	de acordo
<b>1.5-</b>	<b>Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>	<b>com severas restrições</b>
1.5.1	Conotação histórica da Pesquisa e Desenvolvimento	de acordo
1.5.2	Conotação política da comunicação ecológica externa	com restrições leves
1.5.3	Conotação política da comunicação ecológica interna	com severas restrições
1.5.4	Consciência das responsabilidades ecológicas externas	com restrições leves
1.5.5	Consciência das responsabilidades ecológicas internas	com restrições leves
1.5.6	Estruturação do esforço ecológico	com severas restrições
1.5.7	Formação ecológica dos colaboradores	em total desacordo
1.5.8	Investimentos ecológicos em meios de produção	com severas restrições
1.5.9	Nível de orçamento ecológico	em total desacordo
1.5.10	Nível hierárquico de responsabilidade	de acordo
<b>1.6-</b>	<b>Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>com restrições leves</b>
1.6.1	Estrutura hierárquica e o meio ambiente	com restrições leves
1.6.2	Cargos e funções e a melhoria ecológica	com restrições leves
1.6.3	Fator ambiental e a escolha de funcionários	com restrições leves
1.6.4	Ideologia de funcionários sobre meio ambiente	de acordo
1.6.5	Meio ambiente e a política de recursos humanos	de acordo
1.6.6	Planos de emergência para acidentes não técnicos	de acordo
1.6.7	Planos de emergência para acidentes técnicos	de acordo
1.6.8	Relação de trabalho com o meio ambiente	com severas restrições
1.6.9	Responsabilidade por riscos ambientais	de acordo
1.6.10	Treinamento de pessoal para questões ecológicas	com restrições leves
<b>NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Variáveis)</b>		
<b>II.1-</b>	<b>Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>com restrições leves</b>
<b>II.1.1-</b>	<b>Abordagem Multifinalitária</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.1.1	Acesso aos diversos níveis de usuários	com restrições leves
II.1.1.2	Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais	de acordo
II.1.1.3	Apoio ao planejamento municipal	de acordo
II.1.1.4	Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria	de acordo
II.1.1.5	Auxílio na elaboração de programas de gestão	de acordo
II.1.1.6	Integração entre zoneamento econômico e ecológico	de acordo
II.1.1.7	Integração técnica entre cadastro e usuários	de acordo
II.1.1.8	Sistemas de informações atuais	de acordo
II.1.1.9	Sistemas de informações plurais	com restrições leves
II.1.1.10	Sustentação aos indicadores ambientais	de acordo
<b>II.1.2-</b>	<b>Abordagem Normativa</b>	<b>de acordo</b>
II.1.2.1	Delimitação de zonas em função da utilidade da área	de acordo
II.1.2.2	Diretrizes para coleta e tratamento de resíduos	de acordo
II.1.2.3	Fiscalização de obras, atividades e processos	de acordo
II.1.2.4	Inf. para gestão e finanças à nível municipal	em pleno acordo
II.1.2.5	Normas para controle da tributação	em pleno acordo
II.1.2.6	Normas para credenciamento de técnicos em cadastro	em pleno acordo
II.1.2.7	Normas para execução e manuseio do cadastro	em pleno acordo
II.1.2.8	Normas para a exploração e utilização do solo	em pleno acordo
II.1.2.9	Normas para licenciamento de funcionamento	em pleno acordo
II.1.2.10	Políticas de inventário urbano	de acordo

<b>II.1.3- Compreensão Espacial da Infra-estrutura</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.3.1 Contemplação da saúde pública ao saneamento básico	de acordo
II.1.3.2 Esgoto sanitário relativo à qualidade ambiental	de acordo
II.1.3.3 Informações para projetos de infra-estrutura ambiental	de acordo
II.1.3.4 Planejamento integrado de infra-estrutura ambiental	com restrições leves
II.1.3.5 Programas de coleta seletiva de lixo	em total desacordo
II.1.3.6 Programas de obras verdes	de acordo
II.1.3.7 Saneamento básico em relação à qualidade de vida	de acordo
II.1.3.8 Saneamento básico em relação ao ecossistema	de acordo
II.1.3.9 Tratamento específico para resíduos sólidos	com restrições leves
II.1.3.10 Utilização de zoneamento para sistemas de transportes	com restrições leves
<b>II.1.4- Concepção Ambiental</b>	<b>de acordo</b>
II.1.4.1 Acesso a informações sobre causas de poluição/degradação	de acordo
II.1.4.2 Critérios e padrões de qualidade ambiental	de acordo
II.1.4.3 Percepção da necessidade de políticas ambientais	de acordo
II.1.4.4 Programas de controle e proteção ambiental	com restrições leves
II.1.4.5 Sensibilidade à qualidade de vida e ambiental	de acordo
II.1.4.6 Utilização de recursos naturais em bases sustentáveis	com restrições leves
II.1.4.7 Valoração de apelos ecológicos da comunidade	em pleno acordo
II.1.4.8 Valoração de estudos e pesquisas em M.A	em pleno acordo
II.1.4.9 Valoração de insumos recicláveis/reciclados	de acordo
II.1.4.10 Valoração de zonas e áreas de proteção ecológica	em pleno acordo
<b>II.1.5- Espaço Territorial</b>	<b>de acordo</b>
II.1.5.1 Cadastros de sítios urbanos históricos	de acordo
II.1.5.2 Facilidade do manejo urbano	de acordo
II.1.5.3 Identificação dos fluxos imigratórios	de acordo
II.1.5.4 Microclimas e a organização do espaço	de acordo
II.1.5.5 Organização dos espaços do território municipal	em pleno acordo
II.1.5.6 Otimização dos espaços urbanos	em pleno acordo
II.1.5.7 Planejamento do potencial construtivo	de acordo
II.1.5.8 Políticas habitacionais x desenvolvimento sustentável	com restrições leves
II.1.5.9 Preservação de bens históricos, artísticos e culturais	com restrições leves
II.1.5.10 Qualidade ambiental e a organização dos espaços	de acordo
<b>II.2- Educação Ambiental</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>II.2.1- Atividades de Pesquisa e o Meio Ambiente</b>	<b>com restrições leves</b>
II.2.1.1 Benefícios aos ecossistema	com restrições leves
II.2.1.2 Controles ambientais específicos	de acordo
II.2.1.3 Ecossistema compõe o macro ambiente	de acordo
II.2.1.4 Ecossistema se postula dependente	com restrições leves
II.2.1.5 Ecossistema se relaciona aos objetivos gerais	de acordo
II.2.1.6 Equilíbrio do ecossistema como resultado	de acordo
II.2.1.7 Fundamentos para o equilíbrio ecológico	com restrições leves
II.2.1.8 Geração de histórico responsável dos produtos	de acordo
II.2.1.9 Prioridade à questões ambientais	de acordo
II.2.1.10 Regulamentação específica	com restrições leves
<b>II.2.2- Atuação de Lideranças Estratégicas</b>	<b>com severas restrições</b>
II.2.2.1 Comportamento humano nos planos estratégicos	com severas restrições
II.2.2.2 Definição dos estilos de liderança	com restrições leves
II.2.2.3 Desempenho ambiental nos planos estratégicos	com restrições leves
II.2.2.4 Inovações tecnológicas protegem o meio ambiente	de acordo
II.2.2.5 Inserção da proteção ambientais nos planos estratégicos	de acordo
II.2.2.6 Liderança formal avalia o desempenho ambiental	com restrições leves
II.2.2.7 Reconhecimento da força das lideranças formais	com severas restrições

II.2.2.8	Relevância das relações interpessoais	com severas restrições
II.2.2.9	Sensibilidade das lideranças formais sobre o M.A	com restrições leves
II.2.2.10	Sensibilidade das lideranças informais sobre o M.A	com restrições leves
<b>II.2.3- Pesquisa e Desenvolvimento</b>		<b>com severas restrições</b>
II.2.3.1	Destaque aos fatores de produção	com severas restrições
II.2.3.2	Equilíbrio do ecossistema	com restrições leves
II.2.3.3	Exercício de controles sobre o ecossistema	com restrições leves
II.2.3.4	Níveis de impactos sobre o ecossistema	com restrições leves
II.2.3.5	Objetivos empresariais contemplam o ecossistema	com restrições leves
II.2.3.6	Reforço aos contextos jurídico e gerencial	com severas restrições
II.2.3.7	Reprodução de escolhas ideológicas	com restrições leves
II.2.3.8	Reprodução de serviços ecológicos	com restrições leves
II.2.3.9	Tecnologias consideram os níveis de RH	com severas restrições
II.2.3.10	Visão prospectiva é característica da gestão	com severas restrições
<b>II.2.4- Relação do RH com o Desenvolvimento</b>		<b>em total desacordo</b>
II.2.4.1	Clareza dos níveis de competência ambiental	com severas restrições
II.2.4.2	Competência da avaliação de impactos de P&D	com restrições leves
II.2.4.3	Consciência sobre os impactos das pesquisas	com restrições leves
II.2.4.4	Consciência da responsabilidade ambiental	com severas restrições
II.2.4.5	Criatividade e motivação como critérios ecológicos	em total desacordo
II.2.4.6	Interação ambiental reforça avaliação de desempenho	em total desacordo
II.2.4.7	Interferência da produtividade nos impactos ambientais	em total desacordo
II.2.4.8	Relevância da integração do RH no ecossistema	em total desacordo
II.2.4.9	Respeito à qualidade de vida fundamenta a liderança	com severas restrições
II.2.4.10	Sensibilidade ambiental fundamenta as atividades	em total desacordo
<b>II.2.5- Responsabilidade da Pesquisa com o M.A .</b>		<b>em total desacordo</b>
II.2.5.1	Abrangência da pesquisa se faz no contexto geral	em total desacordo
II.2.5.2	Elaboração de referenciais para a preservação	em total desacordo
II.2.5.3	Estratégias ecológicas para o desenvolvimento	em total desacordo
II.2.5.4	Ideologia de conservação	de acordo
II.2.5.5	Indicação de nível de utilidade do produto	em total desacordo
II.2.5.6	Orientação para as modalidades de descarte	em total desacordo
II.2.5.7	Relevância do meio ambiente	de acordo
II.2.5.8	Responsabilidade com o meio ambiente	com severas restrições
II.2.5.9	Responsabilidade da gestão pelos impactos das pesquisas	em total desacordo
II.2.5.10	Restrições ao uso dos produtos	com restrições leves
<b>II.3- Estilos de Gestão</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais</b>		<b>com severas restrições</b>
II.3.1.1	Aceitação da comunidade à atividades e processos	com restrições leves
II.3.1.2	As publicações regulares sobre resultados	com severas restrições
II.3.1.3	As publicações regulares sobre riscos potenciais	com severas restrições
II.3.1.4	Consciência da comunidade sobre fluxos de resíduos	com severas restrições
II.3.1.5	Crédito atribuído às informações geradas	com restrições leves
II.3.1.6	Importância dos jovens nas campanhas pró-ecologia	com severas restrições
II.3.1.7	Informações precisas sobre o potencial de riscos	com restrições leves
II.3.1.8	Objetivos voltados para melhoria de resultados	com restrições leves
II.3.1.9	Participação de servidores nos objetivos ecológicos	com restrições leves
II.3.1.10	Ratificação e referência a fatos ecológicos históricos	em total desacordo
<b>II.3.2- Desenvolvimento Sustentável</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.2.1	Atuação esclarecedora pelo setor de relações públicas	com severas restrições
II.3.2.2	Confiança da mídia sobre os objetivos ecológicos	com restrições leves
II.3.2.3	Conscientização política da comunidade em M.A	com severas restrições
II.3.2.4	Entendimento entre o órgão e grupos ecológicos	com severas restrições

II.3.3.5	Geração de informações sobre setores mais sensíveis	em total desacordo
II.3.2.6	Incentivos à obtenção da autosustentabilidade.	com severas restrições
II.3.2.7	Programas de vigilância sanitária e ambiental	com severas restrições
II.3.2.8	Responsabilidade sobre o equilíbrio ecológico	em total desacordo
II.3.2.9	Responsabilidades políticas e sociais assumidas	com severas restrições
II.3.2.10	Transparência da política ecológica	com severas restrições
<b>II.3.3- Planejamento</b>		<b>com severas restrições</b>
II.3.3.1	Atenção especial à micro e pequenas empresas	com restrições leves
II.3.3.2	Conservacionismo como meta	com restrições leves
II.3.3.3	Estratégias de ação contemplam o desenvolvimento	com restrições leves
II.3.3.4	Identificação da comunidade como parceiro ecológico	com restrições leves
II.3.3.5	Múltiplas metas de ação comunitária	em total desacordo
II.3.3.6	Participação da comunidade no planejamento ambiental	em total desacordo
II.3.3.7	Plano de ação voltado ao desenvolvimento social	em total desacordo
II.3.3.8	Transparência dos insumos segue normas de segurança	em total desacordo
II.3.3.9	Tratamento ecológico dos resíduos	com severas restrições
II.3.3.10	Valoração dos potenciais turísticos pela conurbação	com severas restrições
<b>II.3.4- Processo Decisório</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.4.1	Características e potencialidades do município	de acordo
II.3.4.2	Divulg. de estudos sobre periculosidade e impactos	em total desacordo
II.3.4.3	Estratégias de comunicação compõem o mix gerencial	em total desacordo
II.3.4.4	Feedback da falha humana gera base de informações	em total desacordo
II.3.4.5	Fomento à industrialização de produtos regionais	em total desacordo
II.3.4.6	Investimentos em estruturas de comunicação	em total desacordo
II.3.4.7	Planos de sustentabilidade a longo prazo	em total desacordo
II.3.4.8	Potencialidades e habilidades tecnológicas e gerenciais	com restrições leves
II.3.4.9	Profissionais qualificados desenvolvem as atividades	com restrições leves
II.3.4.10	Valoração da cultura aos insumos regionais	em total desacordo
<b>II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.5.1	Acesso de informação sobre gestão, ao público	de acordo
II.3.5.2	Comunicação dos efeitos das mudanças tecnológicas	em total desacordo
II.3.5.3	Estratégia ecológica visa a alternância de tecnologia	em total desacordo
II.3.5.4	Fluxos contínuos para a melhoria de políticas	com severas restrições
II.3.5.5	Inf. do desemprego gerado pela tecnologia	em total desacordo
II.3.5.6	Mecanismos de controle ambiental	em total desacordo
II.3.5.7	Políticas internas garantem perspectiva ambiental	em total desacordo
II.3.5.8	Procedimentos analíticos das relações causais	em total desacordo
II.3.5.9	Reprodução da consciência de responsabilidade	com restrições leves
II.3.5.10	Sensibilidade para lidar com questões ambíguas	com severas restrições
<b>II.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.1- Controle da Gestão</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.1.1	Autonomia da avaliação ecológica	com restrições leves
II.4.1.2	Determinação da relação custos/perdas	com severas restrições
II.4.1.3	Determinação da relação despesas/receitas	em total desacordo
II.4.1.4	Documentos gerenciais reportam-se ao meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.5	Elaboração periódica de relatórios ecológicos	em total desacordo
II.4.1.6	Incrementos de custos fixos alocados em prevenção	em total desacordo
II.4.1.7	Mecanismos. de controles dos gastos com o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.8	Orçamento provisional anual para o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.9	Relação benefícios ambientais X custos incorridos	com restrições leves
II.4.1.10	Satisfação em função da relação custo-benefício	com restrições leves
<b>II.4.2- Dispositivos de Prevenção (anti-poliuição)</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.2.1	Avaliação do desempenho das atividades	em total desacordo

II.4.2.2	Avaliação periódica das atividades desenvolvidas	em total desacordo
II.4.2.3	Estabelecimento de medidas corretivas	em total desacordo
II.4.2.4	Estudos sobre medida/control/prevenção	em total desacordo
II.4.2.5	Gestores acompanham o potencial de risco	com restrições leves
II.4.2.6	Participação dos gestores nos núcleos de prevenção	com severas restrições
II.4.2.7	Planos de emergência para conflitos externos	em total desacordo
II.4.2.8	Planos de urgência para crises de poluição	em total desacordo
II.4.2.9	Poder dos gestores de medida/control/prevenção	em total desacordo
II.4.2.10	Potencial de risco se faz no planejamento de metas	em total desacordo
<b>II.4.3- Dispositivos Jurídicos</b>		<b>com severas restrições</b>
II.4.3.1	Normas para credenciamento de agentes fiscais	com restrições leves
II.4.3.2	Normas para controle da poluição ambiental	com restrições leves
II.4.3.3	Normas para execução de atividades insalubres	com severas restrições
II.4.3.4	Normas sobre a destinação de resíduos	em total desacordo
II.4.3.5	Normatização de atividades operacionais	de acordo
II.4.3.6	Normatização explícita para o funcionamento do órgão	com severas restrições
II.4.3.7	Observações às restrições operacionais	em total desacordo
II.4.3.8	Orientações técnicas para utilização de recursos	com restrições leves
II.4.3.9	Otimização do recolhimento de impostos	de acordo
II.4.3.10	Políticas de incentivos fiscais	em total desacordo
<b>II.4.4- Regulamentação</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.4.1	Determinação da responsabilidade do degradador	em total desacordo
II.4.4.2	Disposições sobre tratamento de lixo e detritos	com severas restrições
II.4.4.3	Independência da auditoria interna	em total desacordo
II.4.4.4	Investimentos para regulamentação e normas	com restrições leves
II.4.4.5	Nível da responsabilidade solidária	em total desacordo
II.4.4.6	Normas para o gestor ambiental	em total desacordo
II.4.4.7	Planejamento orçamentário e financeiro	em total desacordo
II.4.4.8	Qualidade ambiental em relação à custos e preços	com severas restrições
II.4.4.9	Responsabilidade pelos equívocos ambientais	em total desacordo
II.4.4.10	Sanções econômicas para disfunção ambiental	em total desacordo
<b>II.4.5- Responsabilidade Legal</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.5.1	Amparo legal às políticas ambientais	em total desacordo
II.4.5.2	Atividades respondem pelos impactos ambientais	com severas restrições
II.4.5.3	Fundamentos da legislação específica de prevenção	com severas restrições
II.4.5.4	Legislação ambiental contempla pressões externas	em total desacordo
II.4.5.5	Legislação ambiental intermedia conflitos	em total desacordo
II.4.5.6	Legitimidade dos setores geográficos junto ao M.A	em total desacordo
II.4.5.7	Nível de avaliação da responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.8	Nível de responsabilidade civil	em total desacordo
II.4.5.9	Nível de responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.10	Nível de responsabilidade moral	com severas restrições
<b>II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.1- Desenvolvimento Sustentável</b>		<b>em total desacordo</b>
II.5.1.1	A prioridade para a segurança do ecossistema	em total desacordo
II.5.1.2	Ações preventivas X Ações corretivas	com severas restrições
II.5.1.3	Compromisso com o desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.5.1.4	Deficiências e não conformidades referenciam a gestão	em total desacordo
II.5.1.5	Destaque para ações pró-desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.1.6	Identificação do desempenho ambiental à G.M.	com severas restrições
II.5.1.7	Integração de políticas e procedimentos de G.M.	com restrições leves
II.5.1.8	O perfil do munícipe e expectativa da gestão	em total desacordo
II.5.1.9	O saber científico para a G.M.	com severas restrições



II.5.1.10	Prioridade da Gestão para o bem estar coletivo	com severas restrições
<b>II.5.2-</b>	<b>Ecoestratégias</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.2.1	Competência ambiental com causalidade	em total desacordo
II.5.2.2	Comprometimento ético com o meio ambiente	em total desacordo
II.5.2.3	Diferencial competitivo ambiental	em total desacordo
II.5.2.4	Exercício do benchmarking ambiental	em total desacordo
II.5.2.5	Identificação de barreiras ecológicas para o órgão	em total desacordo
II.5.2.6	Pressões externas à nível de planejamento estratégico	em total desacordo
II.5.2.7	Sensibilidade para pressões de órgãos financiadores	em total desacordo
II.5.2.8	SQA atuam em conjunto com os SGM	com severas restrições
II.5.2.9	Valorização para a evolução da consciência ambiental	com restrições leves
II.5.2.10	Vantagem competitiva à nível ambiental	com restrições leves
<b>II.5.3-</b>	<b>Etapas de Implementação do SGM</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.3.1	Avaliação dos efeitos dos impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.2	Avaliação qualitativa do desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.3	Conformidade de máquinas e equipamentos	com severas restrições
II.5.3.4	Estratégias de cooperação com fornecedores e clientes	em total desacordo
II.5.3.5	Flexibilidade da estrutura organizacional	com severas restrições
II.5.3.6	Identificação de níveis de impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.7	Produtos/serviços e a gestão ambiental	com severas restrições
II.5.3.8	Programas de melhoria para o desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.9	SGM e os ciclos: projeto-processo-serviço-clientes	com restrições leves
II.5.3.10	SGM e programas de melhoria contínua	em total desacordo
<b>II.5.4-</b>	<b>Gestão da Auditoria Interna</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.4.1	Auditoria das bases operacionais	com severas restrições
II.5.4.2	Auditoria de conformidades	com severas restrições
II.5.4.3	Auditoria dos planos estratégicos	com severas restrições
II.5.4.4	Auditoria e avaliação de impactos ambientais	com severas restrições
II.5.4.5	Compromisso da Auditoria interna com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.6	Compromisso de auditores com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.7	Destaques da auditoria para quest. ambientais	em total desacordo
II.5.4.8	Domínio dos preceitos do SGM pelo staff da auditoria	em total desacordo
II.5.4.9	Independência de auditores em questões ambientais	em total desacordo
II.5.4.10	Trabalhos específicos de auditoria para o M.A	em total desacordo
<b>II.5.5-</b>	<b>Princípios Orientadores para o Meio Ambiente</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.5.1	Métodos para solução de problemas ambientais	em total desacordo
II.5.5.2	Nível de responsabilidade do órgão	em total desacordo
II.5.5.3	Notificação de emergências ambientais	em total desacordo
II.5.5.4	Padronização para a coordenação do M.A	em total desacordo
II.5.5.5	Parcerias para a conservação do meio ambiente	em total desacordo
II.5.5.6	Percepção da valoração dos seres humanos	de acordo
II.5.5.7	Prioridade ao princípio da precaução	com restrições leves
II.5.5.8	Proteção ambiental e processos de desenvolvimento	com restrições leves
II.5.5.9	Proteção e integridade do ecossistema	com severas restrições
II.5.5.10	Relação custos ambientais X investimentos	em total desacordo
<b>II.6-</b>	<b>Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.1-</b>	<b>Estrutura da Função Ambiental</b>	<b>em total desacordo</b>
II.6.1.1	Abrangência das funções ambientais	com restrições leves
II.6.1.2	Autonomia dos responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.1.3	Autonomia financeira do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.4	Composição de setor/departamento de M.A	com severas restrições
II.6.1.5	Comprometimento das funções com o meio ambiente	com severas restrições
II.6.1.6	Contatos das funções ambientais com a comunidade	com restrições leves



II.6.1.7	Definição das funções ambientais	em total desacordo
II.6.1.8	Divulgação dos propósitos do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.9	Independência do setor/departamento de M.A	com severas restrições
II.6.1.10	Poder de decisão dos responsáveis pelo M.A	com severas restrições
<b>II.6.2- Formação e Informação</b>		<b>com severas restrições</b>
II.6.2.1	Ação pedagógica voltada para o M.A	com restrições leves
II.6.2.2	Capacitação funcional para o ecossistema	com severas restrições
II.6.2.3	Divulgação de políticas ambientais em todos os níveis	em total desacordo
II.6.2.4	Divulgação de incidentes ambientais	com severas restrições
II.6.2.5	Formação de executivos para a Gestão Ambiental	em total desacordo
II.6.2.6	Incentivos ao treinamento voltado ao meio ambiente	com severas restrições
II.6.2.7	Organização e atuação de Círculos Ambientais	com restrições leves
II.6.2.8	Processo decisório enfatiza disciplina e competência	com restrições leves
II.6.2.9	Servidores são capacitados por técnicos em anti poluição	em total desacordo
II.6.2.10	Treinamento de servidores em ecologia e M.A	com severas restrições
<b>II.6.3- Organização do Trabalho</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.3.1	Avaliação de infrações coletivas contra o M.A	em total desacordo
II.6.3.2	Avaliação de Infrações individuais e isoladas	em total desacordo
II.6.3.3	Bonificações para posturas de conserv. ambiental	em total desacordo
II.6.3.4	Homem-máquina condiz à ergonomia-M.A	em total desacordo
II.6.3.5	Incentivos à projetos de melhoria ambiental	em total desacordo
II.6.3.6	Jornada de trabalho obedecem convenção em vigor	de acordo
II.6.3.7	Lay-out e os preceitos da gestão ambiental	em total desacordo
II.6.3.8	Prioridade aos princípios da ergonomia	em total desacordo
II.6.3.9	Proc. operacionais X pressupostos ecológicos	em total desacordo
II.6.3.10	Valoração do M.A como princípio básico	com restrições leves
<b>II.6.4- Qualidade de Vida</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.4.1	Consideração à aspectos pessoais e familiares	com severas restrições
II.6.4.2	Consideração aos aspectos sociais da vida profissional	com severas restrições
II.6.4.3	Desenvolvimento das capacidades humanas	com restrições leves
II.6.4.4	Envolvimento do servidor com as suas funções	com restrições leves
II.6.4.5	Nível de integração social na empresa	em total desacordo
II.6.4.6	Participação dos servidores em decisões das atividades	em total desacordo
II.6.4.7	Respeito à qualidade de vida de servidores e clientes	em total desacordo
II.6.4.8	Responsabilidade do órgão por todas as atividades	em total desacordo
II.6.4.9	Satisfação das condições de trabalho	em total desacordo
II.6.4.10	Treinamento sobre valoração da vida	em total desacordo
<b>II.6.5- Seleção e Avaliação</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.5.1	Abrangência do DRH à todos os níveis da empresa	em total desacordo
II.6.5.2	Abrangência dos conceitos de gestão ambiental	com restrições leves
II.6.5.3	Avaliação do setor ambiental	em total desacordo
II.6.5.4	Capacitação profissional com enfoque ecológico	em total desacordo
II.6.5.5	Competência anti-poluição	em total desacordo
II.6.5.6	Definição do cargo de responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.7	Exigência de conhecimentos em meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.8	Maturidade ecológica e a delegação de autoridade	em total desacordo
II.6.5.9	Referências institucional de lideranças	em total desacordo
II.6.5.10	Valoração e incentivos à criatividade ecológica	em total desacordo

<b>ÁREAS VERDES</b>	
<b>NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS</b>	
<b>NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA (Grupos)</b>	<b>com restrições leves</b>
<b>I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>com severas restrições</b>

I.2- Educação Ambiental	<u>com restrições leves</u>
I.3- Estilos de Gestão	<u>de acordo</u>
I.4- Estratégias Regul. dos impactos ambientais	<u>com restrições leves</u>
I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos	<u>com restrições leves</u>
I.6- Valoração dos Recursos Humanos	<u>com restrições leves</u>
<b>NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Grupos)</b>	<b><u>com severas restrições</u></b>
II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	<u>com restrições leves</u>
II.2- Educação Ambiental	<u>com severas restrições</u>
II.3- Estilos de Gestão	<u>com severas restrições</u>
II.4- Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	<u>em total desacordo</u>
II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos	<u>com severas restrições</u>
II.6- Valoração dos Recursos Humanos	<u>em total desacordo</u>
<b>NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Subgrupos)</b>	<b><u>com severas restrições</u></b>
II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	<u>com restrições leves</u>
II.1.1- Abordagem Multifinalitária	<u>com restrições leves</u>
II.1.2- Abordagem Normativa	<u>com restrições leves</u>
II.1.3- Compreensão espacial da infra-estrutura	<u>com restrições leves</u>
II.1.4- Concepção Ambiental	<u>de acordo</u>
II.1.5- Espaço Territorial	<u>com restrições leves</u>
II.2- Educação Ambiental	<u>com severas restrições</u>
II.2.1 Atividades de pesquisa e Meio Ambiente	<u>com restrições leves</u>
II.2.2- Atuações de lideranças estratégicas	<u>de acordo</u>
II.2.3- Pesquisa e desenvolvimento	<u>com restrições leves</u>
II.2.4- Relação do RH com o desenvolvimento	<u>em total desacordo</u>
II.2.5- Responsabilidade da Pesquisa com o M.A	<u>com severas restrições</u>
II.3- Estilos de Gestão	<u>com severas restrições</u>
II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais	<u>com restrições leves</u>
II.3.2- Desenvolvimento Sustentável	<u>com severas restrições</u>
II.3.3- Planejamento	<u>com restrições leves</u>
II.3.4- Processo Decisório	<u>em total desacordo</u>
II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais	<u>com severas restrições</u>
II.4- Estratégias Regul. dos impactos ambientais	<u>em total desacordo</u>
II.4.1- Controle da gestão	<u>com severas restrições</u>
II.4.2- Dispositivos de prevenção (anti-poliuição)	<u>em total desacordo</u>
II.4.3- Dispositivos jurídicos	<u>com severas restrições</u>
II.4.4- Regulamentação	<u>em total desacordo</u>
II.4.5- Responsabilidade legal	<u>em total desacordo</u>
II.5- Percepção dos pressupostos ecológicos	<u>com severas restrições</u>
II.5.1- Desenvolvimento sustentável	<u>com severas restrições</u>
II.5.2- Ecoestratégias	<u>em total desacordo</u>
II.5.3- Etapas de implantação do SGM	<u>em total desacordo</u>
II.5.4- Gestão da Auditoria Interna	<u>em total desacordo</u>
II.5.5- Princípios orientadores para o M.A	<u>com severas restrições</u>
II.6- Valoração dos Recursos Humanos	<u>em total desacordo</u>
II.6.1- Estrutura da função ambiental	<u>com severas restrições</u>
II.6.2- Formação e a informação	<u>com severas restrições</u>
II.6.3- Organização do trabalho	<u>em total desacordo</u>
II.6.4- Qualidade de vida	<u>em total desacordo</u>
II.6.5- Seleção e avaliação	<u>em total desacordo</u>

NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS - VARIÁVEIS		
NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA		<u>com restrições leves</u>
<b>I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário</b>		
I.1.1 Características técnicas multifinalitárias		em total desacordo
I.1.2 Formação de banco de dados multifinalitários		com severas restrições
I.1.3 Geoprocessamento das informações gráficas		com severas restrições
I.1.4 Geração de subsídios p/ expansão autosustentável		com restrições leves
I.1.5 Geração de estratégias sócio-econômicas institucional		com restrições leves
I.1.6 Geração de estratégias físico territorial e ambiental		de acordo
I.1.7 Geração de geo informações espaciais e numéricas		com restrições leves
I.1.8 Interação entre as concessionárias públicas		de acordo
I.1.9 Sustentação ao sistema de arrecadação tributária		em total desacordo
I.1.10 Sustentação ao zoneamento ecológico		de acordo
<b>I.2- Educação Ambiental</b>		<b>com restrições leves</b>
I.2.1 Capacitação institucional em questões ambientais		de acordo
I.2.2 Integração do meio ambiente ao desenvolv.interdisciplinar		com restrições leves
I.2.3 Necessidades de aprendizagem da comunidade		com severas restrições
I.2.4 Parcerias em prol ao desenvolvimento sustentável		de acordo
I.2.5 Parcerias entre a gestão e instituições de ensino		com restrições leves
I.2.6 Percepção e entendimento da biodiversidade		de acordo
I.2.7 Programas de turismo ecológico		com restrições leves
I.2.8 Programas para a consciência crítica ambiental		com restrições leves
I.2.9 Readaptação da cultura para o M.A		de acordo
I.2.10 Treinamentos vocacionados para percepção ecológica		em pleno acordo
<b>I.3 – Estilos de Gestão</b>		<b>de acordo</b>
I.3.1 Ação dos níveis hierárquicos no processo decisório		em pleno acordo
I.3.2 Ação participativa do desenvolvimento sustentável		de acordo
I.3.3 Ações autosustentadas de desenvolvimento humano		de acordo
I.3.4 Estratégias atuais de planejamento municipal		com restrições leves
I.3.5 Metas para o desenvolvimento sustentável		em pleno acordo
I.3.6 Procedimentos internos referentes ao M.A		com restrições leves
I.3.7 Relação causal entre sociedade e meio ambiente		de acordo
I.3.8 Relação custo-benefício do processo decisório		em pleno acordo
I.3.9 Relação meio ambiente e atividades produtivas		de acordo
I.3.10 Sinergia entre atores sociais e seleção de prioridades		em pleno acordo
<b>I.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>		<b>com restrições leves</b>
I.4.1 Distinção entre contabilidade e auditoria interna		de acordo
I.4.2 Gerenciamento e objetivos ecológicos		de acordo
I.4.3 Norma ISO 14000 e o processo decisório		com severas restrições
I.4.4 Objetivos ecológicos em termos financeiros		de acordo
I.4.5 Orçamentos para perícias jurídicas regulares		de acordo
I.4.6 Os planos ecológicos de médio e longo prazos		de acordo
I.4.7 Os sistemas de auditoria jurídica		com restrições leves
I.4.8 Relatórios anuais específicos ao meio ambiente		com restrições leves
I.4.9 Responsabilidade jurídica para com o meio ambiente		de acordo
I.4.10 Responsabilidades civil, penal e administrativa		com restrições leves
<b>I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>		<b>com restrições leves</b>
I.5.1 Conotação histórica da Pesquisa e Desenvolvimento		de acordo
I.5.2 Conotação política da comunicação ecológica externa		com restrições leves
I.5.3 Conotação política da comunicação ecológica interna		de acordo
I.5.4 Consciência das responsabilidades ecológicas externas		em pleno acordo



I.5.5	Consciência das responsabilidades ecológicas internas	de acordo
I.5.6	Estruturação do esforço ecológico	com restrições leves
I.5.7	Formação ecológica dos colaboradores	de acordo
I.5.8	Investimentos ecológicos em meios de produção	de acordo
I.5.9	Nível de orçamento ecológico	com restrições leves
I.5.10	Nível hierárquico de responsabilidade	em pleno acordo
<b>I.6-</b>	<b>Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>com restrições leves</b>
I.6.1	Estrutura hierárquica e o meio ambiente	de acordo
I.6.2	Cargos e funções e a melhoria ecológica	de acordo
I.6.3	Fator ambiental e a escolha de funcionários	de acordo
I.6.4	Ideologia de funcionários sobre meio ambiente	com restrições leves
I.6.5	Meio ambiente e a política de recursos humanos	com restrições leves
I.6.6	Planos de emergência para acidentes não técnicos	de acordo
I.6.7	Planos de emergência para acidentes técnicos	com restrições leves
I.6.8	Relação de trabalho com o meio ambiente	de acordo
I.6.9	Responsabilidade por riscos ambientais	de acordo
I.6.10	Treinamento de pessoal para questões ecológicas	de acordo
<b>NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Variáveis)</b>		
<b>II.1-</b>	<b>Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>com restrições leves</b>
<b>II.1.1-</b>	<b>Abordagem Multifinalitária</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.1.1	Acesso aos diversos níveis de usuários	de acordo
II.1.1.2	Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais	de acordo
II.1.1.3	Apoio ao planejamento municipal	de acordo
II.1.1.4	Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria	com restrições leves
II.1.1.5	Auxílio na elaboração de programas de gestão	de acordo
II.1.1.6	Integração entre zoneamento econômico e ecológico	de acordo
II.1.1.7	Integração técnica entre cadastro e usuários	de acordo
II.1.1.8	Sistemas de informações atuais	de acordo
II.1.1.9	Sistemas de informações plurais	com restrições leves
II.1.1.10	Sustentação aos indicadores ambientais	de acordo
<b>II.1.2-</b>	<b>Abordagem Normativa</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.2.1	Delimitação de zonas em função da utilidade da área	em pleno acordo
II.1.2.2	Diretrizes para coleta e tratamento de resíduos	de acordo
II.1.2.3	Fiscalização de obras, atividades e processos	de acordo
II.1.2.4	Informações para gestão e finanças à nível municipal	de acordo
II.1.2.5	Normas para controle da tributação	de acordo
II.1.2.6	Normas para credenciamento de técnicos em cadastro	com restrições leves
II.1.2.7	Normas para execução e manuseio do cadastro	com restrições leves
II.1.2.8	Normas para a exploração e utilização do solo	com restrições leves
II.1.2.9	Normas para licenciamento de funcionamento	com severas restrições
II.1.2.10	Políticas de inventário urbano	de acordo
<b>II.1.3-</b>	<b>Compreensão Espacial da Infra-estrutura</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.3.1	Contemplanção da saúde pública ao saneamento básico	de acordo
II.1.3.2	Esgoto sanitário relativo à qualidade ambiental	de acordo
II.1.3.3	Inf. para projetos de infra-estrutura ambiental	de acordo
II.1.3.4	Planejamento integrado de infra-estrutura ambiental	de acordo
II.1.3.5	Programas de coleta seletiva de lixo	em total desacordo
II.1.3.6	Programas de obras verdes	de acordo
II.1.3.7	Saneamento básico em relação à qualidade de vida	de acordo
II.1.3.8	Saneamento básico em relação ao ecossistema	com restrições leves
II.1.3.9	Tratamento específico para resíduos sólidos	com severas restrições
II.1.3.10	Utilização de zoneamento para sistemas de transportes	com severas restrições
<b>II.1.4-</b>	<b>Concepção Ambiental</b>	<b>de acordo</b>

II.1.4.1	Acesso à informações sobre causas de poluição/degradação	de acordo
II.1.4.2	CrITÉrios e padrões de qualidade ambiental	de acordo
II.1.4.3	Percepção da necessidade de políticas ambientais	de acordo
II.1.4.4	Programas de controle e proteção ambiental	de acordo
II.1.4.5	Sensibilidade à qualidade de vida e ambiental	de acordo
II.1.4.6	Utilização de recursos naturais em bases sustentáveis	de acordo
II.1.4.7	Valoração de apelos ecológicos da comunidade	em pleno acordo
II.1.4.8	Valoração de estudos e pesquisas em M.A	em pleno acordo
II.1.4.9	Valoração de insumos recicláveis/reciclados	em pleno acordo
II.1.4.10	Valoração de zonas e áreas de proteção ecológica	em pleno acordo
<b>II.1.5- Espaço Territorial</b>		<b>com restrições leves</b>
II.1.5.1	CadastrOs de sítios urbanos históricos	<b>com severas restrições</b>
II.1.5.2	Facilidade do manejo urbano	<b>com restrições leves</b>
II.1.5.3	Identificação dos fluxos migratÓrios	<b>com restrições leves</b>
II.1.5.4	Microclimas e a organização do espaço	de acordo
II.1.5.5	Organização dos espaços do território municipal	de acordo
II.1.5.6	Otimização dos espaços urbanos	de acordo
II.1.5.7	Planejamento do potencial construtivo	<b>com severas restrições</b>
II.1.5.8	Políticas habitacionais x desenvolvimento sustentável	<b>com restrições leves</b>
II.1.5.9	Preservação de bens históricos, artísticos e culturais	<b>com severas restrições</b>
II.1.5.10	Qualidade ambiental e a organização dos espaços	<b>com restrições leves</b>
<b>II.2- Educação Ambiental</b>		<b>com severas restrições</b>
<b>II.2.1- Atividades de Pesquisa e o Meio Ambiente</b>		<b>com restrições leves</b>
II.2.1.1	Benefícios aos ecossistema	de acordo
II.2.1.2	Controles ambientais específicos	<b>com restrições leves</b>
II.2.1.3	Ecossistema compõe o macro ambiente	de acordo
II.2.1.4	Ecossistema se postula dependente	de acordo
II.2.1.5	Ecossistema se relaciona aos objetivos gerais	de acordo
II.2.1.6	Equilíbrio do ecossistema como resultado	<b>com severas restrições</b>
II.2.1.7	Fundamentos para o equilíbrio ecológico	<b>com severas restrições</b>
II.2.1.8	Geração de histórico responsável dos produtos	<b>com restrições leves</b>
II.2.1.9	Prioridade à questões ambientais	de acordo
II.2.1.10	Regulamentação específica	<b>com restrições leves</b>
<b>II.2.2- Atuação de Lideranças Estratégicas</b>		<b>de acordo</b>
II.2.2.1	Comportamento humano nos planos estratégicos	de acordo
II.2.2.2	Definição dos estilos de liderança	de acordo
II.2.2.3	Desempenho ambiental nos planos estratégicos	<b>com restrições leves</b>
II.2.2.4	Inovações tecnológicas protegem o meio ambiente	de acordo
II.2.2.5	Inserção da proteção ambientais nos planos estratégicos	de acordo
II.2.2.6	Liderança formal avalia o desempenho ambiental	de acordo
II.2.2.7	Reconhecimento da força das lideranças formais	de acordo
II.2.2.8	Relevância das relações interpessoais	de acordo
II.2.2.9	Sensibilidade das lideranças formais sobre o M.A	em pleno acordo
II.2.2.10	Sensibilidade das lideranças informais sobre o M.A	de acordo
<b>II.2.3- Pesquisa e Desenvolvimento</b>		<b>com restrições leves</b>
II.2.3.1	Destaque aos fatores de produção	<b>com severas restrições</b>
II.2.3.2	Equilíbrio do ecossistema	<b>com restrições leves</b>
II.2.3.3	Exercício de controles sobre o ecossistema	<b>com restrições leves</b>
II.2.3.4	Níveis de impactos sobre o ecossistema	<b>com severas restrições</b>
II.2.3.5	Objetivos empresariais contemplam o ecossistema	de acordo
II.2.3.6	Reforço aos contextos jurídico e gerencial	de acordo
II.2.3.7	Reprodução de escolhas ideológicas	de acordo
II.2.3.8	Reprodução de serviços ecológicos	de acordo

II.2.3.9	Tecnologias consideram os níveis de RH	com restrições leves
II.2.3.10	Visão prospectiva é característica da gestão	com restrições leves
<b>II.2.4-</b>	<b>Relação do RH com o Desenvolvimento</b>	<b>em total desacordo</b>
II.2.4.1	Clareza dos níveis de competência ambiental	com restrições leves
II.2.4.2	Competência da avaliação de impactos de P&D	em total desacordo
II.2.4.3	Consciência sobre os impactos das pesquisas	em total desacordo
II.2.4.4	Consciência da responsabilidade ambiental	com severas restrições
II.2.4.5	Criatividade e motivação como critérios ecológicos	com restrições leves
II.2.4.6	Interação ambiental reforça avaliação de desempenho	com restrições leves
II.2.4.7	Interferência da produtividade nos impactos ambientais	com severas restrições
II.2.4.8	Relevância da integração do RH no ecossistema	com severas restrições
II.2.4.9	Respeito à qualidade de vida fundamenta a liderança	em total desacordo
II.2.4.10	Sensibilidade ambiental fundamenta as atividades	em total desacordo
<b>II.2.5-</b>	<b>Responsabilidade da Pesquisa com o M.A .</b>	<b>com severas restrições</b>
II.2.5.1	Abrangência da pesquisa se faz no contexto geral	em total desacordo
II.2.5.2	Elaboração de referenciais para a preservação	em total desacordo
II.2.5.3	Estratégias ecológicas para o desenvolvimento	em total desacordo
II.2.5.4	Ideologia de conservação	com restrições leves
II.2.5.5	Indicação de nível de utilidade do produto	em total desacordo
II.2.5.6	Orientação para as modalidades de descarte	em total desacordo
II.2.5.7	Relevância do meio ambiente	de acordo
II.2.5.8	Responsabilidade com o meio ambiente	com restrições leves
II.2.5.9	Responsabilidade da gestão pelos impactos das pesquisas	com restrições leves
II.2.5.10	Restrições ao uso dos produtos	com restrições leves
<b>II.3-</b>	<b>Estilos de Gestão</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>II.3.1-</b>	<b>Abordagens de Aspectos Sociais</b>	<b>com restrições leves</b>
II.3.1.1	Aceitação da comunidade à atividades e processos	de acordo
II.3.1.2	As publicações regulares sobre resultados	com restrições leves
II.3.1.3	As publicações regulares sobre riscos potenciais	com restrições leves
II.3.1.4	Consciência da comunidade sobre fluxos de resíduos	com restrições leves
II.3.1.5	Crédito atribuído às informações geradas	de acordo
II.3.1.6	Importância dos jovens nas campanhas pró-ecologia	com restrições leves
II.3.1.7	Informações precisas sobre o potencial de riscos	com restrições leves
II.3.1.8	Objetivos voltados para melhoria de resultados	de acordo
II.3.1.9	Participação de servidores nos objetivos ecológicos	de acordo
II.3.1.10	Ratificação e ref. à fatos ecológicos históricos	com severas restrições
<b>II.3.2-</b>	<b>Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>com severas restrições</b>
II.3.2.1	Atuação esclarecedora pelo setor de relações públicas	com restrições leves
II.3.2.2	Confiança da mídia sobre os objetivos ecológicos	com restrições leves
II.3.2.3	Conscientização política da comunidade em M.A	com severas restrições
II.3.2.4	Entendimento entre o órgão e grupos ecológicos	com restrições leves
II.3.2.5	Geração de informações sobre setores mais sensíveis	em total desacordo
II.3.2.6	Incentivos à obtenção da autosustentabilidade.	de acordo
II.3.2.7	Programas de vigilância sanitária e ambiental	com severas restrições
II.3.2.8	Responsabilidade sobre o equilíbrio ecológico	com severas restrições
II.3.2.9	Responsabilidades políticas e sociais assumidas	com restrições leves
II.3.2.10	Transparência da política ecológica	com restrições leves
<b>II.3.3-</b>	<b>Planejamento</b>	<b>com restrições leves</b>
II.3.3.1	Atenção especial à micro e pequenas empresas	de acordo
II.3.3.2	Conservacionismo como meta	de acordo
II.3.3.3	Estratégias de ação contemplam o desenvolvimento	com restrições leves
II.3.3.4	Identificação da comunidade como parceiro ecológico	em pleno acordo
II.3.3.5	Múltiplas metas de ação comunitária	em pleno acordo

II.3.3.6	Participação da comunidade no planejamento ambiental	em total desacordo
II.3.3.7	Plano de ação voltado ao desenvolvimento social	de acordo
II.3.3.8	Transparência dos insumos segue normas de segurança	em total desacordo
II.3.3.9	Tratamento ecológico dos resíduos	de acordo
II.3.3.10	Valoração dos potenciais turísticos pela conurbação	de acordo
<b>II.3.4-</b>	<b>Processo Decisório</b>	<b>em total desacordo</b>
II.3.4.1	Características e potencialidades do município	de acordo
II.3.4.2	Divulgação de estudos sobre periculosidade e impactos	em total desacordo
II.3.4.3	Estratégias de comunicação compõem o mix gerencial	em total desacordo
II.3.4.4	Feedback da falha humana gera base de informações	em total desacordo
II.3.4.5	Fomento à industrialização de produtos regionais	em total desacordo
II.3.4.6	Investimentos em estruturas de comunicação	em total desacordo
II.3.4.7	Planos de sustentabilidade a longo prazo	em total desacordo
II.3.4.8	Potencialidades e habilidades tecnológicas e gerenciais	de acordo
II.3.4.9	Profissionais qualificados desenvolvem as atividades	de acordo
II.3.4.10	Valoração da cultura aos insumos regionais	em total desacordo
<b>II.3.5-</b>	<b>Sistemas de Informações Gerenciais</b>	<b>com severas restrições</b>
II.3.5.1	Acesso de informação sobre gestão, ao público	de acordo
II.3.5.2	Comunicação dos efeitos das mudanças tecnológicas	em total desacordo
II.3.5.3	Estratégia ecológica visa a alternância de tecnologia	com restrições leves
II.3.5.4	Fluxos contínuos para a melhoria de políticas	com severas restrições
II.3.5.5	Informações do desemprego gerado pela tecnologia	em total desacordo
II.3.5.6	Mecanismos de controle ambiental	em total desacordo
II.3.5.7	Políticas internas garantem perspectiva ambiental	com severas restrições
II.3.5.8	Procedimentos analíticos das relações causais	em total desacordo
II.3.5.9	Reprodução da consciência de responsabilidade	de acordo
II.3.5.10	Sensibilidade para lidar com questões ambíguas	com restrições leves
<b>II.4-</b>	<b>Estratégias Reguladoras dos impactos Ambientais</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.1-</b>	<b>Controle da Gestão</b>	<b>com severas restrições</b>
II.4.1.1	Autonomia da avaliação ecológica	com restrições leves
II.4.1.2	Determinação da relação custos/perdas	com severas restrições
II.4.1.3	Determinação da relação despesas/receitas	com severas restrições
II.4.1.4	Documentos gerenciais reportam-se ao meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.5	Elaboração periódica de relatórios ecológicos	em total desacordo
II.4.1.6	Incrementos de custos fixos alocados em prevenção	em total desacordo
II.4.1.7	Mecanismos. de controles dos gastos com o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.8	Orçamento provisional anual para o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.9	Relação benefícios ambientais X custos incorridos	de acordo
II.4.1.10	Satisfação em função da relação custo-benefício	de acordo
<b>II.4.2-</b>	<b>Dispositivos de Prevenção (anti-poliuição)</b>	<b>em total desacordo</b>
II.4.2.1	Avaliação do desempenho das atividades	em total desacordo
II.4.2.2	Avaliação periódica das atividades desenvolvidas	em total desacordo
II.4.2.3	Estabelecimento de medidas corretivas	em total desacordo
II.4.2.4	Estudos sobre medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.5	Gestores acompanham o potencial de risco	de acordo
II.4.2.6	Participação dos gestores nos núcleos de prevenção	com severas restrições
II.4.2.7	Planos de emergência para conflitos externos	em total desacordo
II.4.2.8	Planos de urgência para crises de poluição	em total desacordo
II.4.2.9	Poder dos gestores de medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.10	Potencial de risco se faz no planejamento de metas	em total desacordo
<b>II.4.3-</b>	<b>Dispositivos Jurídicos</b>	<b>com severas restrições</b>
II.4.3.1	Normas para credenciamento de agentes fiscais	de acordo
II.4.3.2	Normas para controle da poluição ambiental	com restrições leves



II.4.3.3	Normas para execução de atividades insalubres	com restrições leves
II.4.3.4	Normas sobre a destinação de resíduos	em total desacordo
II.4.3.5	Normatização de atividades operacionais	de acordo
II.4.3.6	Normatização explícita para o funcionamento do órgão	com restrições leves
II.4.3.7	Observações às restrições operacionais	em total desacordo
II.4.3.8	Orientações técnicas para utilização de recursos	com restrições leves
II.4.3.9	Otimização do recolhimento de impostos	com restrições leves
II.4.3.10	Políticas de incentivos fiscais	em total desacordo
<b>II.4.4- Regulamentação</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.4.1	Determinação da responsabilidade do degradador	em total desacordo
II.4.4.2	Disposições sobre tratamento de lixo e detritos	com restrições leves
II.4.4.3	Independência da auditoria interna	em total desacordo
II.4.4.4	Investimentos para regulamentação e normas	de acordo
II.4.4.5	Nível da responsabilidade solidária	em total desacordo
II.4.4.6	Normas para o gestor ambiental	em total desacordo
II.4.4.7	Planejamento orçamentário e financeiro	em total desacordo
II.4.4.8	Qualidade ambiental em relação à custos e preços	com severas restrições
II.4.4.9	Responsabilidade pelos equívocos ambientais	em total desacordo
II.4.4.10	Sanções econômicas para disfunção ambiental	em total desacordo
<b>II.4.5- Responsabilidade Legal</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.5.1	Amparo legal às políticas ambientais	em total desacordo
II.4.5.2	Atividades respondem pelos impactos ambientais	com restrições leves
II.4.5.3	Fundamentos da legislação específica de prevenção	com restrições leves
II.4.5.4	Legislação ambiental contempla pressões externas	em total desacordo
II.4.5.5	Legislação ambiental intermedia conflitos	em total desacordo
II.4.5.6	Legitimidade dos setores geográficos junto ao M.A	em total desacordo
II.4.5.7	Nível de avaliação da responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.8	Nível de responsabilidade civil	em total desacordo
II.4.5.9	Nível de responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.10	Nível de responsabilidade moral	com restrições leves
<b>II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>		<b>com severas restrições</b>
<b>II.5.1- Desenvolvimento Sustentável</b>		<b>com severas restrições</b>
II.5.1.1	A prioridade para a segurança do ecossistema	em total desacordo
II.5.1.2	Ações preventivas X Ações corretivas	com severas restrições
II.5.1.3	Compromisso com o desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.5.1.4	Deficiências e não conformidades referenciam a gestão	com restrições leves
II.5.1.5	Destaque para ações pró-desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.1.6	Identificação do desempenho ambiental à G.M.	de acordo
II.5.1.7	Integração de políticas e procedimentos de G.M.	de acordo
II.5.1.8	O perfil do município e expectativa da gestão	com severas restrições
II.5.1.9	O saber científico para a G.M.	com restrições leves
II.5.1.10	Prioridade da Gestão para o bem estar coletivo	com restrições leves
<b>II.5.2- Ecoestratégias</b>		<b>em total desacordo</b>
II.5.2.1	Competência ambiental com causalidade	em total desacordo
II.5.2.2	Comprometimento ético com o meio ambiente	com severas restrições
II.5.2.3	Diferencial competitivo ambiental	em total desacordo
II.5.2.4	Exercício do benchmarking ambiental	em total desacordo
II.5.2.5	Identificação de barreiras ecológicas para o órgão	em total desacordo
II.5.2.6	Pressões externas à nível de planejamento estratégico	em total desacordo
II.5.2.7	Sensibilidade para pressões de órgãos financiadores	em total desacordo
II.5.2.8	SQA atuam em conjunto com os SGM	com severas restrições
II.5.2.9	Valorização para a evolução da consciência ambiental	com restrições leves
II.5.2.10	Vantagem competitiva à nível ambiental	de acordo

<b>II.5.3- Etapas de Implementação do SGM</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.3.1 Avaliação dos efeitos dos impactos ambientais	<b>em total desacordo</b>
II.5.3.2 Avaliação qualitativa do desempenho ambiental	<b>em total desacordo</b>
II.5.3.3 Conformidade de máquinas e equipamentos	<b>com restrições leves</b>
II.5.3.4 Estratégias de cooperação com fornecedores e clientes	<b>em total desacordo</b>
II.5.3.5 Flexibilidade da estrutura organizacional	<b>com restrições leves</b>
II.5.3.6 Identificação de níveis de impactos ambientais	<b>em total desacordo</b>
II.5.3.7 Produtos/serviços e a gestão ambiental	<b>com restrições leves</b>
II.5.3.8 Programas de melhoria para o desempenho ambiental	<b>em total desacordo</b>
II.5.3.9 SGM e os ciclos: projeto-processo-serviço-clientes	<b>de acordo</b>
II.5.3.10 SGM e programas de melhoria contínua	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.4- Gestão da Auditoria Interna</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.4.1 Auditoria das bases operacionais	<b>com restrições leves</b>
II.5.4.2 Auditoria de conformidades	<b>com restrições leves</b>
II.5.4.3 Auditoria dos planos estratégicos	<b>com restrições leves</b>
II.5.4.4 Auditoria e avaliação de impactos ambientais	<b>com restrições leves</b>
II.5.4.5 Compromisso da Auditoria interna com o M.A.	<b>em total desacordo</b>
II.5.4.6 Compromisso de auditores com o M.A.	<b>em total desacordo</b>
II.5.4.7 Destaques da auditoria para quest. ambientais	<b>em total desacordo</b>
II.5.4.8 Domínio dos preceitos do SGM pelo staff da auditoria	<b>em total desacordo</b>
II.5.4.9 Independência de auditores em questões ambientais	<b>em total desacordo</b>
II.5.4.10 Trabalhos específicos de auditoria para o M.A	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.5- Princípios Orientadores para o Meio Ambiente</b>	<b>com severas restrições</b>
II.5.5.1 Métodos para solução de problemas ambientais	<b>com severas restrições</b>
II.5.5.2 Nível de responsabilidade do órgão	<b>em total desacordo</b>
II.5.5.3 Notificação de emergências ambientais	<b>em total desacordo</b>
II.5.5.4 Padronização para a coordenação do M.A	<b>com severas restrições</b>
II.5.5.5 Parcerias para a conservação do meio ambiente	<b>em total desacordo</b>
II.5.5.6 Percepção da valoração dos seres humanos	<b>de acordo</b>
II.5.5.7 Prioridade ao princípio da precaução	<b>de acordo</b>
II.5.5.8 Proteção ambiental e processos de desenvolvimento	<b>de acordo</b>
II.5.5.9 Proteção e integridade do ecossistema	<b>com restrições leves</b>
II.5.5.10 Relação custos ambientais X investimentos	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.1- Estrutura da Função Ambiental</b>	<b>com severas restrições</b>
II.6.1.1 Abrangência das funções ambientais	<b>de acordo</b>
II.6.1.2 Autonomia dos responsáveis pelo meio ambiente	<b>em total desacordo</b>
II.6.1.3 Autonomia financeira do departamento de M.A	<b>em total desacordo</b>
II.6.1.4 Composição de setor/departamento de M.A	<b>com restrições leves</b>
II.6.1.5 Comprometimento das funções com o meio ambiente	<b>com restrições leves</b>
II.6.1.6 Contatos das funções ambientais com a comunidade	<b>de acordo</b>
II.6.1.7 Definição das funções ambientais	<b>em total desacordo</b>
II.6.1.8 Divulgação dos propósitos do departamento de M.A	<b>em total desacordo</b>
II.6.1.9 Independência do setor/departamento de M.A	<b>com restrições leves</b>
II.6.1.10 Poder de decisão dos responsáveis pelo M.A	<b>com restrições leves</b>
<b>II.6.2- Formação e Informação</b>	<b>com severas restrições</b>
II.6.2.1 Ação pedagógica voltada para o M.A	<b>de acordo</b>
II.6.2.2 Capacitação funcional para o ecossistema	<b>com restrições leves</b>
II.6.2.3 Divulgação de políticas ambientais em todos os níveis	<b>em total desacordo</b>
II.6.2.4 Divulgação de incidentes ambientais	<b>em total desacordo</b>
II.6.2.5 Formação de executivos para a Gestão Ambiental	<b>com severas restrições</b>
II.6.2.6 Incentivos ao treinamento voltado ao meio ambiente	<b>com restrições leves</b>
II.6.2.7 Organização e atuação de Círculos Ambientais	<b>de acordo</b>

II.6.2.8	Processo decisório enfatiza disciplina e competência	de acordo
II.6.2.9	Servidores são capacitados por técnicos em anti poluição	de acordo
II.6.2.10	Treinamento de servidores em ecologia e M.A	com restrições leves
<b>II.6.3-</b>	<b>Organização do Trabalho</b>	<b>em total desacordo</b>
II.6.3.1	Avaliação de infrações coletivas contra o M.A	em total desacordo
II.6.3.2	Avaliação de Infrações individuais e isoladas	com severas restrições
II.6.3.3	Bonificações para posturas de conserv. ambiental	em total desacordo
II.6.3.4	Homem-máquina condiz à ergonomia-M.A	em total desacordo
II.6.3.5	Incentivos à projetos de melhoria ambiental	em total desacordo
II.6.3.6	Jornada de trabalho obedecem convenção em vigor	de acordo
II.6.3.7	Lay-out e os preceitos da gestão ambiental	em total desacordo
II.6.3.8	Prioridade aos princípios da ergonomia	em total desacordo
II.6.3.9	Processos operacionais X pressupostos ecológicos	em total desacordo
II.6.3.10	Valoração do M.A como princípio básico	com restrições leves
<b>II.6.4-</b>	<b>Qualidade de Vida</b>	<b>em total desacordo</b>
II.6.4.1	Consideração à aspectos pessoais e familiares	com restrições leves
II.6.4.2	Consideração aos aspectos sociais da vida profissional	com restrições leves
II.6.4.3	Desenvolvimento das capacidades humanas	com restrições leves
II.6.4.4	Envolvimento do servidor com as suas funções	com restrições leves
II.6.4.5	Nível de integração social na empresa	em total desacordo
II.6.4.6	Participação dos servidores em decisões das atividades	em total desacordo
II.6.4.7	Respeito à qualidade de vida de servidores e clientes	em total desacordo
II.6.4.8	Responsabilidade do órgão por todas as atividades	em total desacordo
II.6.4.9	Satisfação das condições de trabalho	em total desacordo
II.6.4.10	Treinamento sobre valoração da vida	em total desacordo
<b>II.6.5-</b>	<b>Seleção e Avaliação</b>	<b>em total desacordo</b>
II.6.5.1	Abrangência do DRH à todos os níveis da empresa	em total desacordo
II.6.5.2	Abrangência dos conceitos de gestão ambiental	com restrições leves
II.6.5.3	Avaliação do setor ambiental	em total desacordo
II.6.5.4	Capacitação profissional com enfoque ecológico	em total desacordo
II.6.5.5	Competência anti-poluição	em total desacordo
II.6.5.6	Definição do cargo de responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.7	Exigência de conhecimentos em meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.8	Maturidade ecológica e a delegação de autoridade	em total desacordo
II.6.5.9	Referências institucional de lideranças	em total desacordo
II.6.5.10	Valoração e incentivos à criatividade ecológica	em total desacordo

COORDENAÇÃO GERAL	
<b>NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS</b>	
<b>NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA (Grupos)</b>	<b>em total desacordo</b>
I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	em total desacordo
I.2- Educação Ambiental	em total desacordo
I.3- Estilos de Gestão	em total desacordo
I.4- Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	em total desacordo
I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos	em total desacordo
I.6- Valoração dos Recursos Humanos	em total desacordo
<b>NÍVEL II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Grupos)</b>	<b>em total desacordo</b>
II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	em total desacordo
II.2- Educação Ambiental	em total desacordo
II.3- Estilos de Gestão	em total desacordo
II.4- Estratégias Regul. dos impactos ambientais	em total desacordo
II.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos	em total desacordo

<b>II.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>NÍVEL II- PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Subgrupos)</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.1- Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.1.1- Abordagem Multifinalitária</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>II.1.2- Abordagem Normativa</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>II.1.3- Compreensão espacial da infra-estrutura</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.1.4- Concepção Ambiental</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>II.1.5- Espaço Territorial</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.2- Educação Ambiental</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.2.1- Atividades de pesquisa e Meio Ambiente</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.2.2- Atuações de lideranças estratégicas</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.2.3- Pesquisa e desenvolvimento</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.2.4- Relação do RH com o desenvolvimento</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.2.5- Responsabilidade da Pesquisa com o M.A</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.3- Estilos de Gestão</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.3.2- Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.3.3- Planejamento</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.3.4- Processo Decisório</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.4- Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.1- Controle da gestão</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.2- Dispositivos de prevenção (anti-poliuição)</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.3- Dispositivos jurídicos</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.4- Regulamentação</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.5- Responsabilidade legal</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5- Percepção dos pressupostos ecológicos</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.1- Desenvolvimento sustentável</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.2- Ecoestratégias</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.3- Etapas de implantação do SGM</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.4- Gestão da Auditoria Interna</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.5- Princípios orientadores para o M.A</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.1- Estrutura da função ambiental</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.2- Formação e a informação</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.3- Organização do trabalho</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.4- Qualidade de vida</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.5- Seleção e avaliação</b>	<b>em total desacordo</b>

#### NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS - VARIÁVEIS

<b>NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA (variáveis)</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>I.1.1 Características técnicas multifinalitárias</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>I.1.2 Formação de banco de dados multifinalitários</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>I.1.3 Geoprocessamento das informações gráficas</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>I.1.4 Geração de subsídios p/ expansão autosustentável</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>I.1.5 Geração de estratégias sócio-econômicas institucional</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>I.1.6 Geração de estratégias físico territorial e ambiental</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>I.1.7 Geração de geo informações espaciais e numéricas</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>I.1.8 Interação entre as concessionárias públicas</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>I.1.9 Sustentação ao sistema de arrecadação tributária</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>I.1.10 Sustentação ao zoneamento ecológico</b>	<b>com severas restrições</b>

<b>I.2- Educação Ambiental</b>	<b>em total desacordo</b>
I.2.1 Capacitação institucional em questões ambientais	<b>em total desacordo</b>
I.2.2 Integração do meio ambiente ao desenvolv.interdisciplinar	<b>com severas restrições</b>
I.2.3 Necessidades de aprendizagem da comunidade	<b>em total desacordo</b>
I.2.4 Parcerias em prol ao desenvolvimento sustentável	<b>em total desacordo</b>
I.2.5 Parcerias entre a gestão e instituições de ensino	<b>com severas restrições</b>
I.2.6 Percepção e entendimento da biodiversidade	<b>em total desacordo</b>
I.2.7 Programas de turismo ecológico	<b>em total desacordo</b>
I.2.8 Programas para a consciência crítica ambiental	<b>em total desacordo</b>
I.2.9 Readaptação da cultura para o M.A	<b>em total desacordo</b>
I.2.10 Treinamentos vocacionados para percepção ecológica	<b>com severas restrições</b>
<b>I.3 – Estilos de Gestão</b>	<b>em total desacordo</b>
I.3.1 Ação dos níveis hierárquicos no processo decisório	<b>em total desacordo</b>
I.3.2 Ação participativa do desenvolvimento sustentável	<b>com severas restrições</b>
I.3.3 Ações autosustentadas de desenvolvimento humano	<b>em total desacordo</b>
I.3.4 Estratégias atuais de planejamento municipal	<b>em total desacordo</b>
I.3.5 Metas para o desenvolvimento sustentável	<b>em total desacordo</b>
I.3.6 Procedimentos internos referentes ao M.A	<b>com severas restrições</b>
I.3.7 Relação causal entre sociedade e meio ambiente	<b>em total desacordo</b>
I.3.8 Relação custo-benefício do processo decisório	<b>em total desacordo</b>
I.3.9 Relação meio ambiente e atividades produtivas	<b>em total desacordo</b>
I.3.10 Sinergia entre atores sociais e seleção de prioridades	<b>com severas restrições</b>
<b>I.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>	<b>em total desacordo</b>
I.4.1 Distinção entre contabilidade e auditoria interna	<b>em total desacordo</b>
I.4.2 Gerenciamento e objetivos ecológicos	<b>com severas restrições</b>
I.4.3 Norma ISO 14000 e o processo decisório	<b>em total desacordo</b>
I.4.4 Objetivos ecológicos em termos financeiros	<b>em total desacordo</b>
I.4.5 Orçamentos para perícias jurídicas regulares	<b>com severas restrições</b>
I.4.6 Os planos ecológicos de médio e longo prazos	<b>com severas restrições</b>
I.4.7 Os sistemas de auditoria jurídica	<b>em total desacordo</b>
I.4.8 Relatórios anuais específicos ao meio ambiente	<b>em total desacordo</b>
I.4.9 Responsabilidade jurídica para com o meio ambiente	<b>em total desacordo</b>
I.4.10 Responsabilidades civil, penal e administrativa	<b>em total desacordo</b>
<b>I.5- Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>	<b>em total desacordo</b>
I.5.1 Conotação histórica da Pesquisa e Desenvolvimento	<b>em total desacordo</b>
I.5.2 Conotação política da comunicação ecológica externa	<b>em total desacordo</b>
I.5.3 Conotação política da comunicação ecológica interna	<b>em total desacordo</b>
I.5.4 Consciência das responsabilidades ecológicas externas	<b>em total desacordo</b>
I.5.5 Consciência das responsabilidades ecológicas internas	<b>em total desacordo</b>
I.5.6 Estruturação do esforço ecológico	<b>em total desacordo</b>
I.5.7 Formação ecológica dos colaboradores	<b>com severas restrições</b>
I.5.8 Investimentos ecológicos em meios de produção	<b>em total desacordo</b>
I.5.9 Nível de orçamento ecológico	<b>com severas restrições</b>
I.5.10 Nível hierárquico de responsabilidade	<b>em total desacordo</b>
<b>I.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>em total desacordo</b>
I.6.1 Estrutura hierárquica e o meio ambiente	<b>em total desacordo</b>
I.6.2 Cargos e funções e a melhoria ecológica	<b>em total desacordo</b>
I.6.3 Fator ambiental e a escolha de funcionários	<b>com severas restrições</b>
I.6.4 Ideologia de funcionários sobre meio ambiente	<b>em total desacordo</b>
I.6.5 Meio ambiente e a política de recursos humanos	<b>com severas restrições</b>
I.6.6 Planos de emergência para acidentes não técnicos	<b>em total desacordo</b>
I.6.7 Planos de emergência para acidentes técnicos	<b>com severas restrições</b>
I.6.8 Relação de trabalho com o meio ambiente	<b>em total desacordo</b>

I.6.9	Responsabilidade por riscos ambientais	com severas restrições
I.6.10	Treinamento de pessoal para questões ecológicas	em total desacordo
<b>NIVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Variáveis)</b>		
<b>II.1-</b>	<b>Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.1.1-</b>	<b>Abordagem Multifinalitária</b>	<b>com severas restrições</b>
II.1.1.1	Acesso aos diversos níveis de usuários	em total desacordo
II.1.1.2	Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais	em total desacordo
II.1.1.3	Apoio ao planejamento municipal	com severas restrições
II.1.1.4	Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria	em total desacordo
II.1.1.5	Auxílio na elaboração de programas de gestão	com restrições leves
II.1.1.6	Integração entre zoneamento econômico e ecológico	com restrições leves
II.1.1.7	Integração técnica entre cadastro e usuários	com severas restrições
II.1.1.8	Sistemas de informações atuais	em total desacordo
II.1.1.9	Sistemas de informações plurais	com restrições leves
II.1.1.10	Sustentação aos indicadores ambientais	com restrições leves
<b>II.1.2-</b>	<b>Abordagem Normativa</b>	<b>com severas restrições</b>
II.1.2.1	Delimitação de zonas em função da utilidade da área	com severas restrições
II.1.2.2	Diretrizes para coleta e tratamento de resíduos	em total desacordo
II.1.2.3	Fiscalização de obras, atividades e processos	em total desacordo
II.1.2.4	Informações para gestão e finanças à nível municipal	com severas restrições
II.1.2.5	Normas para controle da tributação	com severas restrições
II.1.2.6	Normas para credenciamento de técnicos em cadastro	com severas restrições
II.1.2.7	Normas para execução e manuseio do cadastro	com severas restrições
II.1.2.8	Normas para a exploração e utilização do solo	com restrições leves
II.1.2.9	Normas para licenciamento de funcionamento	com severas restrições
II.1.2.10	Políticas de inventário urbano	com restrições leves
<b>II.1.3-</b>	<b>Compreensão Espacial da Infra-estrutura</b>	<b>em total desacordo</b>
II.1.3.1	Contemplação da saúde pública ao saneamento básico	com severas restrições
II.1.3.2	Esgoto sanitário relativo à qualidade ambiental	em total desacordo
II.1.3.3	Informações para projetos de infra-estrutura ambiental	em total desacordo
II.1.3.4	Planejamento integrado de infra-estrutura ambiental	com severas restrições
II.1.3.5	Programas de coleta seletiva de lixo	com severas restrições
II.1.3.6	Programas de obras verdes	em total desacordo
II.1.3.7	Saneamento básico em relação à qualidade de vida	em total desacordo
II.1.3.8	Saneamento básico em relação ao ecossistema	em total desacordo
II.1.3.9	Tratamento específico para resíduos sólidos	em total desacordo
II.1.3.10	Utilização de zoneamento para sistemas de transportes	em total desacordo
<b>II.1.4-</b>	<b>Concepção Ambiental</b>	<b>com severas restrições</b>
II.1.4.1	Acesso à inform. sobre causas de poluição/degradação	com severas restrições
II.1.4.2	Crêterios e padrões de qualidade ambiental	com severas restrições
II.1.4.3	Percepção da necessidade de políticas ambientais	com restrições leves
II.1.4.4	Programas de controle e proteção ambiental	com severas restrições
II.1.4.5	Sensibilidade à qualidade de vida e ambiental	com severas restrições
II.1.4.6	Utilização de recursos naturais em bases sustentáveis	com severas restrições
II.1.4.7	Valoração de apelos ecológicos da comunidade	com restrições leves
II.1.4.8	Valoração de estudos e pesquisas em M.A	com restrições leves
II.1.4.9	Valoração de insumos recicláveis/reciclados	com restrições leves
II.1.4.10	Valoração de zonas e áreas de proteção ecológica	com severas restrições
<b>II.1.5-</b>	<b>Espaço Territorial</b>	<b>em total desacordo</b>
II.1.5.1	Cadastrros de sítios urbanos históricos	com severas restrições
II.1.5.2	Facilidade do manejo urbano	em total desacordo
II.1.5.3	Identificação dos fluxos imigratórios	em total desacordo
II.1.5.4	Microclimas e a organização do espaço	com severas restrições

II.1.5.5	Organização dos espaços do território municipal	com restrições leves
II.1.5.6	Otimização dos espaços urbanos	com restrições leves
II.1.5.7	Planejamento do potencial construtivo	com severas restrições
II.1.5.8	Políticas habitacionais x desenvolvimento sustentável	com severas restrições
II.1.5.9	Preservação de bens históricos, artísticos e culturais	com severas restrições
II.1.5.10	Qualidade ambiental e a organização dos espaços	em total desacordo
<b>II.2-</b>	<b>Educação Ambiental</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.2.1-</b>	<b>Atividades de Pesquisa e o Meio Ambiente</b>	<b>em total desacordo</b>
II.2.1.1	Benefícios aos ecossistema	em total desacordo
II.2.1.2	Controles ambientais específicos	em total desacordo
II.2.1.3	Ecossistema compõe o macro ambiente	com severas restrições
II.2.1.4	Ecossistema se postula dependente	com severas restrições
II.2.1.5	Ecossistema se relaciona aos objetivos gerais	em total desacordo
II.2.1.6	Equilíbrio do ecossistema como resultado	com severas restrições
II.2.1.7	Fundamentos para o equilíbrio ecológico	com severas restrições
II.2.1.8	Geração de histórico responsável dos produtos	em total desacordo
II.2.1.9	Prioridade à questões ambientais	em total desacordo
II.2.1.10	Regulamentação específica	em total desacordo
<b>II.2.2-</b>	<b>Atuação de Lideranças Estratégicas</b>	<b>em total desacordo</b>
II.2.2.1	Comportamento humano nos planos estratégicos	com severas restrições
II.2.2.2	Definição dos estilos de liderança	com severas restrições
II.2.2.3	Desempenho ambiental nos planos estratégicos	em total desacordo
II.2.2.4	Inovações tecnológicas protegem o meio ambiente	com severas restrições
II.2.2.5	Inserção da proteção ambientais nos planos estratégicos	com severas restrições
II.2.2.6	Liderança formal avalia o desempenho ambiental	com severas restrições
II.2.2.7	Reconhecimento da força das lideranças formais	em total desacordo
II.2.2.8	Relevância das relações interpessoais	com severas restrições
II.2.2.9	Sensibilidade das lideranças formais sobre o M.A	com severas restrições
II.2.2.10	Sensibilidade das lideranças informais sobre o M.A	com severas restrições
<b>II.2.3-</b>	<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>	<b>em total desacordo</b>
II.2.3.1	Destaque aos fatores de produção	em total desacordo
II.2.3.2	Equilíbrio do ecossistema	com severas restrições
II.2.3.3	Exercício de controles sobre o ecossistema	com severas restrições
II.2.3.4	Níveis de impactos sobre o ecossistema	com severas restrições
II.2.3.5	Objetivos empresariais contemplam o ecossistema	em total desacordo
II.2.3.6	Reforço aos contextos jurídico e gerencial	com severas restrições
II.2.3.7	Reprodução de escolhas ideológicas	com severas restrições
II.2.3.8	Reprodução de serviços ecológicos	com severas restrições
II.2.3.9	Tecnologias consideram os níveis de RH	com severas restrições
II.2.3.10	Visão prospectiva é característica da gestão	com severas restrições
<b>II.2.4-</b>	<b>Relação do RH com o Desenvolvimento</b>	<b>em total desacordo</b>
II.2.4.1	Clareza dos níveis de competência ambiental	em total desacordo
II.2.4.2	Competência da avaliação de impactos de P&D	em total desacordo
II.2.4.3	Consciência sobre os impactos das pesquisas	em total desacordo
II.2.4.4	Consciência da responsabilidade ambiental	em total desacordo
II.2.4.5	Criatividade e motivação como critérios ecológicos	em total desacordo
II.2.4.6	Interação ambiental reforça avaliação de desempenho	em total desacordo
II.2.4.7	Interferência da produtividade nos impactos ambientais	com severas restrições
II.2.4.8	Relevância da integração do RH no ecossistema	com severas restrições
II.2.4.9	Respeito à qualidade de vida fundamenta a liderança	em total desacordo
II.2.4.10	Sensibilidade ambiental fundamenta as atividades	em total desacordo
<b>II.2.5-</b>	<b>Responsabilidade da Pesquisa com o M.A .</b>	<b>em total desacordo</b>
II.2.5.1	Abrangência da pesquisa se faz no contexto geral	em total desacordo



II.2.5.2	Elaboração de referenciais para a preservação	em total desacordo
II.2.5.3	Estratégias ecológicas para o desenvolvimento	em total desacordo
II.2.5.4	Ideologia de conservação	com severas restrições
II.2.5.5	Indicação de nível de utilidade do produto	em total desacordo
II.2.5.6	Orientação para as modalidades de descarte	em total desacordo
II.2.5.7	Relevância do meio ambiente	com severas restrições
II.2.5.8	Responsabilidade com o meio ambiente	com severas restrições
II.2.5.9	Responsabilidade da gestão pelos impactos das pesquisas	em total desacordo
II.2.5.10	Restrições ao uso dos produtos	em total desacordo
<b>II.3- Estilos de Gestão</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.1.1	Aceitação da comunidade à atividades e processos	em total desacordo
II.3.1.2	As publicações regulares sobre resultados	em total desacordo
II.3.1.3	As publicações regulares sobre riscos potenciais	em total desacordo
II.3.1.4	Consciência da comunidade sobre fluxos de resíduos	em total desacordo
II.3.1.5	Crédito atribuído às informações geradas	com severas restrições
II.3.1.6	Importância dos jovens nas campanhas pró-ecologia	em total desacordo
II.3.1.7	Informações precisas sobre o potencial de riscos	em total desacordo
II.3.1.8	Objetivos voltados para melhoria de resultados	com severas restrições
II.3.1.9	Participação de servidores nos objetivos ecológicos	em total desacordo
II.3.1.10	Ratificação e referência à fatos ecológicos históricos	em total desacordo
<b>II.3.2- Desenvolvimento Sustentável</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.2.1	Atuação esclarecedora pelo setor de relações públicas	em total desacordo
II.3.2.2	Confiança da mídia sobre os objetivos ecológicos	com restrições leves
II.3.2.3	Conscientização política da comunidade em M.A	em total desacordo
II.3.2.4	Entendimento entre o órgão e grupos ecológicos	em total desacordo
II.3.2.5	Geração de informações sobre setores mais sensíveis	em total desacordo
II.3.2.6	Incentivos à obtenção da autosustentabilidade.	em total desacordo
II.3.2.7	Programas de vigilância sanitária e ambiental	em total desacordo
II.3.2.8	Responsabilidade sobre o equilíbrio ecológico	em total desacordo
II.3.2.9	Responsabilidades políticas e sociais assumidas	em total desacordo
II.3.2.10	Transparência da política ecológica	em total desacordo
<b>II.3.3- Planejamento</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.3.1	Atenção especial à micro e pequenas empresas	em total desacordo
II.3.3.2	Conservacionismo como meta	em total desacordo
II.3.3.3	Estratégias de ação contemplam o desenvolvimento	com severas restrições
II.3.3.4	Identificação da comunidade como parceiro ecológico	em total desacordo
II.3.3.5	Múltiplas metas de ação comunitária	com severas restrições
II.3.3.6	Participação da comunidade no planejamento ambiental	em total desacordo
II.3.3.7	Plano de ação voltado ao desenvolvimento social	com restrições leves
II.3.3.8	Transparência dos insumos segue normas de segurança	em total desacordo
II.3.3.9	Tratamento ecológico dos resíduos	em total desacordo
II.3.3.10	Valoração dos potenciais turísticos pela conurbação	em total desacordo
<b>II.3.4- Processo Decisório</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.4.1	Características e potencialidades do município	em total desacordo
II.3.4.2	Divulg. de estudos sobre periculosidade e impactos	em total desacordo
II.3.4.3	Estratégias de comunicação compõem o mix gerencial	em total desacordo
II.3.4.4	Feedback da falha humana gera base de informações	em total desacordo
II.3.4.5	Fomento à industrialização de produtos regionais	em total desacordo
II.3.4.6	Investimentos em estruturas de comunicação	em total desacordo
II.3.4.7	Planos de sustentabilidade a longo prazo	em total desacordo
II.3.4.8	Potencialidades e habilidades tecnológicas e gerenciais	em total desacordo
II.3.4.9	Profissionais qualificados desenvolvem as atividades	em total desacordo



II.3.4.10	Valoração da cultura aos insumos regionais	em total desacordo
<b>II.3.5-</b>	<b>Sistemas de Informações Gerenciais</b>	<b>em total desacordo</b>
II.3.5.1	Acesso de informação sobre gestão, ao público	em total desacordo
II.3.5.2	Comunicação dos efeitos das mudanças tecnológicas	em total desacordo
II.3.5.3	Estratégia ecológica visa a alternância de tecnologia	em total desacordo
II.3.5.4	Fluxos contínuos para a melhoria de políticas	em total desacordo
II.3.5.5	Informações do desemprego gerado pela tecnologia	em total desacordo
II.3.5.6	Mecanismos de controle ambiental	em total desacordo
II.3.5.7	Políticas internas garantem perspectiva ambiental	em total desacordo
II.3.5.8	Procedimentos analíticos das relações causais	em total desacordo
II.3.5.9	Reprodução da consciência de responsabilidade	em total desacordo
II.3.5.10	Sensibilidade para lidar com questões ambíguas	em total desacordo
<b>II.4-</b>	<b>Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.1-</b>	<b>Controle da Gestão</b>	<b>em total desacordo</b>
II.4.1.1	Autonomia da avaliação ecológica	em total desacordo
II.4.1.2	Determinação da relação custos/perdas	em total desacordo
II.4.1.3	Determinação da relação despesas/receitas	em total desacordo
II.4.1.4	Documentos gerenciais reportam-se ao meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.5	Elaboração periódica de relatórios ecológicos	em total desacordo
II.4.1.6	Incrementos de custos fixos alocados em prevenção	em total desacordo
II.4.1.7	Mecanismos de controles dos gastos com o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.8	Orçamento provisional anual para o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.9	Relação benefícios ambientais X custos incorridos	em total desacordo
II.4.1.10	Satisfação em função da relação custo-benefício	com severas restrições
<b>II.4.2-</b>	<b>Dispositivos de Prevenção (anti-poliuição)</b>	<b>em total desacordo</b>
II.4.2.1	Avaliação do desempenho das atividades	em total desacordo
II.4.2.2	Avaliação periódica das atividades desenvolvidas	em total desacordo
II.4.2.3	Estabelecimento de medidas corretivas	em total desacordo
II.4.2.4	Estudos sobre medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.5	Gestores acompanham o potencial de risco	com severas restrições
II.4.2.6	Participação dos gestores nos núcleos de prevenção	em total desacordo
II.4.2.7	Planos de emergência para conflitos externos	em total desacordo
II.4.2.8	Planos de urgência para crises de poluição	em total desacordo
II.4.2.9	Poder dos gestores de medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.10	Potencial de risco se faz no planejamento de metas	em total desacordo
<b>II.4.3-</b>	<b>Dispositivos Jurídicos</b>	<b>em total desacordo</b>
II.4.3.1	Normas para credenciamento de agentes fiscais	com severas restrições
II.4.3.2	Normas para controle da poluição ambiental	com severas restrições
II.4.3.3	Normas para execução de atividades insalubres	com severas restrições
II.4.3.4	Normas sobre a destinação de resíduos	em total desacordo
II.4.3.5	Normatização de atividades operacionais	com severas restrições
II.4.3.6	Normatização explícita para o funcionamento do órgão	em total desacordo
II.4.3.7	Observações às restrições operacionais	em total desacordo
II.4.3.8	Orientações técnicas para utilização de recursos	em total desacordo
II.4.3.9	Otimização do recolhimento de impostos	em total desacordo
II.4.3.10	Políticas de incentivos fiscais	em total desacordo
<b>II.4.4-</b>	<b>Regulamentação</b>	<b>em total desacordo</b>
II.4.4.1	Determinação da responsabilidade do degradador	em total desacordo
II.4.4.2	Disposições sobre tratamento de lixo e detritos	em total desacordo
II.4.4.3	Independência da auditoria interna	em total desacordo
II.4.4.4	Investimentos para regulamentação e normas	em total desacordo
II.4.4.5	Nível da responsabilidade solidária	em total desacordo
II.4.4.6	Normas para o gestor ambiental	em total desacordo

II.4.4.7	Planejamento orçamentário e financeiro	em total desacordo
II.4.4.8	Qualidade ambiental em relação à custos e preços	em total desacordo
II.4.4.9	Responsabilidade pelos equívocos ambientais	em total desacordo
II.4.4.10	Sanções econômicas para disfunção ambiental	em total desacordo
<b>II.4.5-</b>	<b>Responsabilidade Legal</b>	em total desacordo
II.4.5.1	Amparo legal às políticas ambientais	em total desacordo
II.4.5.2	Atividades respondem pelos impactos ambientais	em total desacordo
II.4.5.3	Fundamentos da legislação específica de prevenção	em total desacordo
II.4.5.4	Legislação ambiental contempla pressões externas	em total desacordo
II.4.5.5	Legislação ambiental intermedia conflitos	em total desacordo
II.4.5.6	Legitimidade dos setores geográficos junto ao M.A	em total desacordo
II.4.5.7	Nível de avaliação da responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.8	Nível de responsabilidade civil	em total desacordo
II.4.5.9	Nível de responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.10	Nível de responsabilidade moral	em total desacordo
<b>II.5-</b>	<b>Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>	em total desacordo
<b>II.5.1-</b>	<b>Desenvolvimento Sustentável</b>	em total desacordo
II.5.1.1	A prioridade para a segurança do ecossistema	em total desacordo
II.5.1.2	Ações preventivas X Ações corretivas	em total desacordo
II.5.1.3	Compromisso com o desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.5.1.4	Deficiências e não conformidades referenciam a gestão	em total desacordo
II.5.1.5	Destaque para ações pró-desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.1.6	Identificação do desempenho ambiental à G.M.	em total desacordo
II.5.1.7	Integração de políticas e procedimentos de G.M.	em total desacordo
II.5.1.8	O perfil do munícipe e expectativa da gestão	em total desacordo
II.5.1.9	O saber científico para a G.M.	em total desacordo
II.5.1.10	Prioridade da Gestão para o bem estar coletivo	em total desacordo
<b>II.5.2-</b>	<b>Ecoestratégias</b>	em total desacordo
II.5.2.1	Competência ambiental com causalidade	em total desacordo
II.5.2.2	Comprometimento ético com o meio ambiente	em total desacordo
II.5.2.3	Diferencial competitivo ambiental	em total desacordo
II.5.2.4	Exercício do benchmarking ambiental	em total desacordo
II.5.2.5	Identificação de barreiras ecológicas para o órgão	em total desacordo
II.5.2.6	Pressões externas à nível de planejamento estratégico	em total desacordo
II.5.2.7	Sensibilidade para pressões de órgãos financiadores	em total desacordo
II.5.2.8	SQA atuam em conjunto com os SGM	em total desacordo
II.5.2.9	Valorização para a evolução da consciência ambiental	em total desacordo
II.5.2.10	Vantagem competitiva à nível ambiental	em total desacordo
<b>II.5.3-</b>	<b>Etapas de Implementação do SGM</b>	em total desacordo
II.5.3.1	Avaliação dos efeitos dos impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.2	Avaliação qualitativa do desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.3	Conformidade de máquinas e equipamentos	com severas restrições
II.5.3.4	Estratégias de cooperação com fornecedores e clientes	em total desacordo
II.5.3.5	Flexibilidade da estrutura organizacional	em total desacordo
II.5.3.6	Identificação de níveis de impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.7	Produtos/serviços e a gestão ambiental	em total desacordo
II.5.3.8	Programas de melhoria para o desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.9	SGM e os ciclos: projeto-processo-serviço-clientes	em total desacordo
II.5.3.10	SGM e programas de melhoria contínua	em total desacordo
<b>II.5.4-</b>	<b>Gestão da Auditoria Interna</b>	em total desacordo
II.5.4.1	Auditoria das bases operacionais	em total desacordo
II.5.4.2	Auditoria de conformidades	em total desacordo
II.5.4.3	Auditoria dos planos estratégicos	em total desacordo

II.5.4.4	Auditoria e avaliação de impactos ambientais	em total desacordo
II.5.4.5	Compromisso da Auditoria interna com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.6	Compromisso de auditores com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.7	Destaques da auditoria para quest. ambientais	em total desacordo
II.5.4.8	Domínio dos preceitos do SGM pelo staff da auditoria	em total desacordo
II.5.4.9	Independência de auditores em questões ambientais	em total desacordo
II.5.4.10	Trabalhos específicos de auditoria para o M.A	em total desacordo
<b>II.5.5- Princípios Orientadores para o Meio Ambiente</b>		<b>em total desacordo</b>
II.5.5.1	Métodos para solução de problemas ambientais	em total desacordo
II.5.5.2	Nível de responsabilidade do órgão	em total desacordo
II.5.5.3	Notificação de emergências ambientais	em total desacordo
II.5.5.4	Padronização para a coordenação do M.A	em total desacordo
II.5.5.5	Parcerias para a conservação do meio ambiente	em total desacordo
II.5.5.6	Percepção da valoração dos seres humanos	em total desacordo
II.5.5.7	Prioridade ao princípio da precaução	em total desacordo
II.5.5.8	Proteção ambiental e processos de desenvolvimento	em total desacordo
II.5.5.9	Proteção e integridade do ecossistema	em total desacordo
II.5.5.10	Relação custos ambientais X investimentos	em total desacordo
<b>II.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.1- Estrutura da Função Ambiental</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.1.1	Abrangência das funções ambientais	com severas restrições
II.6.1.2	Autonomia dos responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.1.3	Autonomia financeira do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.4	Composição de setor/departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.5	Comprometimento das funções com o meio ambiente	em total desacordo
II.6.1.6	Contatos das funções ambientais com a comunidade	com severas restrições
II.6.1.7	Definição das funções ambientais	em total desacordo
II.6.1.8	Divulgação dos propósitos do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.9	Independência do setor/departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.10	Poder de decisão dos responsáveis pelo M.A	com restrições leves
<b>II.6.2- Formação e Informação</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.2.1	Ação pedagógica voltada para o M.A	com severas restrições
II.6.2.2	Capacitação funcional para o ecossistema	em total desacordo
II.6.2.3	Divulgação de políticas ambientais em todos os níveis	em total desacordo
II.6.2.4	Divulgação de incidentes ambientais	em total desacordo
II.6.2.5	Formação de executivos para a Gestão Ambiental	em total desacordo
II.6.2.6	Incentivos ao treinamento voltado ao meio ambiente	em total desacordo
II.6.2.7	Organização e atuação de Círculos Ambientais	com severas restrições
II.6.2.8	Processo decisório enfatiza disciplina e competência	em total desacordo
II.6.2.9	Servidores são capacitados por técnicos em anti poluição	com severas restrições
II.6.2.10	Treinamento de servidores em ecologia e M.A	com severas restrições
<b>II.6.3- Organização do Trabalho</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.3.1	Avaliação de infrações coletivas contra o M.A	em total desacordo
II.6.3.2	Avaliação de Infrações individuais e isoladas	em total desacordo
II.6.3.3	Bonificações para posturas de conserv. ambiental	em total desacordo
II.6.3.4	Homem-máquina condiz à ergonomia-M.A	em total desacordo
II.6.3.5	Incentivos à projetos de melhoria ambiental	em total desacordo
II.6.3.6	Jornada de trabalho obedecem convenção em vigor	de acordo
II.6.3.7	Lay-out e os preceitos da gestão ambiental	em total desacordo
II.6.3.8	Prioridade aos princípios da ergonomia	em total desacordo
II.6.3.9	Proc. operacionais X pressupostos ecológicos	em total desacordo
II.6.3.10	Valoração do M.A como princípio básico	com severas restrições
<b>II.6.4- Qualidade de Vida</b>		<b>em total desacordo</b>

II.6.4.1	Consideração à aspectos pessoais e familiares	com severas restrições
II.6.4.2	Consideração aos aspectos sociais da vida profissional	com severas restrições
II.6.4.3	Desenvolvimento das capacidades humanas	com severas restrições
II.6.4.4	Envolvimento do servidor com as suas funções	com severas restrições
II.6.4.5	Nível de integração social na empresa	em total desacordo
II.6.4.6	Participação dos servidores em decisões das atividades	em total desacordo
II.6.4.7	Respeito à qualidade de vida de servidores e clientes	em total desacordo
II.6.4.8	Responsabilidade do órgão por todas as atividades	em total desacordo
II.6.4.9	Satisfação das condições de trabalho	em total desacordo
II.6.4.10	Treinamento sobre valoração da vida	em total desacordo
<b>II.6.5- Seleção e Avaliação</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.5.1	Abrangência do DRH à todos os níveis da empresa	em total desacordo
II.6.5.2	Abrangência dos conceitos de gestão ambiental	com severas restrições
II.6.5.3	Avaliação do setor ambiental	em total desacordo
II.6.5.4	Capacitação profissional com enfoque ecológico	em total desacordo
II.6.5.5	Competência anti-poluição	em total desacordo
II.6.5.6	Definição do cargo de responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.7	Exigência de conhecimentos em meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.8	Maturidade ecológica e a delegação de autoridade	em total desacordo
II.6.5.9	Referências institucional de lideranças	em total desacordo
II.6.5.10	Valoração e incentivos à criatividade ecológica	em total desacordo

		URBANISMO
<b>NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS</b>		
<b>NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA (Grupos)</b>		<b><u>com restrições leves</u></b>
I.1-	Cadastro Técnico Multifinalitário	<u>com restrições leves</u>
I.2-	Educação Ambiental	<u>com severas restrições</u>
I.3-	Estilos de Gestão	<u>com restrições leves</u>
I.4-	Estratégias Regul. dos impactos ambientais	<u>com severas restrições</u>
I.5-	Percepção dos Pressupostos Ecológicos	<u>com restrições leves</u>
I.6-	Valoração dos Recursos Humanos	<u>com restrições leves</u>
<b>NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Grupos)</b>		<b><u>com severas restrições</u></b>
II.1-	Cadastro Técnico Multifinalitário	<u>com restrições leves</u>
II.2-	Educação Ambiental	<u>com severas restrições</u>
II.3-	Estilos de Gestão	<u>com severas restrições</u>
II.4-	Estratégias Reguladoras dos impactos ambientais	<u>em total desacordo</u>
II.5-	Percepção dos Pressupostos Ecológicos	<u>em total desacordo</u>
II.6-	Valoração dos Recursos Humanos	<u>em total desacordo</u>
<b>NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Subgrupos)</b>		<b><u>com severas restrições</u></b>
II.1-	Cadastro Técnico Multifinalitário	<u>com restrições leves</u>
II.1.1-	Abordagem Multifinalitária	<u>com restrições leves</u>
II.1.2-	Abordagem Normativa	<u>com restrições leves</u>
II.1.3-	Compreensão espacial da infra-estrutura	<u>com restrições leves</u>
II.1.4-	Concepção Ambiental	<u>com restrições leves</u>
II.1.5-	Espaço Territorial	<u>com restrições leves</u>
II.2-	Educação Ambiental	<u>com severas restrições</u>
II.2.1-	Atividades de pesquisa e Meio Ambiente	<u>com restrições leves</u>
II.2.2-	Atuações de lideranças estratégicas	<u>com restrições leves</u>
II.2.3-	Pesquisa e desenvolvimento	<u>com severas restrições</u>
II.2.4-	Relação do RH com o desenvolvimento	<u>em total desacordo</u>
II.2.5-	Responsabilidade da Pesquisa com o M.A	<u>com severas restrições</u>
II.3-	Estilos de Gestão	<u>com severas restrições</u>

II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais	com severas restrições
II.3.2- Desenvolvimento Sustentável	com severas restrições
II.3.3- Planejamento	com severas restrições
II.3.4- Processo Decisório	em total desacordo
II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais	em total desacordo
II.4- Estratégias Regul. dos impactos ambientais	em total desacordo
II.4.1- Controle da gestão	em total desacordo
II.4.2- Dispositivos de prevenção (anti-polução)	em total desacordo
II.4.3- Dispositivos jurídicos	com severas restrições
II.4.4- Regulamentação	em total desacordo
II.4.5- Responsabilidade legal	em total desacordo
II.5- Percepção dos pressupostos ecológicos	em total desacordo
II.5.1- Desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.5.2- Ecoestratégias	em total desacordo
II.5.3- Etapas de implantação do SGM	em total desacordo
II.5.4- Gestão da Auditoria Interna	em total desacordo
II.5.5- Princípios orientadores para o M.A	em total desacordo
II.6- Valoração dos Recursos Humanos	em total desacordo
II.6.1- Estrutura da função ambiental	em total desacordo
II.6.2- Formação e a informação	com severas restrições
II.6.3- Organização do trabalho	em total desacordo
II.6.4- Qualidade de vida	em total desacordo
II.6.5- Seleção e avaliação	em total desacordo

NÍVEIS - GRUPOS - SUBGRUPOS - VARIÁVEIS	
NÍVEL I - PERCEPÇÃO SINÓPTICA	com restrições leves
I.1- Cadastro Técnico Multifinalitário	com restrições leves
I.1.1 Características técnicas multifinalitárias	com severas restrições
I.1.2 Formação de banco de dados multifinalitários	com restrições leves
I.1.3 Geoprocessamento das informações gráficas	com restrições leves
I.1.4 Geração de subsídios p/ expansão autosustentável	de acordo
I.1.5 Geração de estratégias sócio-econômicas institucional	com restrições leves
I.1.6 Geração de estratégias físico territorial e ambiental	de acordo
I.1.7 Geração de geo informações espaciais e numéricas	com severas restrições
I.1.8 Interação entre as concessionárias públicas	de acordo
I.1.9 Sustentação ao sistema de arrecadação tributária	com restrições leves
I.1.10 Sustentação ao zoneamento ecológico	em pleno acordo
I.2- Educação Ambiental	com severas restrições
I.2.1 Capacitação institucional em questões ambientais	com severas restrições
I.2.2 Integração do meio ambiente ao desenvolv.interdisciplinar	com restrições leves
I.2.3 Necessidades de aprendizagem da comunidade	com restrições leves
I.2.4 Parcerias em prol ao desenvolvimento sustentável	de acordo
I.2.5 Parcerias entre a gestão e instituições de ensino	de acordo
I.2.6 Percepção e entendimento da biodiversidade	com severas restrições
I.2.7 Programas de turismo ecológico	com restrições leves
I.2.8 Programas para a consciência crítica ambiental	com restrições leves
I.2.9 Readaptação da cultura para o M.A	com restrições leves
I.2.10 Treinamentos vocacionados para percepção ecológica	em total desacordo
I.3 - Estilos de Gestão	com restrições leves
I.3.1 Ação dos níveis hierárquicos no processo decisório	com restrições leves
I.3.2 Ação participativa do desenvolvimento sustentável	de acordo
I.3.3 Ações autosustentadas de desenvolvimento humano	de acordo

1.3.4	Estratégias atuais de planejamento municipal	de acordo
1.3.5	Metas para o desenvolvimento sustentável	em pleno acordo
1.3.6	Procedimentos internos referentes ao M.A	de acordo
1.3.7	Relação causal entre sociedade e meio ambiente	de acordo
1.3.8	Relação custo-benefício do processo decisório	com restrições leves
1.3.9	Relação meio ambiente e atividades produtivas	de acordo
1.3.10	Sinergia entre atores sociais e seleção de prioridades	de acordo
<b>1.4-</b>	<b>Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>	<b>com severas restrições</b>
1.4.1	Distinção entre contabilidade e auditoria interna	com severas restrições
1.4.2	Gerenciamento e objetivos ecológicos	com restrições leves
1.4.3	Norma ISO 14000 e o processo decisório	com severas restrições
1.4.4	Objetivos ecológicos em termos financeiros	com restrições leves
1.4.5	Orçamentos para perícias jurídicas regulares	em total desacordo
1.4.6	Os planos ecológicos de médio e longo prazos	com severas restrições
1.4.7	Os sistemas de auditoria jurídica	em total desacordo
1.4.8	Relatórios anuais específicos ao meio ambiente	com severas restrições
1.4.9	Responsabilidade jurídica para com o meio ambiente	com restrições leves
1.4.10	Responsabilidades civil, penal e administrativa	em total desacordo
<b>1.5-</b>	<b>Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>	<b>com restrições leves</b>
1.5.1	Conotação histórica da Pesquisa e Desenvolvimento	de acordo
1.5.2	Conotação política da comunicação ecológica externa	de acordo
1.5.3	Conotação política da comunicação ecológica interna	com restrições leves
1.5.4	Consciência das responsabilidades ecológicas externas	de acordo
1.5.5	Consciência das responsabilidades ecológicas internas	de acordo
1.5.6	Estruturação do esforço ecológico	em pleno acordo
1.5.7	Formação ecológica dos colaboradores	com restrições leves
1.5.8	Investimentos ecológicos em meios de produção	com restrições leves
1.5.9	Nível de orçamento ecológico	com severas restrições
1.5.10	Nível hierárquico de responsabilidade	de acordo
<b>1.6-</b>	<b>Valoração dos Recursos Humanos</b>	<b>com restrições leves</b>
1.6.1	Estrutura hierárquica e o meio ambiente	de acordo
1.6.2	Cargos e funções e a melhoria ecológica	com severas restrições
1.6.3	Fator ambiental e a escolha de funcionários	com severas restrições
1.6.4	Ideologia de funcionários sobre meio ambiente	com restrições leves
1.6.5	Meio ambiente e a política de recursos humanos	com restrições leves
1.6.6	Planos de emergência para acidentes não técnicos	com restrições leves
1.6.7	Planos de emergência para acidentes técnicos	com restrições leves
1.6.8	Relação de trabalho com o meio ambiente	de acordo
1.6.9	Responsabilidade por riscos ambientais	de acordo
1.6.10	Treinamento de pessoal para questões ecológicas	de acordo

## NÍVEL II - PERCEPÇÃO SISTÊMICA (Variáveis)

<b>II.1-</b>	<b>Cadastro Técnico Multifinalitário</b>	<b>com restrições leves</b>
<b>II.1.1-</b>	<b>Abordagem Multifinalitária</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.1.1	Acesso aos diversos níveis de usuários	com restrições leves
II.1.1.2	Ações econômicas, sociais, urbanísticas e ambientais	de acordo
II.1.1.3	Apoio ao planejamento municipal	com restrições leves
II.1.1.4	Apoio aos relatórios gerenciais e de auditoria	com restrições leves
II.1.1.5	Auxílio na elaboração de programas de gestão	de acordo
II.1.1.6	Integração entre zoneamento econômico e ecológico	de acordo
II.1.1.7	Integração técnica entre cadastro e usuários	com restrições leves
II.1.1.8	Sistemas de informações atuais	de acordo
II.1.1.9	Sistemas de informações plurais	de acordo

II.1.1.10	Sustentação aos indicadores ambientais	com restrições leves
<b>II.1.2-</b>	<b>Abordagem Normativa</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.2.1	Delimitação de zonas em função da utilidade da área	com restrições leves
II.1.2.2	Diretrizes para coleta e tratamento de resíduos	com restrições leves
II.1.2.3	Fiscalização de obras, atividades e processos	de acordo
II.1.2.4	Informações para gestão e finanças à nível municipal	de acordo
II.1.2.5	Normas para controle da tributação	de acordo
II.1.2.6	Normas para credenciamento de técnicos em cadastro	com severas restrições
II.1.2.7	Normas para execução e manuseio do cadastro	com restrições leves
II.1.2.8	Normas para a exploração e utilização do solo	de acordo
II.1.2.9	Normas para licenciamento de funcionamento	de acordo
II.1.2.10	Políticas de inventário urbano	de acordo
<b>II.1.3-</b>	<b>Compreensão Espacial da Infra-estrutura</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.3.1	Contemplanção da saúde pública ao saneamento básico	com severas restrições
II.1.3.2	Esgoto sanitário relativo à qualidade ambiental	de acordo
II.1.3.3	Informações para projetos de infra-estrutura ambiental	de acordo
II.1.3.4	Planejamento integrado de infra-estrutura ambiental	de acordo
II.1.3.5	Programas de coleta seletiva de lixo	em total desacordo
II.1.3.6	Programas de obras verdes	com restrições leves
II.1.3.7	Saneamento básico em relação à qualidade de vida	com restrições leves
II.1.3.8	Saneamento básico em relação ao ecossistema	com severas restrições
II.1.3.9	Tratamento específico para resíduos sólidos	de acordo
II.1.3.10	Utilização de zoneamento para sistemas de transportes	de acordo
<b>II.1.4-</b>	<b>Concepção Ambiental</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.4.1	Acesso a informações sobre causas de poluição/degradação	de acordo
II.1.4.2	Critérios e padrões de qualidade ambiental	de acordo
II.1.4.3	Percepção da necessidade de políticas ambientais	com restrições leves
II.1.4.4	Programas de controle e proteção ambiental	com restrições leves
II.1.4.5	Sensibilidade à qualidade de vida e ambiental	de acordo
II.1.4.6	Utilização de recursos naturais em bases sustentáveis	de acordo
II.1.4.7	Valoração de apelos ecológicos da comunidade	de acordo
II.1.4.8	Valoração de estudos e pesquisas em M.A	em pleno acordo
II.1.4.9	Valoração de insumos recicláveis/reciclados	de acordo
II.1.4.10	Valoração de zonas e áreas de proteção ecológica	de acordo
<b>II.1.5-</b>	<b>Espaço Territorial</b>	<b>com restrições leves</b>
II.1.5.1	Cadastros de sítios urbanos históricos	de acordo
II.1.5.2	Facilidade do manejo urbano	de acordo
II.1.5.3	Identificação dos fluxos migratórios	com severas restrições
II.1.5.4	Microclimas e a organização do espaço	com restrições leves
II.1.5.5	Organização dos espaços do território municipal	com restrições leves
II.1.5.6	Otimização dos espaços urbanos	de acordo
II.1.5.7	Planejamento do potencial construtivo	de acordo
II.1.5.8	Políticas habitacionais x desenvolvimento sustentável	de acordo
II.1.5.9	Preservação de bens históricos, artísticos e culturais	de acordo
II.1.5.10	Qualidade ambiental e a organização dos espaços	de acordo
<b>II.2-</b>	<b>Educação Ambiental</b>	<b>com severas restrições</b>
<b>II.2.1-</b>	<b>Atividades de Pesquisa e o Meio Ambiente</b>	<b>com restrições leves</b>
II.2.1.1	Benefícios aos ecossistema	de acordo
II.2.1.2	Controles ambientais específicos	de acordo
II.2.1.3	Ecossistema compõe o macro ambiente	de acordo
II.2.1.4	Ecossistema se postula dependente	de acordo
II.2.1.5	Ecossistema se relaciona aos objetivos gerais	com restrições leves
II.2.1.6	Equilíbrio do ecossistema como resultado	com restrições leves

II.2.1.7	Fundamentos para o equilíbrio ecológico	de acordo
II.2.1.8	Geração de histórico responsável dos produtos	de acordo
II.2.1.9	Prioridade à questões ambientais	com restrições leves
II.2.1.10	Regulamentação específica	com severas restrições
<b>II.2.2- Atuação de Lideranças Estratégicas</b>		<b>com restrições ieves</b>
II.2.2.1	Comportamento humano nos planos estratégicos	com severas restrições
II.2.2.2	Definição dos estilos de liderança	com restrições leves
II.2.2.3	Desempenho ambiental nos planos estratégicos	com restrições leves
II.2.2.4	Inovações tecnológicas protegem o meio ambiente	com restrições leves
II.2.2.5	Inserção da proteção ambientais nos planos estratégicos	com restrições leves
II.2.2.6	Liderança formal avalia o desempenho ambiental	com restrições leves
II.2.2.7	Reconhecimento da força das lideranças formais	com severas restrições
II.2.2.8	Relevância das relações interpessoais	com restrições leves
II.2.2.9	Sensibilidade das lideranças formais sobre o M.A	de acordo
II.2.2.10	Sensibilidade das lideranças informais sobre o M.A	de acordo
<b>II.2.3- Pesquisa e Desenvolvimento</b>		<b>com severas restrições</b>
II.2.3.1	Destaque aos fatores de produção	com severas restrições
II.2.3.2	Equilíbrio do ecossistema	com restrições leves
II.2.3.3	Exercício de controles sobre o ecossistema	com restrições leves
II.2.3.4	Níveis de impactos sobre o ecossistema	com restrições leves
II.2.3.5	Objetivos empresariais contemplam o ecossistema	com severas restrições
II.2.3.6	Reforço aos contextos jurídico e gerencial	com restrições leves
II.2.3.7	Reprodução de escolhas ideológicas	com restrições leves
II.2.3.8	Reprodução de serviços ecológicos	com restrições leves
II.2.3.9	Tecnologias consideram os níveis de RH	com severas restrições
II.2.3.10	Visão prospectiva é característica da gestão	com restrições leves
<b>II.2.4- Relação do RH com o Desenvolvimento</b>		<b>em total desacordo</b>
II.2.4.1	Clareza dos níveis de competência ambiental	com severas restrições
II.2.4.2	Competência da avaliação de impactos de P&D	em total desacordo
II.2.4.3	Consciência sobre os impactos das pesquisas	em total desacordo
II.2.4.4	Consciência da responsabilidade ambiental	em total desacordo
II.2.4.5	Criatividade e motivação como critérios ecológicos	com severas restrições
II.2.4.6	Interação ambiental reforça avaliação de desempenho	em total desacordo
II.2.4.7	Interferência da produtividade nos impactos ambientais	em total desacordo
II.2.4.8	Relevância da integração do RH no ecossistema	com severas restrições
II.2.4.9	Respeito à qualidade de vida fundamenta a liderança	com severas restrições
II.2.4.10	Sensibilidade ambiental fundamenta as atividades	com severas restrições
<b>II.2.5- Responsabilidade da Pesquisa com o M.A .</b>		<b>com severas restrições</b>
II.2.5.1	Abrangência da pesquisa se faz no contexto geral	em total desacordo
II.2.5.2	Elaboração de referenciais para a preservação	em total desacordo
II.2.5.3	Estratégias ecológicas para o desenvolvimento	em total desacordo
II.2.5.4	Ideologia de conservação	com restrições leves
II.2.5.5	Indicação de nível de utilidade do produto	em total desacordo
II.2.5.6	Orientação para as modalidades de descarte	em total desacordo
II.2.5.7	Relevância do meio ambiente	de acordo
II.2.5.8	Responsabilidade com o meio ambiente	com restrições leves
II.2.5.9	Responsabilidade da gestão pelos impactos das pesquisas	com restrições leves
II.2.5.10	Restrições ao uso dos produtos	com restrições leves
<b>II.3- Estilos de Gestão</b>		<b>com severas restrições</b>
<b>II.3.1- Abordagens de Aspectos Sociais</b>		<b>com severas restrições</b>
II.3.1.1	Aceitação da comunidade à atividades e processos	com restrições leves
II.3.1.2	As publicações regulares sobre resultados	com restrições leves
II.3.1.3	As publicações regulares sobre riscos potenciais	com restrições leves



II.3.1.4	Consciência da comunidade sobre fluxos de resíduos	com severas restrições
II.3.1.5	Crédito atribuído às informações geradas	com restrições leves
II.3.1.6	Importância dos jovens nas campanhas pró-ecologia	com severas restrições
II.3.1.7	Informações precisas sobre o potencial de riscos	com severas restrições
II.3.1.8	Objetivos voltados para melhoria de resultados	com severas restrições
II.3.1.9	Participação de servidores nos objetivos ecológicos	com severas restrições
II.3.1.10	Ratificação e referência a fatos ecológicos históricos	em total desacordo
<b>II.3.2- Desenvolvimento Sustentável</b>		<b>com severas restrições</b>
II.3.2.1	Atuação esclarecedora pelo setor de relações públicas	com restrições leves
II.3.2.2	Confiança da mídia sobre os objetivos ecológicos	com restrições leves
II.3.2.3	Conscientização política da comunidade em M.A	com severas restrições
II.3.2.4	Entendimento entre o órgão e grupos ecológicos	com severas restrições
II.3.2.5	Geração de informações sobre setores mais sensíveis	em total desacordo
II.3.2.6	Incentivos à obtenção da autosustentabilidade.	com severas restrições
II.3.2.7	Programas de vigilância sanitária e ambiental	com severas restrições
II.3.2.8	Responsabilidade sobre o equilíbrio ecológico	em total desacordo
II.3.2.9	Responsabilidades políticas e sociais assumidas	com severas restrições
II.3.2.10	Transparência da política ecológica	com severas restrições
<b>II.3.3- Planejamento</b>		<b>com severas restrições</b>
II.3.3.1	Atenção especial à micro e pequenas empresas	com restrições leves
II.3.3.2	Conservacionismo como meta	de acordo
II.3.3.3	Estratégias de ação contemplam o desenvolvimento	de acordo
II.3.3.4	Identificação da comunidade como parceiro ecológico	com restrições leves
II.3.3.5	Múltiplas metas de ação comunitária	com restrições leves
II.3.3.6	Participação da comunidade no planejamento ambiental	em total desacordo
II.3.3.7	Plano de ação voltado ao desenvolvimento social	com severas restrições
II.3.3.8	Transparência dos insumos segue normas de segurança	em total desacordo
II.3.3.9	Tratamento ecológico dos resíduos	com restrições leves
II.3.3.10	Valoração dos potenciais turísticos pela conurbação	com restrições leves
<b>II.3.4- Processo Decisório</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.4.1	Características e potencialidades do município	com restrições leves
II.3.4.2	Divulg. de estudos sobre periculosidade e impactos	em total desacordo
II.3.4.3	Estratégias de comunicação compõem o mix gerencial	em total desacordo
II.3.4.4	Feedback da falha humana gera base de informações	em total desacordo
II.3.4.5	Fomento à industrialização de produtos regionais	em total desacordo
II.3.4.6	Investimentos em estruturas de comunicação	em total desacordo
II.3.4.7	Planos de sustentabilidade a longo prazo	em total desacordo
II.3.4.8	Potencialidades e habilidades tecnológicas e gerenciais	com restrições leves
II.3.4.9	Profissionais qualificados desenvolvem as atividades	com restrições leves
II.3.4.10	Valoração da cultura aos insumos regionais	em total desacordo
<b>II.3.5- Sistemas de Informações Gerenciais</b>		<b>em total desacordo</b>
II.3.5.1	Acesso de informação sobre gestão, ao público	com severas restrições
II.3.5.2	Comunicação dos efeitos das mudanças tecnológicas	em total desacordo
II.3.5.3	Estratégia ecológica visa a alternância de tecnologia	em total desacordo
II.3.5.4	Fluxos contínuos para a melhoria de políticas	com severas restrições
II.3.5.5	Informações do desemprego gerado pela tecnologia	em total desacordo
II.3.5.6	Mecanismos de controle ambiental	em total desacordo
II.3.5.7	Políticas internas garantem perspectiva ambiental	em total desacordo
II.3.5.8	Procedimentos analíticos das relações causais	em total desacordo
II.3.5.9	Reprodução da consciência de responsabilidade	com restrições leves
II.3.5.10	Sensibilidade para lidar com questões ambíguas	com severas restrições
<b>II.4- Estratégias Reguladoras dos Impactos Ambientais</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.4.1- Controle da Gestão</b>		<b>em total desacordo</b>

II.4.1.1	Autonomia da avaliação ecológica	com severas restrições
II.4.1.2	Determinação da relação custos/perdas	com restrições leves
II.4.1.3	Determinação da relação despesas/receitas	em total desacordo
II.4.1.4	Documentos gerenciais reportam-se ao meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.5	Elaboração periódica de relatórios ecológicos	em total desacordo
II.4.1.6	Incrementos de custos fixos alocados em prevenção	em total desacordo
II.4.1.7	Mecanismos. de controles dos gastos com o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.8	Orçamento provisional anual para o meio ambiente	em total desacordo
II.4.1.9	Relação benefícios ambientais X custos incorridos	de acordo
II.4.1.10	Satisfação em função da relação custo-benefício	com severas restrições
<b>II.4.2- Dispositivos de Prevenção (anti-poluição)</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.2.1	Avaliação do desempenho das atividades	em total desacordo
II.4.2.2	Avaliação periódica das atividades desenvolvidas	em total desacordo
II.4.2.3	Estabelecimento de medidas corretivas	em total desacordo
II.4.2.4	Estudos sobre medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.5	Gestores acompanham o potencial de risco	com restrições leves
II.4.2.6	Participação dos gestores nos núcleos de prevenção	com restrições leves
II.4.2.7	Planos de emergência para conflitos externos	em total desacordo
II.4.2.8	Planos de urgência para crises de poluição	em total desacordo
II.4.2.9	Poder dos gestores de medida/controle/prevenção	em total desacordo
II.4.2.10	Potencial de risco se faz no planejamento de metas	em total desacordo
<b>II.4.3- Dispositivos Jurídicos</b>		<b>com severas restrições</b>
II.4.3.1	Normas para credenciamento de agentes fiscais	com restrições leves
II.4.3.2	Normas para controle da poluição ambiental	com restrições leves
II.4.3.3	Normas para execução de atividades insalubres	em total desacordo
II.4.3.4	Normas sobre a destinação de resíduos	em total desacordo
II.4.3.5	Normatização de atividades operacionais	com restrições leves
II.4.3.6	Normatização explícita para o funcionamento do órgão	com severas restrições
II.4.3.7	Observações às restrições operacionais	em total desacordo
II.4.3.8	Orientações técnicas para utilização de recursos	com restrições leves
II.4.3.9	Otimização do recolhimento de impostos	com severas restrições
II.4.3.10	Políticas de incentivos fiscais	em total desacordo
<b>II.4.4- Regulamentação</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.4.1	Determinação da responsabilidade do degradador	em total desacordo
II.4.4.2	Disposições sobre tratamento de lixo e detritos	com severas restrições
II.4.4.3	Independência da auditoria interna	em total desacordo
II.4.4.4	Investimentos para regulamentação e normas	com severas restrições
II.4.4.5	Nível da responsabilidade solidária	em total desacordo
II.4.4.6	Normas para o gestor ambiental	em total desacordo
II.4.4.7	Planejamento orçamentário e financeiro	em total desacordo
II.4.4.8	Qualidade ambiental em relação à custos e preços	com severas restrições
II.4.4.9	Responsabilidade pelos equívocos ambientais	em total desacordo
II.4.4.10	Sanções econômicas para disfunção ambiental	em total desacordo
<b>II.4.5- Responsabilidade Legal</b>		<b>em total desacordo</b>
II.4.5.1	Amparo legal às políticas ambientais	em total desacordo
II.4.5.2	Atividades respondem pelos impactos ambientais	com restrições leves
II.4.5.3	Fundamentos da legislação específica de prevenção	com severas restrições
II.4.5.4	Legislação ambiental contempla pressões externas	em total desacordo
II.4.5.5	Legislação ambiental intermedia conflitos	em total desacordo
II.4.5.6	Legitimidade dos setores geográficos junto ao M.A	em total desacordo
II.4.5.7	Nível de avaliação da responsabilidade gerencial	em total desacordo
II.4.5.8	Nível de responsabilidade civil	em total desacordo
II.4.5.9	Nível de responsabilidade gerencial	em total desacordo

II.4.5.10	Nível de responsabilidade moral	com restrições leves
<b>II.5-</b>	<b>Percepção dos Pressupostos Ecológicos</b>	<b>em total desacordo</b>
<b>II.5.1-</b>	<b>Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.1.1	A prioridade para a segurança do ecossistema	em total desacordo
II.5.1.2	Ações preventivas X Ações corretivas	com severas restrições
II.5.1.3	Compromisso com o desenvolvimento sustentável	em total desacordo
II.5.1.4	Deficiências e não conformidades referenciam a gestão	com severas restrições
II.5.1.5	Destaque para ações pró-desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.1.6	Identificação do desempenho ambiental à G.M.	com severas restrições
II.5.1.7	Integração de políticas e procedimentos de G.M.	com severas restrições
II.5.1.8	O perfil do município e expectativa da gestão	com severas restrições
II.5.1.9	O saber científico para a G.M.	com severas restrições
II.5.1.10	Prioridade da Gestão para o bem estar coletivo	com severas restrições
<b>II.5.2-</b>	<b>Ecoestratégias</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.2.1	Competência ambiental com causalidade	em total desacordo
II.5.2.2	Comprometimento ético com o meio ambiente	em total desacordo
II.5.2.3	Diferencial competitivo ambiental	em total desacordo
II.5.2.4	Exercício do benchmarking ambiental	em total desacordo
II.5.2.5	Identificação de barreiras ecológicas para o órgão	em total desacordo
II.5.2.6	Pressões externas à nível de planejamento estratégico	em total desacordo
II.5.2.7	Sensibilidade para pressões de órgãos financiadores	em total desacordo
II.5.2.8	SQA atuam em conjunto com os SGM	com severas restrições
II.5.2.9	Valorização para a evolução da consciência ambiental	com severas restrições
II.5.2.10	Vantagem competitiva à nível ambiental	com severas restrições
<b>II.5.3-</b>	<b>Etapas de Implementação do SGM</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.3.1	Avaliação dos efeitos dos impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.2	Avaliação qualitativa do desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.3	Conformidade de máquinas e equipamentos	com severas restrições
II.5.3.4	Estratégias de cooperação com fornecedores e clientes	em total desacordo
II.5.3.5	Flexibilidade da estrutura organizacional	com severas restrições
II.5.3.6	Identificação de níveis de impactos ambientais	em total desacordo
II.5.3.7	Produtos/serviços e a gestão ambiental	com severas restrições
II.5.3.8	Programas de melhoria para o desempenho ambiental	em total desacordo
II.5.3.9	SGM e os ciclos: projeto-processo-serviço-clientes	com severas restrições
II.5.3.10	SGM e programas de melhoria contínua	em total desacordo
<b>II.5.4-</b>	<b>Gestão da Auditoria Interna</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.4.1	Auditoria das bases operacionais	com severas restrições
II.5.4.2	Auditoria de conformidades	com severas restrições
II.5.4.3	Auditoria dos planos estratégicos	com severas restrições
II.5.4.4	Auditoria e avaliação de impactos ambientais	com severas restrições
II.5.4.5	Compromisso da Auditoria interna com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.6	Compromisso de auditores com o M.A.	em total desacordo
II.5.4.7	Destaques da auditoria para quest. ambientais	em total desacordo
II.5.4.8	Domínio dos preceitos do SGM pelo staff da auditoria	em total desacordo
II.5.4.9	Independência de auditores em questões ambientais	em total desacordo
II.5.4.10	Trabalhos específicos de auditoria para o M.A	em total desacordo
<b>II.5.5-</b>	<b>Princípios Orientadores para o Meio Ambiente</b>	<b>em total desacordo</b>
II.5.5.1	Métodos para solução de problemas ambientais	em total desacordo
II.5.5.2	Nível de responsabilidade do órgão	em total desacordo
II.5.5.3	Notificação de emergências ambientais	em total desacordo
II.5.5.4	Padronização para a coordenação do M.A	com severas restrições
II.5.5.5	Parcerias para a conservação do meio ambiente	em total desacordo
II.5.5.6	Percepção da valoração dos seres humanos	com restrições leves

II.5.5.7	Prioridade ao princípio da precaução	com restrições leves
II.5.5.8	Proteção ambiental e processos de desenvolvimento	com restrições leves
II.5.5.9	Proteção e integridade do ecossistema	com severas restrições
II.5.5.10	Relação custos ambientais X investimentos	em total desacordo
<b>II.6- Valoração dos Recursos Humanos</b>		<b>em total desacordo</b>
<b>II.6.1- Estrutura da Função Ambiental</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.1.1	Abrangência das funções ambientais	com severas restrições
II.6.1.2	Autonomia dos responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.1.3	Autonomia financeira do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.4	Composição de setor/departamento de M.A	com severas restrições
II.6.1.5	Comprometimento das funções com o meio ambiente	com severas restrições
II.6.1.6	Contatos das funções ambientais com a comunidade	com restrições leves
II.6.1.7	Definição das funções ambientais	em total desacordo
II.6.1.8	Divulgação dos propósitos do departamento de M.A	em total desacordo
II.6.1.9	Independência do setor/departamento de M.A	com severas restrições
II.6.1.10	Poder de decisão dos responsáveis pelo M.A	com severas restrições
<b>II.6.2- Formação e Informação</b>		<b>com severas restrições</b>
II.6.2.1	Ação pedagógica voltada para o M.A	com restrições leves
II.6.2.2	Capacitação funcional para o ecossistema	com severas restrições
II.6.2.3	Divulgação de políticas ambientais em todos os níveis	em total desacordo
II.6.2.4	Divulgação de incidentes ambientais	com severas restrições
II.6.2.5	Formação de executivos para a Gestão Ambiental	em total desacordo
II.6.2.6	Incentivos ao treinamento voltado ao meio ambiente	com severas restrições
II.6.2.7	Organização e atuação de Círculos Ambientais	com restrições leves
II.6.2.8	Processo decisório enfatiza disciplina e competência	com restrições leves
II.6.2.9	Servidores são capacitados por técnicos em anti poluição	com restrições leves
II.6.2.10	Treinamento de servidores em ecologia e M.A	com restrições leves
<b>II.6.3- Organização do Trabalho</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.3.1	Avaliação de infrações coletivas contra o M.A	em total desacordo
II.6.3.2	Avaliação de Infrações individuais e isoladas	em total desacordo
II.6.3.3	Bonificações para posturas de conserv. ambiental	em total desacordo
II.6.3.4	Homem-máquina condiz à ergonomia-M.A	em total desacordo
II.6.3.5	Incentivos à projetos de melhoria ambiental	em total desacordo
II.6.3.6	Jornada de trabalho obedecem convenção em vigor	de acordo
II.6.3.7	Lay-out e os preceitos da gestão ambiental	em total desacordo
II.6.3.8	Prioridade aos princípios da ergonomia	em total desacordo
II.6.3.9	Proc. operacionais X pressupostos ecológicos	em total desacordo
II.6.3.10	Valoração do M.A como princípio básico	com restrições leves
<b>II.6.4- Qualidade de Vida</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.4.1	Consideração a aspectos pessoais e familiares	com severas restrições
II.6.4.2	Consideração aos aspectos sociais da vida profissional	com severas restrições
II.6.4.3	Desenvolvimento das capacidades humanas	com severas restrições
II.6.4.4	Envolvimento do servidor com as suas funções	com severas restrições
II.6.4.5	Nível de integração social na empresa	em total desacordo
II.6.4.6	Participação dos servidores em decisões das atividades	em total desacordo
II.6.4.7	Respeito à qualidade de vida de servidores e clientes	em total desacordo
II.6.4.8	Responsabilidade do órgão por todas as atividades	em total desacordo
II.6.4.9	Satisfação das condições de trabalho	em total desacordo
II.6.4.10	Treinamento sobre valoração da vida	em total desacordo
<b>II.6.5- Seleção e Avaliação</b>		<b>em total desacordo</b>
II.6.5.1	Abrangência do DRH à todos os níveis da empresa	em total desacordo
II.6.5.2	Abrangência dos conceitos de gestão ambiental	com severas restrições
II.6.5.3	Avaliação do setor ambiental	em total desacordo



II.6.5.4	Capacitação profissional com enfoque ecológico	em total desacordo
II.6.5.5	Competência anti-poluição	em total desacordo
II.6.5.6	Definição do cargo de responsáveis pelo meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.7	Exigência de conhecimentos em meio ambiente	em total desacordo
II.6.5.8	Maturidade ecológica e a delegação de autoridade	em total desacordo
II.6.5.9	Referências institucional de lideranças	em total desacordo
II.6.5.10	Valoração e incentivos à criatividade ecológica	em total desacordo

## BIBLIOGRAFIA

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, v. 3, 1996.
- ARAÚJO, Luis César G. **Organização & Métodos: integrando comportamento, estrutura, estratégia e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1992.
- BACKER, Paul de. **Gestão Ambiental: A Administração Verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.
- BAASCH, Sandra Sulamita Nahas. **Um Sistema de Suporte Multicritério Aplicado na Gestão dos Resíduos Sólidos nos Municípios Catarinenses**. Santa Catarina, 1995. Tese (Tese em Engenharia de Produção) – Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BELÉM. PMB. Coordenadoria Geral de Planejamento - COGEP. Cia. de Desenvolvimento e administração da área metropolitana de Belém. CODEM. Plano Diretor de Mosqueiro e Caratateua: Relatório Intermediário - Diagnóstico. Belém - Pará Julho de 1993.
- BELÉM. PMB. Plano Diretor da Ilha de Cotijuba: Diagnóstico Preliminar. fevereiro de 1995.
- BELÉM. PMB. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP. Departamento Municipal de Estatística – DME. Dados Sócio-Econômicos: Município de Belém. Belém-Pará, 1997.
- BELÉM. Prefeitura Municipal - COGEP. Plano Diretor de Belém. 1992. Diagnóstico. Belém, vol.1. Vol.2. 1992.
- BELÉM. Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano do Município de Belém e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, Belém - Pará, ano XIX, n. 7.641, 16 nov. 1993.
- BENAKOUCHE, Rabah & CRUZ, René Santa. **Avaliação Monetária do Meio Ambiente**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social - área de desenvolvimento Regional e Social. **Programa de Modernização das Administrações Tributárias Municipais: Roteiro para apresentação de projeto**. Belém/PA, 1997.

- BOURSCHEID, José Antônio. **O cadastro técnico multifinalitário aplicado ao planejamento urbano ( Estudo da expansão urbana na cidade de Joinville/SC).** Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BRASIL. Secretaria Especial do Meio Ambiente. Cadastro nacional das indústrias que atuam na área do Meio Ambiente. 1979/80. Brasília: [s.n.] 1980 (Brasília: Alvorada).
- BUREAU VERITAS. Curso de Gestão Ambiental. Belém : Petrobras, 1996. Apostila.
- CAIRNCROSS, Frances. **Meio Ambiente: custos e benefícios.** São Paulo: Nobel, 1992.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS; Projeto de lei nº 3160 de 1992 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de auditorias ambientais nas instituições cujas atividades causem impacto ambiental.
- CAMERON, John I. Applying socio-ecological economics: A case study of contingent valuation and integrates catchment management. **Australia. Ecological Economics**, Vol.23, p.155-165, 1997.
- CARNEIRO, José Mário B. et alii. Meio Ambiente, Empresário e Governo: Conflitos ou Parceria? São Paulo, **Revista de Empresas**, v. 33, p. 68-75, Mai/jun. 1993.
- CHIAVENATO, IDALBERTO. **Administração de Empresas: uma abordagem contingencial.** 3 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. **Relatório Ambiental da Região Metropolitana de Belém.** 1997. Belém/PA,1997.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIAIO – 2º COBRAC ( 1996 : Florianópolis). **Anais.** Florianópolis: Grupo de Trabalho em Cadastro técnico Multifinalitário. Departamento de Engenharia Civil – CTC/UFSC, 1996.
- CUNHA, Miguel Pina E. Organizações, Recursos e a Luta pela Sobrevivência: Análise aos níveis organizacionais e ecológicos. São Paulo, **Revista de Administração de Empresas**, v. 33, p. 34-47, set/out. 1993.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio científico e educativo.** 3 ed. São Paulo: Cortez.
- Diagnóstico Institucional dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente no Brasil - [Vitória,ES]: Abema, 1993.
-

- DIAS, Genebaldo Freire. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental**. São Paulo: Global, 1994.
- DIAS, Reinaldo. A Administração ambiental e o poder público municipal. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro, V.42, n.216, p.51-65 jul/set. 1995.
- DÖBEREINER, Christian. **Gerenciamento ambiental**. <http://www.techhoje.com.br>. consultado em 20/03/1997.
- DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administrando em Tempos de Grandes Mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1995.
- ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE MEIO AMBIENTE (2.:1989:Florianópolis) **Anais** Florianópolis : UFSC, 1989, 3v.
- ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE MEIO AMBIENTE. 1991, Londrina: NEMA : UEL, 1991.
- ENVIRONMENTAL MANAGEMENT SYSTEMS – Specification with Guidance for use – ISO DIS 14001.2, 1996.
- ERBA, Diego Alfonso. **Importância dos aspectos jurídicos no cadastro técnico multifinalitário**. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FIGUEIREDO, Luiz F.G. e LOCH, Carlos. Sistema de Cadastro Técnico Ambiental - Estudo de Caso: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Santa Catarina – Brasil. in: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO – 2º COBRAC ( 1996 : Florianópolis). **Anais**. Florianópolis/SC,1996.
- FIRKOWAKI, Carlos. Metodologias e Técnicas para Avaliação de Impactos Ambientais. **Seminário sobre avaliação e relatório de impacto ambiental**. (1989: Curitiba) **Anais...**Curitiba/PR: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. 21-24/Ago/1989.
- GAZETA MERCANTIL, São Paulo. 1996. **Gestão Ambiental: Compromisso da Empresa**. Fascículo. 01-08, 20/mar-08/mai. 1996.
- HAUFF, Shirley Noely. Diagnóstico ambiental integrado da bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição - Florianópolis, SC. Florianópolis, 1996. Dissertação
-



- (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM;  
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS URBANAS – CPU. NÚCLEO DE  
MEIO AMBIENTE URBANO. Consulta Nacional Sobre Gestão do Saneamento e  
do Meio Ambiente Urbano: Relatório Síntese das Consultas Locais. Paulo Pereira  
de Gusmão –setembro de 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM.  
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS URBANAS – CPU. NÚCLEO DE  
MEIO AMBIENTE URBANO. Consulta Local da Região Metropolitana de Belém:  
Relatório Sobre a Gestão do Saneamento e do Meio Ambiente Urbano: Belém,  
agosto de 1994.
- JACOSKI, Cláudio Alcides. A questão Ambiental administrada pelos municípios – Um  
envolvimento com a área rural e o cadastro urbano in: CONGRESSO  
BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO – 2º  
COBRAC ( 1996 : Florianópolis). *Anais*. Florianópolis/SC, 1996.
- GOMES, Jane do socorro C. Gomes. **O Veraneio: Agente Promotor da Degradação  
Ambiental e Social da Ilha do Mosqueiro**. UFPA. Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas. Curso de Geografia, Belém – Pará, 1996.
- KUBR, M. **Management Consulting. A guide to the profession**. Genebra:  
International Labour Organization, 1980.
- KUME, Hitoshi. **Métodos Estatísticos para a Melhoria da Qualidade**. São Paulo:  
Gente, 1993.
- JÖHR, Hans. **O Verde é Negócio**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- LEITE, Uzas Pereira de Oliveira. Ilha de Cotijuba: De Colônia Reformatória à Polo  
turístico de Belém. UFPA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de  
Geografia. Belém- Pará, 1996.
- LOCH, Carlos. **Monitoramento global integrado de propriedades rurais a nível  
municipal utilizando técnicas de sensoriamento remoto**. Florianópolis: UFSC,  
1990
- \_\_\_\_\_. **Noções básicas para interpretação de imagens aéreas, bem como  
algumas de suas aplicações nos campos profissionais**. 3ª Ed. Revisada e  
ampliada. Florianópolis: UFSC, 1993.
-

- LOCH, Ruth Emília Nogueira. **Influência da exploração carbonífera nas atividades agrícolas e no desenvolvimento global de Criciúma-SC.** Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: A experiência de Curitiba.** Campinas, SP: Papirus, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza.; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ : Vozes, 1979.
- MONTARROYOS, Heraldo et alii. **O Brasão da Capital. Nosso Pará.** Belém, Agencia Ver. n.01, 1996.
- MOSQUEIRO. **Guia de Serviços e Turismo.** SEGEP 1994.
- NANAKA, Ikujiro. The knowledge-Creating Company. **Havard Business Review**, .p.313, nov/dez. 1991.
- NASCIMENTO, Rosemy da Silva. **Análise da organização espacial do uso e ocupação do solo através do cadastro técnico multifinalitário rural (um estudo de caso: município de Porto Vitória - PR).** Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina.
- NEDER, Ricardo Toledo. Há Política Ambiental para a Indústria Brasileira? São Paulo, **Revista de Administração de Empresas**, v. 32, , p.6-13, abr/jun. 1992.
- NOSSO PARÁ., Belém. Agencia Ver, v.1, n.1, jan/mar. 1996.
- OLIVEIRA, Francisco Henrique de. **Qualidade da base cartográfica para o cadastro técnico multifinalitário.** Florianópolis, 1996. 224p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina.
- OTTMAN, Jacquelyn. **Marketing Verde.** São Paulo: Makron Books, 1994.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Diretoria de Assuntos Municipais e Metropolitanos. Coordenadoria de Ação Metropolitana. **Plano de Estruturação Metropolitana de Belém: Reavaliação.** Belém, 1992.
- PERRONE, Edson Campos. **Auditoria Ambiental: Ferramenta de gestão ambiental.** perrone@ndpd1.ufes.br, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Plano Plurianual 1994/1997.** Belém.
- 
-

- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Plano Plurianual 1998/2001**. Belém.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Manuseio de Destinação Final de Resíduos Sólidos do Município de Belém**. Belém/PA abril de 1995.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Organogramas** – SEGEP. Belém Pará, 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento de Gestão. **Estudo Preliminar para municipalização do Turismo nas regiões da ilhas** – P.D.I. Nazaré do Socorro e Armando Hesketh. Belém Pará, 1994.
- QUIRK, Barry. Accountabl to everyone: Postmodern Pressures on Public Mnagers. Oxford. USA. **Public Administration**. Vol. 75, p.569-586, Autumn, 1997.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Redução Sociológica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- RATTNER, Henrique. Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável: uma avaliação crítica, São Paulo, **Revista de Administração**, v. 26, n.1, jan/mar. p. 5-11, 1991.
- RECH, Jânio Vicente e LÖCH, Carlos. Base Cartográfica digital comum para concessionárias de serviços públicos e prefeituras municipais, utilizando-se G.I.S. in: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRAIO – 2º COBRAC ( 1996 : Florianópolis). **Anais**. Florianópolis/SC,1996.
- REIS, Maurício J. L. **ISSO 14.000 – Gerenciamento Ambiental – Um novo desafio para a sua competitividade**. São Paulo: Quality-Mark, 1996.
- RENUNCIO, Luiz Ernesto. **Integração do cadastro técnico multifinalitário a sistemas de informações geográficas visando implantação de um reservatório para abastecimento de água no Município de Cocal do Sul - SC**. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. - Stúdio Nobel: Fundap, 1993.
- SACHS, Randi Toler. **Como Avaliar o Desempenho e a Produtividade**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
-

- SANTOS, Stael Starling, SILVA, Ciléa Souza da, e CÂMARA, Nelly Lamarão, Saneamento Básico e Problemas Ambientais na Região Metropolitana de Belém. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 54 1, p.25 a 73, jan/mar. 1992.
- SÃO PAULO (Estado).Coordenadoria de Educação Ambiental. Educação Ambiental em Unidades de Conservação e de Produção. São Paulo:[s.n.], 1991.
- SCANTLEBURY, D.L. and RAAN, Ronell B. **Operational Auditing**. New York:. The Association of Government Accountants, 1996.
- SCHNEIDER, Valdir Pedro. **Análise do sistema tributário quanto à propriedade a nível municipal, utilizando dados do cadastro técnico multifinalitário**. Florianópolis, 1993 Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SEIFFERT, Nelson Frederico. **Uma contribuição ao processo de otimização do uso dos recursos ambientais em microbacias hidrográficas**. Florianópolis, 1996. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHUMACHER, Delamar Heleno. **Metodologia de produção de mapas para o cadastro técnico multifinalitário a partir de câmeras de pequeno formato**. Florianópolis, 1995. 108p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós-Graduação e Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina
- SEWELL, Granville H. (Granville Hardwick). **Administração e Controle da Qualidade Ambiental**. - São Paulo: EPU, EDUSP, CETESB, 1993
- SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal 1997**. Belém.
- SIMON, Herbert A. **O Comportamento Administrativo**. Rio: Fundação Getúlio Vargas, Serv. Publicações, 1974.
- TEIXEIRA, Ivandi Silva . **Estratégia Empresarial Sob a Ótica da Gestão para a Qualidade Ambiental**. In: XVI ENEGEP (1996:Piracicaba) **Anais...** Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba,.1996.
- \_\_\_\_\_. **A Auditoria Interna e o Gerenciamento da Qualidade e Produtividade em Ambientes de Economia de Mercado**. in: II ENCONTRO NORDESTINO DE CONTABILIDADE - Natal/RN out/1995.
-

- \_\_\_\_\_. A Auditoria Interna e o Gerenciamento da Qualidade. Textos p/Discussão.UFSC/dez/95.
- \_\_\_\_\_. Auditoria Interna: Uma Lição Aprendida. **Revista do Centro Sócio Econômico**, Belém, V.1, n.1,p.55-70, dez./1993.
- \_\_\_\_\_. Princípios Contábeis: Uma questão científica. **Revista do Centro Sócio Econômico**, Belém, v.1, n.2, p.89-102, nov. 1994.
- \_\_\_\_\_. O Custeio Variável: Mecanismos para a Gestão da Produtividade. in: ENCONTRO NORDESTINO DE CONTABILIDADE; 1, 1993, Olinda-PE. Trabalhos Científicos. [s.l.:s.n., 1993,?],p.141-50.
- \_\_\_\_\_. A Auditoria Interna: Um Instrumento a Serviço da Gerência Empresarial . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE; 14, 1992, Salvador/BA. Vivenciando o Futuro: O Contador do Ano 2.000 [s.l.:s.n.,1992,?].4v.v.2,p.183-204.
- \_\_\_\_\_. Uma Análise da Auditoria Interna em Empresas de Transformação. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte - MG. v.4, n.2, p.48-53, ago. 1992.
- \_\_\_\_\_. **Uma análise da atuação da auditoria operacional em empresas de transformação na cidade do rio de janeiro – um estudo de casos**. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis - Auditoria - MSc) – Pós-graduação em Ciências Contábeis, Fundação Getúlio Vargas – Instituto Superior de Estudos Contábeis.
- TEIXEIRA, Ivandi Silva et TEIXEIRA, Regina Cleide. **A Utilidade da Auditoria Interna para o Processo Decisório: Pesquisa de Campo**. No prelo.
- \_\_\_\_\_. A Estratégia Empresarial e seus Reflexos Sobre o Sistema de Gestão Ambiental. In: ENEGEP (1997 : Gramado) **Anais...** Gramado/RS :Universidade federal do Rio Grande do Sul, 06-09/Out/1997a.
- TEIXEIRA, Regina Cleide et TEIXEIRA, Ivandi Silva. A Estratégia Empresarial e seus Reflexos sobre o Sistema de Gestão Ambiental. In: **19º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental** – Foz de Iguaçu/PR, 14-19/set/1997b.
- \_\_\_\_\_. Os Impactos do Planejamento Estratégico sobre os Atuais Sistemas de Gestão Empresarial. In: XVI ENEGEP. (1996:Piracicaba) **Anais...** Piracicaba, SP: Universidade Medotista de Piracicaba,.1996.
-



- TURNES, Valério Alecio. **Diretrizes para a elaboração do plano de desenvolvimento local:** Cocal do Sul - SC. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina.
- TIBOR, Tom et FELDMAN, Ira. **ISO 14000:Um guia para as novas normas de gestão ambiental.** São Paulo: Futura, 1996.
- VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade Ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente ( como se preparar para as normas ISO 14000 ).** São Paulo: Pioneira, 1995.
- VER-O-PARÁ. COLEÇÃO ESPECIAL. Belém: Graficentro, 1997.
-